

SYRLÉA MARQUES PEREIRA

ENTRE HISTÓRIAS, FOTOGRAFIAS E OBJETOS: imigração italiana e memórias de
mulheres

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em
História. Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. ANGELA DE CASTRO GOMES

Niterói

2008

P436e Pereira, Syrléa Marques
Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana
e memórias de mulheres / Syrléa Marques Pereira. –
2008.

279 f.; il.

Orientadora: Angela de Castro Gomes.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal
Fluminense, Departamento de História, Niterói, 2008.

Bibliografia: f. 250-279.

1. Imigração italiana, 1870- 1940. 2. Imigração italiana –
Brasil. 3. Mulheres – Memórias. 4. Coleções fotográficas e
objetos. I. Gomes, Angela de Castro. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia. III. Título.

CDD 325.450981

SYRLÉA MARQUES PEREIRA

ENTRE HISTÓRIAS, FOTOGRAFIAS E OBJETOS: imigração italiana e memórias de
mulheres

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em
História. Área de Concentração: História Social.

Aprovada em 15 de agosto de 2008

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Angela de Castro Gomes – Orientadora
Universidade Federal Fluminense (UFF) / Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Mauad
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^ª. Dr^ª. Lená Medeiros de Menezes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof^ª. Dr^ª. Rachel Soihet
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^ª. Dr^ª. Verena Alberti
Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Prof. Dr. Paulo Knauss
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^ª. Dr^ª. Rebeca Gontijo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Aos meus filhos Danilo e Carolina.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos quatro anos de pesquisa muitas pessoas me auxiliaram, do lado de cá e do lado de lá do oceano, às quais sou e serei eternamente grata.

Do lado de cá, agradeço profundamente a minha orientadora, a professora Angela de Castro Gomes, que sempre me incentivou e muito me animou em momentos que eu acreditava que não conseguiria terminar este trabalho a contento. Registro aqui o meu reconhecimento pela orientação precisa e segura.

Meus agradecimentos especiais ao professor Angelo Trento, co-orientador no estágio de pesquisa realizado na *Università degli Studi di Napoli – L'Orientale*. Sua orientação e sugestões permitiram um novo olhar sobre o fenômeno migratório. Quanta sorte tive de poder contar com a sua amizade e ainda receber o carinho de Rita Trento!

Já que estou em solo italiano, agradeço imensamente à prof^a. Lucilla Briganti. Minha grande amiga na Itália, minha irmã. Lucilla auxiliou-me na pesquisa, indicou leituras, cedeu-me gentilmente seus trabalhos e me socorreu em todas as dificuldades que surgiram durante minha permanência em seu país. Mas dividimos muitas alegrias.

Jamais poderei retribuir a recepção de sua mãe Maria Paula, seu pai Averardo, a *nonna* Gina, como também Emmanuele e Erica. Segundo Emmanuele, basta recebê-los no Brasil.

Sou grata à prof^a. Adriana Dadà, outra amiga na Itália, pelas discussões que travamos, pelas dicas de leituras, pelas oportunidades criadas para conferências e, principalmente, por todas as comidas típicas da Lucchesia que preparou especialmente para mim.

Agradecimentos especialíssimos aos moradores de Oneta e de Borgo a Mozzano, pelo convívio diário, pelas entrevistas concedidas, pelo material fotográfico e objetos disponibilizados. Sem esquecer as boas conversas, as caronas, os aquecedores emprestados e, principalmente, o calor humano. Na aldeia ganhei duas amigas e confidentes: Bruna Giannotti e Nadia Ferrini. Também agradeço aos funcionários dos arquivos de Oneta e de Borgo a Mozzano, que criaram horários para eu poder trabalhar ainda mais. Muito obrigada às pessoas que me receberam no *Archivio di Stato di Lucca*; no *Archivio della Fondazione Paolo Cresci per la storia dell'emigrazione italiana*, em Lucca, e na *biblioteca do Centro Studi Emigrazione Roma*.

Do lado de cá, agradeço a todas as depoentes, integrantes de minha própria família, mas com as quais jamais mantive contato até a realização das entrevistas. Assim, ao terminar esta tese, de quebra, ganhei uma família extensa.

Meus mais sinceros agradecimentos pela ajuda e amizade irrestritas de Warley e Vânia. Também minhas irmãs. E ao Luigi, por tantas observações interessantes e pela força.

Sem o apoio de meus filhos e da assessoria técnica do Danilo, nem sei como seria. Acho que não seria. Nos últimos seis meses, minha mãe muito me salvou, ao garantir que eu nada fizesse além de escrever. Muitíssimo obrigada.

Tantos outros amigos e pessoas próximas vieram compor esse verdadeiro *staff* de amigos e colaboradores: Rossina, Luciana, Sônia, Raquel, Rafaela, Andréia, Letícia, Maria Helena e Guido.

Por fim, agradeço à CAPES pela concessão da bolsa sanduíche na Itália. Foram quatro meses de dedicação intensa à pesquisa.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE SIGLAS	12
RESUMO	13
ABSTRACT	14
RÉSUMÉ.....	15
INTRODUÇÃO.....	15
PARTE I - MIGRAÇÕES: FATORES E ESCOLHAS	27
CAPÍTULO I - A “GRANDE MIGRAÇÃO ITALIANA” PARA O BRASIL.....	33
1. Europa e América: antigos laços, novos contatos.....	33
2. O Brasil e a grande imigração: políticas, projetos, interesses e a opção pelos “italianos”	35
3. Emigração transoceânica italiana: uma solução moderna para um problema antigo	40
4. <i>Nós</i> e os <i>Outros</i> : a construção do “italiano”	46
5. A Toscana e sua montanha em movimento	50
5.1. O Médio Vale do Rio Serchio	54
5.2. No município de Borgo a Mozzano uma emigração de <i>padroni</i>	58
CAPÍTULO II - ONETA: UMA ALDEIA NOS APENINOS TOSCANOS.....	66
1. Oneta: imagens contemporâneas.....	66

2. “Aqui todos são parentes, quando se volta um pouco no tempo, descobre-se um primo.”	68
3. Tempo de semear, tempo de colher, tempo de partir, tempo de fiar, tempo de esperar...	74
4. Tentando a sorte em terras mais distantes	81
4.1. Oneta – N ^a . S ^a . do Amparo: uma cadeia migratória	84
4.2. Oneta - Boston: outra cadeia migratória	87
5. A Temporada das Mulheres	89
<i>A casa onde se espera o pão</i>	94
PARTE II - HISTÓRIAS DA MIGRAÇÃO ITALIANA: DO LADO DE CÁ E DO LADO DE LÁ DO OCEANO	102
<i>Famílias italianas em terras brasileiras</i>	102
CAPÍTULO III - CONSTRUINDO A ITALIANIDADE EM TERRAS BRASILEIRAS	113
1. O <i>making of</i> das entrevistas: seguindo pistas e construindo redes	113
2. As guardiãs da memória familiar	122
3. Histórias vividas e contadas	127
3.1. Branco, a cor do luto de quem fica.....	128
3.2. Mulheres a bordo: a travessia atlântica	136
3.3. O casarão: lugar da família e do trabalho (invisível) das mulheres	140
4. Construindo a italianidade	144
4.1. Nas trocas de alianças	148
4.2. Nos gostos e sabores	154
4.3. No armazém: entre mercadorias e o povo brasileiro.....	156
CAPÍTULO IV – DE VOLTA À ITÁLIA: IMAGENS E OLHARES DOS ONETENSES SOBRE O BRASIL	163
1. Vivendo na aldeia	163
2. O <i>making of</i> das entrevistas: identificando os guardiões da memória familiar	171
3. O Brasil dos onetenses	175
3.1. Terra pródiga	176

3.2. Os perigos do Brasil	183
3.3. Outros olhares	185
CAPÍTULO V - CAIXINHAS DE LEMBRANÇAS	190
1. Coleções familiares: uma obsessão contemporânea	194
2. Rituais de transmissão da memória italiana.....	204
3. Caixinhas brasileiras e caixinhas italianas.....	210
3.1. Objetos	210
3.2. Fotografias.....	213
3.3. Histórias das caixinhas	217
<i>Gente que chegou</i>	217
<i>Gente que partiu</i>	225
Conjunto Fotográfico Brasileiro	228
Conjunto Fotográfico Italiano	229
CONCLUSÃO.....	246
BIBLIOGRAFIA	250

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIG. 1 – REGIÕES DA ITÁLIA.....	51
FIG. 2 – A TOSCANA E A PROVÍNCIA DE LUCCA.....	55
FIG. 3– A PROVÍNCIA DE LUCCA E O MÉDIO VALE DO RIO SERCHIO	55
FIG. 4 - EMIGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BORGIO A MOZZANO ENTRE 1884 E 1903 E SUAS PRINCIPAIS DIREÇÕES	82
FIG. 5- O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O DISTRITO DE N ^a . S ^a . DO AMPARO.....	84
FIG. 6 - BARRA MANSA E N ^a . S ^a . DO AMPARO.....	104
FIG. 7 – O RIO DE JANEIRO E O VALE DO PARAÍBA	105
FIG. 8 - O ESTADO DE MINAS GERAIS E PASSA QUATRO	108

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EMIGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BORG A MOZZANO - 1878 - 1903.....	65
TABELA 2 - NÚCLEOS FAMILIARES CHEFIADOS POR MULHERES - 1818 - 1884	98
TABELA 3 - NÚMERO MÉDIO DE MEMBROS POR NÚCLEO FAMILIAR - 1818 – 1884	100

LISTA DE SIGLAS

APR	Anagrafe della Popolazione Residente
ACBM	Archivio Comunale di Borgo A Mozzano
AACBM	Archivio dell' Anagrafe del Comune di Borgo A Mozzano
ASL	Archivio di Stato Di Lucca
AN	Arquivo Nacional
BSL	Biblioteca di Stato Di Lucca
BN	Biblioteca Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia d Estatística
LABHOI	Laboratório de História Oral e Iconografia
PSI	PARROCCHIA DI SANTO ILARIO

RESUMO

Este trabalho busca analisar a história da “grande migração italiana” para o Brasil, ocorrida entre 1870 e 1920, a partir da transferência de um grupo de famílias da aldeia de Oneta, localizada na região da Toscana, para o distrito de N^a. S^a. do Amparo, no estado do Rio de Janeiro, e posteriormente na cidade de Passa Quatro, em Minas Gerais. O processo migratório foi reconstruído especialmente por meio da memória de mulheres brasileiras e italianas que exercem a função de guardiãs da memória familiar, privilegiando-se um suporte de memória: as chamadas caixinhas de lembrança. Nelas, fotografias e pequenos objetos pessoais foram por elas colecionados e conservados através do tempo, compondo uma narrativa. Tais relíquias familiares, pelo fato de terem pertencido ou retratarem seus antepassados, apontam a origem peninsular desses imigrantes e conectam a aldeia de Oneta ao Brasil. O argumento central defendido na tese é o de que a identidade italiana entre os descendentes brasileiros é construída no solo do mundo privado/íntimo, para posteriormente se projetar no universo do público. A prática memorial se assenta no trabalho desenvolvido pelas mulheres que, durante encontros familiares, exibem suas caixinhas de lembranças e narram histórias sobre o deslocamento de seus antepassados para o Brasil, atualizando continuamente a memória do grupo familiar e unindo as duas pontas envolvidas no processo migratório.

Palavras-chave:

Deslocamentos transnacionais - imigração italiana - mulheres - memória familiar - objetos

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the history of the “great Italian migration” to Brazil, which took place between 1870 and 1920. In those years a group of families left the small village of Oneta, in Tuscany, for the district of N^a. S^a. do Amparo, in the state of Rio de Janeiro, and later for the city of Passa Quatro, in the state of Minas Gerais. The migration process was especially reconstructed by means of the memoirs of Brazilian and Italian women alike, as these are the holders of family memories using the so-called “memory boxes” as memory aid. In these boxes photographs and small personal items have been collected and preserved over time, making up a narrative. Having belonged to or portrayed their ancestors, these family relics are proof of the peninsular origin of these immigrants and connect the village of Oneta to Brazil. The central argument sustained by the thesis is that the Italian identity among Brazilian descendents is built within the private/intimate world, and later projects itself towards the public universe. The memory practice is based on the work developed by the women, who display their memory boxes during family reunions and tell the stories of their ancestors’ journey to Brazil, thus continually updating the memory of the family group and connecting the two extremities involved in the migration process.

Keywords:

Transnational migration - Italian migration - women - family memory - objects

RÉSUMÉ

Le but de ce travail est d'analyser l'histoire de la "grande migration italienne" vers le Brésil, qui a eu lieu entre 1870 et 1920, à partir du transfert d'un groupe de familles issu du village d'Oneta, en région Toscane, vers le district de Nossa Senhora do Amparo, dans l'état de Rio de Janeiro et ultérieurement vers la ville de Passa Quatro, dans l'état de Minas Gerais. Le processus migratoire a été reconstitué plus notamment grâce aux souvenirs des femmes brésiliennes et italiennes qui jouent le rôle de gardiennes de la mémoire familiale, tout en s'utilisant d'une base de mémoires: les ainsi dites *boîtes de souvenirs*. Dans celles-ci, des photographies et des petits objets personnels ont été collectionnés et conservés à travers le temps et composent une narrative. Ces reliques familiales, grâce au fait d'appartenir ou de représenter ses ancêtres, font preuve de l'origine péninsulaire de ces immigrants et font le lien entre le village d'Oneta et le Brésil. Le point central de cette thèse est que l'identité italienne parmi ses descendants brésiliens est constituée d'abord au sein de l'univers privé/intime et, après, de l'univers public. La pratique mémoriale s'établit dans le travail développé par des femmes qui, lors des rencontres familiales, exhibent leurs petites boîtes et racontent des histoires sur le déplacement de ces ancêtres vers le Brésil. De cette façon, elles mettent à jour la mémoire du groupe familial et unissent les deux points comprises dans le processus migratoire.

Mots-clés:

Déplacements transnationaux - immigration italienne - femmes - mémoire familiale - objets

INTRODUÇÃO

A narrativa histórica que está por se iniciar trata de um tema que ocupou um lugar central na história do século XX: as migrações transoceânicas. Este fenômeno tornou-se objeto de estudo principalmente de historiadores e sociólogos, cada um com o seu enfoque. Para os historiadores a busca é pela reconstrução e compreensão do contexto no qual ocorreram os fluxos migratórios que ligaram o Velho Mundo ao Novo Mundo, observando-se as diferentes estratégias econômicas e sociais articuladas por indivíduos e grupos que decidiram pelo caminho migratório. Já os sociólogos ocupam-se da análise dos movimentos populacionais contemporâneos que, no sentido inverso ao dos deslocamentos do passado, acontecem dos países localizados no hemisfério Sul para o hemisfério Norte.¹

Ambos os campos de estudo possuem um papel extremamente importante nas sociedades atuais, sobretudo nas mais desenvolvidas. Nestas, com destaque para aquela conhecida como a “fortaleza Europa”, têm-se acreditado desde o final dos anos 1980 que “hordas” de migrantes clandestinos estão tomando de assalto a sua civilidade (DADÀ, 2006: 12). Sendo assim, a importância dessas áreas de pesquisa consiste em fazer as sociedades compreenderem que é imperioso aprender a conviver com deslocamentos contínuos de populações das mais variadas origens e localidades do mundo, esvaziando movimentos hostis e xenófobos que têm ganhado o cenário de alguns países receptores de imigrantes.²

¹ Recentemente passaram a ser observadas as migrações no sentido Sul-Sul e que, segundo levantamento publicado pelo Banco Mundial em 2007, representam hoje metade de todos os fluxos migratórios. Para a Organização Internacional para Migração (OIM), 70% desses deslocamentos ocorrem entre países em desenvolvimento, ou seja, entre nações da África, da Ásia e da América Latina. Países como o Brasil, México, África do Sul e Índia são destinos cobiçados por seus vizinhos mais pobres ou mesmo miseráveis. ADGHIRNI, SAMY. Migrações Sul-Sul já são metade do total. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Mundo, 8 jun. 2008.

² Após a queda do muro de Berlim, em 1989, trabalhadores de nações do Leste Europeu até então sob regimes socialistas, não podendo mais contar com a presença de seus Estados na garantia de serviços sociais, passaram a se deslocar com mais frequência para países da Europa Ocidental. Como também habitantes de países da África e Ásia, muitos dos quais palco de permanentes guerras, dirigiram-se para nações capitalistas desenvolvidas na Europa. DADÀ, A. *Donne e Uomini Migranti: il valore sociale della memória*. Prato: Commissione Para Opportunità Província di Prato, 2006: 14.

Para tanto, cabe lembrar às sociedades contemporâneas que o desenvolvimento industrial, dos meios de transporte e de comunicação encurtou distâncias permitindo que migrações que anteriormente ocorriam no interior de regiões, de países ou mesmo de continentes se transformassem em movimentos migratórios transoceânicos de massa, a partir de fins do Oitocentos até aproximadamente as primeiras décadas do Novecentos. Foi através desses deslocamentos que indivíduos, famílias inteiras e comunidades garantiram a própria sobrevivência e a melhoria de suas condições de vida.

No Novecentos, este processo de industrialização se intensificou. O mundo experimentou um desenvolvimento tecnológico em uma escala jamais vista, aprimorando e acelerando as transmissões das mensagens comunicativas, o que aproximou ainda mais as pessoas e, conseqüentemente, intensificou esses deslocamentos de indivíduos movidos por absoluta necessidade de sobrevivência ou porque decidiram progredir socialmente.

Há que se reforçar que os fluxos migratórios de massa do passado e os atuais devem ser percebidos no interior do processo de expansão do capitalismo, um sistema que conduziu somente alguns países ao controle da economia global (DADÀ, 2006: 14). Nesse sentido, os movimentos populacionais hodiernos dão continuidade a uma mobilidade que tem raízes históricas profundas, embora se apresente com características novas. Considerando que muitos migrantes são originários dos continentes africano, asiático e latino-americano, ou seja, de países pobres ou em vias de desenvolvimento, eles são freqüentemente vistos como “invasores”, como pessoas perigosas e, portanto, que devem ser controladas e reprimidas (DADÀ, 2006: 12). Não é exagero pensar que os temidos albaneses, romenos, marroquinos, argelinos e latino-americanos que hoje buscam continuar suas vidas em países do hemisfério norte, podem ser aproximados dos portugueses, italianos, franceses, espanhóis e alemães que, no passado, dirigiram-se para nações nas Américas, na África e Ásia. Vale mencionar, que somente no período entre 1860-1914, a Europa colocou em outros continentes 150 milhões de indivíduos, sendo que muitos partiram e deixaram para sempre os seus países. Um contingente quase seis vezes superior quando comparado aos 26,61 milhões de estrangeiros que viviam em países membros da União Européia, no final de 2004, e que corresponde a pouco mais de 5% de uma população de 457 milhões de europeus.³

Refletindo sobre essa mobilidade histórica das populações, Paola Corti ponderou que, embora as análises desenvolvidas até o presente momento sustentem que as migrações são

³ IMMIGRAZIONE DOSSIER STATISTICO - 2006. Caritas/Migrantes. Roma, IDOS - Centro Studi e Ricerche, 2006.

uma solução adotada por indivíduos e grupos para garantir a própria existência, escapa a tal ponderação, que

talvez a sedentariedade tenha sido uma condição “excepcional” na história da humanidade, enquanto a mobilidade representou, em contextos históricos e em condições econômicas e sociais bem diferentes, não somente uma estratégia de sobrevivência, mas um instrumento indispensável para exercer profissões e ofícios que, provavelmente, não eram marginais. [...] A mobilidade amplamente presente nos campos e nas cidades dos séculos passados [...] não pode ser reduzida a puro nomadismo, vagabundagem ou à marginalidade como vem sendo socialmente percebida (CORTI, 2005: VII).

Certamente, a compreensão dos deslocamentos populacionais elaborada por Corti - ao considerar que as populações que habitaram e habitam o nosso planeta, na realidade, possuíram e possuem uma “vocação” para emigrar -   uma boa maneira de se enfrentar posturas de cunho racista que têm sido tomadas por parte de governos de diversos países do mundo atual.

A presente pesquisa se situa no âmago dessas discussões internacionais e conddivide, especialmente com historiadores italianos mais atentos à continuidade dos fen menos migratórios na idade contemporânea, a idéia de que o estudo dos fen menos migratórios do passado permite refletir de modo consistente sobre os deslocamentos atuais que perpassam todos os países do mundo. Assim sendo, aqui são analisados os fluxos migratórios ocorridos durante o período que passou a ser reconhecido pela historiografia como o da “grande migra o” italiana para o Brasil, ocorrida entre os anos 1870 e 1920. A investiga o foi realizada a partir de um duplo enfoque: observando-se a localidade de partida e a de chegada dos migrantes, procurando unir, assim, as duas pontas de um mesmo processo. É a partir das histórias narradas por descendentes brasileiros e italianos de um grupo de famílias imigrantes que deixou a Península - reconstruindo as trajetórias percorridas, as experiências, sentimentos e expectativas acalentados por seus antepassados que cruzaram o Atlântico -, e também pelos olhares daqueles que não emigraram, que permaneceram em sua localidade natal, que aqui se estará contribuindo para o conhecimento da história da imigra o italiana no Brasil.

Todavia, é necessário ressaltar que, inversamente   vasta bibliografia produzida sobre os deslocamentos populacionais que ligaram a Itália ao Brasil no referido período - que geralmente se ocupa apenas de uma das componentes, a emigra o ou a imigra o -, o presente trabalho, ao analisar e conectar as duas áreas migratórias, adquire um caráter distinto, podendo ser equiparado aos estudos migratórios desenvolvidos nos Estados Unidos, na

Inglaterra, França e Alemanha, que nas últimas décadas avançaram no sentido de perceber as migrações em uma dimensão internacional e de longa duração, conforme salientou Adriana Dadà (2006: 15). Ainda de acordo com a autora,

na própria Itália é muito difícil alguém que se ocupe de emigração se ocupe também de imigração e vice-versa. [...] Continua-se a fazer separadamente estudos sobre emigração e sobre imigração, pouco se ocupando da história da migração e em particular da história do migrante, da reconstrução de suas experiências, das suas vivências através do recolhimento de sua memória (DADÀ, 2006: 15).

A região de onde os migrantes desta pesquisa partiram é a Toscana que, atualmente, como a própria Itália, deixou de ser uma área emigratória para se tornar uma terra de imigração. A paisagem bucólica toscana, com seus campos geometricamente cultivados, lembrando quadros de Piet Mondrian, oculta uma região intensamente industrializada que, ao longo de décadas, vêm atraindo trabalhadores da própria península e de países de todo o mundo.

Na Toscana, a província dos imigrantes é Lucca e o município Borgo a Mozzano, que possui dentro de seus limites austeras montanhas que conformam os Apeninos. Sobre algumas de suas colinas ou espalhados por áreas de planície, encontram-se quase duas dezenas de pequenos povoados, entre os quais, Oneta, de onde nos anos 1870 partiram camponeses decididos a se transferir para terras brasileiras. Mas Oneta também assistiu a alguns de seus aldeões partirem para a cidade de Boston, nos Estados Unidos. Ambos os destinos foram possíveis de serem construídos pelos onetenses, porque *redes sociais* e *cadeias migratórias* organizadas e mantidas em ambos os lados do Atlântico divulgavam oportunidades de trabalho aos futuros imigrantes, viabilizando as viagens, bem como garantindo a recepção e os meios de sobrevivência nos primeiros tempos na nova terra.⁴ Confesso que quando soube da conexão de Oneta com a cidade norte-americana, grande foi o desejo de acompanhar e

⁴ A noção de *redes sociais* aqui utilizada foi desenvolvida por Franco Ramella. Ver: RAMELLA, F. “Movilidad geográfica y movilidad social. Notas sobre la emigración rural de la Itália del Noroeste (1880-1914)”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 6, 17, p. 107-118, 1991; _____. “Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios”. In: BJERG, M.; OTERO, H. (Comp.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil: CEMLA - IEHS, 1995. p. 9-21. _____. “Reti sociali, famiglie e strategie migratorie”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 143-160. _____. “Gli studi sull’emigrazione tra vecchi paradigmi e nuove prospettive”. In: SAIJA, M. (a cura di) *L’emigrazione italiana transoceanica tra Otto e Novecento e la storia delle comunità derivate*. Atti del Covegno Internazionale di Studi. Salina 1-6 giugno 1999. v. I-II. Messina: Edizione TRISFORM, 2003. p. 25-34. O termo *cadeias migratórias* foi elaborado pelos estudiosos das migrações em direção à Austrália. Ver: MACDONALD, J. S.; L. D.MACDONALD. *Chain Migration, Ethnic Neighborhood and Social Networks*, The Milbank Memorial Fund Quaterly, (XLII), 1, enero. p. 82-86. Ambos os conceitos encontram-se desenvolvidos no primeiro capítulo desta tese.

analisar esses deslocamentos, seguindo os mesmos métodos utilizados na observação dos fluxos para o Brasil. Porém, tal empreendimento exigiria outros esforços, como também colocaria diversas demandas impossíveis de serem atendidas na presente pesquisa, cujo escopo é compreender a ligação que se estabeleceu entre Oneta e o Brasil. No entanto, analisei e incorporei à pesquisa alguns dados e informações referentes à migração direcionada para os Estados Unidos em momentos que considerei pertinentes.

Oneta e seus imigrantes tornaram-se meu objeto de estudo quando descobri que meus antepassados haviam deixado a Itália para continuar suas vidas em terras fluminenses. Após o falecimento de minha avó materna, recebi como herança uma pequena caixa contendo fotografias de família e objetos pessoais que ela havia colecionado ao longo de sua vida. Observando as relíquias de sua “caixinha de lembranças”, pois assim a denominei, logo se evidenciou uma ascendência italiana que ela jamais mencionou e eu ignorava.

Coincidentemente, o recebimento do legado ocorreu em um momento no qual buscava um tema para uma pesquisa e, dessa maneira, decidi investigar a vinda de imigrantes italianos para o Brasil, partindo do material que tinha em mãos. Com esse propósito, iniciei o trabalho de identificação das pessoas retratadas, passei a seguir pistas e indícios apontados pelos objetos da caixinha, bem como levantei fontes escritas e uma bibliografia produzida sobre os fluxos migratórios que uniram a Itália ao Brasil no referido período. Mas, principalmente, entrevistei algumas mulheres que foram eternizadas nas imagens, todas com grau de parentesco com minha avó, e que me indicaram umas tantas outras. Foi dessa maneira que construí uma rede de informantes muito especial, com a qual trabalhei na pesquisa, pois são mulheres que assumiram a função de guardiãs da memória de suas famílias, as depositárias de antigas histórias do grupo e colecionadoras de relíquias familiares, também conservadas em caixinhas de lembranças.⁵

É relevante salientar que, provavelmente, Oneta estaria para sempre perdida no tempo se o acaso não houvesse me permitido encontrar os referidos objetos de memória.⁶ Mas a aldeia, certamente, estaria também eternamente perdida entre centenas de outras localidades italianas, se uma de minhas interlocutoras, Laís Consani Scarpa, durante um de seus depoimentos, não relembresse seu nome. Não fosse seu trabalho de memória, eu estaria até

⁵ As mulheres guardiãs da memória familiar e as caixinhas de lembranças foram tratadas com muita atenção nos capítulos III e V.

⁶ Refiro-me ao acaso de que nos falou Marcel Proust que, ao ter colocado diante dele bolinhos madeleines, possibilitou-o acessar sua infância, independente de um esforço deliberado de sua parte. PROUST, M. Em busca do tempo perdido. Trad. Mário Quintana. São Paulo: Globo, 1995. v. 1.

hoje em busca dos aldeões, por dois motivos: primeiro, porque os documentos oficiais italianos freqüentemente registravam como localidades de partida os municípios, não chegando a apontar a aldeia ou o povoado. Isto, quando não anotavam simplesmente Lucca ou Siena, por exemplo, sem especificar se se tratava da província ou da cidade sede da capital, já que, na Itália, ambas as divisões administrativas possuem sempre o mesmo nome. Assim, mesmo sabendo o nome da suposta cidade de onde os imigrantes partiram, cada município italiano possui, sob a sua administração, dezenas de pequenas aldeias e povoados, tornando impossível a localização. Por outro lado, os órgãos institucionais brasileiros registravam somente o país como o lugar de origem, homogeneizando imigrantes oriundos de diversas regiões, já que sua preocupação era com a quantificação dos estrangeiros que chegavam ao Brasil.

Identificado o local de saída dos imigrantes, o passo seguinte foi conhecer os atuais habitantes de Oneta, localizar entre eles descendentes no desempenho do papel de guardiões da memória familiar, entrevistá-los e, concomitantemente, realizar o trabalho de levantamento de fontes. Deste modo, a pesquisa uniu as duas localidades que vivenciaram a mesma experiência, reaproximou dois mundos depois de decorrido mais de um século e, durante esse encontro, caixinhas de lembranças vieram à tona, olhares e lembranças puderam ser trocados, perguntas ganharam respostas e revelaram-se imagens que descrevem uma Itália e um Brasil imaginados e vivenciados.

No Brasil, os imigrantes se fixaram na região Sudeste, no estado do Rio de Janeiro, em seu município de Barra Mansa e mais especificamente no pequeno distrito de N^a. S^a. do Amparo. Posteriormente, transferiram-se para a cidade de Passa Quatro, localizada no estado de Minas Gerais. Tais destinos foram apontados pelas fotografias, pelos objetos das caixinhas de lembranças e relembrados pelas depoentes.

No momento que os onetenses se instalaram no povoado de N^a. S^a. do Amparo, entre as décadas de 1870 e 1890, a economia local e a fluminense, tradicionalmente baseadas na cafeicultura, encontravam-se decadentes, o que não atrapalhou os planos daqueles camponeses de, no novo país, transformarem-se em comerciantes. Profissão, aliás, exercida pelos imigrantes também no município mineiro.

Entretanto, apesar do estado do Rio de Janeiro ter participado efetivamente dos grandes deslocamentos populacionais que ligaram o Brasil à Itália, a presença de peninsulares em seu território ainda não foi devidamente estudada. Nos trabalhos sobre os grandes deslocamentos populacionais que ligaram o Brasil à Itália, chama a atenção a lacuna existente na literatura para o estado fluminense e, principalmente, se o objetivo for identificar os

peninsulares originários da região da Toscana. Por outro lado, farta é a produção referenciada especialmente aos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, como também Minas Gerais e Espírito Santo, que receberam peninsulares procedentes principalmente do Vêneto, região situada no Nordeste da Itália, da Lombardia, Calábria e Sicília, regiões localizadas ao Norte e no extremo Sul da Península. A explicação para essa discrepância reside no fato de que estas últimas unidades federativas realmente se constituíram em grandes receptoras de peninsulares (ALVIM, 2000: 394).

Examinando a produção historiográfica do outro do Atlântico, o vazio bibliográfico também é sentido. A atenção dos historiadores italianos por muito tempo esteve voltada para as grandes regiões emigratórias localizadas ao Norte e ao Sul da Península que se ligaram a São Paulo e aos estados do Sul do Brasil. Foi somente a partir das últimas décadas que a Toscana passou a ser estudada como área de saída. Os pesquisadores verificaram que a região havia participado dos grandes fluxos populacionais transoceânicos de forma menos intensa se comparada às demais regiões da Itália; salientaram que seus deslocamentos possuíam características muito peculiares, visto que se estenderam por mais de um século; e, principalmente, revelaram a existência de fluxos direcionados especificamente para o estado do Rio de Janeiro (BRIGANTI, 1993; 1995; 1996; DADÀ, 1993a; 2001).⁷

No entanto, esta narrativa histórica trata não somente da reconstrução de deslocamentos de mulheres e homens de um espaço físico para outro e da percepção de situações e problemáticas por eles enfrentadas, relacionadas ao mundo material. Em o fazendo, ela aborda também, o processo de construção de novas identidades individuais e coletivas experimentado pelos imigrantes na nova terra, ou seja, observa os deslocamentos identitários experimentados pelos indivíduos ao longo de suas vidas. Assim sendo, é possível perceber os imigrantes se movimentando em busca de referências com as quais desejavam se identificar e gostariam de ser recordados no futuro por seus descendentes. Por isto, podemos vê-los transitando e combinando identidade: ora são brasileiros, ora são onetenses ou italianos, como também podem ser camponeses ou cidadãos, artesãos, comerciantes ou artistas.

Para analisar a experiência de deslocamento vivida pelo grupo de famílias imigrantes italianas recorri à micro-história, porque esta abordagem permite estudar microtemas relacionados ao cotidiano de comunidades específicas ou personagens comuns, rostos anônimos que passam despercebidos tanto na multidão como em uma história dedicada a

⁷ No capítulo I, aponto uma bibliografia específica sobre os fluxos migratórios da região da Toscana para o Brasil e mais especialmente para o estado do Rio de Janeiro.

temas amplos. Isto porque, a micro-história opera com escala reduzida de observação, “que permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável em outros tipos de historiografia”, nas palavras de Carlo Ginzburg (1989: 178). Com esse objetivo, ela utiliza a descrição etnográfica, privilegia as observações empíricas e o observador, fareja, procura e segue indícios, como também explora exaustivamente as fontes. Por conseguinte, possibilita observar a interação entre as pessoas, as situações de contestação, competição e negociação ou limites vivenciadas pelos indivíduos e que os levam a tomar decisões (ROSENTAL, 1998; VAINFAS, 2002a).⁸ No presente caso, busca-se perceber quais as prováveis causas e motivos que levaram alguns habitantes de Oneta a decidir cruzar o Atlântico e se transferir para terras brasileiras.

De grande relevância para a pesquisa foi a incorporação de procedimentos técnico-metodológicos e aportes teóricos próprios da história oral. Isto porque, os depoimentos orais se constituem nas fontes que melhor dão conta de campos de investigação como a história da família, a história de vida de experiências migratórias e processos de construção identitária. A história oral permite observar as mulheres, os grupos nacionais, as minorias e as pessoas comuns, categorias pouco consideradas como agentes do processo histórico e que não estão inseridas em uma historiografia mais tradicional, fundamentada em fontes escritas. Além disso, os testemunhos orais são instrumentos essenciais para a análise das fotografias, principalmente de arquivos familiares, pois é a partir da memória pessoal, que lugares, pessoas e eventos presentes nas imagens são identificados e o conhecimento é passível de ser construído pelo historiador.

Anunciado o tema da pesquisa, definidos o recorte espaço-temporal e os objetivos, elucidado que a história da migração italiana aqui será construída a partir da memória de descendentes de imigrantes, resta somente informar que o lembrar e contar casos e histórias que reconstróem a experiência migratória foi prerrogativa que se concentrou nas mulheres. São elas as narradoras privilegiadas da história do grupo familiar e as colecionadoras de fotografias e objetos pessoais que conservaram em caixinhas de lembranças, esses *lugares de memória*, segundo expressão elaborada por Pierre Nora (1993).⁹ Tais atividades foram essenciais para a construção e conservação da memória de suas famílias, cujos produtos se

⁸ Na bibliografia apresento uma literatura sobre a micro-história.

⁹ O conceito de *lugar de memória* foi analisado detidamente no capítulo V.

constituem em fontes imprescindíveis para a recuperação das trajetórias e vivências de “protagonistas anônimos e invisíveis da história”.¹⁰

Porém isso não significa dizer que as vozes masculinas não foram ouvidas. Ao contrário, as histórias narradas pelos homens foram analisadas e incorporadas à presente reconstrução histórica, permitindo examinar as experiências femininas e masculinas simultaneamente, até porque, há que se ter sempre em mente que o feminino e o masculino não são gêneros que se definem isoladamente, mas em relação ao outro.¹¹ Nesse sentido, não devemos pensar que existe uma cultura feminina e outra masculina, pois conforme ponderou Suely Costa, esta atitude é

(...) problemática, quando se evidencia que os poderes se movimentam de um sexo para outro. O importante é tomá-los, sempre, em sua mobilidade, pluralidade, conflitos e complementaridade, sem anular, nessa abordagem, as marcas das hierarquias, da violência e da desigualdade (COSTA, 2003: 202).

O ponto de partida para dar voz e rosto às mulheres foi o reconhecimento de sua invisibilidade nos estudos que tratam dos grandes fluxos migratórios. Fossem elas camponesas, artesãs, solteiras, casadas, mães ou filhas, as mulheres fizeram suas escolhas e partiram, no entanto, quase não é possível percebê-las. Por outro lado, muitas permaneceram em suas aldeias de origem e, devido ao êxodo masculino, viram suas vidas, as relações de poder em seus núcleos familiares e na própria comunidade significativamente transformadas, ou seja, influenciadas pelo fenômeno migratório (CORTI, 1990; PASSERINI, 1990; DADÀ, 2006).

É bem verdade que muitos foram os avanços nesse campo de investigação, mas ainda hoje encontramos diversos e graves problemas. “Além das dificuldades documentais, bibliográficas e arquivísticas das fontes em geral ‘deformadas’ ou ‘carentes’, se agrega o

¹⁰ Apropriei-me de expressão, e título de um trabalho, de Ronaldo Vainfas: *Os Protagonistas Anônimos da História. Micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002a.

¹¹ O termo gênero é aqui percebido como uma categoria analítica elaborada nos anos 70 em contraposição ao discurso essencialista e universalista então vigente. Ele traz em si a idéia de que os comportamentos masculino e feminino não são biológicos, naturais, mas sim decorrentes de construções sociais. Recentemente passou-se a utilizar o conceito no plural - gêneros -, uma investida no sentido de pôr fim ao biologismo do termo quando usado no singular - gênero. Ver: COSTA, S. G. “Gênero e História”. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.) *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 187-208; SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. In: *SOS Corpo: gênero e cidadania*. Tradução: Cristine Rulfinio Dabat, Maria Betânia Ávila. 3ª edição. Recife, p. 1-15 fev. 1995.

sexocentrismo vigente até há pouco tempo na história e nas disciplinas sociais, conforme observou Luisa Passerini (1990: 13-14).¹²

Considerando tais implicações, as mulheres são aqui vistas como protagonistas ativas, capazes de várias ações, de organizar estratégias, fazer escolhas e tomar decisões, e não como participantes silenciosas ou trabalhadoras invisíveis. Por conseguinte, a escolha por narrar a história no gênero feminino muda o “fazer” história. Assim, surge um sujeito coletivo, o tempo ganha novos marcos, a vida é percebida sob outro ponto de vista, as ações e decisões ocorrem a partir de premissas muito próprias às mulheres. Em suma, são processos sempre muito diferentes daqueles vivenciados pelos homens.

Sendo assim, no Brasil oito mulheres foram entrevistadas. São elas que nos apresentarão o casal Teodora Pellegrini e Giovanni Consani e seus três filhos que trocaram a aldeia de Oneta pelo distrito de N^a. S^a. do Amparo, e também muitas outras pessoas. Vale ressaltar que apesar de existirem laços de consangüinidade me ligando às depoentes, eu não as conhecia. Conseqüentemente, os contatos, as apresentações e aproximações foram realizados em função da presente pesquisa.

Já na Itália, seis mulheres e também seis homens concederam entrevistas. São eles que nos apresentarão Oneta: uma terra de gente que sempre migrou para e de mulheres trabalhadoras, nas palavras dos próprios moradores. É importante esclarecer que estas entrevistas realizadas em Oneta e me Borgo a Mozzano foram incorporadas à presente tese já traduzidas.¹³

Foram, fundamentalmente, as lembranças que habitam as memórias dessas pessoas, auxiliadas pelas fotografias e objetos, que permitiram unir as duas margens do Atlântico e, assim, ora elas nos levam à Itália, ora elas nos trazem de volta ao Brasil. Para empreender essas viagens, a presente tese foi dividida em duas partes, compostas por dois e três capítulos respectivamente.

A primeira parte, intitulada “Migrações: fatores e escolhas”, apresenta os instrumentos e mecanismos que foram utilizados pela investigação histórica para analisar os fenômenos migratórios ao longo de décadas e expõe novas abordagens e perspectivas para se tratar o tema, considerando as contribuições dos estudos baseados nos modelos tradicionais. De toda forma esta tese prioriza a análise fundada nas noções de *redes sociais* e *cadeias migratórias*.

¹² Os termos fontes “deformadas” e “carentes” utilizados pela autora foram elaborados por Amalia Signorelli e Emilio Franzina, respectivamente.

¹³ As fitas dos depoimentos da tese realizados no Brasil e na Itália foram doadas ao Laboratório de História Oral e Iconografia - LABHOI - desta universidade.

O primeiro capítulo, “A ‘grande migração italiana’ para o Brasil”, faz uma leitura dos fluxos migratórios transoceânicos que ocorreram a partir de fins do Oitocentos, enquanto um revigoramento estratégico e oportuno de antigos laços existentes entre a Europa e as Américas. Entre estes, focaliza os deslocamentos da Itália para ao Brasil, percebendo-os em meio aos contextos social, econômico e político de ambos os países. Em seguida, o olhar se dirige para a região da Toscana, que abriga no seu interior a área do Médio Vale do Rio Serchio e, neste, o município de Borgo a Mozzano. Nele, o objetivo é observar as peculiaridades de seus deslocamentos populacionais, os mecanismos e organismos envolvidos no processo migratório, as conexões que se estabeleceram com outras cidades, países e continentes, pois eram estas as possibilidades que os indivíduos possuíam diante de si para fazerem suas escolhas. Durante essas ponderações, algumas questões são colocadas em relação ao processo de construção identitária vivenciado pelos imigrantes em terras brasileiras.

O segundo capítulo, “Oneta: uma aldeia nos apeninos toscanos”, é dedicado à descrição social do povoado de partida dos migrantes. Nesse sentido, reconstruiu-se uma aldeia oitocentista, antes mesmo de se iniciarem os deslocamentos de seus habitantes para o Brasil, como também para outros países do continente americano. Assim, podemos conhecer seus antigos moradores, em sua maioria camponeses, e observar as relações interpessoais parentais e comunitárias que se estabeleciam. Podemos acompanhá-los em diversas tarefas cotidianas com as quais garantiam a própria sobrevivência e de seus familiares, e também segui-los em suas partidas constantes e periódicas para exercerem suas profissões. Muitos desses deslocamentos passaram a atingir longas distâncias e se transformaram em uma imigração permanente. Por fim, são apresentadas as mudanças ocorridas na vida das pessoas que permaneceram em Oneta, especialmente das mulheres, visto que os fluxos migratórios eram predominantemente masculinos.

A segunda parte do trabalho, denominada “Histórias da migração italiana: do lado de cá e do lado de lá do oceano”, apresenta-nos inicialmente o distrito fluminense de N^a. S^a. do Amparo que recebeu os imigrantes em fins do Oitocentos, descrevendo sua economia e a sociedade na qual as famílias de Oneta pouco a pouco foram se inserindo. Posteriormente, nos conduz a Passa Quatro, para mostrar como o município mineiro se encontrava organizado econômica e socialmente no início do Novecentos, no momento que parte das famílias italianas lá se instalaram. Estes são os cenários do terceiro capítulo – “Construindo a italianidade em terras brasileiras” –, nos quais as depoentes brasileiras circularam com desenvoltura e desempenharam suas funções de guardiãs da memória familiar, relembando e

narrando muitas histórias que lhes foram contadas e outras tantas que vivenciaram. A partir de suas memórias é possível compartilhar sentimentos, expectativas, dores, dúvidas e certezas com mulheres que viviam em Oneta no final do século XIX, e também acompanhar a travessia atlântica empreendida. E, principalmente, é possível perceber o processo de construção da *italianidade* no dia-a-dia, em meio a labuta diária e durante o cuidado com os filhos.

O quarto capítulo, “Imagens e olhares dos onetenses sobre o Brasil”, primeiramente apresenta a descrição do trabalho de campo da pesquisa desenvolvido em terras italianas, mais especificamente em Oneta. Expõe as experiências da historiadora dialogando e aprendendo a viver na aldeia e, assim, conhecer seus habitantes, conquistar a confiança e atingir seus objetivos: identificar e entrevistar descendentes de antigos moradores que um dia deixaram a terra natal, como também localizar caixinhas de lembranças. O resultado desse trabalho nos revela imagens de um Brasil elaboradas pelos onetenses e que vêm sendo transmitidas de uma geração a outra.

O quinto e último capítulo, “Caixinhas de lembranças”, é dedicado à observação das caixinhas de lembranças pertencentes aos guardiões da memória familiar brasileiros e italianos. Para tanto, ponderou-se sobre a importância da atividade de colecionamento para a sociedade contemporânea, analisou-se os encontros familiares organizados pelas mulheres, por ser durante a realização deles que os objetos e fotografias colecionados são expostos e passam a servir de chamados para lembranças. Ou seja, as proprietárias e proprietários das caixinhas relembram antigas histórias vivenciadas por membros de seus grupos familiares, entre as quais encontram-se aquelas que narram a experiência migratória. Assim, tais encontros são aqui compreendidos como *rituais* de transmissão da memória familiar italiana. Considerando que as fotografias e os objetos “materializam” experiências vividas, servem de suportes para recordações, ao final foi possível perceber as mensagens construídas e escolhidas pelas famílias italianas para serem relembradas no futuro. A bem da verdade, neste capítulo foram as caixinhas de lembranças que, ao ganharem voz, permitiram-nos contar suas histórias.

PARTE I - MIGRAÇÕES: FATORES E ESCOLHAS

Refletir sobre o fenômeno migratório em uma perspectiva histórica, implica em reconhecer o papel basilar, senão decisivo, que as inúmeras migrações desempenharam na história humana. Indivíduos, grupos de pessoas e povos sempre vivenciaram experiências migratórias. Comunidades, impérios e entidades políticas, em determinados momentos, conheceram períodos de pequenos e grandes deslocamentos humanos em seus territórios e, conseqüentemente, geraram os seus emigrados e os seus exilados, como também passaram a conviver com imigrantes e cidadãos asilados. Diversos estudiosos argumentam que esse migrar da espécie humana foi a condição determinante que fez dela a única, entre todas as espécies viventes, a sobreviver por um longo tempo e a se dispersar por todos os lugares da Terra (GOLINI; AMATO, 2001: 45).

Mas o que leva os indivíduos em determinados momentos de suas vidas a abandonar o local onde nasceram, a se afastar de seus familiares e amigos, rompendo o círculo de proteção, de segurança e amparo criado pelas relações sociais mais próximas? O que impele as pessoas a arriscarem a confiança do conhecido e se lançarem ao imaginado?

Os estudos migratórios, de uma maneira geral, convergem no sentido de perceber que o ser humano, ao se sentir impossibilitado para garantir os meios de sua própria sobrevivência e daqueles que estão sob sua responsabilidade, tal como o fazia em um período anterior, movimenta-se, com o propósito de restabelecer as condições de subsistência necessárias.

Ao longo de décadas, as investigações sobre as migrações seguiram, basicamente, o modelo tradicional do *push-pull*, um mecanismo que buscava analisar os fluxos migratórios a partir da identificação de variáveis relevantes que condicionavam os migrantes em seus locais de saída e de chegada. Entre os motivos expulsos apareciam as condições econômicas nas quais viviam os indivíduos, além de perseguições sofridas por motivos políticos, religiosos ou mesmo em função de pertencimento a minorias étnicas. E quanto aos fatores de atração que

concorriam para a viabilização dos deslocamentos migratórios, estiveram as políticas públicas e as possibilidades de inserção dos migrantes na sociedade de recepção (KLEIN, 2000; ROMANO, 1992; TRENTO, 1989). Nesse cenário, os emigrados do Velho Mundo eram compelidos a deixar seus povoados e cidades, devido a uma situação econômica catastrófica, e dirigiam-se para as grandes concentrações urbanas do Novo Mundo.

Eduardo Miguez (1995: 23-24) lembra, que nesses estudos não faltaram os condicionantes fornecidos pelas relações sociais - denominados efeitos “parentes e amigos” por Roberto Cortés Conde - mas, no entanto, tais razões apareciam como variáveis complementares aos modelos estruturais. Ainda segundo aquele autor, tentava-se criar uma equação que explicasse a decisão de emigrar a partir de uma análise de custos/benefícios, de fundo instrumental, vinculando fatores mais clássicos, ligados ao mercado de trabalho, com outros mais pessoais, como o custo afetivo da migração.

Mas foi a partir dos anos 1970 que as pesquisas migratórias passaram por um amplo processo de revisão e, na agenda dos novos estudos, os indivíduos foram colocados no centro da análise. Não há nada de excepcional nesse processo, pois entre os anos 1970 e 1980, a historiografia, em todo o mundo, vivenciou a crise dos paradigmas estruturalistas, crise esta que estava vinculada a constatação da impossibilidade de transformação rápida e radical das sociedades, pela via revolucionária.¹⁴

Em um contexto de reação aos paradigmas estruturais, surgiu e se consolidou a Nova História, um movimento historiográfico que promoveu profundas mudanças no fazer história: em contraposição aos modelos explicativos macro-sociais, até então vigentes, baseados na história econômica, impuseram-se outros de cunho político-cultural. Novas perguntas passaram a ser dirigidas ao passado, e surgiram novas abordagens e novos objetos de pesquisa, que demandaram novas fontes e métodos. Além disso, a oportunidade ímpar de colocar como premissa para a pesquisa a interdisciplinaridade, possibilitando aos historiadores cruzar as fronteiras da antropologia, da sociologia e da demografia, só para lembrar algumas áreas que muito enriqueceram a pesquisa histórica.

¹⁴ Entre os trabalhos que se dedicaram a perceber a crise dos paradigmas estruturais e seus reflexos na história e no fazer história estão: BURKE, P. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-37; LE GOFF, J. “A História Nova”. In: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 26-64; LE GOFF, J. “História”. In: LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 17-165; LEVI, G. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-37; VAINFAS, R. *Os Protagonistas Anônimos da História*. Micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002a. 163 p.

Dos diálogos mantidos entre historiadores-sociais e demógrafos-históricos - que se dedicavam a compreender a mobilidade territorial -, entre sociólogos, antropólogos culturais, geógrafos e estudiosos das ciências ambientais e do território, resultou o questionamento do modelo do *push-pull*. Conseqüentemente, foi colocada em discussão a visão tradicional até então dominante de uma imobilidade do mundo pré-industrial, do qual repentinamente se emigrou em massa em fins do século XIX, e que relacionava o fenômeno de emigração, necessariamente, com industrialização e urbanização.

No que se relaciona à Europa, que aqui nos interessa particularmente, sua própria imagem de um continente sedentário passou a ser também revista. Foi Giovanni Levi (1993: 35) quem ressaltou a importância da mobilidade existente no Antigo Regime, sinalizando para a singular importância das migrações de pequenas distâncias no continente europeu, enquanto práticas habituais e mesmo sedimentadas através de gerações. A emigração então, passou a ser pensada como um “sistema” que se prolongava no tempo e que incluía tanto o lugar de partida como aquele de destinação, podendo expandir-se, contrair-se e modificar-se de acordo com as circunstâncias (PAGE MOCH *apud* ALBERA; CORTI, 2000: 7).

E nesse mundo europeu, onde a mobilidade apresentava-se como uma característica secular, a ênfase principal deixou de recair sobre os fatores de expulsão, determinantes de fluxos migratórios, para incidir sobre as escolhas dos emigrantes, que passaram a ser considerados como atores racionais que perseguiram objetivos e mobilizavam para tais fins os recursos que possuíam a sua disposição. Esses foram considerados, pouco a pouco, como “recursos relacionais”, ou seja, aquelas relações interpessoais que serviam para conseguir informação sobre o destino e garantir a inserção no mercado de trabalho da sociedade receptora. Para Franco Ramella (1995: 9-18), são essas relações interpessoais que, ao unir indivíduos (vizinhos e habitantes de uma comunidade) por meio de vínculos de parentela e de amizade, constroem redes de sociabilidade, através das quais as notícias circulam sobre possibilidades de emprego em outras localidades, acabando por decidir as partidas. Sendo assim, esses vínculos sociais acabam por unir quem já se encontra no exterior e quem pretende tentar o caminho da emigração, iluminando o trajeto a ser percorrido.

No entanto, com relação a esses vínculos sociais presentes nas relações interpessoais, há que se ressaltar, que não se trata de quaisquer laços, mas tão somente daqueles mais pessoais e fortes, nos quais existe o reconhecimento de obrigações recíprocas de solidariedade e aliança por parte dos atores. São estes vínculos que asseguram a informação sobre trabalho aos potenciais emigrantes e garantem sua incorporação no local de chegada. O que significa que a força de uma relação social está sendo pensada através do reconhecimento de relações

mútuas entre os indivíduos, e não porque eles estão fisicamente próximos. É assim que a informação se transmite, tanto que, em uma mesma comunidade, existem aqueles que têm informação, aqueles que se encontram desprovidos dela, e ainda aqueles que têm certas informações e não outras (GRIECO *apud* RAMELLA, 1995: 19-20).

Na investigação histórica, principalmente na Itália, a perspectiva das redes sociais passou a ser utilizada na micro-história por Giovanni Levi. Assim, através da adoção de uma metodologia específica, que trabalha de forma intensiva as fontes nominais conservadas em arquivos, busca-se reconstruir a dinâmica do tecido de relações interpessoais nas quais os indivíduos se encontram imersos - em tempos e espaços determinados - e que percebem em torno de si mesmos. A partir de um indivíduo ou de vários, identifica-se suas redes de relação, através da investigação de vestígios documentais, o que permite uma visão da sociedade caracterizada por um conjunto de relações formais e sistemas de relações, de configurações móveis, ao invés de uma visão fundada em um conjunto de categorias construídas *a priori*, de uma vez e para sempre.

Enfim, se na visão estruturalista um indivíduo era uma concatenação de variáveis - origem, ocupação, instrução -; sob o olhar que poderíamos reconhecer como pós-estruturalista, esse indivíduo é uma concatenação de relações, mais frequentes, mais intensas, verticais e horizontais, estabelecidas com outras pessoas nas comunidades onde se encontra inserido e interagindo. O que significa dizer que é impossível formar conjuntos de pessoas homogêneas enquanto capital relacional e muito menos percebê-las, deslocando-se movidas por idênticos motivos. A decisão de cada indivíduo de emigrar, a possibilidade de encontrar emprego e de continuar a vida em outra sociedade, só parece ser explicável a partir de um estudo de caso, sempre considerando as redes sociais que os indivíduos construíram e delas são parte integrante (MIGUEZ, 1995: 25).

Essa nova abordagem dos estudos migratórios, ao relacionar dessa forma áreas de saída e de chegada - os países de origem e os países de recepção dos migrantes -, permitiu perceber tais deslocamentos, como mecanismos migratórios que são colocados em funcionamento por diferentes atores (individuais e coletivos) envolvidos no processo. Nesse contexto, foi elaborada a noção de cadeia migratória,¹⁵ que se revelou especialmente

¹⁵ Entre os estudos referenciais sobre o conceito de cadeia migratória e sua aplicação estão: LOCHORE, R. A., *From Europe to New Zeland*. Wellington (NZ), 1951; PRICE, C., *Southern Europeans in Austrália*. Melbourne-Sydney, 1963; BAILY, S. L., "Las cadenas migratórias de los italianos a la Argentina: alguns comentários". *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 3, 8, p. 125-135, 1988.; DOUGLASS, W. A., *L'emigrazione in um paese dell'Italia Meridionale. Agnone: tra storia e antropologia*. Pisa, Giardini, 1990; BAILY, S.; RAMELLA, F. *One family, two words. An Italian family's correspondence across the Atlantic*,

adequada para a compreensão dos complexos processos micro-sociais relacionados às migrações internacionais, e também se constituiu em um instrumento relevante para a análise explicativa das estratégias formuladas pelos grupos migrantes. Enquanto nos estudos estruturalistas os deslocamentos populacionais eram vistos como rupturas, as cadeias migratórias revelaram processos de continuidade nas relações construídas e mantidas entre os dois pólos envolvidos (DEVOTO, 1988: 3).

Foram John e Leatrice MacDonald, estudiosos da emigração italiana nos Estados Unidos e Austrália, os responsáveis pela formulação do conceito de cadeias migratórias que, com o passar dos anos, tornou-se muito compartilhado. De acordo com os autores: “A cadeia migratória pode ser definida como o movimento através do qual os futuros migrantes tomam conhecimento de oportunidades, obtêm os meios para o transporte e conseguem instalação inicial e emprego, por meio de relações sociais primárias com emigrantes anteriores” (*apud* DEVOTO, 1987: 355). Nesse sentido, a noção propõe explicar o mecanismo migratório, percebendo quem deveria emigrar, para que local, como e quais seriam os padrões de assentamento e ocupações iniciais dos emigrantes, em contraposição aos movimentos baseados em sistemas impessoais de recrutamento e assistência aos imigrantes.

Para os MacDonald, existiriam três tipos ou etapas vinculadas aos mecanismos migratórios em cadeia: a migração através de *padroni* (que se realizava em função da presença de agentes externos, também denominada “comércio da emigração”); a migração em série de trabalhadores assistidos por amigos ou parentes já emigrados; e a emigração posterior de suas famílias, quando a mulher e os filhos se uniam aos seus maridos emigrados anteriormente.

1901-1922. New Brunswick, Rutgers University Press, 1988; MARQUIEGUI, D. N. “Las cadenas migratorias españolas a la Argentina. El caso de los Sorianos de Luján”. *Studi Emigrazione*, 105, p. 69-101, 1992; PINNA, D. “Aspetti del fenómeno migratório in un comune del Terramano”. *Studi Emigrazione*, 74, p. 241-251, 1984; STURINO, F., “Emigración italiana: reconsideración de los eslabones de la cadena migratória”. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 3, 8, p. 5-25, 1988; RAMELLA, F. “Movilidad geográfica y movilidad social. Notas sobre la emigración rural de la Itália del Noroeste (1880-1914)”. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 6, 17, p. 107-118, 1991; GANDOLFO, R. “Notas sobre la élite de una comunidad emigrada em cadena: el caso de los agnoneses”. In: DEVOTO, F. J.; ROSOLI, G. F. (a cura di) *L'Italia nella società argentina. Contributi sull'emigrazione italiana in Argentina*. Roma, Centro Studi Emigrazione, p. 160-177, 1988.; CORTI, P. “Emigrazione e mestiere: il caso di un gruppo di edilizi piemontesi”. *Studi Emigrazione*, 24, 87, p. 327-344, 1987; RAMELLA, F., “Gli studi sull'emigrazione tra vecchi paradigmi e nuove prospettive”. In: SAIJA, M. (a cura di) *L'emigrazione italiana transoceanica tra Otto e Novecento e la storia delle comunità derivate*. Atti del Covegno Internazionale di Studi. Salina 1-6 giugno 1999. vol. I-II. Messina, Edizione TRIFORM, 2003. p. 25-34; BJERG, M.; OTERO, H. (Comp.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil, CEMLA-IEHS, 1995. RAMELLA, F. “Reti sociali, famiglie e strategie migratorie”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 143-160.

Posteriormente, Fernando Devoto (1987: 359), estudioso da imigração italiana na Argentina, ponderou que toda definição de cadeia migratória é necessariamente discutível e instrumental e, inevitavelmente, dependente de características que constituem o núcleo essencial que distingue esse mecanismo de outros mecanismos. Na perspectiva por ele adotada, o núcleo distintivo é entendido como a capacidade de gestão do processo migratório, que envolve a rede de relações interpessoais parentais ou comunitárias. Sendo assim, o autor, delimitou ainda mais o conceito, ao colocar que o mecanismo de emigração em cadeia é só um tipo de mecanismo migratório e que deve ser diferenciado de ao menos outros três tipos: 1) emigração através de mecanismos de assistência impessoais; 2) emigração através de mecanismos semi-espontâneos, onde o processo começa incentivado pelos meios de comunicação parentais, locais ou públicos, porém o movimento resulta de iniciativas e recursos de um indivíduo ou de uma família isoladamente; 3) emigração através de agentes externos ou de outros sistemas mais difusos de comunicação e clientelismo, porém onde a gestão do processo está nas mãos de intermediários externos à cadeia.

Neste trabalho, será levando em consideração as ponderações e pressupostos até aqui expostos - que valorizam as escolhas dos emigrantes, que enfatizam as redes sociais construídas e fundadas na procedência comum e os mecanismos migratórios colocados em funcionamento pelos indivíduos, sem renunciar às contribuições do mecanismo do push-pull -, que se estará observando os fluxos migratórios peninsulares em direção ao Brasil. Mais especificamente, a transferência de habitantes de uma aldeia localizada na região da Toscana para uma cidade no estado do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do Oitocentos.

Por fim, vale salientar, que a migração não é um fenômeno exclusivamente individual, espontâneo, pois carrega consigo uma complexidade de fatores econômicos e políticos que não podem e não devem ser esquecidos. Nesse sentido, os deslocamentos migratórios pertenceram e ocorreram em uma realidade mais abrangente e, sendo assim, o objetivo aqui não é negar o econômico, o político ou a esfera social mais ampla. Ao contrário, trata-se de buscar compreendê-los e, ao fazer isso, perceber as formas pelas quais os indivíduos inseriram-se nesses contextos abrangentes. Além do mais, a análise não poderia ser realizada de outra maneira, pois no momento que os aldeões colocaram-se em movimento, rompendo os limites do povoado, cruzando fronteiras e mares, suas ações ganharam dimensões internacionais.

CAPÍTULO I - A “GRANDE MIGRAÇÃO ITALIANA” PARA O BRASIL

1. Europa e América: antigos laços, novos contatos

O tempo decorrido entre, aproximadamente, os anos 1870 e 1920 passou a ser conhecido na historiografia como o da “grande migração” que uniu o Velho Mundo Europeu ao Novo Mundo Americano. Herbert Klein (2000: 14-21), buscando compreender os motivos que originaram esses fluxos transoceânicos, ponderou que eles foram possíveis devido à combinação de três fatores dominantes que agiram como forças expulsoras: o difícil acesso à terra; a baixa produtividade da terra; e o grande número de membros da família que precisava ser mantido, aí implícito o crescimento demográfico. Tudo isso resultando na escassez de alimento e na miséria da população rural européia, em geral.

Por outro lado, ao se comparar a relação terra-trabalho vigente na Europa com a do hemisfério ocidental, naquele momento, percebe-se que existia uma grande disponibilidade de terras e uma escassez de mão-de-obra na América. Bem o contrário da realidade européia que, em função da expansão do sistema capitalista, assistia seus campos entrarem em uma fase de desarticulação, liberando um farto contingente de trabalhadores, além da conseqüente redução de salários, nas áreas onde a economia já operava monetariamente (BEVILACQUA, 2001: 107). Ao fim e ao cabo, a emigração aliviava uma grave crise econômica, acompanhada de tensões sociais, em várias nações européias. Ou seja, as três Américas funcionaram como um escoadouro de mão-de-obra e se constituíram em um novo território de reserva para a numerosa e famélica população européia.

Mas há que se considerar que entre os europeus - portugueses, espanhóis e italianos, só para citar alguns exemplos -, regularmente, recorria-se a uma migração intracontinental, fosse ela sazonal ou mesmo permanente, conforme as necessidades impostas pela sobrevivência e pela oferta de trabalho em suas aldeias ou regiões. Portanto, é possível falar em uma tradição

emigratória europeia que, *grosso modo*, acabou por apontar a outra margem do Atlântico como destino privilegiado no correr do século XIX (PIZZORUSSO, 2001: 16).

Nas primeiras décadas do Oitocentos, nações europeias já assistiam a seus cidadãos partirem para as Américas com bastante regularidade. Para se ter uma idéia dos deslocamentos populacionais dessa época, entre 1821 e 1880, cerca de 9,5 milhões de camponeses europeus e trabalhadores rurais da Irlanda, das Ilhas Britânicas e da Europa setentrional chegaram aos Estados Unidos. Aliás, esse país foi o grande receptor de imigrantes europeus nesse longo intervalo de tempo. A Irlanda foi a região de maiores saídas, pois assistiu a 850 mil dos seus habitantes emigrarem para os Estados Unidos. Depois dos irlandeses, em número de emigrados, vinham os alemães e os originários das Ilhas Britânicas e da Escandinávia (KLEIN, 2000: 21). Com o decorrer do século XIX, o fluxo foi se intensificando até atingir o ápice, mais especificamente a partir de 1880, quando uma evolução dos meios de transportes - terrestre e marítimo - e dos meios de comunicação - instalação de cabo telegráfico transatlântico -, facilitou e agilizou os deslocamentos e a comunicação entre o Velho Continente e o Novo Mundo.

A partir de 1881, até 1915, período no qual os fluxos migratórios adquiriram proporções de massa, deixaram a Europa e buscaram as Américas aproximadamente 31 milhões de imigrantes. Não eram mais indivíduos predominantemente originários do Norte, mas sim do Leste e do Sul da Europa, mudando dessa maneira o perfil do imigrante europeu. Isto ocorreu, conforme ponderou Klein (2000: 24), devido à transição demográfica (isto é, o aumento drástico da taxa de crescimento da população) na Europa Oriental e Meridional. Ou seja, à medida que crescia a pressão populacional sobre os seus territórios, os governos acabaram tomando medidas emigrantistas.

Para se ter algumas referências numéricas, para o Canadá se deslocaram, aproximadamente, 1,4 milhão de imigrantes europeus entre 1821 a 1880. Por volta de 1881, os imigrantes correspondiam a 14% da população canadense, e em 1921, já constituíam 22% de seus habitantes. Da Alemanha e do Norte da Península Itálica emigraram 455 mil colonos agrícolas, que se instalaram em terras brasileiras no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, até por volta de 1880 (KLEIN, 2000: 22-23). Os espanhóis que emigraram para a América, instalaram-se preferencialmente na Argentina e em Cuba, países que concentraram quase 82% do total desses imigrantes que chegaram à Iberoamérica, no período entre 1882 e 1930. De um total de quase 3,3 milhões de indivíduos que deixaram a Espanha e desembarcaram no Novo Continente, mais de 1,5 milhão foi para a Argentina e mais de 1,1 milhão de pessoas tiveram Cuba como destino (MARTÍNEZ, 2000: 239). Em contrapartida, os imigrantes lusos tiveram

seus destinos quase restritos ao Brasil. Entre 1855 e 1914, as estatísticas portuguesas registraram mais de 1,3 milhão de saídas, sendo que para o Brasil vieram de 80% a 90% desses portugueses. Para a América do Norte, Argentina, Guiana Britânica e Havaí se dirigiram cerca de 200 mil lusos (LEITE, 2000: 177). Também buscaram o Novo Mundo imigrantes poloneses, russos, gregos e judeus de diferentes nacionalidades.

Com relação aos emigrantes da Península Itálica, Ruggiero Romano (1992: 4) comenta que, ao longo do século XIX, aos poucos, foi tomando fôlego um fluxo que tinha como destino os novos Estados americanos recém-independentes da Espanha e os países da América do Norte (Estados Unidos e Canadá). Segundo as estatísticas, foi principalmente entre 1869 e 1910 que os italianos vieram em grandes levadas para o Novo Continente: nada menos que 10 milhões de italianos se dirigiram para a Argentina, Uruguai, Brasil e Estados Unidos; e após a Segunda Guerra Mundial o fluxo migratório se dirigiu para a Venezuela e o Canadá. Para Romano, poucos foram os que se deslocaram para o México, Peru, Equador, Guatemala e Bolívia. Esta dupla orientação geográfica não foi tipicamente italiana, porque também pode ser encontrada no caso dos imigrantes russos, poloneses e “turcos”, como eram chamados os cidadãos do império otomano: libaneses e sírios.

O que se pode perceber é que muito embora a América e a Europa já possuíssem laços quadricentenários, foi no decorrer do século XIX que os contatos se intensificaram e o Novo Continente recebeu um fluxo populacional europeu jamais experimentado em épocas anteriores.

2. O Brasil e a grande imigração: políticas, projetos, interesses e a opção pelos “italianos”

No contexto da grande migração transoceânica, o Brasil foi o destino de milhões de europeus. Embora a primeira opção de nova pátria para as pessoas que se aventuravam na travessia do Atlântico não tenha sido esse país dos trópicos - os Estados Unidos e a Argentina se constituíram em nações mais atrativas -, os imigrantes que desembarcaram em território brasileiro formaram um contingente de 3.300.188 milhões de pessoas, no período entre 1870 a 1920 (ALVIM, 2000: 383). E vieram indivíduos de diferentes nacionalidades: portugueses, alemães, espanhóis, italianos, russos e poloneses. Escolha compreensível, se considerarmos que desse lado do oceano, desde o início do Oitocentos, o Brasil já acenava com a promessa de terras para quem decidisse nele habitar.

Em 1819 chegaram suíços, originários do Cantão de Friburgo, de Vaux, Valais, Soleure e Lucerne, que foram encaminhados para a fazenda do Morro Queimado, no caminho de Cantagalo, na região serrana. Nascia a vila de Nova Friburgo, formada por 1.682 indivíduos, que constituíam 261 famílias (REIS, 1995: 327).¹⁶

Em 16 de março de 1820, um decreto de D. João VI criava as denominadas colônias “oficiais”, para as quais foram direcionados imigrantes, ou melhor, famílias inteiras de imigrantes, que recebiam pequenos lotes de terras para produzir alimentos e bens artesanais voltados para o mercado interno. A referida legislação também previa uma administração autônoma das colônias, que seria nomeada pelo governo, pelo dono da terra ocupada ou pelos próprios colonos, com o encargo de supervisionar a distribuição de lotes de terras, promover a derrubada de matas e a construção de benfeitorias para a comunidade. Em contrapartida, o Estado brasileiro financiaria os serviços especializados de médicos e eclesiásticos (FARIA, 2002: 354).

Após 1822, com a instauração do Império brasileiro, prosseguiram os investimentos em políticas imigrantistas e acentuaram-se as formações coloniais, ficando cada vez mais evidentes os interesses imperiais: prover de mão-de-obra as plantações cafeeiras no Sudeste, sobretudo quando foi abolido o tráfico de escravos para o Brasil, em 1850;¹⁷ atrair colonos europeus que deveriam ocupar terras em áreas de fronteira, como as do sul do país, pondo fim à ambição dos países platinos; e incentivar o trabalho livre e a formação de uma camada de pequenos proprietários brancos, intermediária entre senhores e escravos (FARIA, 2002: 353-354; GOMES, 2000a: 162). E o exemplo de sucesso dessa política foi a “Colônia Alemã de São Leopoldo”, instalada próxima à cidade de Porto Alegre (RS), em 1824. No entanto, uma lei aprovada em 15 de dezembro de 1830, acabou proibindo o governo de promover gastos com a formação de colônias.

Nas décadas seguintes surgiu uma nova experiência imigratória: o regime de parceria. Tal sistema foi uma iniciativa do senador do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que, não por casualidade, foi o primeiro a colocá-la em prática, em 1848, ao atrair imigrantes

¹⁶ Pela Carta Régia de 2 de maio de 1818, D. João VI, então Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, decidiu favoravelmente à solicitação por parte do Cantão de Fribourg para o estabelecimento de algumas famílias suíças no Reino do Brasil. Pelo Decreto de 6 de maio do mesmo ano, o rei mandou comprar a fazenda do Morro Queimado, em Cantagalo, para assentar a colônia de suíços. BRASIL - COLEÇÃO DAS LEIS DO BRAZIL de 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

¹⁷ A proibição do tráfico de cativos foi regulamentada pela Lei nº. 581, conhecida como Lei Euzébio de Queiróz, aprovada em 4 de setembro de 1850. MATTOS, H. “Lei Euzébio de Queiróz”. In: VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002b. p. 473-476.

suíços para a Fazenda de Ibicaba localizada em Limeira, no estado de São Paulo. Pelo regime de parceria o fazendeiro era quem deveria contratar os trabalhadores de que necessitasse, recrutando-os em países propensos à emigração; arcando com o transporte e alimentação dos imigrantes e de suas famílias, até o momento que os trabalhadores pudessem sobreviver por seus próprios meios. Porém, antes que isso ocorresse, os imigrantes deveriam restituir todos os gastos anteriores dos fazendeiros, o que acabou por gerar uma total dependência dos colonos em relação aos contratantes, visto que estes manipulavam os débitos dos imigrantes, ao praticarem altas taxas cambiais e exagerarem nos juros cobrados, além de cobrar preços excessivos nos armazéns das fazendas (MARTINS, 1996: 125). A parceria, na prática, transforma-se em um regime de trabalho forçado.

Mesmo assim, essas medidas imigrantistas desagradavam os proprietários rurais, no que se relacionava à intenção do governo Imperial de promover a criação de um estrato de pequenos proprietários na sociedade brasileira, visto que mais interessados estavam em manter uma política agrária baseada na grande propriedade e na agricultura de exportação, contando com farta oferta de mão-de-obra, fosse ela africana ou imigrante, escrava ou livre.

Não foi por acaso que, ainda em 1850, foi sancionada a Lei n.º. 601, conhecida como Lei de Terras, com objetivo de controlar as terras devolutas, pois estas, desde o fim do regime de sesmarias, ocorrido com a Independência, vinham passando, de forma livre e desordenada, ao patrimônio de particulares. Com essa nova legislação, as terras devolutas não poderiam ser ocupadas por outro título que não fosse o de compra. Por outro lado, tais preceitos não foram respeitados, pois os ocupantes de terras e os possuidores de títulos de sesmarias conseguiram fazer valer seus direitos através do que se denominou “registro paroquial”, que validava ou revalidava a ocupação da terra até o ano de 1854. Isso gerou uma verdadeira indústria de “grilagem”, uma enorme falsificação de títulos de terras, sempre anteriores à data do “registro paroquial” (COSTA, 1977: 146). Nesse momento, estava sendo limitado o acesso à terra aos homens livres pobres e aos imigrantes estrangeiros que aqui desembarcavam e, dessa forma, garantindo-se o monopólio dos grandes proprietários sobre as terras devolutas (MARTINS, 1996).

A partir da década de 1870, em decorrência do fim do sistema de parceria, e com a entrada em vigor da Lei do Ventre Livre,¹⁸ que prenunciava a inevitável abolição da

¹⁸ Esta lei, de n.º. 2.040, aprovada em 28 de setembro de 1871, estabelecia que seriam livres os filhos da mulher escrava que nascessem a partir daquela data, garantindo também aos escravos acumular um pecúlio e, com ele, adquirir sua liberdade, independentemente da vontade do senhor. Ou seja: para o bem ou para o mal, a lei sinalizava que o fim da escravidão era inevitável e deixava claro que os proprietários não teriam mais a

escravidão e problemas dela decorrentes para suprimento de mão-de-obra, e como os grandes proprietários rurais não desejassem arcar sozinhos com o ônus do traslado de imigrantes, passaram a buscar a participação efetiva do governo na solução da questão imigratória, através de financiamento público. Teve início um outro formato de política imigrantista, a imigração subvencionada ou imigração subsidiada, financiada pelos governos provinciais e imperial, no qual os imigrantes vinham da Europa com as despesas pagas e eram direcionados para núcleos coloniais no interior de fazendas particulares. Em 8 de agosto de 1871, através do Decreto n.º 4.769, ficava autorizado o funcionamento da *Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração*, justamente para a província de São Paulo, grande pólo cafeeiro brasileiro nesse momento.

No período republicano, através da lei Glicério¹⁹ de 1890, o governo central passou a assegurar o traslado gratuito de famílias de agricultores, mas também lavradores solteiros ou viúvos, operários e artesãos. A lei promoveu a criação de contratos entre empresas ou particulares para a introdução de imigrantes, neles incluídos o transporte e a propaganda na Europa; e também previa o pagamento, pelo governo, de prêmios em dinheiro para os particulares que fundassem colônias agrícolas e de povoamento. Assim, o imigrante poderia optar entre trabalhar em uma fazenda ou instalar-se em um núcleo colonial, onde conseguia um lote de terra pagável a prestação (TRENTO, 1989: 27). Dessa forma, o governo federal acabou aliviando os gastos dos fazendeiros. Exatamente por isso, a década de 1890 assinala um *boom* de entrada de imigrantes no país.

Ao se observar o fluxo imigratório em sua totalidade, suas fases e interesses envolvidos, constata-se que em função da política imigratória imperial, entre 1872 e 1889, foram atraídos para o Brasil 624.959 indivíduos. Na década seguinte, a de 1890, a primeira década republicana, esse contingente saltou para 1.198.327 imigrantes, quase duplicou. Esse crescimento do fluxo de imigrantes acabou por demonstrar uma estreita conexão entre o corpo de leis aprovadas a partir da segunda metade do Oitocentos e a participação efetiva do setor público, sobretudo do governo federal da nascente República, na questão imigrantista. Dessa maneira, saíram vitoriosos os grandes proprietários rurais, pois a entrada maciça de imigrantes

Coroa ao seu lado. ABREU, M. "Lei do Ventre Livre". In: VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002b. p. 468-471.

¹⁹ Francisco Glicério de Cerqueira Leite (1846-1916) foi advogado, abolicionista e republicano. Participou do Grupo Republicano de Campinas e da Convenção de Itu (abril de 1873), a partir da qual tomou a frente da propaganda e comandou os atos relacionados ao novo partido na Província de São Paulo. Elegeu-se vereador em Campinas, deputado federal e senador. Em 1890, no Governo Provisório, atingiu o posto de Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Arquivos Históricos - Centro de Memória - UNICAMP. Disponível em: <http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_f_glicerio.htm>. Acesso em: 17 fev. de 2007.

garantiu braços para a lavoura cafeeira em expansão, assegurando, inclusive, uma reserva de mão-de-obra. Mas venceram também a intelectualidade, as autoridades públicas e os empresários privados, envolvidos nos debates sobre o formato da política imigratória. Tais setores sempre externaram suas preocupações com relação à constituição de uma “nação moderna”, percebendo a imigração como uma possibilidade de “civilizar” o país. Isso significava povoar o território com populações norte-européias que “embranqueceriam” o povo. Uma proposta que se fortalecia com o crescente compartilhamento das “teorias raciais”, em maré montante desde a segunda metade do século XIX.

Entre as nacionalidades dos 624.959 imigrantes que entraram no Brasil entre 1872 e 1890, os percentuais por nação revelam que, em um primeiro momento - entre 1872 e 1879 - a maioria relativa foi composta por portugueses (31,2%), seguidos dos italianos (25,8%), alemães (8,1%) e espanhóis (1,9%). Em um momento posterior, a partir de 1880 até 1890, os italianos (61,8%) passaram a constituir a maioria absoluta, seguida dos portugueses (23,3%), espanhóis (6,7%) e alemães (4,2%) (FARIA; MOTTA, 2002: 350-353). No período de 1890 a 1900, quando o Brasil contava com um contingente de cerca de 1,3 milhão de imigrantes, os italianos também corresponderam a maioria (57,7%), seguidos dos portugueses (18,5%), dos espanhóis (13,7%), russos (3,4%), austríacos (3,3%) e alemães (1,4%) (BASTO, 2000).

Para além das quantificações, os dados mostram uma clara política de seleção de imigrantes, de acordo com um projeto “civilizatório” pensado para o Brasil. Não se desejava imigrantes asiáticos, por serem considerados “indolentes”, mas sim lusos, italianos e espanhóis. Os dados revelam também que no auge da “grande imigração”, os italianos se sobressaíram significativamente entre os grupos de europeus.

Com relação aos alemães, frustrantes haviam sido as experiências de implantação de núcleos coloniais, principalmente as colônias localizadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, pois revelaram vários problemas no que diz respeito à sua assimilação pela sociedade nacional. As famílias e grupos teutos se enquistaram, fosse devido à língua, aos hábitos, aos costumes ou mesmo à religião (FARIA; MOTTA, 2002: 352).

Já os portugueses, os italianos e espanhóis compuseram os maiores contingentes imigratórios, pois atendiam às perspectivas da corrente “civilizatória” presente no aparelho de Estado. Eram também latinos, portanto mais próximos do habitante nacional em relação ao idioma, à religião católica e à cultura, o que facilitava o processo assimilatório e afastava o risco do isolamento em núcleos étnicos. Além disso, eles possuíam uma outra característica imprescindível: italianos e espanhóis eram imigrantes desprovidos de posses e, dessa forma, também atendiam às expectativas dos proprietários rurais de substituição de mão-de-obra

escrava em suas fazendas, como trabalhadores livres, parceiros ou assalariados abundantes e baratos (ALENCASTRO, 1997: 315).

Os italianos foram preferidos em relação aos trabalhadores de outras nacionalidades por melhor atenderem às expectativas de parte da elite brasileira, isto é, aos critérios classificatórios exigidos: eram europeus, latinos, católicos e, além disso, porque as referências a tais imigrantes, de uma forma bem geral, estavam ligadas à sua capacidade de trabalho (TRENTO, 1989: 41).

Entre 1870 e 1920 já se encontravam em território brasileiro cerca de 1,4 milhão de italianos. Como pano e fundo para essa emigração em massa, especialmente em algumas áreas internas da Península, estava a miséria.²⁰ Mas não somente. Há que se considerar que o próprio fenômeno emigratório não é simples ou monocausal, ao contrário, é complexo e na sua origem e desenvolvimento diversos mecanismos foram colocados em funcionamento por diferentes atores sociais. E ainda, quando observado em seu nível micro-social - os indivíduos, seus grupos e as comunidades das quais eram parte integrante - percebe-se que os emigrantes possuíam seus projetos, fizeram escolhas e mobilizaram-se para concretizá-los.

3. Emigração transoceânica italiana: uma solução moderna para um problema antigo

Na tentativa de compreender o grande êxodo italiano em direção ao Brasil é fundamental a análise da bibliografia sobre o tema. No entanto, levando em consideração que essa literatura é muito extensa para ser abordada aqui, o objetivo será apenas sistematizar e consolidar uma literatura clássica que, a seu tempo, mostrou-se bastante profícua, e a seguir, apontar tendências historiográficas mais recentes que privilegiam novas abordagens e têm revelado algumas particularidades desse fenômeno em determinadas micro-regiões peninsulares.

A historiografia mais clássica privilegia alguns fatores de expulsão que coexistiram entre o final do século XIX e início do século XX, reunindo-os em três ordens: demográfica,

²⁰ Para se ter uma idéia das condições de vida em algumas regiões da Península Itálica, nas três últimas décadas do século XIX, basta mencionar que a média de vida das crianças então nascidas, era de seis anos e meio. Uma situação tão dramática que se tornou irrevelável. A divisão estatística do Ministério do Interior chegou a elaborar duas tabelas sobre o tema: uma com a idade média que a morte solapava as crianças e outra onde tal informação era sonogada. STELLA, G. A.; OSTUNI, M. R. *Sogni e Fagotti: immagini, parole e canti degli emigranti italiani*. Milano: Rizzoli, 2005. 160 p.

econômica e também política. E, justamente pelo fato de terem ocorrido simultaneamente e se interpenetrarem, tais fatores transformaram profundamente a sociedade da época. No que se relaciona ao primeiro fator, o demográfico, pode-se dizer que, ao longo do século XIX, melhorias na agricultura passaram a minimizar as taxas de mortalidade e estabilizaram os índices de natalidade. Um processo que, no final desse século, conduziu a Península à chamada transição demográfica. Mas esse aumento vertiginoso da população não foi seguido por um crescimento da estrutura produtiva, o que trouxe a miséria para muitos (TRENTO, 1989: 31-33).

Quanto ao segundo fator de expulsão, ao se observar a economia da Península Itálica constata-se que, apesar da exigüidade de território adequado às atividades agrícolas, ela viveu da agricultura até o final do Oitocentos. A partir das últimas décadas desse século, teve início o processo de produção capitalista, segundo as mesmas orientações de outros países europeus que haviam se industrializado em tempos anteriores. Ou seja: 1) concentração da terra nas mãos de poucos proprietários; 2) introdução de máquinas por parte dos grandes proprietários rurais o que, além de liberar um grande número trabalhadores de suas tarefas, passou a oferecer produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor; 3) altas taxas de impostos sobre a propriedade da terra e sobre produtos agrícolas (a taxa sobre a farinha, por exemplo), levando camponeses proprietários ou meeiros ao endividamento e a dificuldades na comercialização da produção. E, em 1880, a esses fatores se aliou a depressão agrícola que, ao provocar uma crise de disponibilidade de alimentos, mostrou a fome a muitas pessoas (TRENTO, 1989: 31; ALVIM, 2000: 385-386).

Considerando que o desenvolvimento industrial não ocorreu tão intensamente e não se distribuiu por todo o território da Península, logo acabou por revelar sua incapacidade de absorver a mão-de-obra excedente, tanto aquela de origem demográfica como a de origem econômica, então presente no mercado de trabalho italiano. Conseqüentemente, ela foi procurar no exterior possibilidades de sobrevivência e de trabalho (GOLINI; AMATO, 2001: 51).

Dentro desse contexto, Angelo Trento (1989: 31-32) chama a atenção para a razão que considera uma das mais relevantes para a emigração camponesa italiana: a dificuldade que a população pobre passou a ter para conseguir dinheiro vivo, necessário, indispensável. Era com dinheiro que deveriam ser pagos os impostos fundiários, de registro e transmissão de terras, as dívidas hipotecárias etc. Só que esse dinheiro, prossegue o autor, não chegava até as mãos dos camponeses, que acabaram se endividando e viram suas propriedades serem confiscadas ou vendidas judicialmente por dívidas, o que os obrigou a migrar interna ou externamente.

Uma última razão que provocou o agravamento das questões socioeconômicas e contribuiu para esse grande êxodo, foi o prolongado e difícil processo de unificação política da Península. Isso porque ele onerou sobremaneira a população, visto que as lutas pela centralização envolveram todas as regiões de Norte a Sul.

O processo de centralização política da Itália se deu em meio a muitos embates, que envolveram a luta por uma determinada forma de governo e certo tipo de nacionalismo, segundo projetos de um novo Estado que se pretendia criar. Porém, para além de todas as questões e divergências, estava a idéia de que a Itália deveria ser um Estado único, moderno e livre do domínio externo.²¹

No entanto, o recém-criado Reino da Itália tinha um grave problema para administrar: uma numerosa população camponesa sem terra e desempregada, miserável e faminta, que não foi incorporada pela nascente indústria. Parte desses camponeses, que havia sido expulsa da agricultura, acabou migrando para as cidades, onde também não encontrava trabalho. Dessa maneira, as limitações impostas à população e o desespero eram ingredientes mais que suficientes para dar origem a revoltas populares, o que assustava os industriais e o próprio governo.

Sendo assim, conforme ponderou Ruggiero Romano (1992: 4), “a Itália, uma nação não tão organizada, fraca, com muitas bocas para nutrir não pode fazer outra coisa senão incentivar os próprios filhos a partir”. Tão logo o Estado se constituiu, tratou de incentivar a transferência de parcela de sua população para outros países, transformando a emigração em um mecanismo de alívio para as pressões econômicas e tensões sociais. Conforme lembrou Adriana Dadà (1993a: 487-489), o papel desempenhado pela emigração, naquele modelo colocado em prática pela Itália, foi muito importante. Tanto que “pode ser considerado uma das suas indústrias ‘naturais’, não fosse outra a função das remessas dos emigrantes, que permitiram a manutenção do saldo da balança de pagamentos em um momento de crise do processo de desenvolvimento” (BONELLI *apud* DADÀ, 1993a: 488).

Discordando dos estudos que atribuem as razões da “grande emigração”, primordialmente, à superpopulação e à miséria, Andreina De Clementi argumenta que isto é, no mínimo, superficial, pois constatou que

²¹ Em 1860 o Estado italiano encontrava-se formalmente constituído, após o Reino do Piemonte ter anexado toda a Itália Meridional, então sob o domínio dos Bourbon, exceto Roma. Em 1866, o Vêneto, que estava sob a égide dos austríacos, foi anexado à Itália; em seguida, em 1870, Roma foi incorporada. Somente em 1918 Trento e a Venezia-Giulia foram anexados. BERTONHA, J. F. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005. 300 p.

os paupérrimos habitantes dos rochedos de Matera ²² foram os últimos a se deslocar [...]

Não que miséria e superpopulação não tiveram seu peso, mas devemos considerar como causas determinantes as motivações mais complexas relativas à amplificação do mercado de trabalho e as ligações das ofertas nacionais às demandas intercontinentais, enquanto a preponderância de camponeses indica a necessidade de movimentos característicos e próprios da sociedade agrária (2001: 187).

É importante esclarecer que, no momento no qual a emigração atinge a característica de massa, a sociedade italiana estava permeada, há várias gerações, pelo costume de uma mobilidade populacional que ocorria dentro do território peninsular e em direção a nações européias, como meio de se fugir à pobreza e aumentar o orçamento doméstico. O que significa dizer que buscar novas cidades, regiões ou países não foi uma “saída” encontrada somente em fins do Oitocentos. Conforme observou Antonio Gibelli (1989: 10), seria a última manifestação de uma cultura da mobilidade que tem raízes profundas também no mundo camponês e não somente no universo mercantil ou marinesco das áreas litorâneas. Trata-se da existência de uma prática que se perpetuou entre uma população que era rural, e que se realizou sob variadas formas e em diversos momentos da história da Península, não sendo possível reduzi-la a um único modelo.

Segundo Giovanni Pizzorusso (2001: 7-10), essa mobilidade populacional peninsular ocorreu de maneiras tão diferentes, que a historiografia recente passou a propor uma síntese em torno de quatro áreas, que conformaram quatro modelos regionais de emigração, perceptíveis já desde a Idade Moderna, que possuíam diferentes características econômicas e demográficas, mas sobre as quais o regime de mobilidade pode ser contextualizado: a área da Itália Setentrional, que corresponde às zonas alpinas e pré-alpinas, de onde emigraram para regiões limítrofes, pedreiros e carregadores de madeiras com o objetivo de aumentar a renda familiar; a área Central, formada pela Toscana Setentrional, Marcas e Úmbria, uma zona caracteristicamente de meação,²³ da qual camponeses sozinhos ou acompanhados de mulheres e filhos emigravam para cultivar novos terrenos; a Meridional, que se inicia nos limites entre a Toscana e o Estado pontifício, caracterizada pelo latifúndio e por camponeses assalariados que buscavam trabalho em áreas vizinhas, mas também podiam chegar a localidades mais distantes; e as áreas das ilhas, a Córsega, uma terra de emigrantes de onde saíam camponeses para colonizar a Maremma e também vendedores de vinho que iam se estabelecer em Roma; a

²² Pequena cidade localizada na Basilicata, região ao Sul da Península.

²³ Em italiano denomina-se *sistema della mezzadria* ou *sistema mezzadrile*, que corresponderia ao nosso sistema de meação, sendo o *mezzadro* ou meeiro a outra parte envolvida, ao lado do proprietário da terra.

da Sardenha, que vivenciou fluxos relevantes, mas sofreu tentativas de colonização; e a da Sicília, que recebeu imigrantes da Itália do Norte e das montanhas da Calábria.

Na realidade, essas áreas não constituem quatro tipologias migratórias distintas, mas sim quatro realidades socioeconômicas macro-regionais, de grande mobilidade, cujas estruturas resistiram durante séculos e, com o passar do tempo, foram se adequando às novas realidades históricas da Península. E, se por um lado, existiram alguns fluxos populacionais que possuíram um determinado objetivo na história de determinadas regiões peninsulares, como as migrações sazonais que se mostraram como instrumentos reguladores do mercado de trabalho; por outro, é possível encontrar fatores com um caráter mais subjetivo, entre os quais se pode localizar os motivos que levaram tanto o camponês quanto o comerciante a se deslocarem (PIZZORUSSO, 2001: 7-16).

E, em fins do século XIX, nas áreas de grande mobilidade populacional, às diversas razões e causas de cada migrante, às redes sociais por eles construídas que uniam as duas pontas envolvidas no processo, veio se juntar a revolução dos meios de transportes e de comunicação e, conseqüentemente, o tempo ficou mais curto, as notícias circulavam mais rapidamente, as distâncias menos longas, o que deu consistência numérica aos deslocamentos populacionais. Foi exatamente o elevado contingente de pessoas que deixou a Península entre 1870 até aproximadamente 1920, que por longo tempo fixou na historiografia e na consciência histórica nacional, a idéia de serem esses movimentos os mais relevantes na história da emigração peninsular (PIZZORUSSO, 2001: 3).

Talvez essas ponderações ajudem a compreender as ligações entre determinadas regiões da Península Itálica e o Brasil. Analisando os fluxos migratórios ocorridos entre 1878 e 1902, constata-se que desembarcaram no Brasil famílias camponesas originárias do Norte da Itália, principalmente das regiões do Vêneto e Friúli que, entre os peninsulares entrados no Brasil no período, formaram o maior contingente: 35,2%. Vieram também indivíduos oriundos da Lombardia: 9,2% do total de imigrados, que na península eram meeiros, pequenos proprietários e arrendatários. Venetenses e lombardos no Brasil tiveram como destino as áreas meridionais de colonização. Há que se ressaltar que, para esses indivíduos, a terra tinha um valor inestimável, econômica e simbolicamente (TRENTO, 1989: 39; ALVIM, 2000: 386).

Ainda no mesmo intervalo de tempo, emigraram também ex-pequenos proprietários, que perderam suas terras devido a altos impostos e taxas, vindos de regiões do Sul da Itália, sobretudo da Campânia, 12,6% , e da Calábria, 7,7%, do total de imigrantes. De áreas meridionais vieram também indivíduos destituídos de qualquer posse, os trabalhadores

agrícolas assalariados. Esses, no Brasil, empregaram-se nas lavouras de café e em diversas atividades urbanas, no comércio e em atividades artesanais (TRENTO 1989: 39-41; ALVIM, 2001: 286; SANFILIPPO, 2001: 88).

Do Centro da Itália, vieram famílias camponesas e de artesãos, a grande maioria da região da Toscana, que chegaram a perfazer quase 6,5% do total de peninsulares entrados no Brasil até inícios do século XX. Esses toscanos fixaram-se em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e em Minas Gerais, e muitos preferiram as atividades ligadas ao comércio (TRENTO, 1989: 39; PEREIRA, 2003; ALVIM, 2001: 286).

Em suma, o maior contingente de peninsulares que se deslocou para o Brasil veio do Norte da Itália e era constituído, em sua maioria, por camponeses. Eram indivíduos que desempenhavam atividades ligadas à terra, mas dela afastaram-se em função da instalação da nova ordem econômica capitalista, sendo destituídos de posses e de qualquer tipo de educação formal, pois eram, na maioria, não alfabetizados. Nesse sentido, a emigração italiana constituiu-se por gente muito pobre e, em grande medida, assim se manteve (TRENTO; 1989: 42).

Diante dessas ponderações, é equivocada a idéia de que, no momento do processo de unificação do Estado Italiano, este estivesse dividido entre um Norte desenvolvido e industrializado e um Sul subdesenvolvido e agrário, donde um maior contingente de emigrados oriundos da região meridional da Itália. Ao contrário, foram do Vêneto, Friuli e Lombardia, regiões localizadas ao Norte, de onde partiu a maioria dos peninsulares que desejaram no Brasil “tentar a sorte”.

Uma outra idéia sem muito sentido é a de que os peninsulares que habitavam regiões ao Norte embarcavam necessariamente no porto de Gênova e os indivíduos que residiam no Sul tomavam os vapores no porto de Nápoles. Na realidade, Gênova constituiu-se na principal fronteira para aqueles que decidiram emigrar até o ano de 1889. Somente a partir desse ano, dado ao aumento da emigração ocorrida no Sul, foi que o porto de Nápoles passou a ser importante para o embarque de emigrantes. Formou-se, mais ou menos, uma divisão no embarque dos emigrantes que deixavam a Itália com relação às nações receptoras: os destinados à América do Sul - Brasil ou Argentina - embarcavam em Gênova. Mesmo os meridionais eram transportados de Nápoles ou Palermo, ao Sul, até Gênova, de onde saíam. Já aqueles que tinham os Estados Unidos como destino, embarcavam quase sempre do porto de Nápoles (HUTTER, 1987: 83; SERENI *apud* MARTINS, 1996: 131). Tal afirmação quebra a idéia preconcebida de que os imigrantes que vieram para trabalhar no Brasil eram obrigatoriamente do Norte da Península por partirem de Gênova. Como se vê, eles poderiam

também ser originários de regiões centrais ou mesmo do Sul da Península, havendo uma diversificada origem entre tais imigrantes (PEREIRA, 1999: 11).

4. Nós e os *Outros*: a construção do “italiano”

Independente do fato de terem tido como última fronteira Gênova ou Nápoles, de serem oriundos de localidades do Norte, do Centro ou do Sul da Península, aquele 1,4 milhão de indivíduos que cruzaram o Atlântico e aqui desembarcaram no final do Oitocentos e início do Novecentos, podiam ser reconhecidos como europeus, “civilizados”, “brancos” ou “morenos mediterrâneos” e até mesmo como um “povo desenvolvido”, mas não como “italianos”. É que o “ser italiano”, ou seja, o sentimento de pertencimento a um “todo nacional”, era uma identificação pouco provável para os imigrados, pois, na realidade, eles possuíam muito mais vínculos com as aldeias e regiões onde nasceram, viveram e trabalharam, do que com a nova nação. Até porque, o Estado nacional que atualmente identificamos como Itália é uma construção muito recente, tendo surgido no cenário europeu em 1860, sob o regime monárquico: o Reino da Itália. Portanto, durante a grande imigração transoceânica, o Estado nacional italiano acabara de concluir o seu processo de unificação política e, conseqüentemente, os imigrantes que para o Brasil vieram portavam identificações muito regionalizadas.

A Península Itálica sempre foi marcada por uma forte regionalização, fruto de sua diversificada constituição cultural e construção histórica. Sua população viveu segmentada em muitas comunidades pequenas e auto-suficientes o que deu origem a um verdadeiro mosaico de culturas e de línguas faladas em todo o território - como o vênето, o napolitano, o siciliano -, só para citar algumas. Para se ter uma referência do tamanho da diversidade, basta dizer que, na época da unificação, a língua italiana era falada por menos de 3% da população e, em 1950, um século após a unificação política, apenas um terço da população peninsular falava razoavelmente o italiano. Ainda hoje, em muitos lugares, falam-se duas línguas: a nacional e a local (MACIEL, 1996: 34-35).

É plausível portanto afirmar, que a denominação “italiano” foi uma identificação construída ao longo da experiência migratória, sobretudo, no exterior. Um processo que teve início já durante a viagem - pois não se pode perder de vista que europeus de diferentes nacionalidades passaram pela experiência migratória -, e que prosseguiu após a instalação dos indivíduos em um novo território. Até porque, uma característica intrínseca dos fenômenos de

construção identitária é o fato de se realizarem constantemente e transformarem-se ao longo do tempo; além de serem essencialmente plurais - as identidades -, visto que indivíduos e grupos assumem múltiplas formas de se identificar em diferentes situações concretas no decorrer de suas vidas.

Os migrantes passavam a diferenciar-se das pessoas inicialmente durante o trajeto, visto que os vapores partiam da Península e, quase obrigatoriamente, atracavam em portos franceses ou ingleses, quando novos indivíduos embarcavam, para em seguida seguir viagem em direção a países nas Américas. Como o vapor inglês “Canadian”, que partiu em 5 de dezembro de 1882 de Gênova, ancorou no dia 8 do mesmo mês em Marselha (FR) e aí sim rumou para o Rio de Janeiro.²⁴

No momento seguinte, ou seja, após o desembarque e a acomodação em terras brasileiras, os imigrantes passavam a diferenciar-se daqueles que encontravam e com os quais se relacionavam. Pois como nos falou Barth (1998: 195), os grupos tendem a se definir não só pela referência a suas características, mas pela exclusão, isto é, pela comparação com os *outros*.

Há que se ponderar, que ao ser construída uma identidade italiana única, tal referência acabou por produzir uma homogeneização identitária que não existia, pois antes de emigrarem essas pessoas se identificavam em bases locais ou aldeãs. O que significa dizer que “italiano” poderia ser tanto um campano, siciliano, calabrés ou toscano, que significava menos uma referência a um Estado nacional e mais a uma cultura muito própria e regionalizada: língua falada, práticas de vestuário e culinárias, crenças, valores, ritos, símbolos, enfim, traços culturais característicos da Campânia, da Sicília, da Calábria ou da Toscana. Ou seja, das regiões que habitavam dentro do território e que posteriormente constituíram o Estado Italiano. Assim, “a identificação em uma base nacional e a consciência de grupo nasceram na imigração, no deslocamento, e quase não existia antes que os indivíduos atravessassem o Atlântico” (NELLI *apud* POUTIGNAT, 1998: 79).

Nesse contexto de intensos deslocamentos e diante da ausência de um sentimento de pertencimento a um todo nacional, o Estado Italiano lançou-se à tarefa de construir uma nação logo após a sua fundação. Para isso foi necessário unificar a língua falada, investir na valorização de uma cultura comum e na construção de uma história que se sobrepusesse aos regionalismos existentes. Nessa tarefa de construção da nacionalidade esteve também presente a preocupação do novo Estado nacional em criar cidadãos, inclusive entre os imigrantes.

²⁴ *L'Echo del Serchio*. BIBLIOTECA DI STATO DI LUCCA, Lucca, anno 1882. De agora em diante BSL, a. 1882.

Dessa maneira se estaria permanentemente alimentando uma de suas “indústrias ‘naturais’”, que serviu de auxílio durante a crise de seu processo de desenvolvimento: os concidadãos emigrados para diversos países do mundo, trabalhavam, economizavam e faziam remessas para a pátria-mãe ou, até mesmo, retornavam após alguns anos, portando economias que eram investidas no próprio país.²⁵

Provavelmente por essa razão, ou seja, pensando nesses envios de divisas, no ano de 1876, durante o governo do primeiro rei da Itália, Vittorio Emanuele II [1861-1878], o Estado, através do *Ufficio Statistica del Ministero dell’Agricoltura*, passou a relacionar quantos partiam. Antes de 1876, sequer existiam estatísticas do número de peninsulares que emigravam. Conforme observou David Rovai (1993: 3), o novo Estado não tinha noção de quantos partiam, e não legislava sobre emigração. Mas já nos anos 1870, mostrou interesse pelo fenômeno que quase nenhum outro país jamais viveu, exceto Portugal e Irlanda.

Posteriormente, em 1889, foi fundada a *Società Dante Alighieri*, cujo Projeto de Estatuto havia sido aprovado em 1880. Em seu Art. 1º, esclarecia a sua principal finalidade: “se propõe a tutelar e difundir a língua, a cultura e o sentimento italiano onde quer que esteja um italiano fora do Reino”²⁶ (ROVAI, 1993: 3). Em 1901, foi constituído o *Commissariato Generale dell’Emigrazione* que, entre suas várias funções, propunha: a criação de comitês em cada província, com o objetivo de auxiliar aqueles que partiriam (o que não veio a ocorrer plenamente); e a publicação do *Bollettino dell’emigrazione*, que circulou entre 1902 e 1927, sendo responsável por divulgar notícias, recolher dados e organizar estatísticas sobre os que emigravam e os que retornavam de países transoceânicos (MARUCCO, 2001: 73; ROVAI, 1993: 3).

Em sua tarefa de assistir aqueles que tomavam a decisão de partir, o *Commissariato Generale dell’Emigrazione* cuidou de instruir a todos e, para isso, passou a distribuir um manual intitulado “*Avvertenze per l’Emigrante Italiano*”. Essa publicação é composta por dezesseis páginas repletas de conselhos ao emigrante, desde o cumprimento de formalidades para o emigrado obter o passaporte, até recomendações de atitudes e comportamentos que deveria ter durante a viagem de vapor, tais como: a necessidade de se mostrar sério e respeitoso na relação interpessoal; os cuidados que deveria tomar com relação ao asseio

²⁵ Adriana Dadà observou que as remessas em dinheiro dos imigrados alcançaram tão altas cifras, que em 1907 o Primeiro-Ministro Giovanni Giolitti chegou a declarar que pela primeira vez, desde a unificação, a Itália conseguia equilibrar sua balança de pagamentos. DADÀ, A. *Donne e Uomini Migranti. Il valore sociale della memoria*. Prato: Provincia di Prato, 2006.

²⁶ Projeto de Estatuto da Società Dante Alighieri - Roma - Stabilimento Tipográfico dell’Opinione, 1880. In: ROVAI, D. “Profilo dell’emigrazione lucchese”. *Storia dell’emigrazione toscana*. Quaderni 1, Firenze, p. 3-12, 1993.

peçoal e à limpeza do lugar onde quer que se encontrasse. Apresentava também uma lista de órgãos oficiais italianos no próprio território e no exterior, caso o migrante necessitasse de alguma assistência; arrolava em minúcias as providências que deveriam ser tomadas antes da partida e, inclusive, apontava a importância de se levantar toda e qualquer informação sobre as características do país para o qual se dirigia, além de se certificar das possibilidades de encontrar rapidamente emprego remunerado. Recomendava também ao imigrante que, na nova terra, nunca perdesse de vista a dignidade de trabalhador e de “italiano”, e por fim, alertava-o para o perigo, após o desembarque, de se tornar vítima de especuladores de imigrantes. Enfim, as autoridades estavam provendo os seus emigrados de úteis informações, para que superassem adversidades que possivelmente surgiriam em solo estrangeiro, garantindo assim uma experiência menos traumática.

Somente após todas essas recomendações, impresso na décima quarta página, surge o texto transcrito a seguir, um corolário de educação cívica:

O sentimento de italianidade

A consciência do orgulho de ser italiano não abandona mais o imigrante, mesmo passados muitos anos desde o dia em que deixou a sua aldeia natal, ainda que as suas memórias e suas recordações não sejam mais alimentadas do afeto de parentes que permaneceram na Pátria.

Na sociedade na qual vive, diferente daquela onde nasceu graças à uma família, às tradições, ao ambiente e costumes, tenha sempre consideração com aqueles produtos da indústria nacional que lhes foram familiares na infância: pense que consumindo-os estará favorecendo seus próprios irmãos distantes.

Mantenha, além do mais, vivo o uso da própria língua e o culto às próprias instituições; eduque os filhos dentro do amor com relação à sua Pátria para que conheçam a língua, a história e a geografia da Itália. Ainda que ele assuma a nacionalidade do país no qual se encontra, não renegue e não esqueça a sublime herança moral dos próprios antepassados e transmita aos netos a sagrada chama do amor à Pátria distante: ele permanecerá assim como bom filho da Itália grande e forte no mundo. Viva a Itália, sempre.²⁷

Nele é possível perceber o desejo do Estado Italiano em consolidar um “ser italiano”, que devia ser forjado quer no exterior, quer em território peninsular. Do mesmo modo, é possível compreender as conexões que foram estabelecidas entre instituições antigas

²⁷ “Avvertenze per l’Emigrante Italiano”. COMMISSARIATO GENERALE DELL’ EMIGRAZIONE. Roma: [s.n.], [19--]. 16 p. Documento gentilmente cedido por Giovanni Scaramella.

e novas, já solidamente estabelecidas ou ainda em formação como família e pátria; ancestralidade, história e geografia da Itália.

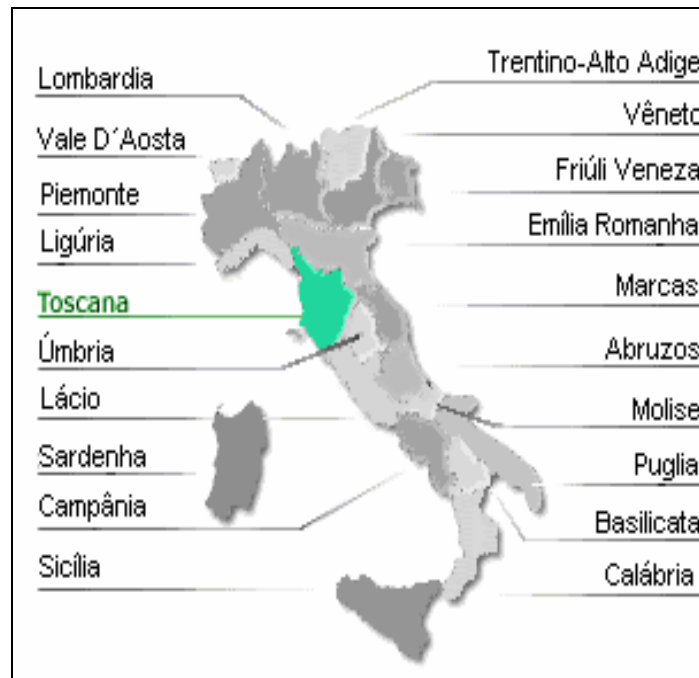
É justamente dessa maneira dual que as nações e os nacionalismos são construídos, “essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidos sem serem analisados de baixo, ou seja, em termos de suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns” (HOBSBAWM, 1990: 20). Dessa forma, é compreensível o significado do *peperoncino rosso*²⁸ como elemento de identidade culinária e cultural para um calabrês (TETI, 2001: 588), a representatividade das castanhas para um *lucchese*, e até mesmo entender porque um vinho particular ou um tipo de salame despertam tantos sentimentos nostálgicos no emigrado, porque nesse momento ele relembra a sua região, a sua aldeia.

Considerando que as procedências dos imigrantes eram bastante diversificadas e que “italiano” se referia a uma identidade nacional em construção, é possível sustentar que o fenômeno da grande migração transoceânica não ligou a Itália ao Brasil, mas sim as “várias Itálias” existentes no território peninsular ao país nos trópicos. Ou seja, conectou micro-regiões que possuíam realidades e características socioeconômicas muito próprias, e que se entrelaçaram às províncias e posteriormente aos estados brasileiros.

Há que se ressaltar, sobretudo, que cada micro-região era habitada por comunidades, no interior das quais indivíduos construía suas redes de relações sociais ao interagirem com outros indivíduos, e onde existiam fluxos recíprocos de comunicação e de intercâmbios. Entre esses homens, mulheres e crianças, alguns decidiram emigrar, temporária ou definitivamente, enquanto outros optaram por permanecer em suas aldeias e cidades natais.

5. A Toscana e sua montanha em movimento

²⁸ É uma variedade de pimentão que produz frutos pequenos e muito picantes, usados como condimento. I GARZANTINI - DIZIONARIO ITALIANO, 2000.

Fig. 1 – Regiões da Itália

Durante os grandes fluxos migratórios, a Toscana não se incluiu entre aquelas regiões que assistiram à partida de um grande contingente dos seus. Conforme salientou Lucilla Briganti (1993: 163), inversamente a algumas zonas do Vêneto, Friúli, Campânia e Lombardia que foram rapidamente impactadas pelo grande êxodo populacional que acabou por ligá-las ao Brasil, a Toscana se inseriu nesse processo lentamente, sendo que algumas de suas subáreas sequer foram envolvidas em tal fenômeno. Se em termos quantitativos a participação da região foi reduzida se comparada às outras, seu fluxo imigratório possuiu características muito próprias, visto que se manteve constante ao longo de um largo período de tempo: de meados do século XIX até a primeira metade do século XX.

Entre as 20 regiões geopolíticas que conformam a atual Itália, a Toscana localiza-se no centro-norte da Península, tendo como limite a noroeste a região da Ligúria; ao norte a Emília-Romanha; a leste as Marcas e a Úmbria; ao sul o Lácio e todo o seu lado oeste é banhado pelo Mar da Ligúria e pelo Mar Tirreno.

Como todas as outras unidades, a região possui uma capital administrativa, a cidade de Florença, sendo atualmente constituída por 10 províncias: Arezzo, Florença, Grosseto, Livorno, Lucca, Massa-Carrara, Pisa, Pistoia, Prato e Siena. Tais províncias abrigam em seu

interior 287 cidades, e estas, dezenas e às vezes centenas de aldeias.²⁹ De acordo com o último censo realizado em 2001, sua população era composta por 3.497.806 milhões de habitantes,³⁰ distribuídos por uma superfície de 22.997 km², cuja topografia é essencialmente montanhosa (mais de 90% do território), visto que a cordilheira que conforma os Apeninos centro-setentrionais, se estende praticamente por todo o seu território de norte a sul, ficando as planícies (8,4%) concentradas na margem ocidental.³¹

Na realidade, os movimentos migratórios que ocorreram na Toscana tornaram-se objeto de análise de historiadores e geógrafos a partir dos últimos vinte anos, em função da crise dos modelos macro-sociais, quando então as áreas colinares e montanhosas peninsulares deixaram de ser percebidas como linha de fronteira, como barreira e até como espaços naturalmente inóspitos à permanência humana.

A montanha apenínica ao ser analisada como área em si mesma - seu povoamento e sua economia - por essa nova abordagem que passou a relacionar espaços ecológicos com espaços de mobilidade, revelou que, ao longo de sua história, suas áreas se constituíram em locais de produção de bens, como madeiras, peles, lãs, produtos de laticínios, alimentos e pequenos bens artesanais, comercializados com as áreas de planície. As áreas montanhosas sempre foram atravessadas e percorridas por rebanhos, homens e mercadorias e, na realidade, constituíram-se muito mais em espaços de movimento, de deslocamentos, que de possíveis limites (BETTONI; GROHMANN, 2000; ALBERA; CORTI, 2000).

Desde a Baixa Idade Média, o intenso aproveitamento de todos os meios disponíveis sobre o território apenínico, permitiu a formação de um sistema econômico completo e complexo, no qual a produção agrícola integrava-se com o trabalho doméstico das mulheres e com o aproveitamento dos meios fornecidos pela montanha como, por exemplo, a força hídrica necessária para fazer funcionar serralherias e moinhos (DADÀ, 2000: 153).

Principalmente a posição geográfica particular dos Apeninos, entre a área padana e continental, a lígure e o centro da Península, sempre favoreceu a conexão entre essas regiões e, assim, suas montanhas conheceram uma intensa mobilidade, antes mesmo do Setecentos.

Durante séculos, portanto, sua população manteve contatos com as áreas de planície, sendo caracterizadas por deslocamentos e trocas econômicas (DADÀ, 2000: 153-154).

²⁹ Na Itália, as regiões são divididas em províncias - em italiano *provincia* (*e*). Todas as províncias possuem uma capital, que é sempre a cidade de nome idêntico, e encontram-se subdivididas em diversos municípios, denominados *comune* (*i*), com estruturas administrativas semelhantes às dos municípios brasileiros. Os municípios rurais, de montanhas, por sua vez, possuem em seus territórios diversas aldeias e vilarejos, chamados *frazione* (*i*), *località* ou *paese* (*i*).

³⁰ ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA - ISTAT. *Censimento Popolazionale di 2001*. Disponível em: <<http://www.istat.it/>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

³¹ Disponível em: <<http://www.comuni-italiani.it/>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

No que diz respeito às características de sua estrutura fundiária, foi durante a Idade Moderna que a Toscana tornou-se essencialmente rural. A região passou por uma espécie de política de intervenção de terras, que consistiu no fracionamento de grandes propriedades em vários lotes de terras e a implantação do sistema de meação. De acordo com Pizzorusso (2001: 8), tal estrutura permitia a utilização agrícola de novas terras, a partir do crescimento da família agricultora: sempre que o grupo familiar se reproduzia, o novo núcleo não cultivava a mesma terra, mas se deslocava para um novo terreno consignado e, na maioria das vezes, o núcleo se instalava definitivamente no novo pedaço de terra. Para Ercole Sori (*apud* BRIGANTI, 1995: 259) esse sistema de meação, em certo sentido, manteve os agricultores toscanos na terra, porém, quando ocorriam descompassos entre a oferta de trabalho e a de mão-de-obra disponível, as migrações sazonais em busca de ocupação em direção à região da Maremma Toscana,³² à ilha da Córsega, ao Lácio, à Puglia, às Planícies Padanas e à vizinha França, solucionavam o problema. Sendo assim, se por um lado a Toscana possuía características essencialmente rurais, por outro lado, suas sub-áreas, principalmente as montanhosas, estavam longe de serem imóveis. Ao contrário, a mobilidade era um fator constitutivo da vida de seus habitantes e da própria economia.

Foi com a constituição do Estado Nacional Italiano e a conseqüente unificação do mercado nacional, juntamente com o alargamento do mercado europeu, que se rompeu o ritmo de vida das áreas montanhosas da Toscana. Além do fato de ter mudado a forma de ocupação e distribuição da terra após a Unificação. Nesse momento, metade dos agricultores viu sua condição alterada para a de meeiro e um quarto deles se tornou pequeno proprietário ou arrendatário que cultivava em terras alugadas; o restante, tornou-se assalariado.³³ Como desdobramento desse desequilíbrio, nas duas décadas finais do século XIX, algumas áreas apenínicas viram-se inseridas na chamada “grande migração transoceânica”, muito em função de seus trabalhadores já possuírem um cotidiano regido pelos ciclos das migrações sazonais. Ao se depararem com uma nova conjuntura, acabaram adaptando-se às exigências impostas pelo mercado, e substituíram os antigos deslocamentos internos ou para países europeus, por outros a muitas milhas de distância, do outro lado do Atlântico. Ou seja, o que antes era uma migração restrita a determinados ofícios e trabalhadores, transformou-se em uma emigração de massa (BRIGANTI, 2002: 159). Sob esse ponto de vista, pode-se dizer que houve tanto elementos de continuidade como de ruptura, nas práticas de deslocamento dessa área.

³² *Maremma*: região costeira do mar Tirreno, prevalentemente plana, que se estende por cerca de 5.000 km² entre o Sul da Toscana e a região do Lácio.

³³ Em italiano *bracciante*, é o trabalhador agrícola assalariado, o camponês que não possuía sua própria terra e nem era meeiro.

Pelo fato de existirem características e fatores comuns entre os deslocamentos ocorridos durante o Antigo Regime e a Idade Contemporânea, algumas áreas da Toscana que coincidem, *grosso modo*, com a área apenínica e subapenínica, passaram a ser identificadas como “regiões emigratórias”. Isto é, regiões ou áreas migratórias com características morfológicas, econômicas e sociais que induziram, por períodos mais ou menos longos, deslocamentos humanos (FRANZINA, 1989; DADÀ, 1993a: 492). Uma dessas regiões corresponde às atuais zonas montanhosas das províncias de Lucca, de Florença e de Pistóia. Exatamente no interior da província de Lucca,³⁴ encontra-se o Médio Vale do Rio Serchio, uma sub-área profundamente marcada por intensos deslocamentos.

5.1. O Médio Vale do Rio Serchio

A área geográfica do Médio Vale do Rio Serchio compreende, na configuração atual, quatro municípios: Bagni di Lucca, Barga, Borgo a Mozzano, Coreglia Antelminelli e Pescaglia (BRIGANTI, 2002: 159-182). Aqui a atenção se voltará para Borgo a Mozzano, município que possui sob sua administração 17 pequenos povoados, entre os quais a aldeia de Oneta, localidade de origem do grupo imigrante sob análise desta pesquisa.³⁵

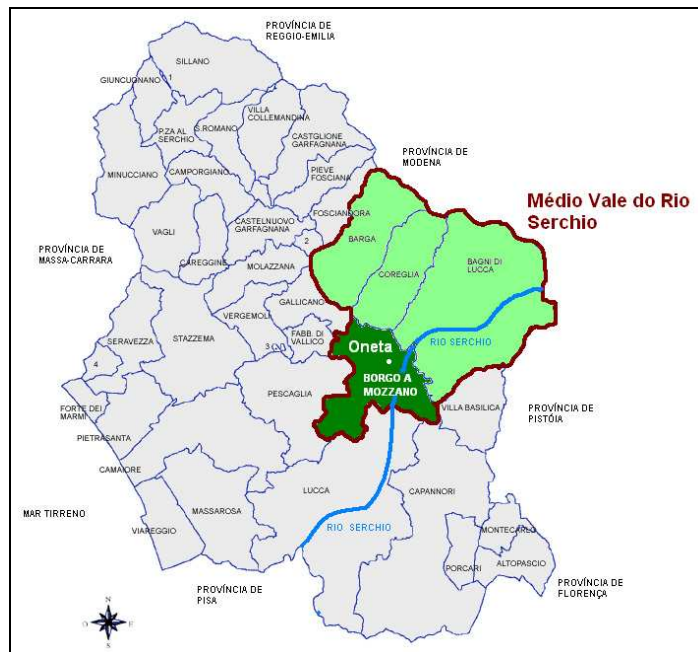
³⁴ A província de Lucca, que possui como capital a cidade de mesmo nome, é constituída atualmente por 35 municípios: Altopascio, Bagni di Lucca, Barga, Borgo a Mozzano, Camaiore, Camporgiano, Capannori, Careggine, Castelnuovo di Garfagnana, Castiglione di Garfagnana, Coreglia Antelminelli, Fabbriche di Vallico, Forte dei Marmi, Fosciandora, Galliciano, Giuncugnano, Lucca, Massarosa, Minucciano, Molazzana, Montecarlo, Pescaglia, Piazza al Serchio, Pietrasanta, Pieve Fosciana, Porcari, San Romano in Garfagnana, Seravezza, Sillano, Stazzema, Vagli Sotto, Vergemoli, Viareggio, Villa Basilica e Villa Collemantina. Disponível em: <http://www.comuni-italiani.it/046/004/index.html>. Acesso em: 24 abr. 2006

³⁵ Atuais aldeias pertencentes a Borgo a Mozzano: Anchiano, Cerreto, Chifenti, Corsagna, Cune, Dezza, Diecimo, Domazzano, Gioviano, Motrone, Oneta, Partigliano, Piano della Rocca, Rocca, San Romano, Tempagnano e Valdottavo. Disponível em: <http://www.comuni-italiani.it/046/004/index.html>. Acesso em: 24 abr. 2006.

Fig. 2 – A Toscana e a província de Lucca



Fig. 3– A Província de Lucca e o Médio Vale do Rio Serchio³⁶



³⁶ Os três mapas foram produzidos a partir de: *Regiões Italianas*. Disponível em: <<http://www.giroscoPIO.com/imaginiitalia-map.gif>>. Acesso em: 09 abr. 2006; e *Territorio Provinciale*. Disponível em: <http://www.provincia.lucca.it/index.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2006. Elaboração de Danilo Pereira Menezes.

O território do Médio Vale é formado por um conjunto de montanhas, entrecortadas por várias corredeiras e rios que se juntam bem ao centro do vale do rio Serchio, formando assim uma grande e profunda depressão. Conforme já foi observado, tal relevo montanhoso jamais impediu a ocupação e a mobilidade humanas. Ao contrário, ambas foram possíveis e até se complementaram, tanto que, no vale, surgiram dezenas de cidades, centenas de pequenos vilarejos e aldeias no alto das colinas e em áreas altiplanas.

Os camponeses, em sua maioria meeiros, tinham para seu cultivo lotes reduzidos de terra, fruto do excessivo parcelamento da propriedade fundiária na Toscana. Além disso, eram obrigados a lidar com as dificuldades naturais de plantio em terrenos montanhosos e com a esterilidade do solo, obstáculos que diminuía ainda mais suas possibilidades de renda. Devido ao isolamento de algumas áreas, em função do difícil acesso, o trabalho agrícola era pouco permeável às inovações técnicas. Por isso, era restrito, e em alguns momentos, não era capaz de absorver a mão-de-obra disponível.

No que diz respeito à economia local, dois municípios prosperaram: Borgo a Mozzano, devido a sua posição central no fundo do vale, que possibilitava o entrecruzar de pessoas e rotas comerciais; e Bagni di Lucca, que se manteve graças às suas termas. Os outros municípios e a grande maioria das aldeias localizadas nas montanhas, mantiveram-se com uma economia caracteristicamente de auto-subsistência, baseada na agricultura, no pastoreio e no extrativismo vegetal, onde predominava a colheita de castanhas; e que se complementava com as rendas geradas e trazidas por seus habitantes, que em ciclos periódicos, saíam para trabalhar em outras localidades. Enfim, nessa região emigrava-se para “permanecer”, partia-se para trabalhar e retornava-se para consolidar a própria posição econômica em seu local de origem (DADÀ, 1993a: 495).

Em função do próprio ambiente montano, a pluriatividade se apresentava como uma condição imposta à economia local. Seus habitantes esforçaram-se para desenvolver atividades secundárias e auxiliares como fontes alternativas de renda, como a serralheria, que se desenvolveu ao longo das margens do rio e a derrubada de árvores que eram usadas como lenha e para a produção de carvão, que tanto serviam para o abastecimento doméstico, quanto para as trocas comerciais com as áreas mais planas. Além da produção de cânhamo e a criação do bicho da seda, sendo estas atividades exclusivamente femininas.

Conforme ponderou Adriana Dadà (2000: 153), nessas áreas onde predominam a paisagem montanhosa, períodos diferentes de maturação dos produtos levaram, por séculos, os camponeses em direção à planície, para desenvolverem atividades agrícolas como o corte do feno, o debulhar dos grãos, os cuidados com o bicho da seda, os trabalhos de aragem de

terrenos e a poda de vinhedos. Essa era a condição para muitos profissionais exercitarem o próprio ofício. Assim, em outubro/novembro, após a colheita das castanhas, uvas e azeitonas em suas aldeias, os camponeses partiam para desenvolver idênticas tarefas em outras localidades, retornando aos seus povoados de origem entre maio e junho, quando a necessidade de muitos braços para a agricultura exigia sua volta. Vale ressaltar, que tais deslocamentos eram sazonais e possuíam uma cadência anual.

Se inicialmente tais atividades eram desenvolvidas próximo as suas residências, aos poucos, no decorrer do Setecentos e Oitocentos, camponeses e muitos artesãos ambulantes passaram a buscá-las em localidades mais distantes, como na planície padana, na Maremma, na Córsega, no Sul da França e na Europa em geral (BRIGANTI, 1995: 159-285).

Há que se ressaltar que tais deslocamentos sazonais de trabalhadores, homens em sua maioria, somente foram possíveis porque as mulheres, ao permanecerem em suas aldeias e cidades, assumiam todas as tarefas ligadas à agricultura e à fabricação de bens necessários à manutenção e reprodução familiar, além do cuidado com as crianças, os membros mais velhos da família e a administração da casa. Era sobre seus ombros que recaíam todas as tarefas, desde transportar e triturar as castanhas, arar e preparar a terra, lidar com instrumentos de ferro necessários às atividades, e o trabalho com as fibras do cânhamo (OSTUNI, 2001: 10; BRIGANTI, 1993: 209).

Até as décadas finais do Oitocentos, a economia agro-silvo-pastoril das regiões montanhosas em torno do Médio Vale do Serchio desenvolveu-se e manteve-se, concomitantemente aos ganhos trazidos por aqueles que migravam. No entanto, a agricultura e o extrativismo, na forma como eram praticados, caracteristicamente predatórios e limitados em consequência do uso intensivo que os camponeses faziam do solo e da montanha, com o passar do tempo, foi dando sinais de esgotamento. A derrubada de bosques, a ampliação de áreas de cultivo, especialmente de cereais, e o aumento da demanda de madeira para lenha, voltada para o uso de mercados urbanos, com o passar do tempo, tornaram as terras estéreis, provocando uma queda no nível de produção. Uma mão-de-obra excedente acumulou-se nas terras altas, proletarizando camponeses e pastores (BETTONI; GROHMANN, 2000: 639-640).

Assim, o desequilíbrio entre o contingente populacional e a oferta de trabalho acabou gerando um número maior de desocupados. Nesse momento, quando a migração ganhou distâncias transoceânicas e tons de massa, não foi difícil para os habitantes do Médio Vale do Serchio nela se inserirem, embarcando para terras d'além mar. Há muito tempo, homens, mulheres e famílias inteiras estavam habituadas a uma vida ritmada pela partida e pelo retorno

periódico às suas aldeias de origem. Foram tantos a alcançar o Novo Mundo, que o poeta Giovanni Pascoli [1855-1912] chegou a definir essa região do Vale do Serchio como “a América abreviada”, devido ao grande número de emigrantes que partiam e tempos depois regressavam do Novo Mundo (OSTUNI, 2001: 7).

5.2. No município de Borgo a Mozzano uma emigração de *padroni*

Imerso nesse universo de intensa mobilidade esteve o município de Borgo a Mozzano, assim como alguns de seus vilarejos e aldeias. Conforme revelou Briganti (1995: 273), nos anos 1850, esse município registrou as primeiras partidas para a América. No entanto, não é possível precisar para qual nação, pois os documentos locais geralmente não chegavam à minúcia de especificá-las, o que é interessante para se perceber uma totalidade sem maiores distinções internas. Há que se recordar que, para o período anterior a 1876, não existiam estatísticas oficiais do número de peninsulares que emigravam. Mas as pesquisas realizadas nos dados disponíveis, permitem um certo acompanhamento da imigração.³⁷

Durante o ano de 1856, deixaram Borgo a Mozzano três escultores, oito aprendizes de escultor e três trabalhadores agrícolas com destino ao Brasil. Posteriormente, em 1860, ano em que ocorreu a Unificação do Estado Italiano, foram vinte habitantes de Borgo a Mozzano

³⁷ BRIGANTI e DADÀ realizaram respeitáveis pesquisas sobre os deslocamentos populacionais ocorridos na “região emigratória” da Toscana. As autoras levantaram fontes em arquivos de igrejas, prefeituras e cartórios, instituições estas que produziram uma vasta documentação e existiam antes de 1876, portanto, antes do Estado Italiano dar início as suas estatísticas. Além dos trabalhos citados anteriormente vale conferir: BRIGANTI, L. “Alcuni cenni sull’emigrazione da Corsagna all’estero tra ‘800 e ‘900”. *Corsagna, Corsagna*. Borgo a Mozzano: Edizioni della Casa Famiglia, 1996. p. 67-92; “L’emigrazione toscana in America Latina tra ‘800 e ‘900”. In: *Africana: miscellanea di studi extraeuropei*. Pisa: Edizione ETS, p. 41-59, 1997; “L’emigrazione ‘stagionale’ dalla Toscana in Tunisia tra Ottocento e Novecento”. In: SALVADORINI, V. A. (a cura di). *Tunisia e Toscana*. Pisa: Edistudio, p. 151-170; “La Lucchesia e il Brasile: storia di emigranti, agenti e autorità”. *Documenti e Studi: semestrale dell’Istituto Storico della Resistenza e dell’Età Contemporanea in provincia di Lucca*, Lucca, n. 14-15. p. 161-220, 1993; “Percorsi di toscani in Brasile tra ‘800 e ‘900: stati di Rio de Janeiro, Minas Gerais ed Espírito Santo”. In: REGINATO, M. (a cura di). *Dal Piemonte allo stato di Espírito Santo: aspetti della emigrazione italiana in Brasile tra ottocento e novecento*. Atti del Seminario Internazionale. Torino, p. 259-285, 22-23, set. 1995; “L’evoluzione del fenomeno migratorio nella Media Valle Lucchese’ dall’Ottocento al Novecento”. In: FORNASIN, A.; ZANNINI, A. (a cura di). *Uomini e comunità delle montagne: paradigmi specificità del popolamento dello spazio montano (secoli XVI-XX)*. Fórum: Udine, 2002. p. 159-182. DADÀ, A. “Emigrazione e storiografia: primi risultati di una ricerca sulla Toscana”. *Italia contemporanea*, n. 192, p. 487-502, set. 1993a.; “Introduzione ai saggi sull’emigrazione”. *Documenti e Studi: semestrale dell’Istituto Storico della Resistenza e dell’Età Contemporanea in Provincia di Lucca*, Lucca, n. 14-15, p.149-159, 1993b; “Lavoratori dell’Appennino toscano in Corsica nel secolo XIX”. *Altretalia*, n. 12, p. 6-38, luglio-dicembre 1994a; “Partire per un figlio altrui: i racconti delle balie del Novecento”. In: CORSI, D. (a cura di) *Altrove. Viaggi di donne dall’antichità al Novecento*. Roma, Viella, 1999a, p. 111-134; *Il lavoro di balia. Memoria e storia dell’emigrazione femminile da Ponte Buggianese nel ‘900*. Pacini, Pisa, 1999b. 126 p.; *La Merica. Bagnone, Toscana - Califórnia, USA*. Firenze, Morgana, 2006. 94 p.

a partir para o Brasil e Estados Unidos, e entre eles estavam escultores, além de artesãos de madeira, sapateiros, costureiras e pequenos comerciantes. Posteriormente, entre 1866 e 1869, quatro ou cinco indivíduos por ano indicavam como destino o Brasil, mas mais de cem pessoas solicitaram visto para a América em todo o município. Nesse período, camponeses assalariados e carvoeiros das aldeias de Corsagna e Gioviano, pertencentes ao município de Borgo a Mozzano, já registravam partidas direcionadas especificamente para a província do Rio de Janeiro e Minas Gerais (BRIGANTI, 1995: 273).³⁸

Posteriormente, no ano de 1873, deixaram Borgo a Mozzano 366 indivíduos legalmente, e cerca de 100 pessoas partiram clandestinamente, ou seja, com ou sem passaportes embarcavam para a Sardenha ou outro porto nacional e depois desembarcavam na Córsega ou em Marselha. Eram camponeses assalariados que passavam a se empregar como carvoeiros, escultores ou operários em fábricas de açúcar, e depois de dois ou três anos retornavam. Entre os emigrados, 135 camponeses assalariados haviam se dirigido para a América, onde se empregaram na agricultura; 229 indivíduos buscaram nações européias, sendo a França continental a que mais recebeu peninsulares. Para a Inglaterra se dirigiram 17 pessoas, para a Córsega 62, para a Espanha seis, para a Irlanda três, para a Alemanha duas, para a Bélgica uma, e para o Egito emigraram dois indivíduos. Eram em sua maioria camponeses assalariados e escultores em gesso.³⁹ De acordo com o censo realizado em 1881, quando a população de Borgo a Mozzano era formada por 7.924 habitantes, 10% de seus habitantes encontrava-se no exterior,⁴⁰ sendo que dos vilarejos situados nas montanhas partiu o maior contingente de emigrados.

Durante os anos 1880, foram 447 pessoas, sendo 62 mulheres e 395 homens, a deixar Borgo a Mozzano e se dirigir para o Brasil. Na década de 1890 foram 982 indivíduos que saíram do município e também foram para terras brasileiras, entre os quais estavam 261 mulheres e 721 homens (Tabela 1).⁴¹

³⁸ Todos os dados aqui apresentados encontram-se em: BRIGANTI, L. “La Lucchesia e il Brasile: storia di emigranti, agenti e autorità”. *Documenti e Studi: semestrale dell’Istituto Storico della Resistenza e dell’Età Contemporanea in provincia di Lucca*, Lucca, n. 14-15, p. 161-220, 1993; “Percorsi di toscani in Brasile tra ’800 e ’900: stati di Rio de Janeiro, Minas Gerais ed Espírito Santo”. In: REGINATO, M. (a cura di). *Dal Piemonte allo stato di Espírito Santo: aspetti della emigrazione italiana in Brasile tra ottocento e novecento*. Atti del Seminario Internazionale. Torino, 22-23, p. 259-28, set. 1995.

³⁹ Risposta del sindaco di Borgo a Mozzano all’inchiesta sull’emigrazione al Prefetto di Lucca nel 1873, del 5-3-1874, ARCHIVIO DI STATO DI LUCCA, Lucca, Pref., b. 287, fasc. 2476, anno 1874. De agora em diante ASL, Pref., b. 287, fasc. 2476, a. 1874.

⁴⁰ Risposta del sindaco di Borgo a Mozzano all’inchiesta sull’emigrazione al Prefetto di Lucca nel 1882, ASL, Pref. D, b. 810, a. 1882.

⁴¹ Statistica dell’emigrazione. ARCHIVIO COMUNALE DI BORGO A MOZZANO, Borgo a Mozzano, cat. IV, sez. 3, anni 1878-1903. De agora em diante: ACBM, cat. IV, sez. 3°, a. 1878-1903.

Tais deslocamentos foram, de forma geral, caracteristicamente periódicos e aqueles em direção à Córsega possuíam uma frequência anual e sazonal, mantendo-se sem interrupção do Seiscentos até início do Novecentos. A maioria dos trabalhadores permanecia de seis a oito meses por ano na ilha. Saíam após o outono e retornavam às suas aldeias geralmente na primavera (DADÀ, 1994a: 6-7). Já os fluxos em direção às nações européias ou mesmo para a América, geralmente possuíam uma duração média de dois ou três anos, o suficiente para o emigrado reunir umas economias para débitos familiares ou comprar um pedaço de terra.⁴²

Mas entre os emigrantes do Médio Vale do Rio Serchio dois profissionais merecem atenção: a ama-de-leite⁴³ e o escultor em gesso.⁴⁴ As amas-de-leite eram mulheres que após dar à luz deixavam seu filho aos cuidados de sua mãe ou sogra e iam amamentar filhos de famílias abastadas na Córsega, em Florença ou Livorno, e também na Áustria, quando recebiam um salário duas ou três vezes superior ao de seus maridos e de outros trabalhadores que se empregavam nessas localidades (DADÀ, 1993a: 494; ROVAI, 1993: 21). A atividade inicialmente era desenvolvida voluntariamente nos próprios domicílios ou em hospitais de crianças abandonadas, mas com o tempo se transformou em uma profissão remunerada, ou melhor, bem remunerada.

Os escultores em gesso eram artesãos especializados de estatuetas, geralmente de caráter religioso ou de personagens célebres. A profissão nasceu e se manteve como um ofício ambulante, visto que após a confecção das obras os escultores vagavam para vendê-las em cidades próximas aos seus locais de origem. Aos poucos passaram a viajar para outras regiões dentro do território da Península Itálica e posteriormente para a Suíça, Dinamarca, Romênia, Rússia, Espanha, Áustria, China e Índia, sendo que, preferencialmente, dirigiram-se para a

Bélgica, Alemanha, França e Inglaterra. Em meados do Oitocentos, eles já se encontravam na América do Norte, nos Estados Unidos e na América do Sul, sobretudo no Brasil, Argentina e a Venezuela (CRESCI, 1986: 31-89).

Ambos os profissionais, desde o Seiscentos, pelo fato de terem atingido longas distâncias, visto que permanentemente buscavam novos mercados que os recebessem, ao retornarem às suas localidades, acabavam divulgando oportunidades de trabalho e apontando caminhos e destinos para muitos aldeões. Sendo assim, é plausível ponderar que ao tradicional

⁴² Statistica dell'emigrazione degli italiani all'estero. Regia Delegazione di Borgo a Mozzano. ACBM, cat. IV, sez. 3, a. 1874.

⁴³ *Balia di latte* em italiano.

⁴⁴ Em italiano *figurinaio*, antiga profissão originária dessa região da província de Lucca.

“costume migratório” das amas-de-leite e dos escultores dentro do território da Península ou em direção ao continente europeu, acabou se unindo a migração de longa distância. Como igualmente é possível pensar que a precocidade do fluxo migratório transoceânico nessa zona foi tributária desses profissionais no desempenho de suas atividades.

No entanto, a partir da década de 1870, com o crescimento dos deslocamentos - um número elevado de pessoas partia de recantos os mais isolados de Borgo a Mozzano -, começou a chamar a atenção das autoridades. Estas logo desconfiaram de uma possível ação de agentes e subagentes não autorizados, que estariam cuidando de convencer e arrolar camponeses propensos a emigrar. Na realidade, desde 1860 os fluxos já haviam se tornando mais sistemáticos, sinalizando que não se tratava mais de uma emigração periódica espontânea e sim de deslocamentos direcionados. Nesse mesmo período, como o Estado Italiano já havia iniciado as estatísticas sobre a emigração, através de seu Ministério do Interior, passou-se a distribuir aos prefeitos um questionário intitulado “Quesitos sobre as causas e as características da emigração”.⁴⁵ Ele objetivava levantar os motivos que estariam por trás do crescimento da emigração, como também averiguar a ação de agentes não autorizados e que poderiam estar promovendo-a.

O *prefetto* da província de Lucca,⁴⁶ em 1871, respondendo a um desses questionários, informou que não existiam agentes de emigração, havia sim intermediários autorizados - os *sensali*, como eram denominados - que se dedicavam a mediar partidas espontâneas de camponeses e artesãos para trabalhos sazonais em outras localidades (BRIGANTI, 1993: 169).

Porém, ao se intensificar a fiscalização, logo foram descobertos dois escritórios de emigração clandestinos que funcionavam em Gênova e em Modane (França). Em função dessas revelações, em 18 de julho de 1873 foi promulgada a *Circolare Lanza*, que recomendava aos governadores das províncias a denúncia e cancelamento da permissão de funcionamento daqueles escritórios que tinham como objetivo viabilizar o embarque de emigrantes para fora da Península (BRIGANTI, 1993: 168-170). As autoridades pretendiam inviabilizar a atuação de agentes de emigração clandestinos, que agiam sem a devida autorização. É que emigrar clandestinamente custava muito menos, pois as tarifas eram mais baixas do que as cobradas pelas companhias de navegação que, por possuírem autorização ministerial, agiam em regime de monopólio (MAGISTRO, 2006).

⁴⁵ Statistica dell'emigrazione. Quesiti circa le cause e i caratteri dell'emigrazione. ACBM, cat. IV, sez. 3, a. 1884.

⁴⁶ Na Itália as províncias possuem como chefe do poder executivo o *prefetto*. Já seus municípios são administrados por um *sindaco*, cargo que corresponde ao de prefeito no Brasil.

Na verdade, desde 1860, agentes de emigração operavam indiscriminadamente através de escritórios de fachada. De acordo com o Art. 64 da Lei de Segurança Pública, de 20 de março de 1865, era permitida a abertura de escritórios públicos que cuidassem da correspondência, sendo lícito que representantes de instituições de crédito e bancárias, servissem de intermediários junto à população, desde que declarassem que praticavam serviços de interesse público e solicitassem permissão junto às autoridades para funcionar (BRIGANTI, 1993: 168).

A emigração, até esse momento, era tratada pelo governo italiano no contexto da gestão da ordem pública, ficando ao arbítrio do Ministério do Interior, que legislava e se relacionava diretamente com as autoridades locais de polícia, não havendo, portanto, um órgão que tratasse especificamente do assunto. Dessa maneira, muitos escritórios foram abertos e regulamentados somente de forma não específica para os serviços que prestavam, sendo considerados como qualquer outro órgão público. Mas, na surdina, arregimentavam emigrantes, o que significa dizer que os agentes cuidavam dos passaportes, retiravam nada-consta junto às delegacias de polícia, adquiriam as passagens e até uma colocação no exterior para a pessoa que se transferiria, caso não estivesse sendo chamada por um parente. Agora, isto tudo tinha um preço, todos pagavam pelos serviços prestados e os agentes muito lucravam (BRIGANTI, 1993: 168-169). Em 1874, um ano após a *Circolare Lanza*, foram finalmente identificados os seguintes agentes que atuavam ilegalmente na província de Lucca e enviam emigrantes especificamente para a América: Vincenzo Modena, Lombardi Felice Antonio Pieri, Cosimo Dal Porto e Santarelli. Entre eles, Lombardi Felice e Vincenzo Modena se ocuparam da emigração para o Brasil, sendo que Modena atuou em Borgo a Mozzano (BRIGANTI, 1993: 174).

Vincenzo nasceu em 1833, em Gioviano, pequeno lugarejo do município de Borgo a Mozzano, sendo filho de um proprietário de terras que possuía outros negócios. Desde 1860 trabalhou como representante de várias companhias de transporte marítimo, como a *Casa Speciale Marittima Eugenio Laurens*, de Gênova; com a *Società Generale di trasporti marittimi a vapore - Linea Brasile la Plata*, uma companhia francesa com sede em Gênova; com a *A. Tabiasco*, de Marselha e a *National Steam-Ship Company, Limited*, de Le Havre, ambas francesas. Desde esse ano, teria solicitado autorização para abrir um escritório para embarcar emigrantes e, mesmo não obtendo sucesso, agiu por muitos anos, sempre burlando a legislação, mas com a proteção de autoridades locais. De acordo com Briganti (1993: 185-186), não se pode determinar precisamente quantos indivíduos Vincenzo Modena conseguiu embarcar para o exterior. Os emigrantes, quase todos analfabetos, reportavam-se a Modena

quando se preparavam para a partida, pagando cerca de 50 liras pela sua mediação, o que correspondia a cerca de um mês de trabalho de um agricultor assalariado.

Em 1884, o prefeito de Borgo a Mozzano, respondendo a um outro questionário enviado pelo Ministério do Interior intitulado “Condição econômica dos emigrantes e causas que determinaram a emigração”, informou que “Vincenzo Modena era agente autorizado, representante de companhias de transportes marítimos nacionais e estrangeiras, enviando emigrantes para o Brasil, Estados Unidos, Argentina, Paraguai e para as Antilhas.”⁴⁷ Ou seja, nesse momento, Modena exercia sua atividade legalmente.

Não se pode esquecer que, desde 1870, do outro lado do Atlântico, os governos do Império e posteriormente da República do Brasil, haviam colocado em prática uma política de imigração subvencionada que atraía milhares de indivíduos e suas famílias e os direcionava para núcleos oficiais de colonização ou para determinadas fazendas. Direcionamentos esses que, muitas vezes, foram feitos à revelia dos indivíduos, segundo informação do Ministério do Interior italiano. É o que se observar em uma correspondência enviada pelo referido órgão ao prefeito de Borgo a Mozzano, no ano de 1889:

Muitos dos nossos emigrantes que chegaram recentemente ao Brasil reclamam por estarem sendo endereçados a localidades diversas daquelas que haviam escolhido e nas quais havia trabalho assegurado ou parentes e amigos em condições de recebê-los. Essas reclamações se repetem com muita frequência e são feitas por numerosos grupos familiares, o que nos faz pensar que os nossos emigrantes não têm ou não fornecem antes de partir a indicação exata da localidade a qual desejam ser direcionados, ou deixam escrever sobre a própria carta [de embarque] uma localidade diversa, entendendo-a como idêntica ou contígua aquela desejada.⁴⁸

Há que considerar que a maioria dos emigrantes que deixou o município nesse período era constituída de agricultores e artesãos com pouca instrução e, portanto, quando recorriam aos serviços de um intermediário, este se encarregava de preparar toda a documentação necessária e cuidar dos trâmites burocráticos para a partida, podendo realmente enganá-los. Tal hipótese pode ser verificada na documentação para a viagem, conservada nos arquivos do município: em questionários e fichas que deveriam ser preenchidos pelos futuros emigrantes, nota-se que muitas vezes foram preparados por outras pessoas, pois os interessados mal assinavam o próprio nome. A divergência nas grafias dos documentos é visível, sem esquecer

⁴⁷ Condizione economica degli emigranti e cause che ne determinarono l'emigrazione. ACBM, cat. IV, p. 267, a. 1884.

⁴⁸ Ministero dell'Interno. Direzione di Pubblica Sicurezza. Ai Signori Prefetti, Soto Prefetti e Sindaci del Regno - 1 de março de 1889, n. 11900-B. ACBM, cat. IV, p. 620, a. 1889.

que o agente era remunerado por cada indivíduo. Então, a lógica era a da compensação monetária, mesmo que isso significasse desrespeitar as escolhas dos indivíduos. No entanto, além da constatação que os responsáveis pela viabilização burocrática de viagens de emigrantes agiam de má fé, a análise do fluxo emigratório transoceânico ocorrido em Borgo a Mozzano, de 1850 até o final dos anos 1880, acabou por revelar que, no município, teve lugar uma migração baseada no sistema de *padroni*. Portanto, que se realizou incentivada por um agente externo ao processo - Vincenzo Modena - que era um agenciador de emigrantes. Como remarca Fernando Devoto (1987: 359), esse é um tipo entre os mecanismos migratórios existentes, não caracterizando uma emigração em cadeia.

Porém, em outras aldeias e cidades próximas a Borgo a Mozzano, que igualmente viram muitos dos seus moradores partirem para países do outro lado do Atlântico, a emigração ocorreu através do sistema de cadeias migratórias. Na vizinha Corsagna, por exemplo, desde meados dos anos 1850, seus habitantes partiam para trabalhar como carvoeiros no município de Campo Grande, no estado do Rio de Janeiro. Pouco a pouco o negócio cresceu e muitos parentes e vizinhos deixaram o povoado para se empregar na fabricação de carvão (BRIGANTI, 1995, 1996, 1997). Uma outra cadeia migratória existiu no município de Pescaglia, também localizado no Médio Vale do Rio Serchio. Nas últimas décadas do século XIX, trabalhadores dos povoados de Convalle, Fiano, Piegajo, Fondagno e Pascoso, no início do inverno e em ciclos anuais, emigravam para Buenos Aires e Santa Fé, na Argentina, para trabalhar na colheita do trigo, e retornavam no outono para a colheita de castanhas, aproveitando, dessa maneira, a inversão das estações existentes entre os dois hemisférios (TOGNETTI, 1994; BRIGANTI, 2002: 12-19). Seus camponeses assalariados trocavam os campos italianos pelos argentinos. Esses deslocamentos receberam a denominação de emigração *rondine* ou emigração *golondrina*, isto é, andorinha.

Esses exemplos são importantes por trazerem mais segurança à afirmação de que mecanismos diferentes coexistiram e operaram simultaneamente em um mesmo espaço físico. Conseqüentemente, os indivíduos, enquanto sujeitos ativos e capazes de formular estratégias de sobrevivência, faziam suas escolhas mediante as diversas possibilidades que possuíam diante de si.

*Tabela 1 - Emigração município de Borgo a Mozzano - 1878 - 1903**

Ano	Brasil			Outros países da América	Transoceânica	Continental	Total
	Mulheres	Homens	Total				
1878	2	14	16	47	63	202	265
1879	5	39	44	23	67	258	325
1882	5	61	66	87	153	91	244
1883	4	43	47	43	93	262	355
1884	6	42	48	35	83	167	250
1885	7	54	61	58	120	158	278
1886	14	53	57	64	122	162	284
1887	16	92	108	104	212	157	371
1888	9	42	51	121	172	125	297
1889	1	8	9	193	202	90	292
1890	7	59	66	130	207	86	293
1891	41	92	133	139	276	82	358
1892	15	60	75	137	213	128	341
1893	43	93	136	145	284	93	377
1894	11	96	107	88	195	69	264
1895	14	96	110	78	188	67	255
1896	48	87	135	97	232	76	308
1897	42	61	103	41	144	133	277
1898	16	29	45	70	116	104	220
1899	24	48	72	103	175	97	272
1900	7	35	42	92	138	94	232
1901	11	44	55	188	243	80	323
1902	7	30	37	213	250	67	317
1903	3	15	18	179	204	94	298

* Statistiche dell'emigrazione all'estero. ACBM, cat. IV, sez. 3, a.1878-1903. Faltam os dados para 1880-81. Elaboração de Lucilla Briganti.

CAPÍTULO II - ONETA: UMA ALDEIA NOS APENINOS TOSCANOS

1. Oneta: imagens contemporâneas

Oneta é uma pequena aldeia literalmente incrustada em uma das montanhas que conformam os Apeninos Toscanos. Foi construída seguindo o desenho da montanha, aproveitando oportunidades um pouco mais planas ou mesmo nivelando terrenos, para ser possível erigir edificações e cultivar a terra. Em sua paisagem predominam bosques densos cheios de castanheiras e de carvalhos, faias, nogueiras e amieiros.⁴⁹ Esta última espécie, serviu de inspiração para o nome do povoado: em latim *Alnus*, por derivação, *Alneta*, em italiano *Ontano* e, por fim, chegou-se a Oneta (PELLEGRINI, 1987: 124). Não faltam também antigas macieiras, pereiras e figueiras que, regularmente dão seus frutos.

Nesse povoado, os sinais de permanência e imobilidade parecem evidentes. Ainda hoje, quando nele se chega, tem-se a nítida impressão que, ali, o tempo se negou a passar. Ultrapassando-se o pórtico que dá acesso ao interior do povoado, está o antigo conjunto de poucas dezenas de casas, interligadas por antigas e estreitas ruelas circulares, tendo, bem ao centro, a igreja. Todas essas construções foram erguidas em pedra e exibem marcas arquitetônicas etruscas. Porém tal sensação é falsa. Um olhar mais minucioso revela que a aldeia se transformou: as terras a seu redor não são mais cultivadas; as oficinas de seus artesãos e as duas casas de comércio que um dia funcionaram, hoje vivem na memória de seus moradores; e, reparando bem, a tecnologia nela chegou, pois alguns portões de casas são abertos eletronicamente.

⁴⁹ O nome científico do amieiro é *Alnus glutinosa*, que é uma árvore que produz uma madeira de qualidade, utilizada para a produção de instrumentos musicais e para a produção de tanino, um ácido usado como mordente em corantes de papel, em tintas, bebidas, como adstringente e no tratamento de queimaduras. GARZANTINI, I. *Dizionario Italiano*. Roma: Garzanti Linguistica, 2000; DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA v. 1.0.

Conhecendo um pouco de sua história, constata-se que tampouco a aldeia foi avessa a movimentos, ao contrário, seus moradores sempre conheceram outras regiões e mundos, da própria Península, de nações européias e d'além mar. Não foram poucos os moradores que romperam os limites da aldeia para se estabelecer em cidades próximas, como Borgo a Mozzano e Lucca; um pouco mais distantes como Pisa e Livorno; em nações vizinhas à Itália, como França e Bélgica; e em outras bem mais distantes, como o Brasil, os Estados Unidos e, mais recentemente, a Austrália.

Segundo a prefeitura de Borgo a Mozzano, em 2006, sua população residente era composta por 127 habitantes.⁵⁰ No entanto, aproximadamente 52 pessoas realmente vivem em Oneta; os outros indivíduos recenseados conformam uma população flutuante, que permanece na aldeia somente durante os verões e, por esta razão, a maioria das casas está sempre fechada boa parte do ano. A maioria de seus moradores possui mais de 65 anos de idade, goza de aposentadoria, e não mais depende do cultivo e exploração da terra e dos frutos fornecidos por seus bosques. Exceção para Maria Luisa Ugoline que, em seus 77 anos, continua residindo e trabalhando as terras de seus antepassados, junto com sua filha e genro. Com o auxílio de um maquinário moderno e antigas técnicas, recolhem castanhas e fazem a farinha; criam vacas e cabras para produção de laticínios, e pequenos animais para o abate, como coelhos e aves; também produzem vinho e azeite, produtos que comercializam no mercado local. Distantes das atividades de Maria Luisa, as mulheres de Oneta, de forma geral, dedicam-se às tarefas domésticas e, em função de um reduzido número de jovens, a maior parte não mais possui filhos para cuidar e educar, usufruindo da companhia de netos ou sobrinhos. Já os homens, preenchem seus dias cortando madeira nos bosques; cuidando de seus vinhedos, hortas e pomares, além de galinhas e patos. Com a regularidade permitida pela legislação, praticam a caça de pequenos pássaros e outros animais, como o porco-espinho, o cervo e o javali.

Juntos, mulheres e homens, recolhem cogumelos, castanhas e frutos silvestres - como morangos e framboesas. Todos os anos, com a chegada do outono, têm início a *vendemmia*: a colheita de uvas. Nesse momento, grupos familiares se reúnem, colhem suas uvas e passam a produzir o vinho do ano seguinte, sendo que, ainda o fazem de forma bastante artesanal ou, quando muito, utilizam máquinas simples. Já em meados de novembro, tem lugar a colheita de azeitonas e, mais uma vez, algumas pessoas se encontram para a produção do azeite.

⁵⁰ Popolazione per frazione. ANAGRAFE DELLA POPOLAZIONE RESIDENTE di Borgo a Mozzano, Borgo a Mozzano, anno 2006. De agora em diante APR, a. 2006.

No entanto, se hoje essas pessoas desempenham tais atividades desobrigadamente, somente para o consumo próprio e até mesmo como lazer, o fazem porque aprenderam com seus antepassados, que de forma sistemática exploravam os recursos da montanha e da terra, extraindo o alimento e os meios que garantiam a própria sobrevivência e a de suas famílias.

Como também foi com seus antecessores, que compreenderam que deixar Oneta para procurar trabalho em outras cidades e países, era uma condição ou mesmo uma alternativa para complementar o orçamento familiar e melhorar a vida.

Mas quem foram seus antepassados e como eram compostos seus núcleos familiares? A quais ofícios e profissões essas pessoas se dedicaram? Como esteve organizada a economia local, principalmente no tocante ao cotidiano, e em que medida os fluxos migratórios habituais de moradores de Oneta para regiões da Península e para nações européias, relacionaram-se com o grande êxodo transoceânico? E ainda, como os deslocamentos repercutiram na vida daqueles que permaneceram e na própria estrutura da aldeia?

Para responder a essas perguntas é necessário ir ao encontro dessas pessoas no Oitocentos, pois foi durante esse momento histórico que, para alguns de seus moradores, apresentou-se a possibilidade de deixar Oneta e continuar suas vidas no distrito de Nossa Senhora do Amparo, localizado no município de Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro.

2. “Aqui todos são parentes, quando se volta um pouco no tempo, descobre-se um primo.”⁵¹

No final do ano de 1824, o pároco da igreja local, dedicada a Santo Ilário, arrolou 79 núcleos familiares, descendentes de 20 famílias. Eram dois núcleos dos Andreoli, dois núcleos dos Barsanti, 10 dos Brunini, dois dos Gambogi, um dos Gamelli, oito dos Gigli, dois dos Lippi, dois dos Lotti, um dos Lucchesi, nove dos Mattioli, sete dos Pellegrini, quatro dos Micheli, um dos Puccinelli, três dos Ponzi, cinco dos Silvestri, quatro dos Simi, um dos Simonetti, cinco dos Tomei, dois dos Fazi e um núcleo dos Sartini.⁵²

Quanto à composição dos núcleos familiares, predominavam as famílias extensas e patriarcais, aqui consideradas como completas. Elas eram compostas por marido, mulher, filhos não casados, filhos casados e a relativa família, podendo contar com a presença de um

⁵¹ PONZI, Maria. Depoimento, Oneta, nov. 2006, não registrado.

⁵² Note reclutamento. PARROCCHIA DI SANTO ILARIO, Oneta, anni 1819-1824. De agora em diante PSI, a. 1819-1824.

agregado: uma adolescente ou uma mulher adulta que desempenhavam atividades domésticas ligadas ao mundo privado; ou um menino destinado às tarefas agrícolas ou artesanais, como um aprendiz, sempre trabalhando com o chefe da família.⁵³ Mas havia as famílias extensas incompletas, com a ausência de um dos cônjuges. Representantes de tais modelos de famílias o foram, respectivamente: o núcleo de Matteo Pellegrini e sua mulher Maria Anna, e os filhos Matteo, Rosalinda, Ersilia, Allesio, Emilia, sua nora (casada com Matteo) e duas netas: Rebecca e Veridiana;⁵⁴ e o núcleo de Giuseppe Mattioli, chefe de família, viúvo, seu filho Leandro com a mulher Celeste e os respectivos filhos Giuseppe, Lorenzo, Vincenzo, Camilla e Margherita, além de Giovanna, a ajudante doméstica.⁵⁵

Havia também modelos de famílias nucleares completas, compostas por marido, mulher e filhos, como a de Carlo Pellegrini e sua mulher Teresa Dini, e os filhos Clementina, Carlotta e Tomaso;⁵⁶ e as famílias nucleares incompletas, como o núcleo de Giovanna Barsanti e suas duas filhas: Caterina e Lucia. Mas não faltavam mulheres que viviam sozinhas, como Bianca Micheli, Elisabetta Lippi, Margherita Tomei, Maria Domenica Gigli,⁵⁷ Benedetta Lippi e Lucia Barsanti, sendo estas duas últimas viúvas.⁵⁸

Entre essas famílias prevaleceram os vínculos de descendência verticais, nos quais estavam explícitos o espírito de submissão e obediência hierárquica. Os homens, enquanto pais e/ou maridos, proprietários ou não de seus terrenos e habitações, detinham a autoridade familiar, sendo designados para as obrigações e função de chefe de família. Situação que se alterava com a morte do homem que desempenhava a respectiva função, quando era substituído pela sua mulher, viúva. Tal estrutura de poder familiar patriarcal manteve-se com bastante regularidade até os anos 1870, quando o crescimento das migrações masculinas sazonais produziu um rearranjo de forças nos núcleos familiares, deslocando a função de chefe de família da pessoa dos homens para a das mulheres (Tabela 2).

No que diz respeito ao número de componentes dos grupos, se observarmos as famílias de Oneta em bases estatísticas, é possível constatar que, em 1818, quando a população era formada por 215 habitantes, dos 49 núcleos familiares, o número médio de membros correspondia a 4,3 pessoas por núcleo. Em 1858, quando a população cresceu para 315 habitantes, seus 61 núcleos familiares possuíam uma média de 5,1 pessoas por núcleo; e

⁵³ Nesse período as empregadas domésticas e as arrumadeiras recebiam a denominação de *servas*; e os meninos ajudantes, o jovens-aprendizes, chamavam-se *garzoni* e, neste caso, é difícil saber o ofício que verdadeiramente exerceram, porque ser *garzone* já se configurava em uma profissão.

⁵⁴ Note dell' Anime della Parrocchia di Oneta. PSI, Libro 5, a. 1850-1851.

⁵⁵ Note dell' Anime della Parrocchia di Oneta. PSI, Libro 1, a. 1818.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ Registri dei Morti, PSI, 21-2-1851 – 5- 12-1856.

⁵⁸ Nota dell' Anime della Parrocchia di Oneta. PSI, Libro 1, a. 1818.

mesmo anos depois, em 1884, em uma população de 285 habitantes, que formavam 65 núcleos familiares, a média era de 4,3 indivíduos (Tabela 3).

No entanto, se a análise levar em consideração as composições familiares reais, isto é, as pessoas que dividiam o mesmo teto, verifica-se que, pouco a pouco, as moradias foram se tornando pequenas para abrigar todos os seus componentes. Em primeiro lugar, porque aumentou o número de componentes das “famílias tradicionais,” aquelas nucleares; em segundo lugar, à medida que seus filhos homens formavam novas famílias, passavam a residir na casa de seus pais com a mulher, e não na casa dos pais da mulher, porque as normas que prevaleceram na comunidade foram a patrilocalidade e a virilocalidade.⁵⁹

Quanto às normas definidas pela comunidade para a organização da parentela, entre os grupos familiares de Oneta prevaleceram os casamentos endogâmicos-residenciais, parentais e locais, os quais deram origem a redes de parentela e de solidariedade que garantiam alianças e ajuda mútua em diversos momentos da vida e, sobretudo no trabalho, visto que a unidade produtiva era baseada no trabalho familiar. Muito embora o casamento criasse as famílias, eram também as famílias que utilizavam os matrimônios para estabelecer vínculos entre elas (PISELLI: 1981). Na referida comunidade, esses laços garantiam a cooperação econômica entre os grupos, visto que, sendo a economia caracteristicamente familiar de subsistência, necessitavam para sua manutenção e reprodução do envolvimento de todos os componentes do núcleo doméstico.

Mas a endogamia também impunha suas regras. Havia uma seletividade para as uniões, principalmente entre as famílias proprietárias de seu próprio pedaço de terra ou de algum bem patrimonial. No ano de 1856, é possível identificar duas famílias proprietárias de terras entre os casamentos que se realizaram: a dos Ponzi e a dos Brunini,⁶⁰ entre os 56 grupos familiares que à época conformavam uma população de 277 habitantes.⁶¹ Na década seguinte, em 1866, somam-se os Mattioli, os Tomei, Lotti, Vannini, Lippi, Gigli e os Gambogi⁶² e, neste caso, em meio a 55 grupos famílias que perfaziam um total de 278 pessoas.⁶³

Dessa maneira, vínculos passavam a ser construídos entre determinados grupos e, obviamente, reforçava-se o patrimônio familiar existente. Sobretudo, regulava-se os matrimônios entre famílias proprietárias e não-proprietárias, ou seja, entre filhos de

⁵⁹ Tais regras foram igualmente e anteriormente observadas por Fortunata Piselli (1981) em seu estudo sobre as relações de parentela em uma comunidade do Cosentino, na Calábria. PISELLI, F. *Parentela e Emigrazione. Mutamenti e continuità in una comunità calabrese*. Torino: Giulio Einaudi Editore. 1981. 391 p.

⁶⁰ Registro dei Matrimoni, PSI, n° 4, 8-2-1853 - 25-7-1858.

⁶¹ Nota dell'Anime della Parrocchia di Oneta, PSI, Libro 7, a. 1854-1858.

⁶² Registri dei Morti, PSI, 21-4-1857 - 4-1-1866.

⁶³ Nota dell'Anime della Parrocchia di Oneta, PSI, Libro 8, a. 1865-1875.

proprietários e filhos de pequeno-meeiros ou camponeses assalariados. Um bom exemplo dessa regra é fornecido por uma atual moradora de Oneta, Maria Ponzi, quando relembra que:

O meu bisavô Sebastiano Ponzi teve cinco filhos, quatro homens e uma mulher, e sempre dizia para eles: - Vocês devem se casar com filhos dos Gambogi. E ele conseguiu; todos se casaram com uma Gambogi, menos um que morreu muito cedo e Marianna que morreu solteira.⁶⁴

Em função dos casamentos serem endogâmicos, caracteristicamente parentais e locais, permitindo-se as uniões entre primos, com o correr do tempo, surgiu um entrelaçado de famílias. Basta acompanhar alguns filhos daquelas 20 famílias do início do Oitocentos já adultos, quando se casaram entre os anos de 1853 e 1858, para perceber que a maioria das uniões foi entre primos.⁶⁵

Anos depois, se observarmos os casamentos realizados nas primeiras décadas do século XX, entre os anos de 1903 a 1929, constata-se que os vínculos entre os grupos familiares tornaram-se ainda mais estreitos. Revendo alguns dos trâmites a serem cumpridos pelos noivos às vésperas de seus casamentos, uma das exigências consistia em se comprovar a viuvez. Caso ambos os noivos ou um dos dois se encontrasse nesta condição, junto à sua respectiva Cúria Diocesana, devia apresentar o respectivo atestado de óbito daquele ou daquela que enviuvou,⁶⁶ demonstrando assim que eram livres para contrair novas núpcias.

Entretanto, não chegava a constituir um “canônico impedimento” o fato de os nubentes possuírem qualquer grau de parentela, fosse de 1º, 2º, 3º ou 4º graus de consangüinidade. Abria-se uma exceção para o parentesco, desde que os noivos requeressem e obtivessem, junto ao Ordinário da Diocese, a “dispensa apostólica,” para então sim, ser possível a concretização da união.⁶⁷ Nesse período, entre os 68 nubentes, cerca de 14% possuíam grau de parentesco.

⁶⁴ PONZI, Maria; GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 5, lado A. Sebastiano Ponzi nasceu em 1820.

⁶⁵ Foi assim que Lorenzo Ponzi casou-se com Lucia Brunini, filha de uma Gigli; Michele Fegolo Gambogi com Cristina Simi, eram primos, a mãe de Michele era uma Simi; Eugenio Tomei casou-se com Cleofe Pellegrini; Simone Nicodemo Gigli com Maria Teresa Ponzi, sendo que ela era filha de uma Simi; Lodovico Gaetano Tomei uniu-se a Maria Teresa Micheli, sendo que ela era uma Pellegrini antes de se casar; Federigo Pellegrini com Maria Domenica Pellegrini, estes também eram primos. Registro dei Matrimoni, PSI, n° 4, 8-2-1853 - 25-7-1858.

⁶⁶ Registro dei Matrimoni, PSI, a. 1903-1929.

⁶⁷ Entre os noivos que eram parentes estavam: Maurizio Micheli e Elisa Micheli, que obtiveram a referida licença em função “do quarto grau de consangüinidade em linha reta proveniente da comum estirpe”, casando-se em 2 de outubro de 1904; Nicola Tomei, de Oneta, e Attilio Vannini, de Borgo a Mozzano, que igualmente solicitaram a dispensa para o casamento em função da parentela de quarto grau do

Além dos vínculos de descendência linear, existiam os laços de colateralidade, ou seja, as ligações de parentela reais ou adquiridas, no sentido horizontal, que ligavam, através de uma fina rede de normas e relações, tanto sociais quanto econômicas, os parentes colaterais. Tais laços contribuía para a criação e estabilização das relações interfamiliares e, ao contrário das relações parentais verticais, nas de colateralidade prevaleciam a solidariedade, a mutualidade e a reciprocidade, onde significativos eram o sistema de favores e contra-favores que ligavam os vários núcleos familiares, e que não raro, transcendiam às relações sociais pessoais, alcançando o nível do econômico.

Assim, havia uma cooperação entre vizinhos, que podiam também ser parentes, que se concretizava nas trocas de atividades de trabalho desenvolvidas na residência da própria pessoa. E se a maioria dos moradores não mais vivencia tais momentos, pois não depende dos trabalhos nos campos, por outro lado, muitas são as histórias hoje narradas, que invocam com nostalgia uma solidariedade que, segundo eles, se perdeu:

Matava-se o porco no início do inverno. Com a carne se fazia presunto, salame e salsichas. Tinha umas amigas de minha mãe que vinham aqui [em casa]. [...] As famílias ajudavam quando se precisava. E este trabalho se fazia para todo o ano. Geralmente se vendia [os produtos], não é que não se usasse tudo, porque havia galinhas, coelhos, e vitelo.

Convidavam-se [os vizinhos] para novenas ou, por exemplo, quando se debulhava o milho, vinha a gente do povoado. E vinha sempre. Depois, com os grãos bons, tudo acabado, se enchia os sacos. Aqueles que vinham para nos ajudar, depois fazíamos a mesma coisa para eles. Fazia-se uma troca. [...] E também se estava junto, se conversava...

No passado havia uma cultura camponesa, isto é, a gente se reunia ao entardecer em casas vizinhas e se contava histórias que vinham de anos e anos. Assim havia uma cultura própria que hoje se perdeu.⁶⁸

A ajuda mútua entre os moradores também se fazia sentir nos momentos nos quais alguém adoecia ou necessitava de cuidados especiais. Um exemplo representativo da solidariedade que existia em Oneta é a narrativa que Laís Consani ouviu de sua avó Teodora Pellegrini, sobre o nascimento de seu pai, ocorrido em 1883:

consagüinidade, tendo a união se concretizado em 13 de janeiro de 1907. Registro dei Matrimoni, PSI, a. 1903-1929.

⁶⁸ UGOLINE, Maria Luisa; PELLEGRINI, Maria Albina. Depoimento, Oneta, 25 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 4, lado B.

Minha avó ficou ruim pra ter o nenê, que nasceu fora de tempo; o meu pai veio muito pequenininho, disse que parecia uma boneca. [...] E parece que ela teve a febre puerperal e ficou ruim mesmo.

Ela disse que a sogra e o sogro saíam de manhã, o marido também saía para outra cidade para trabalhar.

A minha avó naquela febre, não falava nada, ficava quieta. As vizinhas que ajudaram: uma passava a noite, a outra passava o dia, era assim. As vizinhas é que foram os médicos, as enfermeiras dela.

E eram as outras que ajudavam quando uma ficava doente [...] alguém ia tomar conta. [A minha avó] disse que lá era uma beleza, uma ajudava a outra mesmo, que parecia que era de seu próprio sangue.⁶⁹

O que se pode conjecturar é que além das relações de parentela reais que garantiam auxílio aos membros de uma mesma família nos momentos mais duros da vida, também acontecia da solidariedade criar o sentimento de pertencimento a um grupo familiar, de “construir” verdadeiros laços de consangüinidade. Por outro lado, não se pode desconsiderar o fato de que em Oneta a grande maioria dos casamentos ocorreu entre membros de duas dezenas de famílias e, provavelmente, seus moradores se sentiam unidos por laços de parentesco. Fossem tais laços reais ou fictícios, o importante é que se desdobravam em atitudes solidárias.

Se o trabalho unia e aproximava amigos e vizinhos em Oneta, Santa Lúcia⁷⁰ reunia os parentes. Todos os anos, o dia 13 de dezembro era dedicado a Santa Lúcia e considerado feriado local. Seus moradores deixavam suas atividades e comemoravam o dia com um almoço em família, momento no qual convidavam seus parentes distantes e também alguns amigos, que não residiam em Oneta. Grazia Micheli relembra que:

Sendo todos camponeses, podiam naquele dia deixar o trabalho e fazer a festa. A minha avó, Giustina Lippi, dizia sempre: “Era um dia importante o de Santa Lúcia, se bebia leite com chocolate”. A única vez, em todo o ano, em que era misturado um pouco de chocolate ao leite. Só para dizer como era uma coisa importantíssima!⁷¹

Era uma festa religiosa. O pároco celebrava uma missa, mas “cada família organizava a sua festa, na sua casa”. Na casa de Serafino Gigli e Giustina Lippi, por exemplo, “reuniam-se os avós anciãos e todos os filhos e filhas com seus respectivos cônjuges e netos. E em outra

⁶⁹ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A. A depoente é filha Giuseppe Consani e Alice Ramos de Miranda. Por ter convivido estreitamente com Teodora Pellegrini, esta lhe contou muitas histórias de Oneta.

⁷⁰ No Brasil o dia é consagrado à Santa Luzia.

⁷¹ MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A. Sua avó era Giustina Lippi, nascida em 1881.

casa se fazia a mesma coisa. E em qualquer casa havia convidados e amigos que vinham de fora.”⁷²

Vale observar que dezembro é o mês final do outono e, portanto, logo em seguida, os trabalhadores partiam para lavrar outras terras, trabalhar em outras cidades, exatamente como ocorria em todas as áreas que possuíam fluxos migratórios periódicos e sazonais. As famílias reunidas colhiam uvas, castanhas e azeitonas e, em seguida, a maioria dos homens partia. Sendo assim, é possível perceber a festa de Santa Lúcia como um momento importante que promovia a aproximação dos parentes mais distantes, fundando periodicamente a família, mas também representando o instante no qual a grande família reunida se despedia dos seus membros, que partiriam assim que o inverno chegasse.

3. Tempo de semear, tempo de colher, tempo de partir, tempo de fiar, tempo de esperar...

A família grande, alargada, era muito importante em um sistema econômico de subsistência onde a produção estava baseada na unidade familiar. As atividades eram diferenciadas de acordo com o sexo e também com a idade de cada um de seus membros e, não raro, também recorria-se à cooperação de amigos e vizinhos em algumas tarefas.

A maioria dos camponeses cultivava a terra no sistema de meação, pois em Oneta poucos eram proprietários de seus terrenos. O que significa dizer que, pela ocupação da terra, os camponeses deveriam entregar ao proprietário metade de toda a produção sobre ela, o que era feito em gêneros, em mercadorias e não em espécie. Adriana Dadà (1993a: 495) se refere a esse sistema que predominou na área apenínica e subapenínica toscana como de “meação pobre”. Trata-se de um sistema que não incorporou a mecanização ou novas culturas, em função das características geológicas ou agrárias do solo ou por resistência por parte dos proprietários em empreenderem mudanças na gestão de suas terras e nas relações com os meeiros. Conseqüentemente, a produção era reduzida.

A vida desses camponeses era regida pelo nascer e o por do Sol; o tempo mais longo, tempo decorrido, era mensurado pelas estações do ano, e nelas, encontravam-se distribuídas

⁷² MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A.

as atividades desenvolvidas nos campos e seus desdobramentos no âmbito da casa. Mas esse tempo também era medido pelas ausências de membros dos grupos que se encontravam trabalhando fora da povoação.

Entre os meses de maio-junho até novembro-dezembro, ou seja, durante a primavera, o verão e o outono, todos trabalhavam juntos. Os homens eram empenhados na lavra dos terrenos, na sementeira dos grãos, na poda das plantas e na colheita de frutos, nos trabalhos mais pesados; enquanto as mulheres cuidavam do horto, cortavam o feno e talhavam os grãos, quando era o momento. Além disso, cortavam as ervas para alimentar os animais, além de trabalhar o cânhamo.⁷³ Mas toda a família trabalhava nos campos e extraía os frutos dos bosques, inclusive as crianças.⁷⁴ Na realidade, até as primeiras décadas do século XIX meninos e meninas com 8-10 anos eram considerados em idade de trabalho. A maioria das crianças dessa região de Lucca, de acordo com as estatísticas nacionais, começava muito cedo a desenvolver tarefas ligadas ao pastoreio e à agricultura, durante o período precedente à escolarização, que durava dois ou três anos. Conforme observou Adriana Dadà (1994b: 7-9), dramática era a situação dos meninos, jovens adolescentes, que emigravam com um membro mais velho da própria família - o pai ou o irmão mais velho - para trabalhar como ajudantes; outras vezes se tornavam aprendizes a serviço de um vendedor ambulante. Durante muitos meses, quando não anos, se afastavam da família e rodavam a Europa e até mesmo a América. Mas para o núcleo familiar, era menos uma boca para matar a fome.

Em virtude da topografia íngreme, aliada à elevada altitude e aos invernos rigorosos, os camponeses cultivavam uvas e olivas, não faltando frutas como maçãs e pêras. Também plantavam milho, trigo, batatas, feijão, algumas verduras e o cânhamo utilizado para a tecelagem. De seus bosques recolhiam castanhas, como já assinalado.

Com o trigo faziam o pão e a massa - o macarrão; com o milho se preparava a polenta e as *focaccine*;⁷⁵ com a castanha a farinha doce, e a polenta de *neccio* e as *neccie*. Estas sim, para muitos, constituíram-se no único alimento à mesa, pois era elaborado com farinha de castanhas, água e sal, assadas sobre uma pedra.⁷⁶ Vale ressaltar que o trigo, milho, farinha de

⁷³ MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A.

⁷⁴ Entre as crianças que desempenhavam atividades laborais estavam: Assunta Tomei, com seus 6 anos no ano de 1861; Gio. Pietro Tomei e Maria Eufemia Carmina Pellegrini, com 12 anos, em 1861; Maria Eva Tomei, em seus 15 anos, no ano de 1863; e Pio Felice Simi, com 16 anos, em 1862: todos trabalhavam na agricultura. Registro dei Morti, PSI, 21 abr. 1857 - 4 jan. 1866. Já Riseppo Gigli, com 9 anos, trabalhou como aprendiz a Ghivizzano, localidade próxima a Oneta; e Gesualdo Silvestri, com 8 anos, foi igualmente aprendiz, só que na Córsega, em 1844, 1845 e 1846. Note recrutamento, PSI, a. 1819-1860.

⁷⁵ São massas como as nossas panquecas, só que feitas com fubá de milho, água e sal.

⁷⁶ MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A. As *Neccie* são também como panquecas, mas feitas com farinha de castanhas; e a polenta de *neccio* é a

castanhas e o cânhamo estiveram entre os principais produtos comercializados nas feiras semanais de Borgo a Mozzano, que ocorria às quartas-feiras, instituídas pelo então *Granducato di Toscana*, no ano de 1852. Sendo que, “na estação na qual a farinha era colocada à venda [no outono] o dinheiro circulante aumentava,” conforme observou o *Ministero delle Finanze* (ZUCCAGNI-ORLANDINI, 1848: 409). Algumas famílias criavam animais, mas somente para o consumo do próprio grupo, como forma de assegurar o leite, o queijo e alguns ovos, não chegando a ser comercializados.

O trabalho agrícola e o extrativismo praticado nos bosques exigia profissionais especializados como o perito em geometria, profissão que Matteo Mattioli exerceu em 1855;⁷⁷ já Michele Fegolo Gambogi era operador de moinho,⁷⁸ maquinário indispensável para a produção de farinhas e azeite, em 1853; e Giuseppe Nicolao, Davino Mattioli e Luigi Antonio Lippi⁷⁹ foram lenhadores e nesse ofício trabalharam nos anos 1861 e 1862. Vale ressaltar, que as profissões de lenhador e de carvoeiro requeriam muita técnica para o corte das árvores e para a fabricação de carvão. Tais ofícios estavam entre os trabalhos mais duros da montanha, pois os homens e os jovem-ajudantes, permaneciam nos bosques por meses, sempre sujos e impregnados de fumo e odor de carvão. Como eram detentores de técnicas incompreensíveis pelos moradores, não era incomum algumas pessoas os identificarem com forças ocultas, demoníacas, com as quais pareciam que comunicavam (FERRETTI *apud* DADÀ, 2000: 154). “Os carvoeiros dormiam sempre no bosque, em cabanas, para vigiar o forno: ‘cozinham’ a lenha.”. Eram só homens, muito fortes, pois desciam a montanha carregando até 80-100 kg de madeira ou carvão nas costas”.⁸⁰ Mas Oneta também possuía suas costureiras e um costureiro: Alessandra Simi e seu marido Pietro Pellegrino Pellegrini, que trabalharam na profissão no ano de 1853. Também Cleofe Pellegrini, irmã de Pietro, em 1854;⁸¹ Maria Carlotta Ponzi também, em 1857, que se casou com Batista Romani, um pequeno comerciante;⁸² Biagio Didati, em 1857, era o carroceiro da aldeia;⁸³ e Lucia Barsanti e Elisabetta D’Olivo eram fiandeiras em 1863.⁸⁴

polenta de farinha de castanhas. Hoje as *neccie* são servidas recheadas com queijos, geléias e frios, mas no Oitocentos e início do Novecentos, as pessoas alimentavam-se somente da massa.

⁷⁷ Registri dei Morti, PSI, 21-2-1851 - 5-12-1856.

⁷⁸ Registro dei Matrimoni, PSI, n° 4, 8-2-1853 - 25-7-1858.

⁷⁹ Registri dei Morti, PSI, 21-4-1857 - 4-1-1866.

⁸⁰ SILVESTRI, Ferruccio. Depoimento, Oneta, 18 novembro 2006. LABHOI, UFF, Fita 10, lado B. O depoente é neto de Aldo Silvestri, que foi lenhador e carvoeiro em fins do século XIX.

⁸¹ Registro dei Matrimoni, PSI, n° 4, 8-2-1853 - 25-7-1858.

⁸² *Ibidem*.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ Registri dei Morti, PSI, 21-4-1857 - 4-1-1866.

Entre os meses de dezembro-janeiro até maio-junho, isto é, do inverno até o final da primavera, todos continuavam desempenhando as tarefas diárias que garantiam a sobrevivência do núcleo familiar, porém sem contar com o trabalho de algumas pessoas.

É que a economia de Oneta apoiava-se sobre dois sustentáculos: um era o trabalho dos camponeses, artesãos e demais profissionais que na aldeia residiam permanentemente; e o outro era constituído pelas rendas daqueles que emigravam. Sendo assim, em cada núcleo familiar, com o início do inverno, pelo menos um componente masculino, que podia ser o chefe da família ou o primogênito, e algumas vezes uma mulher, passava pela experiência da emigração. As famílias confiavam a essas pessoas um projeto emigratório com tempo determinado: deveriam trabalhar, reunir algumas economias, com as quais supririam as várias necessidades da parentela que permaneceu na aldeia, retornando após um período pré-estabelecido.

As famílias contavam com as rendas que traziam os seus emigrantes, que possuíam fins previamente definidos: primeiramente eram utilizadas para complementar o orçamento doméstico; em seguida para a compra de um pedaço de terra ou mesmo promover o alargamento da propriedade familiar, por menor que ela fosse; depois se investia na própria atividade, no caso de artesãos, proprietários de moinhos e pequenos comerciantes e, por último, no financiamento da própria emigração.

Nesse ambiente onde predominava uma multiplicidade de atividades que eram desenvolvidas na própria povoação e que também se projetavam sobre outros espaços, o fato dos moradores estarem ligados a parentes e vizinhos por vínculos pessoais *fortes*, porque estreitos e solidários, quando um indivíduo da aldeia emigrava, notícias passavam a ser divulgadas sobre possibilidades de emprego, e os primeiros que emigraram acabaram por abrir estradas que passaram a ser seguidas por amigos e parentes.

Entre os trajetos percorridos pelos emigrantes de Oneta, alguns podem ser observados. Sabemos que em 1835, Lorenzo Ponzi foi trabalhar como aprendiz em Cerreto di Sopra (povoado vizinho) e, no mesmo ano, Gio Orazio Lippi se empregou em Anchiano (aldeia próxima) também na condição de aprendiz, tendo retornado em 1838 a Oneta. Em 1840 estava na Inglaterra trabalhando como escultor em gesso. Ou seja, aprendeu a profissão e logo em seguida passou a exercê-la.⁸⁵ Na França⁸⁶ foram trabalhar como escultores em gesso os irmãos Michelangelo e Pietro Gigli, em 1836, sendo que o primeiro casou-se na França e no

⁸⁵ Note recrutamento, PSI, a.1819 -1860. Não há registro da cidade na Inglaterra.

⁸⁶ *Ibidem*. Não consta registro da cidade na França.

país passou a residir, mas seu irmão Pietro retornou em 1839 e, em seguida, foi para a Córsega, dessa vez acompanhado de outro irmão, Gio Saverio.

Em 1838, Pietro Pellegrini [filho de Luigi], foi para Livorno como escultor e em seguida para Marselha.⁸⁷ Em 1852, 1853 e 1854 Cherubino Ponzi estava trabalhando na Córsega como aprendiz⁸⁸ e em 1866 estava na América.⁸⁹ Em 1855, Israele Mattioli, em seus 14 anos de idade, havia “partido para a América,”⁹⁰ pois o pároco de Oneta fez a respectiva anotação à frente de seu nome, quando preparava o arrolamento das famílias presentes no povoado naquele ano. Em 1857, retiraram seus passaportes, em direção à Córsega, Carlo, Arcangiolo e Michele Brunini; Giovanni e Venanzio Lippi; já Primitivo Tomei e Leandro Mattioli, também retiraram seus passaportes e emigraram primeiramente para a França e em seguida foram para a Bélgica.⁹¹

Para a “América” também se dirigiram Giuseppe Brunini, um pequeno proprietário de Oneta;⁹² Emidio e Giuseppe Gambogi, ambos escultores em gesso;⁹³ Giovanni Tomei, pequeno proprietário;⁹⁴ Francesco Simonetti, escultor em gesso;⁹⁵ Costantino Pellegrini, pequeno proprietário;⁹⁶ e Pietro Pellegrino Pellegrini [filho de Pier-Antonio], que deixou a profissão de costureiro que exercia em Oneta e foi trabalhar como escultor em gesso.⁹⁷ Em meados dos anos 1870, Pietro Pellegrini [filho de Carlo] e seu filho Narciso, ambos proprietários de um moinho e niveladores de terrenos em Oneta, já se encontravam na América.⁹⁸

As mulheres também se incluíam nesses fluxos migratórios e, geralmente, para se empregar como empregadas domésticas, cozinheiras, camareiras ou amas-de-leite (DADÀ, 1994b: 8). A atividade de doméstica nas grandes e pequenas cidades italianas moveu massas de mulheres do campo entre a pré-adolescência e o casamento. Era uma das maneiras através das quais as filhas contribuía, ao lado dos irmãos, com a renda familiar, além da

⁸⁷ *Ibidem.*

⁸⁸ *Ibidem.*

⁸⁹ Foglio di Famiglia n. 522. ARCHIVIO DELL' ANAGRAFE DEL COMUNE DI BORGO A MOZZANO, Borgo a Mozzano, anni 1866-1880. De agora em diante AACBM, Tomo 2, a. 1866-1880. Não foi registrado o país no continente americano.

⁹⁰ Note reclutamento, PSI, a. 1819 -1860.

⁹¹ Prefettura del Compartimento di Lucca. ASL, b. 357, 358, 359, a. 1857. Informações gentilmente cedidas por Lucilla Briganti.

⁹² Foglio di Famiglia. AACBM, Tomo 2, a. 1866-1880.

⁹³ *Ibidem.*

⁹⁴ *Ibidem.*

⁹⁵ *Ibidem.*

⁹⁶ *Ibidem.*

⁹⁷ *Ibidem.*

⁹⁸ Popolazione per frazione. APR, a. 1874.

possibilidade de também constituir por essa via o dote de seus futuros casamentos (RAMELLA, 2001: 146).

Muitas mulheres deixaram Oneta para trabalhar como domésticas, como: Maria Domenica Caterina Lippi que trabalhou em Lucca, em 1834; Maria Camilla Margherita Mattioli, que foi para o vizinho povoado de Cerreto di Sotto, em 1838, retornando a Oneta em 1840; Maria Margherita Gigli foi para Borgo a Mozzano no ano de 1844, depois para Lucca, em 1845, e em seguida se estabeleceu em Livorno, em 1847; Maria Domenica Silvestri foi para Borgo em 1839 e para Livorno em 1844; Maria Flavia Gigli trabalhou em Livorno em 1852, depois foi para em Lucca e em 1860 estava em Florença; e Maria Luisa Pellegrini que foi para Borgo em 1851, depois para Livorno em 1852, e em seguida para Lucca, em 1859. Já Margherita Micheli trabalhou como ama-de-leite em Livorno, em 1849.

Após acompanhar esses percursos algumas ponderações devem ser feitas. Antes de mais nada, é necessário esclarecer que as quantificações acima apresentadas não têm a pretensão de atingir números absolutos. O objetivo maior é utilizá-las enquanto uma amostra da mobilidade dos habitantes de Oneta, percebendo escolhas e caminhos por eles percorridos. Não obstante, tais fontes são preciosas se considerarmos que os arquivos locais - paroquial, de registro civil e do município de Borgo a Mozzano - cobrem um período anterior à participação do Estado Italiano na sistematização de dados e informações sobre a emigração, que só veio a ocorrer após 1876.

Uma das características que, imediatamente, chama a atenção nos deslocamentos é o predomínio dos homens nesse processo. Isso pode ser explicado, até certo ponto, pelo próprio modelo migratório das áreas montanhosas, no qual estava implícito o trabalho das mulheres na agricultura, durante o período que os homens permaneciam fora da aldeia. Uma outra característica é que eram fluxos emigratórios de trabalho sazonal, que muitas vezes envolviam vários membros de uma mesma família, sendo que, entre os deslocamentos masculinos, o predomínio foi de escultores em gesso e, entre as mulheres, a ocupação como doméstica.

Agora, se cruzarmos as ponderações acima - a maior mobilidade masculina e o predomínio dos escultores - é plausível pensar que um dos motivos para a reduzida participação feminina nos deslocamentos, pode ter sido a falta de canais de informação capazes de colocar as mulheres em contato com as oportunidades existentes, e não a inexistência de oportunidades de trabalho realmente. Foi Franco Ramella (2001: 147) quem sinalizou nessa direção, ao colocar que essa variável poderia influenciar nas escolhas e até mesmo influenciar as famílias, empurrando ou retendo a movimentação das mulheres nas migrações periódicas. Segundo o autor, certamente não faltavam oportunidades de trabalho

nas localidades e países para os quais os emigrantes italianos se dirigiam, nas quais as mulheres pudessem se empregar. Provavelmente, não havia conexão entre a área de partida e a de recepção dos emigrantes e, conseqüentemente, não circulavam notícias sobre possibilidades de trabalho para as mulheres no exterior.

Por fim, é possível constatar que os deslocamentos foram pouco a pouco atingindo distâncias cada vez maiores. Na primeira metade do século XIX, os trabalhadores e trabalhadoras de Oneta saíam para se empregar em aldeias vizinhas, em municípios na própria Península e em cidades no continente europeu. Na segunda metade desse século, além das estradas anteriores que continuaram a percorrer periodicamente para trabalhar, habitantes de Oneta passaram a trilhar uma nova, a da América: se para o ano de 1855 há o registro de uma partida para o Novo Continente, entre 1866 e 1880 foram 10 pessoas a deixar Oneta em direção à “América”.⁹⁹

Como observou Ramella (2001: 145-146), nesses movimentos emigratórios de trabalho em lugares distantes, característicos de áreas montanhosas, a duração da permanência fora dos locais de origem dos indivíduos podia variar de acordo com o tipo de trabalho conseguido, e eram fluxos caracterizados por um modelo específico: eram circulares. A vida de trabalho dos emigrantes era ritmada pelas saídas e retornos periódicos aos lugares de origem, que se interrompiam somente quando decidiam se transferir definitivamente para outra localidade. Foi o que ocorreu com Michelangelo Gigli, que na França contraiu casamento e lá fixou residência, e Pietro Pellegrini e seu filho Narciso, que permaneceram no Brasil.

Quando na segunda metade do Oitocentos, novas oportunidades de trabalho estavam sendo abertas no Novo Continente, geradas pelo desenvolvimento econômico mundial, não seria demais pensar que esses emigrantes souberam agarrar tais oportunidades: lançaram-se na travessia do Atlântico. Provavelmente, a escolha da emigração transoceânica não representou a única opção para as pessoas de Oneta e para os peninsulares de fins do Oitocentos. Pode sim, ter se apresentado como a mais promissora ou, simplesmente, a melhor conhecida, sempre tendo em vista as redes sociais construídas pelos emigrantes nas duas pontas do oceano. Nesse sentido, o impulso ao êxodo, em muitos casos, foi mais uma situação privada de melhoramento do que a coação de uma realidade sem uma via de saída (GIBELLI, 1989: 10-11; DE CLEMENTI, 2003: 69).

⁹⁹ Statistiche dell'emigrazione all'estero, ACBM, cat. IV, sez 3, a. 1878-1903, faltando os dados para 1880 e 1881. Visando um reduzido número de referências, de agora em diante todas as informações sobre Borgo a Mozzano e suas aldeias aqui considerados foram elaboradas por Lucilla Briganti.

4. Tentando a sorte em terras mais distantes

Os trabalhadores de Oneta passaram a se deslocar para o continente americano na segunda metade do século XIX. Nesse momento, a emigração italiana ganhou proporções de massa, cabendo uma análise quantitativa destas saídas, baseada nas estatísticas da emigração italiana que começaram a ser publicadas em 1876. Tais estatísticas eram organizadas e publicadas sob a responsabilidade de dois órgãos da Administração Pública italiana: a Direzione Generale della Statistica e o Commissariato Generale dell'Emigrazione.¹⁰⁰

Vale informar que foram apreciados os três principais países escolhidos pelos emigrantes: Estados Unidos, Brasil e Argentina, a partir de 1878, ano no qual o Brasil passou a ser incluído. Essas estatísticas oficiais não chegaram a discriminar as partidas por aldeias ou povoados e, por esta razão, não constarão dados específicos de Oneta, o que não invalida a análise, visto que a aldeia pertencia, administrativamente, ao município de Borgo a Mozzano.

No ano de 1878 emigraram da Península 96.268 pessoas, das quais 8.645 foram para a Argentina, Paraguai e Uruguai; 4.533 se dirigiram para o Brasil; e 1.993 pessoas para os Estados Unidos e Canadá. Entre os 6.337 indivíduos que emigraram da região Toscana, 265 tiveram como destino o Brasil; 209 foram para a Argentina, Paraguai e Uruguai; e 140 indivíduos foram para os Estados Unidos e Canadá. De Borgo a Mozzano 16 pessoas partiram para o Brasil.¹⁰¹

Em 1886, dez anos após o início das estatísticas, deixaram o Reino da Itália 167.829 emigrantes, dos quais 36.534 se dirigiram à Argentina; 26.920 aos Estados Unidos e 11.334 tiveram como destino o Brasil. No mesmo ano, partiram da Toscana 12.471 pessoas, destas 1.038 se dirigiram ao Brasil, 985 indivíduos foram para a Argentina e 358 para os Estados Unidos. De Borgo a Mozzano emigraram 284 indivíduos, dos quais 57 foram para o Brasil, 32 para à Argentina, igual número para os Estados Unidos e Canadá. Destes, 122 cruzaram o Atlântico e 162 emigraram para nações do continente europeu, o que significa dizer que esta última direção superou a transoceânica.

No ano de 1891, dos 293.631 indivíduos que deixaram o território da Península, 108.414 imigrantes se direcionaram para o Brasil, 44.359 para os Estados Unidos e 24.125

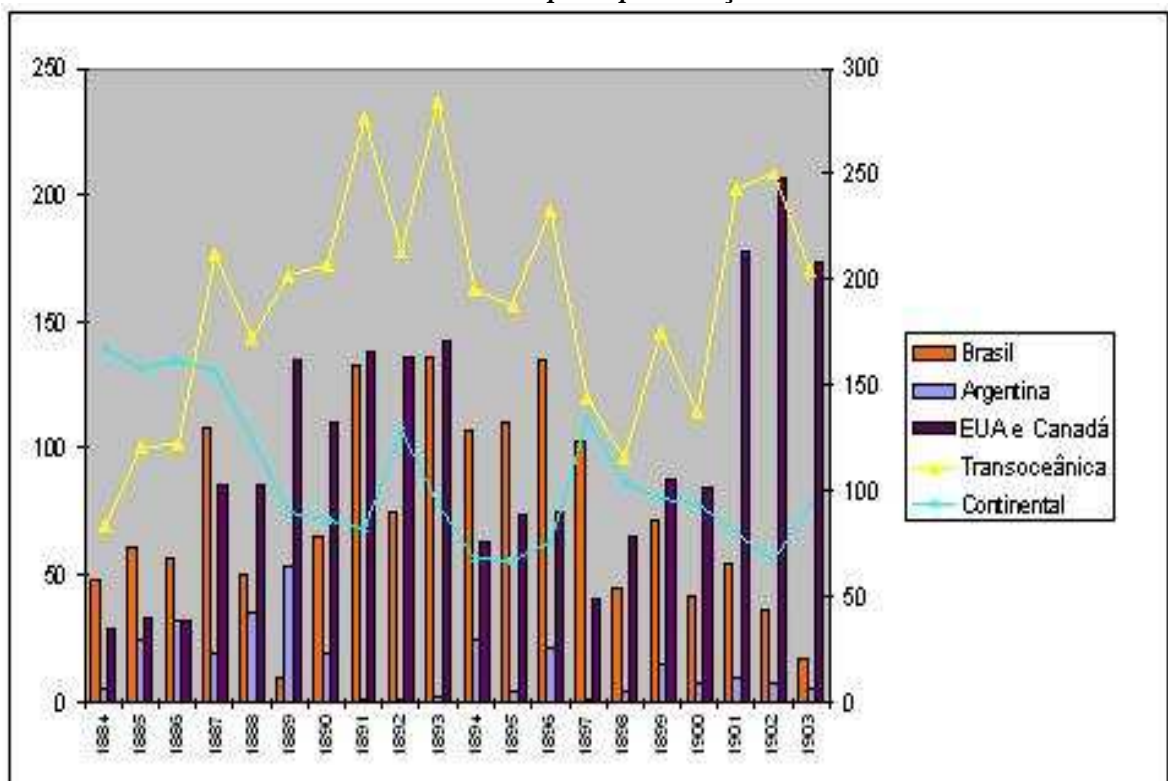
¹⁰⁰ Anuario Statistico della Emigrazione Italiana dal 1876 al 1925 con notizie sull'emigrazione negli anni 1869 - 1875. Commissariato Generale dell'Emigrazione, 1926. Com o objetivo de evitar um número excessivo de notas, de agora em diante todos os dados nacionais e que se referem à região da Toscana foram extraídos do Anuario Statistico della Emigrazione Italiana dal 1876 al 1925. Em 1878 ainda não havia um quantitativo para a Argentina e para os Estados Unidos isoladamente, o que passou a ser feito no ano seguinte.

¹⁰¹ Statistiche dell'emigrazione all'estero, ACBM, cat. IV, sez 3. a. 1878-1903.

para a Argentina. Sendo que da Toscana partiram 13.014 imigrantes, dos quais 2.982 foram para o Brasil, 1.705 para a Argentina e 1.110 para os Estados Unidos. E de Borgo a Mozzano partiram 354 indivíduos, dos quais 133 para o Brasil, 1 pessoa para a Argentina e 138 para os Estados Unidos e Canadá. Nesse ano a emigração de Borgo a Mozzano para o continente europeu envolveu 82 pessoas e a transoceânica fez um total de 272 indivíduos.

Em 1898, de um total de 283.715 indivíduos que emigraram do Reino da Itália, 56.375 foram para os Estados Unidos, 38.659 para o país nos trópicos, e 33.938 pessoas se dirigiram à Argentina. Entre os 14.959 toscanos que partiram em 1898, 3.481 tiveram o Brasil como destino, 2.380 indivíduos foram para a Argentina e 1.469 para os Estados Unidos. De Borgo a Mozzano, entre as 219 pessoas que deixaram os seus limites, 66 foram para os Estados Unidos e Canadá, 45 foram para o Brasil e 4 para a Argentina. Entre estes, 115 pessoas se envolveram na emigração transoceânica, 104 indivíduos emigraram para nações do continente europeu.

Fig. 4 - Emigração do município de Borgo a Mozzano entre 1884 e 1903 e suas principais direções¹⁰²



¹⁰² Statistiche dell'emigrazione all'estero. ACBM, cat. IV, sez. 3, a.1878-1903. Elaboração de Lucilla Briganti.

Enfim, os dados revelam que, de 1878 a 1890, a Argentina representou a principal direção dos peninsulares, mas o Brasil foi o país de destino de toscanos e de emigrantes que partiram de Borgo a Mozzano. Como também mostram que, entre 1878 e 1886, as migrações para o continente europeu superaram os deslocamentos transoceânicos, o que não costuma ser muito ressaltado.

Entre 1891 e 1897 as direções se alteraram: o Brasil se tornou a primeira opção como país de destino dos peninsulares, de toscanos e mais especialmente dos emigrantes de Borgo a Mozzano. Já as migrações do município para os países na América, nesse período foram numericamente superiores àquela continental e dessa forma se mantiveram até 1903.

A partir de 1898, os Estados Unidos tornaram-se a nação que mais recebeu peninsulares; enquanto o Brasil se configurou no país preferido pelos toscanos. Já a Argentina passou a ser a nação escolhida pelos emigrantes de Borgo a Mozzano. A partir de 1899 até 1925, os Estados Unidos continuaram a representar a primeira opção para os emigrantes que deixavam a Península, como também a Toscana; a Argentina a segunda escolha e o Brasil a terceira opção para os emigrantes. De Borgo a Mozzano, partia-se predominantemente também para os Estados Unidos e Canadá; e a partir desse ano, a migração para países do continente europeu não mais superou a transoceânica¹⁰³.

Ao confrontar esses fluxos emigratórios e suas direções, com os registros escritos e as muitas histórias que hoje são narradas pelos moradores de Oneta, histórias que reconstróem caminhos, revisitam cidades e países os quais um dia seus parentes percorreram e viveram, surgiram dois trajetos transatlânticos: um que os levou ao Brasil e um outro trajeto aos Estados Unidos. Até onde se pode sustentar, a Argentina não se constituiu em uma opção para eles.

Mas quando então decidiam fazer a rota das Américas: por que moradores de Oneta não se dirigiram para a Argentina? No entanto, as estatísticas registram partidas em todo o período analisado, sendo que durante os anos 1878 a 1890 o país se constituiu no principal destino dos emigrantes; além do fato que Vincenzo Modena, o agente de emigração e representante de companhias de transporte marítimo, atuasse regularmente em Borgo a Mozzano desde 1860, embarcando emigrantes para o Brasil, Estados Unidos e também para a Argentina (BRIGANTI, 1993: 174).

É possível ponderar que os moradores de Oneta não se dirigiram para a Argentina porque entre eles não circularam informações sobre oportunidades de trabalho, não existiram

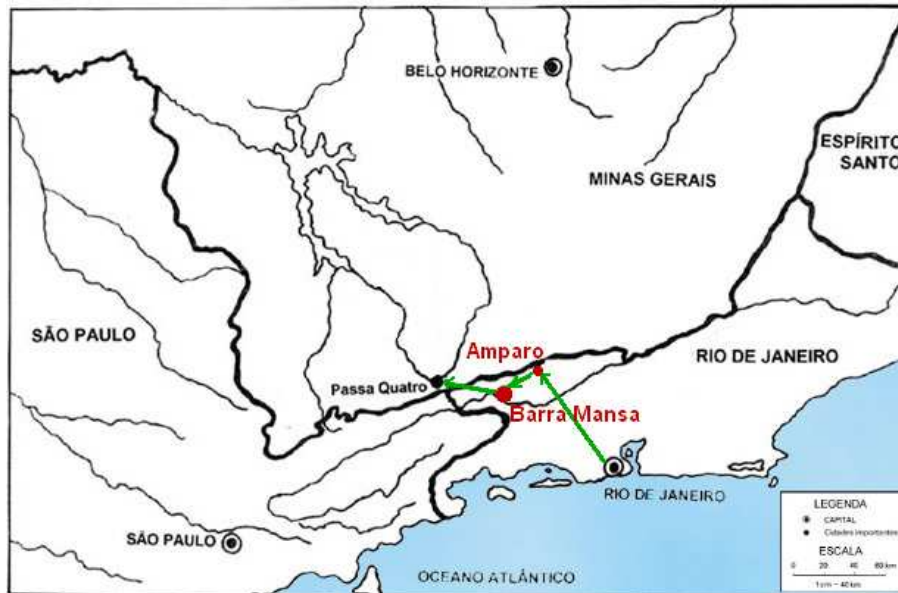
¹⁰³ As estatísticas referentes a Borgo a Mozzano compreendem o período entre 1878 até 1903.

redes sociais ligando seus moradores a alguma cidade argentina, e essa era uma condição determinante para os indivíduos decidirem deixar seu local de origem (RAMELLA, 1995: 9-18). Isso à revelia de quaisquer estímulos externos oferecidos como, por exemplo, a ação recrutadora do agente de emigração.

O que não ocorreu com relação ao Brasil e aos Estados Unidos, aos quais Oneta se uniu de maneiras muito particulares e em dois períodos distintos: em um primeiro momento, a partir da década de 1870, seus moradores dirigiram-se para o Brasil; e em um momento posterior, a partir da última década do século XIX, deslocaram-se para os Estados Unidos. Assim sendo, aqui se estará identificando os mecanismos migratórios utilizados pelos emigrantes em seus movimentos para ambos os países e distinguindo algumas de suas características.

4.1. Oneta – N^a. S^a. do Amparo: uma cadeia migratória

Fig. 5- O estado do Rio de Janeiro e o distrito de N^a. S^a. do Amparo



Desde meados do Oitocentos, sabe-se que Pietro Pellegrini, que em Oneta foi proprietário de um moinho e também trabalhava como nivelador de terrenos, já se encontrava residindo em N^a. S^a. do Amparo, um distrito pertencente administrativamente ao município de Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro. Se, por um lado, não é possível precisar a data que Pietro partiu de sua aldeia acompanhado de seu filho mais velho Narciso, deixando para trás

sua mulher, a camponesa Teresa Paolucci e os outros três filhos - Teodora, Gio. Carlo e Amélia -; por outro, em 23 de novembro de 1873, seus familiares ficaram sabendo que ele não mais retornaria da América, pois no livro de Registro da População de Borgo a Mozzano foi inscrita sua morte.¹⁰⁴

Em N^a. S^a. do Amparo Pietro trabalhou como caixeiro-viajante e o filho, Narciso, montou um pequeno negócio, “um botequim”, conforme lembrou sua sobrinha Laís Consani.¹⁰⁵ Em seguida deixaram a aldeia Gio. Carlo Pellegrini, o outro filho de Pietro, ambos camponeses,¹⁰⁶ e Giovanni Consani, marido de sua filha Teodora, e o amigo Roberto Fazzi, da vizinha aldeia de Cune, sem profissão definida. Dirigiram-se para N^a. S^a. do Amparo, onde inicialmente trabalharam como mascates, posteriormente Giovanni e Roberto se tornaram proprietários de pequenos armazéns de secos e molhados,¹⁰⁷ e anos mais tarde Gio. Carlo já era dono de sua própria “oficina de sapateiro.”¹⁰⁸

Em 1891, Teodora Pellegrini e seus três filhos - Giuseppe, Maria Annunziata e Sofonisba - desembarcaram no Rio de Janeiro e foram se unir ao marido e parentes. Sua madrasta Teresa não se transferiu para N^a. S^a. do Amparo, como também Amélia, sua meia-irmã caçula.

O que se pode perceber nesses deslocamentos de membros das famílias Pellegrini, Paolucci, Sartini, Fazzi, Mattioli [Roberto era filho de Valente Fazzi e Elisabetta Mattioli] e Consani, é que em um primeiro momento, houve indícios de que seriam periódicos, em função do predomínio masculino. Como os seculares deslocamentos de Oneta, quando os homens, em sua maioria, emigravam e permaneciam no exterior o tempo suficiente para reunir umas economias e em seguida retornarem.

No entanto, esse movimento se constituiu em uma migração permanente, pois o índice de retorno à aldeia natal foi nulo. No novo país, os homens constituíram seus próprios núcleos familiares, os grupos investiram na educação dos filhos, e estes, passaram a trabalhar nos negócios de seus pais. Pouco a pouco, os armazéns de secos e molhados cresceram, as famílias conseguiram alguma estabilidade e não mais deixaram o Brasil. E ainda, se a

¹⁰⁴ Popolazione per frazione. APR, a. 1874. Tudo indica que em 1870 ambos já estavam no Brasil, pois nesse ano Narciso não foi arrolado pelo pároco local em sua respectiva família, o que significa que pai e filho emigraram juntos. Pietro Pellegrini era viúvo de Anastasia Sartini, cujos filhos eram Narciso e Teodora. Teresa Paolucci foi sua segunda esposa e seus filhos eram Gio. Carlo e Maria Amélia. Nota dell' Anime della Parrocchia di Oneta, PSI, a. 1818-1884.

¹⁰⁵ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A.

¹⁰⁶ Popolazione per frazione. APR, a. 1874.

¹⁰⁷ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A.

¹⁰⁸ *O Município*, n. 5, 1910. BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, ano 1910. De agora em diante BN, a.1910. Este periódico era uma publicação do município de Barra Mansa, sendo seu redator-chefe L. Ponce de Leon e seu redator-gerente J. R. Peixoto Júnior.

ascensão social esteve entre os projetos dessas pessoas, elas conseguiram concretizá-los, pois em terras fluminenses alcançaram um relativo *status*: eram comerciantes.

O mecanismo que moveu essas famílias a partir de meados do Oitocentos, pode ser identificado como uma cadeia migratória de trabalho e, como tal, caracterizou-se, principalmente, pelo fato de os próprios indivíduos gerirem o processo, sem a ação de intermediários. À medida que os primeiros imigrantes se instalaram no novo país e as oportunidades de trabalho se apresentavam, pessoas na aldeia com as quais mantinham vínculos sociais - no presente caso, especialmente familiares - eram informadas e acabavam decidindo também tentar a sorte em um lugar bem mais distante. Foi dessa maneira que Oneta ligou-se a N^a. S^a. do Amparo.

Há que ressaltar que os elos construídos entre Oneta e o Rio de Janeiro não mais se desfizeram. Analisando 415 nada-consta para passaportes concedidos a moradores de Borgo Mozzano pela prefeitura, entre os anos de 1901 a 1915, cujas destinações apontadas eram cidades no Brasil, das 18 pessoas de Oneta, 14 receberam a autorização declarando como destino o Rio de Janeiro; duas pessoas São Paulo e duas outras a destinação era o Brasil, sem especificação de localidades.¹⁰⁹

Entre as pessoas que escolheram o Rio de Janeiro como cidade de destino estavam: Giuseppe Lotti, um camponês assalariado e sua mulher Maria Gambogi; Ricardo Simi, sua mulher Alaide Gigli e os filhos: Luigi, Valentina e Adalgiso; Zeffiro Brunini; Achille Gigli e seu filho Giovanni; Anacleto Lippi; Ernesto Tomei; Ilario Gigli; e uma segunda concessão feita a Achille Gigli. Para São Paulo estavam Amadeo Lippi e Carlo Ponzi; e com destino “Brasil”, Virgílio Tomei e Alberto Lippi.

Hoje, em Oneta, seus moradores relembram seus antepassados que um dia foram tentar a sorte no país dos trópicos, como: Sisto Ponzi, seu irmão Pasquale Ponzi e os filhos Carlo e Emilio;¹¹⁰ Achille Gigli a mulher Genoveffa Rossi e os filhos Paolo, Romolo e Giovanni;¹¹¹ Iacoppo Lippi e os filhos Alberto e Amadeo.¹¹²

¹⁰⁹ Nulla-osta passaporti. ACBM, a. 1901-1915. Levantamento elaborado por Lucilla Briganti.

¹¹⁰ PONZI, Maria; GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 5, lado A.

¹¹¹ GIGLI, Luciano; PONZI, Maria. Depoimento, Oneta, 24 nov. 2006. LABHOI, UFF. Fita 14, lado A.

¹¹² MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A.

4.2. Oneta - Boston: outra cadeia migratória

Mas os moradores de Oneta também não esqueceram os seus parentes que, a partir da última década do século XIX, deslocaram-se para a cidade de Boston, nos Estados Unidos. Seus descendentes recordam que da aldeia partiram: Serafino Gigli; Anacleto Lippi; Pellegrino Simonetti; os irmãos Adolfo e Carlo Micheli; Lorenzo Micheli, Narciso Gigli; os irmãos Eusébio, Fidalma e Lucia Lippi. Em seguida deixaram Oneta: Reno Micheli, filho de Adolfo; Bianca Tomei, mulher de Carlo Micheli e o filho Silvano; Clementina Lippi, esposa de Pellegrino Simonetti; e Giustina Lippi, casada com Serafino Gigli.¹¹³

Em Oneta, essas mulheres e homens, com exceção de Adolfo Micheli que era marceneiro, todos trabalhavam em atividades ligadas à agricultura.

Já em Boston, as mulheres foram donas de casa, mas Fidalma Lippi arrumou uma forma de ter uma renda com a própria residência: “Ela morava em uma casa muito grande e alugava quartos para italianos.”¹¹⁴ Quanto aos homens, excetuando-se Reno Micheli, que foi garçom e em seguida professor de italiano; e Lorenzo Micheli que primeiro trabalhou como garçom e depois empregou-se em uma fábrica de tecidos, todos os outros homens exerceram a profissão de cozinheiro. “Carlo Micheli foi um cozinheiro famoso e teve o seu próprio restaurante”, relembra hoje sua sobrinha-neta.¹¹⁵

Não é difícil constatar que uma cadeia migratória de trabalho conectou Oneta a Boston e transformou camponeses em cozinheiros. Os homens deixavam a aldeia com uma possibilidade de emprego, a recepção de amigos ou parentes e, até, um quarto para alugar e se instalar inicialmente, pois Fidalma Lippi “alugava quartos para italianos”.

Mas diversamente da migração de Oneta para N^a. S^a. do Amparo, que teve um caráter permanente, esta de Boston foi pendular, tanto quanto muitos fluxos regionais toscanos. Os núcleos familiares permaneciam em Oneta e, ao longo de anos, alguns membros dos grupos emigraram: “a cada quatro, cinco ou seis anos retornavam, ficavam seis meses um ano e depois partiam novamente.”¹¹⁶ Lá trabalhavam, faziam suas economias e retornavam ao povoado natal. Com o dinheiro poupado, geralmente adquiriam terras e, quando necessário, contratavam camponeses para que as cultivassem. Como o fez Carlo Micheli: “sua mulher

¹¹³ Esse elenco foi elaborado a partir dos depoimentos concedidos por Maria Grazia Micheli, Maria Grazia Gigli, Luciano Gigli e Maria Ponzi.

¹¹⁴ GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 5, lado B.

¹¹⁵ GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 6, lado B.

¹¹⁶ MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006, LABHOI, UFF, Fita 1, lado A.

Bianca Tomei, antes de ir para Boston com o marido, não gostava de ser uma camponesa. O marido comprou uma terra e contratou um camponês assalariado.”¹¹⁷

Maria Grazia Gigli, neta de Adolfo Micheli, lembra que

Minha avó [Giorgina Lippi] esperava sempre que chegasse uma carta. Ela não sabia quando [meu avô] retornaria, ele partia dizendo: Qualquer ano venho. E avisava só quando chegaria. Geralmente, uma “volta” ao mês, chegava uma carta da América.¹¹⁸

Interessante foi descobrir que Carlo Micheli, mesmo imigrado nos Estados Unidos, por muito tempo, desenvolveu sua atividade em dois locais e em duas cidades diferentes, sazonalmente, exatamente como os seus conterrâneos sempre fizeram. Foi sua sobrinha-neta Maria Grazia Gigli quem recordou: “Ele sempre foi cozinheiro e tinha dois empregos: no verão trabalhava em Boston e no inverno na Flórida.”¹¹⁹

De uma forma geral, quase todos os indivíduos pertencentes a esse primeiro grupo retornou definitivamente a Oneta, após anos de trabalho e economias reunidas. Já os seus descendentes, estes passaram a viver em Boston.

Nem mesmo o fato de alguns núcleos familiares terem se reunido em Boston após anos de afastamento - como aconteceu com Carlo Micheli, a mulher Bianca Tomei e o filho Silvano; com Pellegrino Simonetti e Clementina Lippi; com Serafino Gigli e Giustina Lippi -, concedeu a esse fluxo migratório a característica de permanência. Na realidade, foram tentativas de reunião dos núcleos, que nem sempre tiveram sucesso. Bianca Tomei voltou para Oneta e o marido ficou em Boston; Giustina Lippi também chegou a emigrar e depois retornou, como se pode verificar no relato de Maria Grazia Micheli, neta de Giustina e Serafino Gigli:

Meu avô emigrou para os Estados Unidos. Primeiramente sozinho, quando ainda eram noivos. Retornou para o casamento, que foi realizado em Oneta, e novamente partiu deixando Giustina aqui.

Depois de um tempo, ele a chamou, tinham um filho grande. Ele a fez ir para lá, mas a minha avó não se adaptava aos Estados Unidos, não.

Nos Estados Unidos, um dia - ela estava em casa e meu avô no trabalho -, ela ouviu bater violentamente na porta, gente que gritava, que fazia uma grande confusão e ela teve medo que fossem ladrões e quisessem entrar para levar qualquer coisa. Antes de tudo, o fato de estar grávida, talvez tenha acentuado o problema a ela começou a sentir-se mal, a estar pouco bem e o

¹¹⁷ GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 6, lado B.

¹¹⁸ GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 7, lado B.

¹¹⁹ GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 5, lado A.

meu avô lhe disse: Mando-te para a Itália. Durante a gravidez ela retornou à Itália e não mais voltou à América.¹²⁰

O que é interessante ponderar com relação ao relato, em primeiro lugar, é que a inadaptação de Giustina ao novo país foi uma experiência pela qual passaram muitas mulheres italianas nos Estados Unidos. Uma situação que se tornava ainda mais difícil principalmente para as mulheres casadas, pois eram mundo e língua tão diversos que acabaram conduzindo muitas delas a uma quase segregação em bairros habitados somente por italianos. Apesar da ajuda prestada por amigos ou parentes imigrados anteriormente, era difícil para algumas mulheres sair do penoso isolamento, o que retardava o aprendizado do inglês, favorecia sentimentos de mortificações entre os filhos e o marido e acentuava a saudade de casa (BIANCHI, 2001: 268). Em segundo lugar, se a situação recordada realmente aconteceu - o estranho que bateu à porta da casa de Giustina - jamais saberemos. O importante aqui é observar que o marido “a fez ir para lá,” o que nos leva a pensar que ela criou alguma resistência para se deslocar para Boston. Durante o período que lá viveu, Giustina não se adaptou à nova sociedade, estava insatisfeita e, provavelmente, Serafino não permitia o seu retorno a Oneta. Assim, um motivo providencial surgiu e ela pode voltar: a insegurança. Situação que jamais sucederia em sua aldeia nos Apeninos.

5. A Temporada das Mulheres

Agora, o mais relevante talvez seja identificar as possíveis razões que levaram Giustina a preferir viver em Oneta, distante do marido por períodos que variavam de três até seis anos, pois esse era o tempo que normalmente permaneciam fora do povoado os homens que emigravam temporariamente para países do outro lado do oceano.

É sua neta Maria Grazia que, relembando as viagens de seu avô, aponta um dos principais motivos, senão o mais importante:

Eu, por aquilo que me recordo, que me contaram e também contou a minha mãe, quando o meu avô retornava dos Estados Unidos, não se alterava muito a vida da casa. Meu avô vinha, ficava seis meses ou um ano e depois partia novamente.

¹²⁰ MICHELI, Maria Grazia, Depoimento, Oneta, 16 out. 2006, LABHOI, UFF, Fita 1, lado B. Giustina e Serafino casaram-se em 24 de novembro de 1907, conforme consta no Registro dei Matrimoni, PSI, a. 1903-1929.

A minha avó continuava a cultivar os campos que tinha e, naturalmente, o meu avô a ajudava. Porém, era ela a dona da casa.¹²¹

Mesmo quando o meu avô estava aqui, quando voltava, continuava a ser ela a dona da casa.

Era ela quem dirigia tudo. Se tivesse necessidade de chamar uma pessoa para fazer um trabalho, era ela quem se preocupava.¹²²

Percebe-se no relato, que quando Serafino emigrava, a casa da família era estruturada sob outras bases. Era sua mulher quem cuidava da administração doméstica e dos filhos, da produção agrícola e se responsabilizava pela manutenção do grupo. E quando o marido retornava à aldeia, a casa seguia o seu curso, ou seja, Giustina continuava no desempenho da função de chefe da família ou, como denominou Maria Grazia, “dona *da* casa”. E em sua casa residiam a mãe Isola Brunini e o pai Iacoppo Lippi - que viveu boa parte da vida aqui no Brasil -; a filha Lilia e o marido Giuseppe Micheli - um militar que se afastava constantemente de Oneta -; e mais tarde a neta Maria Grazia.¹²³ Sendo assim, estando os três homens distantes, coube a Giustina a responsabilidade pelo seu grupo familiar.

De acordo com Paola Corti (1990a: 218), nas primeiras ondas migratórias de grande parte da Península, a feminização de muitas áreas de partidas foi uma situação muito recorrente, na qual as mulheres possuíam freqüentemente um papel exclusivo. Elas constituíram, de fato, o ponto de apoio e de estabilidade econômica, psicológica e social das famílias, diante da instabilidade do empreendimento migratório, onde eram precárias as atividades e profissões desenvolvidas pelos homens em outros países. Era a agricultura na qual eram empregadas as mulheres, que garantia uma parte da subsistência das famílias, quando os seus componentes masculinos se encontrassem no exterior (RAMELLA, 2001: 151).

Recordando que as emigrações de Oneta envolveram predominantemente os membros masculinos dos grupos familiares, e que entre estes estavam aqueles que desempenhavam a função de chefes de família; então, além de Giustina, outras mulheres igualmente tornavam-se as responsáveis por suas famílias. Uma temporariamente, outras por toda a vida, pois acontecia de maridos emigrarem e não mais retornarem, como foi o caso de Teresa Paolucci, cujo marido, Pietro Pellegrini, veio para o Brasil e aqui faleceu.

Com as saídas dos homens, Oneta transformava-se em uma

¹²¹ Dona da casa é a tradução que mais se aproxima de “*padrona*”, no sentido que a depoente imprimiu à palavra, ou seja, de uma mulher mandona, que dirigia a casa e exercia a autoridade máxima no núcleo familiar.

¹²² MICHELI, Maria Grazia, Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF Fita 1, lado A.

¹²³ Esta família era bem maior, mas muitos membros emigraram: Alberto e Amadeo vieram para o Brasil com o pai, Iacoppo Lippi; Anacleto, Fidalma, Lucia e Clementina transferiram-se para Boston.

aldeia cheia de donas *das* casas, de mulheres mandonas. Elas que faziam tudo: deviam fazer as coisas, mandar adiante a família, mandar adiante os campos, cuidar e educar os filhos. Não era só a minha avó não. Havia um grande número de mulheres que tinham os maridos emigrados. Tantas!¹²⁴

Alguns dados quantitativos corroboram e fornecem uma dimensão dessa realidade. Em 1850, quando a população de Oneta era composta por 315 habitantes, que conformavam 61 núcleos familiares, cinco deles (8%) eram chefiados por mulheres. Em 1870, em uma população de 300 habitantes, que constituíam 56 grupos familiares, 12 deles (21%) estavam sob a responsabilidade das mulheres. E em 1880, quando a população local era composta por 280 indivíduos, sendo 61 núcleos familiares, 15 destes núcleos (24%) eram chefiados por elas. Quatro anos depois, em 1884, quando a população de Oneta era de 285 habitantes, que formavam 65 núcleos, 21 destes (32%) estavam confiados às mulheres¹²⁵ (Tabela. 2). Percentuais elevados se considerarmos que entre o período final do século XIX e início do XX, 9% das famílias italianas possuíam seus chefes emigrados; e em regiões ao Sul, esses deslocamentos masculinos chegaram a 22% (CINEL *apud* CORTI, 1990a: 217).

Analisando os números, é possível perceber que a partir de 1870 o índice de lares chefiados por mulheres quase triplicou em relação às três décadas anteriores e, daí em diante, manteve-se sempre bastante elevado. Tal crescimento, provavelmente, esteve relacionado à intensificação dos deslocamentos transoceânicos então em curso.

Em função das partidas dos homens, em Oneta tinha início a Temporada das Mulheres. Uma estação que trazia uma carga muito grande de trabalho para todas as mulheres da aldeia, como também para tantas outras que habitavam as áreas montanhosas dos Apeninos toscanos. Conforme observou Adriana Dadà (2000: 161), com a partida dos homens as mulheres viam aumentar as tarefas da casa e fora dela, principalmente se o núcleo familiar possuísse o seu próprio pedaço de terra. A maior parte dos trabalhos agrícolas, dos cuidados com os animais, da colheita dos produtos do bosque ficava ao encargo das mulheres, mesmo quando os homens retornavam para executar os trabalhos mais pesados, como a aragem dos terrenos, o corte do feno e de grãos, e a colheita de castanhas. E muitas mulheres solicitavam aos seus maridos que retornassem ao menos em maio-junho [entre a primavera e o verão] para dar “uma mão”, pois esse era o momento dos trabalhos mais pesados (ARPEA *apud* DADÀ,

¹²⁴ MICHELI, Maria Grazia, Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF Fita 1, lado A.

¹²⁵ Nota dell’Anime della Parrocchia di Oneta, PSI, a. 1818-1884.

2000: 161). Dadà ressaltou ainda, que nessas áreas falava-se de “mulheres-homens”¹²⁶, uma alusão ao sentido real do termo, isto é, à pesada carga de trabalho que caberia aos homens suportar; mas que, provavelmente, o significado do vocábulo também estivesse relacionado aos encargos e a responsabilidade da função.

No desempenho de seus papéis de donas *da casa*, as mulheres tomavam todas as decisões na ausência do marido, o que lhes concedia muita autonomia e liberdade de ação. Talvez, a possibilidade de exercer tais capacidades, tenha conduzido Giustina de volta à aldeia natal, onde podia agir na primeira pessoa e ser a “dona de seu próprio nariz”. Em Boston, isto não seria possível, pois lá ela era uma dona *de casa* e, sendo assim, a submissão ao marido era a regra, até porque, havia a sua presença física. Obviamente que outras causas devem ser consideradas, como os parentes e amigos que ficaram em Oneta, a solidariedade existente entre os aldeões, as situações de convivência, como por exemplo, a reunião dos grupos para debulhar os grãos e matar os porcos.

Por outro lado, não se pode desprezar o fato de que a base de sustentação dos deslocamentos era assegurada pela permanência das mulheres na aldeia, o que, em alguma medida, também induzia a permanência de Giustina em Oneta, além da possibilidade de liberdade de ação. Várias faces de um mesmo processo, ou melhor, diversas possibilidades para melhor compreender uma *experiência vivida*.

Mas, certamente, a decisão de Giustina foi difícil e envolveu muitos conflitos. Um deles é perceptível em um conselho que sua neta Maria Grazia Micheli dela recebeu certa vez:

Quando me casei, uma vez ela me disse: “Esteja bem atenta a isto que lhe digo: se o teu marido diz que vai permanecer distante, tu não deves estar atrás dele, à frente dele. Se ele diz isto, deve ir”.

Ela queria dizer que eu deveria ir junto com meu marido, mesmo se fosse para permanecer longe [de Oneta].

Para ela era pesada esta coisa, o fato de estar aqui e o marido na América. Talvez, para ela, parecia que era uma família incompleta daquela maneira ali, a sua.¹²⁷

Percebe-se claramente o dualismo da situação: se por um lado a experiência encorajava à iniciativa, à tomada de decisão, antes que o marido assim o fizesse; por outro, havia um fardo difícil de carregar, que era o de possuir uma “família incompleta”. Provavelmente, sua angústia estava relacionada ao fato de se sentir realmente uma viúva

¹²⁶ Nessa região dos Apeninos as mulheres também eram chamadas de “*bersagliera*”, de *bersagliere*: soldado militar.

¹²⁷ MICHELI, Maria Grazia, Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF Fita 1, lado B.

branca, uma mulher que permanecia sozinha na aldeia. Mas, também, o seu grupo representava um novo modelo de família, diferente daquele vigente na comunidade, isto é, a família patriarcal. Por mais habituados que aqueles aldeões estivessem com as idas e vindas de muitos de seus moradores, e por mais que Giustina cumprisse com todas as suas obrigações e incumbências na família e na comunidade, nada disso lhe isentava de ser vista com olhos vigilantes e críticos, e de estar sujeita às duras condenações morais pelos outros membros da comunidade. Tal sentimento pode ser perfeitamente estendido para as outras mulheres de Oneta.

Agora, após todas as ponderações feitas, constata-se que as mulheres tenderam a desenvolver atividades que ficaram circunscritas ao território ocupado pela aldeia e em áreas circunvizinhas; enquanto os homens passaram a exercer profissões fora dos muros do povoado. Não é demais ponderar que existiu uma delimitação de espaços para os dois sexos: aquele interno, situado dentro dos muros da aldeia, o aquém-fronteiras, que foi preferencialmente feminino; já o exterior, o além-fronteiras, constituiu-se prioritariamente como masculino.¹²⁸ Dois mundos foram construídos: um mundo feminino mais fechado, ligado às atividades agrícolas, aos trabalhos mais humildes e pesados, em oposição a um mundo masculino móvel, aberto a outras culturas e experiências (BIANCHI, 2001: 259).

Tal separação entre a sociedade feminina e a masculina foi apontada por Paola Corti (1990a: 213-218) como sendo o primeiro resultado da emigração na Península. A autora ressaltou ainda, que nas zonas montanhosas e rurais italianas do Oitocentos, onde já existiam divisões de trabalho e de espaços entre os dois sexos, quando os homens passaram a emigrar em maioria para o exterior tal afastamento acentuou-se ainda mais.

As mulheres, ao permanecerem em Oneta, ocuparam todos os espaços possíveis: o da própria casa; o dos campos e bosques e também aquele do comércio.

Desde meados do Oitocentos, existiram dois estabelecimentos comerciais em Oneta, muito parecidos com os nossos armazéns de secos e molhados: era o comércio de Marianna e o comércio de Francesca. Maria Grazia Micheli lembra que

seus maridos estavam em Oneta, mas trabalhavam na agricultura. As mulheres que tocavam adiante os negócios.

¹²⁸ A análise sobre o binarismo masculino/feminino enquanto regra organizadora da sociedade encontra-se em Pierre Bourdieu (1999), *A dominação masculina*. Em um estudo etnológico sobre a sociedade cabila, o autor constatou que as diferenças sexuais regiam a divisão do trabalho entre os membros da comunidade, mas elas eram também perceptíveis no conjunto de oposições que organizavam todo o cosmos, dividindo todas as coisas e atividades segundo a oposição entre o masculino e o feminino, um sistema de oposições homólogas: alto/baixo, reto/curvo, seco/úmido, direito/esquerdo, quente/frio.

Neles vendia-se tudo de mercearia, frutas e verduras, alimentos, sal, cigarros, licores e algumas peças de roupas.¹²⁹

Já Maria Grazia Gigli recorda que o de sua bisavó Marianna¹³⁰ vendia:

Gêneros alimentícios, pão, aviamentos - como linhas e elásticos; sal, cigarros, mas também era um bar e servia refeições. Enfim, tudo aquilo que se podia vender em uma aldeia.¹³¹

Sobre o armazém de Francesca os atuais moradores apontam o local onde funcionou e contam que:

O comércio de Francesa, da mãe de Michele, praticamente [terminou com a sua morte]. Michele não havia propriamente vontade de continuar a atividade e quando a sua mãe não teve mais disposição, fechou o negócio.¹³²

Já o de Marianna, todos têm antigas histórias para contar e muitas lembranças, pois além de ter funcionado até os anos 1960 a vida da aldeia por ali passou.

A casa onde se espera o pão

O armazém de Marianna funcionou em um antigo sobrado: na parte de baixo ficava o negócio e na de cima a residência da família. Ela administrou o negócio enquanto viveu.

Em 1913, a nora Giorgina Lippi foi quem o assumiu, não o seu filho Adolfo Micheli, porque ele trabalhava em Boston. Ao seu lado no negócio sempre esteve a amiga Virgínia, mulher de Narciso Gigli, que também trabalhava como cozinheiro nos Estados Unidos.

Depois de Giorgina, a filha Nella foi a responsável pelo armazém até o dia que decidiu fechar suas portas. Três gerações passaram por aquele armazém da família e em nenhum momento os maridos assumiram qualquer responsabilidade, conforme lembrou Maria Grazia Gigli:

Quando a minha avó Giorgina era a dona, o meu avô [Adolfo] sempre que retornava dos Estados Unidos, trazia suas economias e reestruturava a casa e

¹²⁹ MICHELI, Maria Grazia, Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A.

¹³⁰ Marianna era mãe de Carlo e Adolfo Micheli, o camponês e o marceneiro que emigravam periodicamente para Boston, onde trabalharam como cozinheiros.

¹³¹ GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 7, lado B.

¹³² MICHELI, Maria Grazia, Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A.

o negócio. Mas ele não ajudava no negócio não. Nada. A minha avó que fazia todo o trabalho. Ele não se preocupava. Mesmo meu pai que morava aqui, não trabalhava no negócio. Era a minha mãe. Ele trabalhava na construção de estradas.¹³³

O armazém de Marianna, Giorgina e Nella, durante décadas, foi um dos únicos lugares onde os moradores de Oneta e das aldeias vizinhas compravam mantimentos e outras mercadorias, sem necessitar dirigir-se ao município mais próximo, Borgo a Mozzano; como também constituiu-se em um entreposto onde os camponeses podiam vender alguns produtos locais e até encontrar um trabalho remunerado. É que

alguns moradores recolhiam funghi nos bosques e vendiam para o armazém. Depois se pagava sempre umas mulheres de Oneta, as “carregadoras de funghi”, como eram chamadas, para transportá-los até Borgo a Mozzano. Essas mulheres desciam a pé levando em suas cabeças grandes cestos de palha cheios de funghi. Elas também iam buscar o pão para ser revendido no armazém.¹³⁴

Mas para além das trocas materiais, as pessoas procuravam o armazém pelos mais variados motivos: para requisitar os serviços de Virgínia quando alguém emitia os primeiros sinais que viria ao mundo, pois ela era a parteira da aldeia; para conseguir medicamentos ou mesmo receber os primeiros socorros quando se estava doente, porque até o médico chegar a Oneta, uma das mulheres do armazém fazia as vezes de enfermeira ou médica; para conversar e também para se divertir.

Maria Grazia Micheli, cujo avô ia sempre ao armazém, é quem nos revela o que acontecia por lá:

No domingo, os homens da aldeia faziam partidas de cartas. Reuniam-se todos lá e jogavam cartas. E Giorgina era melhor que os homens para jogar cartas. Ela e também sua filha, jogaram cartas até uma idade bem avançada. Geralmente a aposta era uma bala, mesmo se fosse dinheiro, era uma coisa muito pequena, uma cifra muito exígua, pequena, pequena. Havia mesas e jogavam bisca, jogavam escopa, jogavam 4 por 4. Às vezes eram 7 mesas cheias. Quem vencia, ganhava um copo de vinho, um café ou um cigarro [...]. Outras vezes, especialmente no inverno, jogavam bingo. Aí todos podiam participar, inclusive as mulheres. Mas, geralmente, no domingo havia o padre e as mulheres iam conversar, não iam jogar. Elas podiam também ir, mas essa coisa não interessava às mulheres. Era um jogo quase exclusivamente dos homens. Porém, Giorgina e Nella jogavam muito bem.¹³⁵

¹³³ GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 7, lado B.

¹³⁴ GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 7, lado B.

¹³⁵ MICHELI, Maria Grazia, Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A.

Já Maria Grazia Gigli, relembando o negócio da avó relatou que

As mulheres não iam ao bar, trabalhavam nos campos ou em casa.
No bar só os homens jogavam cartas. Mas minha avó e minha mãe jogavam.¹³⁶

Como é possível perceber, a antítese masculino x feminino também se fazia presente no armazém de Giorgina: os indivíduos, de ambos os sexos, iam ao armazém para comprar o que necessitavam ou fazer negócios, mas somente os homens podiam permanecer no bar para jogar cartas. Na realidade, bares e tantos outros locais pertencentes ao mundo do público, foram por muito tempo considerados inapropriados para as mulheres freqüentarem ou circularem, em função de uma construção social particularmente dominante masculina. Isto, não somente nas montanhas apenínicas, mas no mundo ocidental de forma bastante ampla, principalmente tratando-se de inícios do Novecentos.

No entanto, as duas proprietárias - primeiro a mãe e em seguida a filha - não somente jogavam cartas como eram muito melhores que os homens. Imbatíveis no baralho. Obviamente que não se pode falar que ambas tiveram um papel revolucionário e derrubaram a barreira que separava os dois gêneros, não se trata disso. Mas é possível considerar que tal fato foi bastante ousado e representou uma grande possibilidade de renovação dos padrões estabelecidos, ao abrir a oportunidade para outras mulheres da aldeia também dividirem aquele espaço público, pois nos “domingos de inverno” o jogo de bingo era aberto à participação feminina. Há que ressaltar, que no inverno os homens partiam e, conseqüentemente, muitas mulheres ficavam sozinhas e mais livres. Por fim, a depoente comenta que nos domingos a prioridade das mulheres era conversar com o padre, ou melhor, o espaço da igreja era mais conveniente para elas.

Essa superioridade de Giorgina e Nella nos jogos de cartas, hoje faz parte da memória da antiga Oneta que, dia após dias, seus moradores dedicam-se a construí-la.

O armazém não existe mais. Em 1966, quando Nella o administrava, acabou sendo fechado pelas taxas, pelas dívidas, pois conforme narrou Maria Grazia Micheli,

os pequenos negócios foram destruídos pela grande distribuição: pelos supermercados. As pessoas iam fazer as compras no supermercado, compravam de tudo, assim, no negócio do local comprava-se o pão, o meio

¹³⁶ GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 7, lado B.

quilo de sopa que faltava, pequenas coisas, não faziam as compras para todos os dias.¹³⁷

Mas qualquer visitante que hoje chegue a Oneta, próximo às 11 horas da manhã, perceberá que na entrada de um sobrado de portas grandes de madeira adornadas em ferro, onde se vêem as iniciais “M” e “A”, um pequeno grupo de moradores está a conversar. Caso o visitante pergunte o que eles fazem ali, certamente alguém dirá: “Estamos esperando o pão”. É que exatamente naquela casa funcionou o armazém de Marianna, Giorgina e Nella, e atualmente, um pequeno mercado de Borgo a Mozzano atende aos pedidos e necessidades dos habitantes locais. E as iniciais? São as iniciais de Michele Adolfo, marido de Giorgina Lippi.

Muito embora as iniciais de Giorgina não tenham sido grafadas, seu nome e sobrenome encontram-se registrados nas histórias e narrativas dos habitantes da atual Oneta. Não como Giorgina Micheli, mas sim como Giorgina Lippi. Ela, e também Teodora, Bianca, Giustina e tantas outras mulheres, ao serem lembradas pelos moradores, estes tiveram o cuidado de reconhecê-las não por seus sobrenomes de casadas, mas evocando os seus antigos sobrenomes de solteiras, ou seja, a primeira identidade. Tal conduta foi muito importante, pois permitiu que as mulheres saíssem da sombra proporcionada pelo casamento; como igualmente possibilitou trazer à tona tantas famílias que, do contrário, seriam esquecidas. Na presente pesquisa, respeitei o procedimento.

Nos documentos oficiais escritos, as mulheres ao serem registradas com os nomes que passaram a usar após o casamento, aos poucos vão desaparecendo, tornam-se invisíveis, o que acarreta um problema grave para a pesquisa. Na realidade, a documentação existente, freqüentemente, sequer “vê” as mulheres. Basta observar que as estatísticas de trabalho e os censos peninsulares do século XIX, em muitos casos, não consideravam nem mesmo as profissões femininas, conforme observou Paola Corti (1990a: 219-220).

Portanto, para reconstruir experiências, trajetórias e deslocamentos das mulheres, há que, antes de tudo, perguntar: Qual era o nome dela mesmo? Aquele de batismo! Ainda bem que os atuais moradores de Oneta sabem muito bem disso. Um forte indício de que “vêem” suas mulheres como agentes e participantes da vida da aldeia e de outros mundos.

¹³⁷ MICHELI, Maria Grazia, Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A.

Tabela 2 - Núcleos familiares chefiados por mulheres - 1818 - 1884¹³⁸

Ano	População	Núcleos familiares	Núcleos familiares chefiados por mulheres
1818	215	49	07
1819	220	50	06
1820	217	49	06
1830	243	48	04
1831	252	49	04
1832	247	49	02
1833	244	47	02
1834	263	50	02
1835	265	51	02
1836	263	50	02
1837	272	54	02
1838	270	52	01
1839	267	49	01
1840	278	53	01
1841	281	53	01
1842	277	53	01
1843	284	52	01
1844	290	53	04
1845	294	55	04
1846	299	57	04
1848	304	55	05
1849	311	56	05
1850	315	61	05
1851	324	63	05
1852	324	60	05
1853	329	61	04
1854	329	62	04
1854	332	63	05
1855	297	55	05
1856	277	56	09
1857	297	56	08
1858	292	56	07
1865	266	52	09

¹³⁸ Note dell'Anime della Parrocchia di Oneta. PSI, a. 1818-1884. Faltando os seguintes anos: 1821 a 1829; 1851; 1859 a 1864. Vale ressaltar que no ano de 1854 foram realmente feitos dois levantamentos. Elaboração da autora.

Ano	População	Núcleos familiares	Núcleos familiares chefiados por mulheres
1866	278	55	10
1867	292	55	08
1868	292	56	09
1869	292	57	11
1870	300	56	12
1871	290	58	14
1872	311	59	15
1873	290	58	21
1874	264	58	23
1875	259	61	22
1876	271	58	15
1877	275	56	18
1878	262	59	17
1879	286	58	18
1880	280	61	15
1881	295	64	14
1882	298	67	18
1883	301	67	18
1884	285	65	21

*Tabela 3 - Número médio de membros por núcleo familiar - 1818 – 1884*¹³⁹

Ano	População	Núcleos familiares	Nº médio de membros por núcleo familiar
1818	215	49	4,3
1819	220	50	4,4
1820	217	49	4,4
1830	243	48	5
1831	252	49	5,1
1832	247	49	5
1833	244	47	5,1
1834	263	50	5,2
1835	265	51	5,1
1836	263	50	5,2
1837	272	54	5
1838	270	52	5,1
1839	267	49	5,4
1840	278	53	5,2
1841	281	53	5,3
1842	277	53	5,2
1843	284	52	5,4
1844	290	53	5,4
1845	294	55	5,3
1846	299	57	5,2
1847	298	56	5,3
1848	304	55	5,5
1849	311	56	5,5
1850	315	61	5,1
1851	324	63	5,1
1852	324	60	5,4
1853	329	61	5,4
1854	329	62	5,3
1854	332	63	5,2
1855	297	55	5,4
1856	277	56	4,9
1857	297	56	5,3
1858	292	56	5,2

¹³⁹ Note dell'Anime della Parrocchia di Oneta. PSI, a. 1818-1884. Faltando os seguintes anos: 1821 a 1829; 1851; 1859 a 1864. Elaboração da autora.

Ano	População	Núcleos familiares	Nº médio de membros por núcleo familiar
1865	266	52	5,1
1866	278	55	5
1867	292	55	5,3
1868	292	56	5,2
1869	292	57	5,1
1870	300	56	5,3
1871	290	58	5
1872	311	59	5,2
1873	290	58	5
1874	264	58	4,5
1875	259	61	4,2
1876	271	58	4,6
1877	275	56	4,9
1878	262	59	4,4
1879	286	58	4,9
1880	280	61	4,5
1881	295	64	4,6
1882	298	67	4,4
1883	301	67	4,4
1884	285	65	4,3

PARTE II - HISTÓRIAS DA MIGRAÇÃO ITALIANA: DO LADO DE CÁ E DO LADO DE LÁ DO OCEANO

Famílias italianas em terras brasileiras

Em nome de Sua Majestade Umberto I

pela graça de Deus e pela vontade da nação Rei da Itália

O Ministro do Exterior solicita às Autoridades Cíveis e Militares de sua Majestade e das Potências amigas e aliadas que deixem livremente transitar Teodora Consani, mulher de Giovanni, que vai ao Brasil com os filhos Giuseppe de 8 anos, Annunziata de 6 anos e Sofonisba de 2 anos.

Lucca, 25 de agosto de 1891. Por delegação do Ministro do Exterior, o *Prefetto* de Lucca.

Passaporte n. 2062.

Teodora Consani, 33 anos. Altura: média. Cabelos, sobrancelhas e olhos: castanhos. Nariz, boca e queixo: médios. Dona de casa. Nascida no município de Borgo a Mozzano.¹⁴⁰

Foi de posse do passaporte acima, acompanhada dos três filhos, ou melhor, de quatro, porque um estava em seu ventre, uns badulaquinhos e plena de determinação, que Teodora Consani [nascida Pellegrini] deixou Oneta tendo como destino o Brasil.¹⁴¹

Sua neta, Laís Consani Scarpa, hoje relembando histórias que dela ouviu e que reconstroem os momentos que precederam a partida da aldeia, relata que, naquele mesmo ano, seu avô - Giovanni Consani - já se encontrava no Brasil. Mais especificamente, em N^a. S^a. do

¹⁴⁰ Passaporte. Processo de Naturalização n. 029.249/44, p. 26. Chefia de Polícia do Estado de Minas Gerais, Arquivo Nacional, ano 1944. De agora em diante AN, a. 1944.

¹⁴¹ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A.

Amparo. Mas, como não enviava notícias, “ela começou a pensar na vida dela, porque minha avó era resolvida!”

Ao contrário da condição ocupacional com a qual foi registrada em seu passaporte - dona de casa - Teodora era uma camponesa que, após a partida definitiva do marido, passou a ser a provedora de seu grupo familiar. Como Giustina Lippi, Giorgina Lippi e outras mulheres de sua aldeia, cujos maridos haviam emigrado, também faziam. Sendo assim, o “pensar na vida” pode ser compreendido como a expressão de uma decisão que coube a Teodora tomar: ou permanecia na aldeia natal ou se unia ao marido que já se encontrava no Brasil. Possibilidade de escolha, que lhe conferia um papel de agente social de transformação de toda uma realidade, muito distante da imagem de uma mulher passiva à mercê de decisões tomadas por outros. É o que se pode observar em outro relato de sua neta:

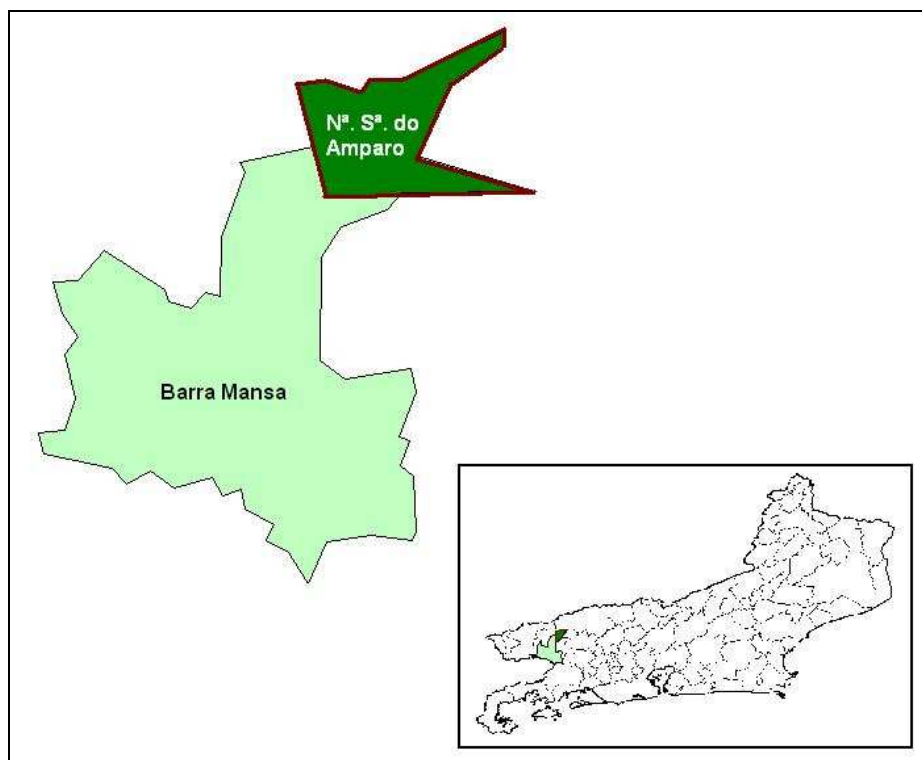
O meu avô veio para o Brasil. Ele disse que ia trabalhar para mandar dinheiro logo, para ela vir, porque ela estava grávida e já tinha meu pai. Tinha a tia Maria, a mais velha; e a tia Niba. Já tinha três filhos. “Ele não escreveu uma carta”. Minha avó estava aflita por isso [...], passou um mês, dois meses e nada. [...] Como ela tinha uns badulaquinhos lá, umas mobilinhas, ela vendeu tudo. Tudo que pôde vender, vendeu. Disse que dormia no chão, mas vendeu tudo que achou comprador. [...] Minha avó arranhou dinheiro e disse: “Agora sou eu que vou”. Ela comprou as passagens e tomou o navio.¹⁴²

Ao receio de ser esquecida pelo marido e de empreender tão arriscada viagem, sobrepôs-se o desejo de reunir o núcleo familiar. Até porque, para Teodora, abandono e esquecimento eram sentimentos que já havia experimentado, pois seu pai, Pietro Pellegrini e seus três irmãos foram os primeiros a trocar Oneta pelo distrito de N^a. S^a. do Amparo. Antes de 1870, vieram para o Brasil, onde passaram a trabalhar como mascates, comerciantes e sapateiros, não mais retornando à aldeia natal. Provavelmente, em decorrência dessas transferências, não faltavam notícias em Oneta sobre o povoado fluminense e as novas oportunidades de trabalho encontradas pelos imigrantes. Notícias que, ao cruzarem o Atlântico, alimentavam sonhos, expectativas e, possivelmente, auxiliaram Teodora a se decidir pela partida. Porém, das seis pessoas adultas de Oneta que viajaram em caráter definitivo para o referido distrito, Teodora foi a única mulher.

¹⁴² SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A. Muito embora a depoente sempre se recorde dessa gravidez de sua avó, este bebê provavelmente faleceu, pois no Brasil nasceram Adelaide, em 1897, ou seja, seis anos após a chegada do grupo familiar, e Galileu, em 1901, ambos em N^a. S^a. do Amparo.

Em 1891, ela e os filhos aportaram na cidade do Rio de Janeiro, reencontraram Giovanni Consani e se dirigiram para N^a. S^a. do Amparo. Aí, segundo sua neta, Roberto Fazzi, amigo de Giovanni, também já se encontrava estabelecido como comerciante. Ele possuía um armazénzinho que vendia de tudo.¹⁴³ Como se pode perceber, redes sociais montadas na nova localidade recepcionavam os recém-chegados, garantindo um local de moradia, a inserção no mercado de trabalho e o apoio de parentes e amigos que já se encontravam instalados.

Fig. 6 - Barra Mansa e N^a. S^a. do Amparo



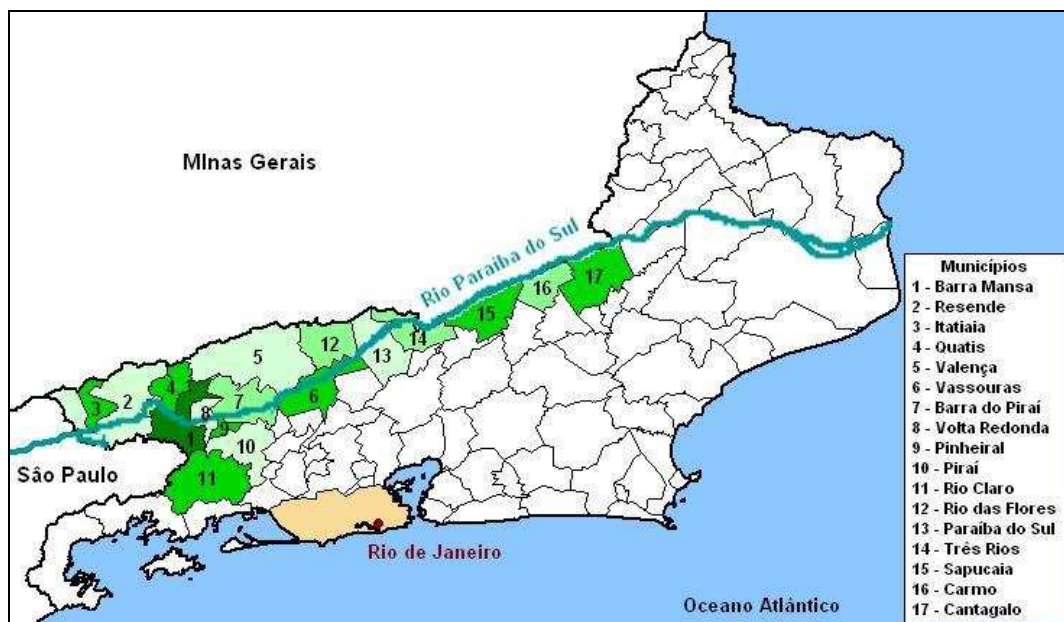
N^a. S^a. do Amparo é, em início do século XXI, um pequeno distrito, habitado por 1.273 pessoas, pertencente administrativamente ao município de Barra Mansa, localizado no Vale do Paraíba, na parte meridional do estado do Rio de Janeiro.¹⁴⁴ Esta localidade esteve entre os distritos e municípios que receberam peninsulares durante a imigração em massa para

¹⁴³ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A.

¹⁴⁴ População. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico 2000. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 15 mar. 2006.

o Brasil, ocorrida nas últimas décadas do século XIX, ao lado de Quatis, Porto Real e Valença.

Fig. 7 – O Rio de Janeiro e o Vale do Paraíba¹⁴⁵



Um visitante comum que hoje chegue ao povoado logo verá a sua igreja, construída no Oitocentos; defronte dela há uma praça retangular e arborizada, contornada por uma dezena de casas, bares e algumas lojas. Todos esses elementos juntos formam o seu núcleo urbano.

A paisagem ao redor desse centro urbano é constituída por sítios e fazendas. Aliás, antigas fazendas cafeeiras, nas quais ainda é possível reconhecer os pátios onde os grãos de café eram expostos ao sol para secar, como também encontrar velhos moinhos d'água.

Mas uma visitante bem especial, como Laís Consani Scarpa - que nasceu em N^a. S^a. do Amparo em 1908 e que ouviu da avó Teodora e do pai Giuseppe muitas histórias “vê” o povoado de outra forma:

¹⁴⁵ Todos os mapas foram produzidos a partir das cartas geográficas do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 05 jul. 2007; e pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa. Disponível em: http://www.am4.com.br/extranet/pmbm_geo/pdf/mapas/PM_001_1104A.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2007. Elaboração final de Danilo Pereira Menezes.

Lá tinha uma igrejazinha muito boa que era dos fazendeiros. Aquilo tudo era deles, [...] eram os graúdos de lá. Na freguesia tinha umas casas boas dos donos dos escravos. Quando eles queriam, por causa das festas, saíam lá da roça. As madames não queriam ficar também na roça e iam para essas casas da cidade. [...] Na cidade tinha a pracinha da igreja, um larguinho, que era onde todos amarravam os cavalos quando iam ao arraial.

Meu tio Roberto Fazzi morava fora do centro da cidade, na roça. Meu avô Giovanni Consani morava na freguesia. Era assim, para não botar os dois armazéns juntos. Mas era tudo pequeno, lugar pequeno.¹⁴⁶

Comparando as duas descrições, referidas a tempos cronológicos tão distantes, chama a atenção o fato do distrito praticamente não ter sofrido grandes transformações em sua paisagem urbana. É possível constatar que, para o visitante de hoje, são visíveis os indícios do passado cafeicultor do Vale do Paraíba e da presença do trabalho escravo. Mas com relação aos italianos que ali viveram não há vestígios aparentes. Muitas vezes, nem procurando ele os encontrará, pois são escassos os registros escritos, mesmo os oficiais.

Isso porque os levantamentos e recenseamentos populacionais organizados em fins do século XIX, os imigrantes nem sempre foram registrados nos distritos e povoados pertencentes aos municípios brasileiros. No segundo Recenseamento Geral do Império do Brasil, realizado pela Diretoria Geral de Estatística (1898: 145), em 31 de dezembro de 1890, consta que no município de Barra Mansa viviam 114 estrangeiros e 21.493 brasileiros. N^a. S^a. do Amparo possuía 3.246 habitantes, sendo todos brasileiros, não havendo qualquer registro de indivíduos de outras nacionalidades. Ou seja, o recenseamento desconsiderou as pessoas que haviam deixado Oneta e residiam na localidade há duas décadas, além de outros imigrantes que também lá se encontravam.

Sendo assim, as lembranças que compõem a memória da visitante Laís Consani são muito importantes, porque permitem localizar os imigrantes italianos no povoado de N^a. S^a. do Amparo em fins do Oitocentos, e também percebê-los se inter-relacionando com os habitantes da comunidade local. De acordo com Laís, lá estavam os proprietários de terras e escravos - fazendeiros ou graúdos - e suas mulheres; os trabalhadores escravos e também os seus parentes de Oneta.

Foi exatamente devido ao encontro de pessoas originárias de diferentes e distantes lugares, do entrecruzamento de caminhos e rotas para o interior do Sudeste, que surgiu N^a. S^a. do Amparo. Essa região do Vale do Paraíba onde está situado o distrito, em função de uma localização geográfica particular, foi pouso de tropeiros que buscavam os caminhos das Minas

¹⁴⁶ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 2, lado B; 27 out. 2001, Fita 4, lado B; e 03 nov. 2001, Fita 5, lado B.

ou de São Paulo, ou apenas pequenos arraiais ou lugares isolados no sertão (VIANA *apud* REIS, 1995: 348). Com o exaurimento das minas, garimpeiros deram início à derrubada das matas e passaram a cultivar anil, milho, mandioca, arroz e cana-de-açúcar, para a fabricação de açúcar e aguardente, além de também se dedicarem à criação de animais, principalmente de suínos (REIS, 1959: 412; ATHAYDE, 1971: 15).

Nas primeiras décadas do Oitocentos, a policultura cedeu lugar à monocultura e os latifúndios suplantaram as pequenas propriedades, sendo o café cultivado de forma intensiva em todo o Vale do Paraíba. Isto é, deixou de ser uma cultura para consumo doméstico, para se tornar um produto de exportação. Conseqüentemente, a cafeicultura proporcionou o povoamento definitivo da região, ao atrair mineiros e paulistas a procura de terras para formarem suas fazendas. Terras que, à época, eram conseguidas através da posse ou do recebimento de sesmarias (REIS, 1995: 349).

A partir da década de 1830, e durante meio século, o desenvolvimento da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba foi tamanho, que a província do Rio de Janeiro se constituiu no principal centro econômico do Império e uma das mais importantes bases de sustentação do regime monárquico. À medida que o café se expandia ao longo do Vale, novos caminhos e estradas eram abertos, vilas e cidades surgiam, enquanto outros municípios prosperavam. Foi nesse contexto que, em 1832, nasceu o município de Barra Mansa e, em 1844, sob sua administração, foi criado o distrito de N^a. S^a. de Amparo.¹⁴⁷ Vale ressaltar que ambas as localidades figuraram entre os principais centros produtores de café da província fluminense e do próprio Império, ao lado dos municípios de Resende, Vassouras, São João Marcos, Passa Três, Cantagalo e Paraíba do Sul, todos localizados no Vale do Paraíba (FERREIRA, 1989: 13; 28). Em conseqüência do crescimento econômico, essas localidades assistiram ao aumento da renda local, em função do volume das exportações cafeeiras e viram sua população, tanto escrava quanto livre crescer. Viram também florescer o comércio e o setor de serviços, estimulados pelo café.

Foi justamente em atividades e oportunidades ligadas ao comércio e ao setor terciário, que os imigrantes de Oneta encontraram trabalho. Laís lembrou que seu avô, Giovanni Consani, trabalhou como mascate e logo se estabeleceu como comerciante, justamente como

¹⁴⁷ O distrito de N^a. S^a. do Amparo foi criado pela Lei Provincial de 29 de março de 1844. Já o município de Barra Mansa foi fundado pelo Decreto provincial de 3 de outubro de 1832, após seu desmembramento do município de Resende. Em 1889, além de N^a. S^a. do Amparo também estavam subordinados a Barra Mansa os seguintes distritos: Divino Espírito Santo (em seguida Rialto), N^a. S^a. do Rosário dos Quatis, Patriarca São Joaquim, Divisa e Falcão (ABREU, 1994: 193; ATHAYDE, 1971: 37). Atualmente, Barra Mansa é formada pelos distritos de Floriano, Rialto, N^a. S^a. do Amparo, Antônio Rocha e Santa Rita de Cássia. Disponível em: <http://www.agencial.com.br/pmbm/site/page/index.asp#>. Acesso em: 18 mar. 2007.

fizeram outros imigrantes que o precederam. A partir de 1911, membros do núcleo dos Pellegrini-Consani e outros moradores de Oneta, pouco a pouco, se transferiram para Passa Quatro, um pequeno município localizado ao sul do estado de Minas Gerais. Ao lado de Amparo, esse foi outro destino preferencial da rede migratória Oneta-Brasil.

Fig. 8 - O estado de Minas Gerais e Passa Quatro



Passa Quatro nasceu como município em 1888, mas sua origem remonta ao Seiscentos, quando bandeirantes e tropeiros cruzavam a Serra da Mantiqueira para alcançar as riquezas minerais do interior de Minas Gerais. Desde esse período a cidade produzia gêneros de primeira necessidade que abasteciam os mineiros. Durante o Setecentos, sua produção de gado bovino, porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos, milho, fubá, feijão e fumo de corda, passou a ser comercializada no Rio de Janeiro (GUEDES, 1999; CARNEIRO, 1988). A localidade adentrou o Oitocentos produzindo para o mercado interno e, portanto, enquadrando-se no modelo de produção de Minas Gerais: a de província não-exportadora, que produzia para o abastecimento da *plantation* exportadora (FRAGOSO, 1990: 142).

Com a inauguração da *Estrada de Ferro Minas and Rio*, em 14 de junho de 1884, que cortava Passa Quatro, um cronista local chegou a registrar:

O comércio se intensificou, pois para lá se dirigiram muitos operários humildes, negociantes ambulantes, veio também uma plêiade de homens dotados de grande capacidade de trabalho e de cultivada inteligência. Referimo-nos aos súditos britânicos (CARNEIRO, 1988).

A memória do escritor destacou os ingleses que, apesar de não terem fixado residência na cidade, foram lembrados e enaltecidos, provavelmente porque seus funcionários representavam a companhia ferroviária, o símbolo máximo do progresso à época. No entanto, Passa Quatro acolheu diversas famílias imigrantes, como os Renièr, Lofiego, Gioia, Gatto, Grecca, Leone, Scarpa, Perrone, e também os Pellegrini, Consani, Fazzi e Bonanni. Quase todas passaram a viver do comércio, sendo proprietárias de armazéns de secos e molhados, de pequenas lojas, de depósitos de cimento ou de entrepostos de distribuição de fumo de corda na região.

Além dos Pellegrini-Consani, não foram poucos aqueles que também embarcaram em navios, cruzaram o Atlântico e viveram em terras fluminenses e mineiras de forma quase imperceptível, pois sequer foram considerados pelos arrolamentos oficiais ou pela memória de cronistas locais. Quando o foram, geralmente transformaram-se em algarismos, por se tratar de documentos gerados em consequência de políticas de implementação da imigração, seguindo padrões e fins estatísticos.

Levando em consideração a limitação dos registros escritos, é possível perceber que tais fontes são pouco úteis a uma investigação que se propõe a observar o “interior” dos processos de imigração, assumindo a ótica das experiências dos próprios grupos. Em contrapartida, os depoimentos orais, os registros visuais e os escritos biográficos constituem-se em fontes privilegiadas. São elas que permitem a reconstrução de histórias de vida e as trajetórias dos imigrantes, sendo possível observar os relacionamentos que mantiveram com os membros de suas famílias e com as pessoas das comunidades às quais pertenciam. Conforme observou Isabelle Bertaux-Wiame (*apud* THOMSON, 2002: 4), as histórias de vida iluminam “as relações sociais que estão por trás da emigração... redes de relações entre as pessoas que não deixam vestígio escrito atrás delas”.

Há que se ressaltar também, que os fluxos migratórios em massa que se iniciaram em fins do Oitocentos na Península Itálica, envolveram predominantemente indivíduos pobres, pessoas comuns, mal alfabetizadas, em sua maioria camponeses, cujo universo cultural caracterizava-se pelo predomínio da oralidade¹⁴⁸ (GIBELLI; CAFFARENA, 2001: 563-564).

¹⁴⁸ Muito embora os peninsulares já possuíssem algum contato com a escrita, em função da necessidade de providenciarem documentos e se reportarem às autoridades por exigências civis, fiscais ou militares.

Foi nesse contexto, que a migração, enquanto evento na vida das pessoas, passou a compor o repertório de experiências que deveriam ser transmitidas. Casos e histórias foram contados e recontados, inicialmente pelos próprios imigrantes e, em seguida, por seus descendentes, reconstruindo o traslado e a vida na nova terra. Nessas narrativas, mulheres, homens e crianças deixam o anonimato e são reconhecidos por suas profissões, seus desejos e expectativas diante da vida; pelo projeto de “tentar a sorte na América”.

Vale mencionar ainda que a preponderância da oralidade vai influenciar a escrita privada, pois em cartas, cartões-postais e no verso de fotografias trocadas pelos imigrantes, percebe-se a persistência de expressões típicas do falar. Na realidade, aquelas pessoas não estavam acostumadas à troca de informação por meio da escrita. Passaram a fazê-lo em função de uma necessidade de comunicação imposta pelos deslocamentos de parentes e amigos e pela necessidade de enviar e receber notícias daqueles que estavam distantes (GIBELLI; CAFFARENA, 2001: 564). Uma abundante correspondência chegou a ser produzida, mas nem sempre sobreviveu à passagem do tempo. As histórias da migração podem desaparecer; experiências traumáticas ou desagradáveis podem ser silenciadas por longos períodos. Porém, basta um momento favorável no presente e uma pessoa depositária de histórias vividas, para que narrativas tenham início, sempre atualizadas por seus narradores.

Neste trabalho contar-se-á com a existência de ambos os requisitos, o momento oportuno e os narradores, para reconstruir as trajetórias de vida de camponeses, artesãos, pequenos comerciantes e donas de casa, que pelo fato de pertencerem a grupos de menor prestígio, porque pobres, não receberam atenção de uma historiografia que, durante um bom tempo, privilegia fontes escritas e modelos explicativos macro-sociais.

Adentrando no campo da história oral, é importante ressaltar que a grande utilidade das fontes orais reside na possibilidade de se conhecer menos os “eventos” e mais seus significados para os atores; menos os “fatos” e mais o rearranjo interpretativo e a percepção das mudanças, seguindo os narradores (PORTELLI, 1997: 31-33). É através da observação desse trabalho de memória, de selecionar situações, comportamentos, valores e normas, realizado pelos indivíduos, que o historiador pode atuar na busca da compreensão do processo de construção de identidades de grupos.

GIBELLI, A.; CAFFARENA, F. “Le lettere degli emigranti”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. P. 563-574.

Alessandro Portelli, nesse sentido, chama atenção para a importante mudança compreendida pela história oral, ao introduzir o narrador no fluxo da narrativa histórica. Nas palavras do autor, o uso das fontes orais exige do historiador uma nova linguagem, constatando-se

(...) não apenas um desvio gramatical da terceira para a primeira pessoa, mas uma nova e integral atitude narrativa. O narrador é agora uma das personagens e o *contar* da história é parte da história que está sendo contada. Isto implicitamente indica um envolvimento muito mais profundo, político e pessoal, que aquele do narrador externo. Escrever história oral radical, então, não é maneira de ideologia ou partidarismo subjetivo ou de escolher um conjunto de documentos no lugar de outro. Está, com mais razão, inerente na presença do historiador na história, no assumir a responsabilidade que o inscreve ou a inscreve no relato e revela a historiografia como ato autônomo de narração. As escolhas políticas se tornam menos visíveis e vocais, porém mais básicas (PORTELLI, 1997: 38).

Considerando os pressupostos teóricos e metodológicos explicitados acima, oito mulheres brasileiras, seis mulheres italianas e seis homens italianos foram convidados para participar desta narrativa histórica. Mas estes depoentes não vieram sozinhos. Convocaram vários parentes e amigos, novos personagens que também fazem parte do enredo. Todos eles, em comum, trouxeram as marcas da experiência migratória, pois seus ascendentes um dia deixaram Oneta.

Deste modo, não se pode perder de vista a dimensão dialógica desses encontros, onde os participantes - depoentes e historiadores - portam distintas subjetividades, vivências, tradições e pontos de vista sobre a vida e sobre o mundo. Cada encontro pode ser considerado um momento de aprendizagem, no qual horizontes se fundem, com o ambicioso desejo de reconstruir o cotidiano de mulheres e homens que participaram dessa experiência migratória, mas cujos rastros são quase imperceptíveis.

Para o desenvolvimento desta parte da pesquisa, em um primeiro momento, buscou-se conhecer pessoas e lugares, ouvir casos e histórias sobre a experiência migratória e a antiga pátria narrados pelas mulheres depoentes no Brasil, com a finalidade de compreender como tais elaborações contribuem para a construção identitária do grupo imigrante, seja familiar, seja local ou nacional.

Logo em seguida a pesquisa se deslocou para Oneta onde foram recolhidos depoimentos de descendentes de antigos migrantes, homens e mulheres, que deixaram a aldeia e se dirigiram para o Brasil. Através dessas histórias que ouviram de seus parentes,

olhares e imagens sobre o país de acolhimento foram construídos e atualmente circulam entre os moradores de Oneta.

Em um último momento, foram “ouvidas” histórias “contadas” pelas fotografias e objetos pessoais depositados em caixinhas de lembranças, mantidas por descendentes dos imigrantes tanto no Brasil como na Itália, visto que elas permitem a construção da identidade social do grupo imigrante italiano e a preservação da memória da migração.

CAPÍTULO III - CONSTRUINDO A ITALIANIDADE EM TERRAS BRASILEIRAS

1. O *making of* das entrevistas: seguindo pistas e construindo redes

Para realizar esta parte da pesquisa, conversei com oito mulheres brasileiras, das quais sete são descendentes da família Pellegrini-Consani que emigrou de Oneta para N^o. S^a. do Amparo.¹⁴⁹ As entrevistas perfazem um total de 14h16min, e foram registradas por um gravador. Vertidas para o texto escrito somam 464 páginas.

Alguns procedimentos foram adotados para a realização destas entrevistas. A maioria delas foi precedida de um primeiro encontro, quando nos apresentávamos, nos conhecíamos e conversávamos um pouco sobre o tema que abordaríamos. Nesse instante eu sugeria alguns subtemas a serem contemplados: os motivos que trouxeram seus parentes ao Brasil, a vida e o trabalho dos imigrantes na nova terra, as relações entre os grupos italianos, a constituição de novas famílias e o convívio das depoentes com os imigrantes. Ao final, marcávamos a data para a primeira entrevista, que geralmente ocorria na semana subsequente. O espaço de tempo decorrido entre o contato inicial e a primeira entrevista foi útil para as depoentes iniciarem seu trabalho de memória, ou seja, ao longo da semana elas refariam e selecionariam situações e momentos de suas vidas que depois seriam narrados. Mas quando o contato inicial era interessante e produtivo, passava a registrá-lo e a entrevista já estava em andamento.

Não utilizei roteiros muito rígidos para recolher os depoimentos. Optei por deixar as depoentes falarem com bastante liberdade, já que o grande tema havia sido definido e acordado anteriormente. Havia apenas, um roteiro aberto que ia sendo adaptado durante o fluir da conversa. Na maioria das vezes ofereci um estímulo para que dessem início às narrativas, solicitando que me falassem dos seus antepassados que escolheram o Brasil para

¹⁴⁹ Somente Angela Conte Bonanni é contraparente dos Pellegrini-Consani.

viver e, dessa forma, acabava sugerindo uma dada organização cronológica aos discursos. Dessa maneira, as interlocutoras iniciavam suas narrativas lembrando seus avós e pais que vieram para o Brasil, em seguida relembravam um caso, e assim reconstruíam a trajetória de sua família e teciam a trama social na qual se encontravam inseridas.

Dessa forma, em determinados instantes, pude perceber a felicidade das depoentes diante da oportunidade de poderem contar com uma ouvinte que valorizava suas vidas. Como a mais nova possuía 70 anos, isto significa dizer que todas eram pessoas idosas que se sentiam vencendo o “esquecimento”. Eu vivi, ouvi e me lembro, mas a partir de agora você poderá e deverá contar a todos. Os encontros foram momentos de intensas trocas.

Com relação ao uso do gravador, sempre solicitei previamente autorização aos meus interlocutores, combinando o lugar onde o aparelho permaneceria: bem visível, pois, como ressaltou Nuto Revelli, assim convém às pessoas que se aceitam e se respeitam, pois o gravador não intimida o interlocutor (1998: ix).

Também é importante esclarecer, que apesar da existência de graus de parentesco entre entrevistadas e entrevistadora, isto não significou uma imediata colaboração, pois nós sequer nos conhecíamos até então. Sendo assim, não havia razão para compreenderem meu interesse e tampouco me receber. Talvez por isso se possa entender porque algumas depoentes, como também seus filhos, resistiram à concessão de entrevistas: eu era uma estranha que surgiu de repente e ainda por cima queria que me falassem de suas vidas e de seus antepassados.

A identificação e a localização dessas mulheres partiram de vestígios encontrados em uma caixinha cheia de fotografias e objetos que pertenceu a minha avó materna, Stella Consani Marques, e que recebi como herança, após sua morte, em 1986.¹⁵⁰

É importante salientar que essas transmissões familiares ocorrem frequentemente ao longo da vida de membros de uma mesma família, mas em determinadas ocasiões adquirem um grande valor simbólico, como o falecimento de um de seus integrantes, um nascimento ou mudanças na ordem da filiação. Mas, fundamentalmente, esses episódios acabam por intervir no processo de elaboração da memória familiar e também de seus próprios integrantes (CARRETEIRO; FREIRE, 2006: 180). Não obstante, a transferência de bens simbólicos de uma geração a outra situa a família como o lugar dessa passagem, fazendo de cada descendente o alvo e ao mesmo tempo o vetor da preservação dos valores familiares (BARROS, 1989: 35).

¹⁵⁰ Stella é filha de Giuseppe Consani e Alice Ramos de Miranda Consani, neta de Giovanni Consani e Teodora Pellegrini.

Quando recebi a caixinha imediatamente a reconheci, pois quando era ainda criança e ficava sob os cuidados de minha avó, em Passa Quatro, nas tardes que as suas tarefas domésticas escasseavam, eu a via retirar a caixa de um compartimento escondido debaixo da mesa da sala de estar e contemplar seu interior.

De posse da caixinha, constatei que, nela, Stella depositou ao longo de sua vida muitos retratos, santinhos de missa de sétimo dia, participações de nascimentos, batizados, casamentos, Bodas de Prata, Bodas de Ouro e falecimentos, felicitações de Primeira Comunhão Católica, cartões-postais, entre outros objetos, que lhe foram enviados por suas tias, irmãs, filhos e sobrinhos. Ou seja, aquele era o lugar especialmente reservado às suas lembranças e à memória da família: vida, morte, viagens, festas etc.

Recebido o legado familiar, imediatamente compreendi que deveria zelar pela conservação de seus bens. Então, tal como Stella, tratei de depositar a caixinha em um lugar bem seguro: o fundo de um armário.

Anos mais tarde, em 1997, movida pela necessidade de apresentar um trabalho de pesquisa em um curso de especialização em história, passei a observar os objetos que compunham a minha herança não mais com olhos saudosos e contemplativos, mas sim inquisidores. Não obstante, a condição de historiadora me assegurava que aqueles objetos eram índices de experiências vividas e as fotografias se constituíam em suportes que divulgavam imagens que a família havia selecionado para ser lembrada no futuro. Sendo assim, não era apenas a neta de Stella que a havia substituído na função de guardiã da memória da família que se voltava para os objetos da caixinha, mas também a historiadora.

Ao analisar os objetos da caixinha, um santinho de missa de sétimo dia me chamou particularmente a atenção, pois nele havia uma fotografia de uma mulher, de olhos expressivos e tristes, que me observava tão profundamente como se houvesse algo a revelar. Mas quem era aquela desconhecida? Como resposta a minha pergunta, logo abaixo da imagem estava escrito: Maria Consani Fazzi, nascida em Lucca, na Itália, em 1885 e falecida em Passa Quatro, Minas Gerais, em 1946.

Havia identificado o primeiro vestígio de uma migração de peninsulares para o Brasil apontado pela caixinha de minha avó. A partir desse instante, encontrei e segui vários outros sinais, bem como passei a investigar quando, como e quais pessoas haviam participado dessa experiência migratória.

Posteriormente, iniciei o trabalho de reconhecimento das pessoas que há mais de um século foram fotografadas e “viviam” na caixinha, começando por Maria Consani Fazzi. Logo descobri que seu nome de solteira era Maria Annunziata Consani. Ela era a irmã mais velha

de Giuseppe Consani, ambos filhos de Teodora Pellegrini e Giovanni Consani. Em seguida, tive notícias que duas filhas de Giuseppe estavam vivas: Célia, com 78 anos e Laís, então com 89 anos.

Em novembro de 1997 localizei, na cidade de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, Célia, a caçula das seis filhas nascidas do casamento de Giuseppe Consani com Alice Ramos de Miranda. Por meio de um telefonema informei-a de minha pesquisa sobre os descendentes dos Pellegrini-Consani no Brasil e ela prontamente concordou em me receber. O encontro ocorreu no dia 27 daquele mesmo mês.

Fui à casa de Célia, conversamos um pouco e, em seguida, mostrei-lhe as fotografias da caixinha de lembranças que herdei de minha avó. Ela reconheceu algumas pessoas, teceu comentários e disse que pouco sabia sobre os parentes italianos, porque manteve escassos contatos com a família de seu pai. Mas apontou duas mulheres que poderiam contribuir na investigação e na identificação das fotografias: uma delas era Vilma, sua sobrinha e neta de Giuseppe Consani; a outra era Laís, sua irmã mais velha. Célia informou que Laís, desde a infância, havia sido levada da casa de seus pais por seus avós - Teodora e Giovanni -, com os quais sempre viveu. Dessa maneira, era a irmã e não ela, a pessoa que teria muitas histórias para contar. Esse foi nosso único encontro e ele não foi gravado.

Seguindo suas instruções, tentei um primeiro contato telefônico com Laís, agora Scarpa, que residia em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Nesse momento falei com seu filho de meu desejo de conhecer e entrevistar Laís. No entanto, ele alegou que sua mãe não estava muito bem de saúde e que tão logo se restabelecesse me comunicaria. Jamais me telefonou. Também contatei Vilma Marins Campos por telefone, falei de meu trabalho sobre os imigrantes italianos e em função de sua receptividade e disponibilidade em colaborar e me receber, prontamente marcamos a entrevista para o dia 28 de fevereiro de 1998.

No dia acertado fui a sua casa, em Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro, e Vilma me recebeu ao lado de sua irmã, Elba. Isso significou que a entrevista foi em dupla. Mas foi bastante interessante, apesar de meu temor inicial. Atualizamos notícias familiares, acordamos em linhas gerais os temas que trataríamos e ambas concordaram com o registro da entrevista. Passei então a mostrar-lhes as fotografias de minha caixinha. À medida que elas nomeavam pessoas e reviam lugares, Vilma narrava histórias e casos que ouvira dos parentes peninsulares. Relembra situações eternizadas nas fotos e, entre uma história e outra, também exibiu algumas fotografias de sua coleção, das quais pude reproduzir quatro.

Já Elba, bem mais reservada, participou de forma comedida. Ouviu tudo com atenção e confirmou eventos e datas que sua irmã nomeava através de um monossilábico, “É”. A

única vez que interveio e se estendeu sobre um assunto, foi para expor o seu estranhamento diante do fato de sua tia Laís ter vivido com os avós italianos, afastada de seu núcleo familiar. Vilma, inclusive, recordou-se que Dora, outra neta de Teodora e Giovanni, também havia residido desde criança com os avós.¹⁵¹ Após esse comentário, tanto Vilma quanto Elba sugeriram que eu procurasse Laís e Dora, pois elas certamente teriam muito o que contar sobre a família italiana. Estava claro que essas eram depoentes bastante especiais, pois foram as únicas a conviver direta e intensamente com os membros da família que aqui chegaram nos anos 1890.

Como me informaram que Laís era a mais velha voltei a investir nesse contato. Com certa frequência telefonava para sua casa e sempre era atendida por seu filho, de quem ouvia que ela estava resfriada, muito triste e, principalmente, muito esquecida. Segundo ele, não seria uma boa interlocutora para mim.

Ciente da importância dessa possível depoente e das barreiras que parentes impõem a um pesquisador, tentei manter o vínculo e não desisti. Em julho de 2001 consegui um argumento eficaz para convencer o filho de Laís a me deixar vê-la. Eu faria uma viagem à Itália em novembro daquele ano e essa seria uma boa oportunidade para contatar parentes que lá permaneceram, como também visitar a localidade natal de Teodora e Giovanni. Mas, para isso, precisava de mais informações. Finalmente, marcamos o primeiro encontro para o dia 13 de julho. Nesse período Dora, quase vinte anos mais jovem que Laís, faleceu antes que eu pudesse conhecê-la.

No dia marcado cheguei ao apartamento de Laís e, qual não foi minha surpresa, quando percebi que além do filho que me atendia ao telefone, um outro filho e uma filha estavam a minha espera.

Receberam-me com formalidade na sala de estar, onde mantivemos uma longa conversa. Em seguida me conduziram até o quarto onde Laís me aguardava, pois desde que foi acometida por uma artrite generalizada em suas pernas, só se locomove com o auxílio de uma cadeira de rodas. Lá estava ela sentada em sua cama, toda preparada para o nosso primeiro encontro. A seu lado esquerdo, sobre a cama, havia um jornal, o que me intrigou.

Conversamos, fizemos perguntas uma à outra. Eu expliquei o motivo de minha visita: levantar informações sobre os imigrantes italianos, pois ia à Itália e queria fazer contatos. Laís rapidamente me deu alguns nomes e contou algumas histórias. Mas constantemente era interpelada pelos filhos que ora corrigiam e ora complementavam o que acabara de dizer. É

¹⁵¹ Dora (também Teodora) era filha de Sofonisba Consani e Egidio Bonanni.

que todos permaneceram no quarto. Ao final, consegui combinar com a depoente, e com todos os presentes, a primeira entrevista a ser realizada em 20 de outubro de 2001.

No dia acertado cheguei um pouco mais cedo, temendo pelas conversas na sala de estar que tornavam a distância até o quarto de Laís muito longa. Depois de alguns minutos, fui levada à sua presença e, qual não foi minha surpresa quando percebi que haviam colocado bem ao lado de sua cama um banquinho. Ocupei meu lugar. Sua filha sentou-se na cama e um de seus filhos permaneceu em pé. Estremeci só de pensar o quão difícil seria realizar uma entrevista com tantos presentes. No entanto, bastou ligar o gravador para que todos deixassem o quarto. Durante nossa conversa a depoente mencionou que viveu com os avós e tios italianos desde a infância, o que a fez confidente de sua avó Teodora. Assim, situações e histórias que eram citadas por outras entrevistadas, no contar de Laís, ganhavam uma reconstituição minuciosa.

Nos dois sábados subseqüentes voltamos a nos encontrar. No entanto, foi somente após o término da última entrevista que Laís pronunciou a palavra Oneta. Havia lembrado do nome da localidade que a família havia deixado para trás. É importante reconhecer que tal lembrança foi fruto de um trabalho que, durante cerca de um mês, a depoente se dedicou. Sem ela, seria extremamente difícil, quiçá impossível, localizar entre as centenas de pequenas aldeias pertencentes à província de Lucca, aquela de onde partiu o grupo familiar que eu investigava. Isso porque, os documentos oficiais brasileiros e mesmo italianos, geralmente registravam o município ou a província dos imigrantes.

Além disso, em um de nossos encontros, um dos filhos de Laís fez referência à Emília, filha de Sofonisba Consani (irmã de Giuseppe), como uma pessoa muito acessível e que certamente poderia colaborar com mais informações.

A bem da verdade, eu já tentava um contato com Emília. Em minha caixinha de lembranças havia um santinho de missa de sétimo dia de Egidio Bonanni. Descobri que era o pai de Emília, a quem eu passei a querer entrevistar. Telefonava periodicamente para sua casa em Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo, e sempre conversava com o filho, que com ela residia. Nessas ocasiões, informava sobre a pesquisa que estava em andamento, porém, quando mencionava que seria importante conhecer e entrevistar sua mãe, recebia respostas que me eram muito familiares: ela estava com uma forte gripe ou andava um pouco cansada. Enfim, não estava bem para receber visitas.

Durante uma de nossas conversas ao telefone, ele citou duas mulheres também descendentes do grupo de imigrantes italianos que residiam na cidade de Passa Quatro. Ótima pista, pois foi assim que conheci Maria Júlia Pellegrini e Silva e Angela Conte Bonanni.

Fiz prontamente contatos telefônicos com Angela, que concordou em me conceder um depoimento. Em 23 de agosto de 2002 desembarquei em Passa Quatro e combinamos a entrevista para o dia seguinte.

Angela Conte passou a integrar o grupo Pellegrini-Consani em função de seu casamento com João Bonanni, enteado de Sofonisba Consani. Ou seja, ela é uma contraparente. Recebeu-me em seu armazém e disse que ali trabalhou toda a sua vida. Era a única casa comercial que pertenceu à família que continuava aberta; as outras foram fechadas ao longo do tempo. Espantei-me com a variedade de mercadorias que ela comercializava: pregos, parafusos, ferramentas, painéis, roupas, sapatos, chapéus, objetos de louça e plástico, artigos de papelaria, enfim, quase tudo, exceto alimentos. Em seguida, ela me conduziu a sua casa, no andar superior do sobrado, e mantivemos uma conversa tranqüila, sem qualquer interferência de outras pessoas.

Já com Maria Júlia Pellegrini e Silva também mantive prévios contatos por telefone. Informei-lhe que iria a Passa Quatro e que gostaria de conhecê-la. Ela concordou e marcamos um primeiro encontro para o dia 24 de agosto de 2002. No dia seguinte, a entrevista foi realizada.

Maria Júlia é neta de Narciso Pellegrini, um dos precursores da cadeia migratória que uniu Oneta a N^a. S^a. do Amparo, ainda nos anos 1870. Quando cheguei a sua casa, ela e o marido estavam a minha espera. Conversamos alguns minutos na sala de estar e ao menor sinal que iniciáramos a entrevista, seu esposo retirou-se e em nenhum momento interveio ou participou de nossa conversa.

Nos dias que permaneci em Passa Quatro conversei com outras pessoas, entre elas, Maria José Silva Guedes que me procurou e me informou que era prima de Maria Júlia. Ou seja, também era neta de Narciso Pellegrini. Uma referência omitida por Maria Júlia, mas compreensível no universo das relações familiares, constituídas de solidariedades, amizades, mas também tensões e estranhamentos.

Assim, eu e Maria José no mesmo dia 25 de agosto, mantivemos uma longa conversa. Diferentemente da maioria das outras entrevistas, que aconteceram nas salas de estar das casas das depoentes, local de recepção dos visitantes por excelência, Maria José levou-me para a cozinha. Aí já nos aguardava seu marido e uma das filhas. Durante seu depoimento o marido interferiu raramente. Já sua filha somente ouviu com extrema atenção.

Após as entrevistas com Maria Júlia, Angela e Maria José, voltei a insistir no contato com Emília e, para surpresa minha, passei a receber reproduções de antigas fotografias e de documentos pessoais de seus familiares italianos, enviadas pelo seu filho. Este, certa vez

quando falávamos ao telefone, disse-me que possuía vários diários de seu avô, Egydio Bonanni. Inclusive, chegou a ler para mim alguns trechos. Manifestei meu desejo de ter acesso aos registros, mas, infelizmente, alegando defesa de privacidade, jamais permitiu que eu, sequer colocasse os olhos sobre eles.

Finalmente, em setembro de 2002, após cinco anos de insistência, consegui marcar o primeiro encontro com Emília. No dia 13 nos encontramos e falamos sobre a vida. No dia seguinte, realizamos a entrevista e, ao final, ela me mostrou dois álbuns de fotografias recentes da família, mas nenhum documento pessoal e muito menos os diários de seu pai.

Se conhecer Emília não foi tarefa fácil, entrevistá-la também não foi simples, pois precisei enfrentar a onipresença de seu filho. Embora não estivesse em casa, cuidou de telefonar para a mãe justamente durante o período do dia no qual havíamos combinado a entrevista. Era perceptível que a depoente recebeu orientações sobre quais assuntos poderia falar e quais deveria silenciar. Tanto que, no único momento em que arrisquei perguntar se ela havia conservado documentos, cartas, bilhetes ou coisas semelhantes, como um caderno de seus parentes, ouvi: “Não tenho. Tenho não, não tenho. Só me lembro de cartinhas que a mamãe escrevia para mim e que eu escrevia para ela, [...] para minha irmã e meus filhos.”¹⁵²

Foi durante o nosso encontro que Emília se lembrou de alguns parentes, como Adelaide Consani, também irmã de Giuseppe e Sofonisba Consani. Nesse caso, a família residia na cidade do Rio de Janeiro. Tentei realizar contatos e finalmente localizei Moema Cruz Perrone, que se tornou uma Consani porque se casou com João Consani Perrone, filho de Adelaide Consani e Rafael Perrone. Após um telefonema, acertamos um primeiro encontro que ocorreu no dia 24 de setembro de 2004, em seu apartamento.

No referido dia conversamos um pouco e logo ela abriu a porta de uma estante, de onde retirou álbuns com fotografias de família, duas caixas repletas de fotografias, bilhetes, cartas e santinhos de missa de sétimo dia. Havia outras caixas, que continham somente negativos fotográficos. A depoente me informou que todo esse acervo familiar foi organizado pelo marido João e, com a sua morte, ela passou a cuidar do material.

Foi dessa maneira que recolhi seu depoimento: Moema abria caixa por caixa, pasta por pasta, delas retirava fotografias, identificava pessoas e lugares, recordava um caso ou narrava um evento. Muitas foram as histórias referentes àquele núcleo imigrante italiano ao qual passou a fazer parte.

¹⁵² ALMEIDA, Emília Bonanni de. Depoimento, Mogi das Cruzes, 14 set. 2002. LABHOI, UFF, Fita 12, lado A.

No dia 16 de outubro 2004 voltamos a nos ver e realizamos uma segunda entrevista que, aliás, foi o último depoimento coletado no Brasil, que integra o conjunto de fontes orais do presente capítulo. Em 18 de dezembro de 2007, através de um telefonema, Moema me comunicou que eu poderia escolher alguns objetos guardados em suas caixas e reproduzi-los. Assim, foram selecionadas e reproduzidas 27 fotografias, como também alguns santinhos de missa de sétimo dia e documentos pessoais dos Consani-Perrone.

Como foi possível perceber, o reconhecimento das depoentes entre os descendentes dos Pellegrini-Consani consistiu em um exercício de observar sinais e seguir pistas apontadas por membros da própria família. Somente estes eram capazes de indicar a irmã que tinha muitos casos para contar, a prima que se lembrava de muitas histórias, ou a tia que certamente não se recusaria a narrar alguns eventos. Isso porque as depoentes são pessoas referenciais para seus grupos quando o assunto é lembrar o passado comum e narrar histórias familiares. Ao desempenharem tais atividades, essas mulheres podem ser tratadas como “guardiãs da memória familiar” (POLLAK, 1989; BARROS, 1989).

Durante a realização das entrevistas, pude observar nas residências das depoentes envelhecidas fotografias expostas em porta-retratos e alguns instrumentos antigos utilizados como peças de decoração. Sempre indaguei sobre a procedência dos objetos, quem foram seus proprietários anteriores e, com relação às imagens, perguntava se existiam outras além daquelas que estavam à mostra, bem como onde se encontravam. De forma quase unânime as entrevistadas me informaram que possuem muitas fotografias e que elas ficam bem guardadas em caixas.

Diante da constatação que as depoentes mantêm suas próprias caixinhas de lembranças, passei a considerar a que herdei como modelo representativo para todas as outras existentes. E pelo fato dessas caixinhas conservarem objetos que permitem a evocação de experiências e histórias vividas por suas proprietárias, e também por membros do grupo imigrante, elas foram consideradas como “lugares de memória”. “Locais” onde a memória se cristaliza e se refugia, capazes de parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, imortalizar a morte, materializar o imaterial”, conforme nos falou Pierre Nora (1993: 23). Nesse sentido, os indivíduos, ao instituírem e manterem “lugares de memória”, entram em contato com o próprio passado e, assim, reencontram o pertencimento a um dado grupo.

2. As guardiãs da memória familiar

As oito depoentes entrevistadas assumiram, de certa maneira explícita e conscientemente, as funções de guardiãs da memória familiar. Se minha caixinha de lembranças apontou-as como descendentes do grupo imigrante, foram as pessoas que lhes são próximas que me sinalizaram o quanto são figuras especiais para seus núcleos familiares, conforme exposto anteriormente. Ficou claro na construção da rede pelo grupo, quem ia sendo apontada como guardiã da memória; como narradora autorizada a falar pelo grupo.

Podemos definir os guardiões ou mediadores da memória como indivíduos que, no interior das organizações e instituições de que são membros - como clubes, associações, sindicatos, partidos ou famílias - dedicam-se à guarda e à reelaboração permanente da memória de seu grupo, produzindo discursos organizados e controlados, referenciados ao passado, que permitem a coesão do grupo (POLLAK, 1989: 8). Nesse sentido, os mediadores são os narradores privilegiados da história do grupo, tornando-se os principais depositários de histórias vividas por seus membros, bem como os colecionadores de bens materiais de extremo valor simbólico para o grupo; índices da experiência do grupo que, ao serem expostos, permitem a atualização de sua memória. Dessa maneira, os guardiões desempenham uma função muito importante no processo de conservação da identidade de grupos.

Diversas são as razões que levam um indivíduo a dar início a uma função de guardião da memória de um grupo. Mas, normalmente, são motivos subjetivos e envoltos em simbolismo, entrelaçando escolhas do indivíduo e do próprio grupo. Myriam Lins de Barros (1989:37), analisando exemplos de guardiões de memória familiar, observou que alguns momentos podem ser especialmente sugestivos.

(...) O adolescente que se vê sozinho e aos poucos percebe sua posição distinta e peculiar na família; a mulher que perdeu o marido e procura refazer sozinha a história dos anos de convívio com seu parceiro; a morte da mãe que permite reviver o passado familiar; o casamento e crescimento do primeiro filho marcando o início da constituição de uma nova família.

A autora ressaltou que não se trata apenas de uma motivação individualizada. Na realidade, o direito e também o dever de preocupar-se com a memória do grupo, são atribuições assumidas por determinada pessoa, mas “delegadas” por toda a família, que a reconhece nessa função (BARROS, 1989: 37).

Nas famílias o papel de guardião da memória é desempenhando majoritariamente pelas mulheres, pois esse é um espaço onde elas reinam em absoluto. Durante muito tempo, às

mulheres foram destinados os ambientes domésticos, as tarefas associadas à reprodução biológica e social da descendência. Atividades principalmente maternas, como o cuidado e administração da casa e a educação dos filhos, portanto, referidas ao universo do privado. Enquanto aos homens foram reservados os espaços da praça, da rua, o universo do público, onde têm lugar as coisas “sérias”, os assuntos públicos, especialmente os econômicos (BOURDIEU, 1999: 116).

Como parte do *trabalho doméstico* que coube às mulheres, estão algumas atividades sociais por elas organizadas, como as refeições, as cerimônias e as festas - de batizados, casamentos, aniversários etc. -, que ao possuírem por finalidade manter a solidariedade e a integração da família, sustentam relações de parentesco e todo capital social, fazendo delas figuras agregadoras e centrais em suas famílias (BOURDIEU, 1999: 116).

Conseqüentemente, as experiências vividas e os fatos registrados e rememorados pelas mulheres estão inscritos nesse universo privado. Conforme observou Michelle Perrot (1989: 15), “os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo ocorre com seu modo de rememoração, da montagem propriamente dita do teatro da memória”. Dessa maneira, as mulheres se recordam de pequenas proezas dos filhos, da cor do vestido que usavam em um dia que se tornou memorável, enfim, suas lembranças estão relacionadas à família e ao mundo doméstico. Ou seja, a memória das mulheres está ancorada nas sensibilidades, na subjetividade, no cotidiano, é atenta aos afetos, aos pequenos acontecimentos e aos detalhes.

Se as mulheres na rememoração falam da vida privada, e o fazem com loquacidade; os homens falam do público, pois portam uma memória voltada para o trabalho e para as atividades que exercem fora dos limites da casa. De acordo com Perrot (1989: 16), os homens não falam de suas experiências pessoais, da infância ou da vida privada, assuntos considerados pouco interessantes e negligenciáveis, porque isto seria contrário à virilidade, ou porque o trabalho e a atração exterior teriam atrofiado a memória masculina sobre tais questões.

Tal ambigüidade no processo de construção da memória é perfeitamente compreensível, já que estamos imersos em uma cultura onde o masculino e o feminino nomeiam todas as coisas, sendo que a relação entre ambos se estabelece de forma desigual, visto que o masculino se impôs como dominante (COSTA, 2003). Tal binarismo sempre esteve e continua presente na divisão do trabalho ao longo dos tempos, apesar de toda revolução técnica. Do mesmo modo, conforma a constituição dos corpos dos indivíduos, os cuidados, a postura e o *habitus*. Ele também surge nos atos mais simples do cotidiano e existe

nos cérebros e nas mentes dos indivíduos, sob a forma de princípios de taxionomias e de classificação que em nossa sociedade se transformam em duplas de adjetivos (BOURDIEU, 1999: 5).

Vale salientar que o feminino e o masculino são aqui percebidos não como um construto sexual que se funda no caráter biológico, mas segundo o conceito de gênero. Ou melhor, de gêneros, categorias que são construídas socialmente e que se definem uma em relação à outra e não isoladamente; e o estudo de um envolve necessariamente o estudo do outro. Dito de outra forma, a categoria gênero será percebida não como as diferenças entre os sexos, na oposição homem/mulher ou a antítese igualdade-*versus*-diferença que sustentou o discurso feminista. Mas no sentido de *desconstrução* das oposições binárias de *diferenças dentro da diferença* proposta por Joan Scott (1992: 87-88). A autora alertou que a categoria mulheres não possui um significado unitário, e dificilmente pode ser usado sem modificação: mulheres de cor, mulheres judias, mulheres lésbicas, mulheres trabalhadoras pobres, mães solteiras, mulheres imigrantes (SCOTT, 1992: 87).

Em suma, considerando todas as ponderações feitas, é plausível pensar que a memória das mulheres funciona de forma particular? Michele Perrot nos diz que:

Não, sem dúvida, se se trata de ancorar a memória em uma inencontrável natureza e no biológico. Sim, provavelmente, na medida em que as práticas socioculturais presentes na tripla operação que constitui a memória - acumulação primitiva, rememoração, ordenamento da narrativa - está imbricada nas relações masculinas/femininas reais e, como elas, é produto de uma história (PERROT, 1989: 18).

Nesse sentido, é enquanto prática de elaboração e preservação da memória caracteristicamente feminina, que se deve perceber a atração por objetos pessoais e a organização de coleções, que dão origem às caixinhas de lembranças.

Há que se considerar que, historicamente, as mulheres foram proibidas de participar do mundo letrado e, tanto a escrita como a leitura, foram por um longo tempo consideradas inadequadas, segundo os parâmetros de uma educação feminina que lhes negava o acesso ao mundo exterior, ao universo público, designado aos homens. Tal impedimento gerou um dos mais graves problemas para o “fazer história”: nos documentos, na maior parte das vezes, as vozes são masculinas e, até há pouco tempo, não distinguiam o mundo do homem daquele da mulher (DEL PRIORE: 2001: 234; PASSERINI, 1990: 13-14).

Um exemplo dessa ausência das mulheres do universo da escrita pode ser observado no livro *Mérica! Mérica!* de Emilio Franzina (2000), que reproduziu e analisou quarenta

cartas redigidas por camponeses vênets e friulanos imigrados em países da América Latina, entre os séculos XIX e XX. Em todo o conjunto, nem uma carta foi escrita por uma mulher.

Assim sendo, as mulheres para registrarem suas experiências e lembranças, passaram a recorrer aos objetos, fazendo de cada artefato selecionado o suporte de um instante memorável. Dessa maneira, passaram a confiar sua memória ao mundo das relíquias:

(...) objetos, bugigangas, presentes recebidos por ocasião de um aniversário ou de uma festa, bibelôs trazidos de uma viagem ou excursão, “mil nadas” povoam cristaleiras, pequenos museus da lembrança feminina. As mulheres têm paixão pelos porta-jóias, caixas e medalhões onde encerram os seus tesouros: mechas de cabelo, jóias de família, miniaturas que, antes da fotografia, permitem aprisionar o rosto amado (...) (PERROT, 1989: 13).

É nesse contexto que se deve compreender a primazia das mulheres no exercício das funções de guardiãs da memória familiar, ou seja, as narradoras de histórias vividas, as colecionadoras de pequenos objetos e também as responsáveis pela construção de redes sociais.

Na presente pesquisa, as mulheres que aceitaram fazer esse trabalho foram movidas por uma razão fundamental. São essas lembranças que as levam a “reencontrar” a origem italiana do grupo. Ao relembrem o deslocamento de seus avós, tios e tias da Itália para o Brasil, elas se reconhecem enquanto membros de um grupo familiar imigrante e, dessa maneira, reafirmam seu próprio pertencimento e origem. Muito embora todas pertençam à terceira e quarta gerações da família imigrada, todas nascidas no Brasil, as referências à Itália estão muito presentes em suas vidas e se tornaram elementos formadores de sua própria identidade.

Em tempos recentes, as guardiãs da memória passaram por um processo de revalorização, adquirindo um novo *status* em seus grupos. Sempre que os descendentes desejam descobrir pistas que os levem à localização de determinados documentos, como certidões de nascimento ou de casamento, necessários para a requisição da cidadania italiana, é a elas que se dirigem. Tal condição de cidadão, para muitos, representa a possibilidade de fazer o caminho inverso de seus antepassados: “tentar a sorte” na Itália, além da oportunidade de acesso e circulação entre os países membros da União Européia.¹⁵³ Assim, as famílias

¹⁵³ A União Européia reúne atualmente 27 países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia e Suécia. Macedônia, Croácia e Turquia encontram-se em fase de negociação. Disponível em: <<http://www.mundosites.net/geografia/uniao-europeia.htm>>. Acesso em: 28 out. 2007.

italianas reconstituem-se e alargam-se ao agregar novos membros, pois muitos são os que conseguem transpor a fronteira étnica e serem incluídos no grupo.¹⁵⁴

Entre as oito mulheres aqui consideradas guardiãs da memória desse amplo grupo familiar, sete já assistiram ao nascimento de netos e até bisnetos. Todas possuíam idades que variavam dos 67 aos 93 anos, durante os anos de 1998 e 2004, período no qual os depoimentos foram recolhidos. Conforme demonstrou Myriam Lins de Barros (1987), os avós conseguem unir cinco gerações, pois se relacionam tanto com seus próprios pais e avós, como com seus filhos e netos e, assim, representam o elo entre os antepassados e seus descendentes. Pensando também na figura dos avós nas famílias, Maurice Halbwachs (1990: 65) observou que “os avós se aproximam das crianças, talvez porque, por diversas razões, ambos se desinteressam dos acontecimentos contemporâneos sobre os quais se fixa a atenção dos pais”. Enquanto os pais estão envolvidos com um cotidiano de trabalho, os avós acabam desfrutando de mais tempo livre para o convívio. Conseqüentemente, esse aproximar-se dos avós de seus netos é essencial para o processo de construção da identidade das famílias, para o sentimento de sua continuidade no tempo.

Nesse sentido, as avós, tendo em sua companhia as crianças, seja em momentos especiais ou simplesmente quando são deixadas pelos pais aos seus cuidados, falam da própria vida, contam antigas histórias que ouviram de seus pais e avós, muitas das quais referenciadas na antiga terra de origem e à experiência imigratória. Por conseguinte, esses encontros se configuram em momentos ímpares de apresentação da família imigrante às novas gerações e de recriação, no presente, da identidade italiana.

Na realidade, falar da própria vida e narrar antigas experiências faz parte da rotina daqueles que se encontram em plena velhice. Os anciãos, desvencilhados das tarefas cotidianas de sobrevivência, passam a buscar alento e significação para suas vidas revisitando periodicamente o passado.

Enquanto para o adulto ativo lembrar está associado a uma pausa de relaxamento em seu cotidiano ou mesmo a uma breve fuga do tempo presente, já que não se detém sobre experiências vividas; para o velho lembrar é uma atividade consciente, uma autêntica obrigação. Dessa maneira, o ancião não sonha ou usufrui de instantes de lazer quando rememora, ele desempenha uma função social (BOSI, 1994: 60-63).

¹⁵⁴ Como descendente e pesquisadora da imigração italiana, já perdi a conta de quantos parentes ganhei e a quantos enviei cópias de documentos para que comprovassem a ascendência italiana, desde que iniciei o trabalho de levantamento de fontes em 1997.

Não se pode desconsiderar também que o tempo que concede aos anciãos o privilégio de fazer uma retrospectiva da própria vida, recordando algumas situações e esborratando outras, lembra-os a todo instante a proximidade da morte e, conseqüentemente, a necessidade premente de transmitirem as experiências acumuladas aos seus sucessores.

3. Histórias vividas e contadas

Ao longo das entrevistas essas guardiãs da memória familiar narraram histórias e casos, fatos e acontecimentos vividos pessoalmente, e outros “vividos por tabela” (a chamada memória indireta).¹⁵⁵ Relembrou pessoas com as quais conviveram durante a vida ou sobre as quais ouviram falar. Também “visitaram” lugares, alguns dos quais jamais pisaram, mas que se constituíram em espaços importantes para a memória do grupo imigrante, e por conseguinte delas próprias (POLLAK, 1992: 201).

Quanto aos personagens e histórias, eles podem ser, até certo ponto, reais ou imaginários, pois o que realmente importa é que são lembranças *contadas de modo verdadeiro*. Como argumentou Alessandro Portelli (1996: 66), os historiadores orais trabalham não com a verdade dos fatos, mas com a autoridade da narração: uma representação do real que opera com o reconhecimento da subjetividade dos narradores. Sendo assim, as guardiãs em seus depoimentos não reconstituíram uma determinada “realidade dos fatos”, mas elaboraram representações através das quais construíram significados sobre o tempo passado, no presente em que narram.

Apesar das narrativas serem diferentes internamente e formarem um conjunto compósito e fragmentado de lembranças, pois cada depoente reconstruiu e ressaltou determinados episódios do processo migratório, elas se complementaram em diversos aspectos, ajudando a redesenhar uma experiência de deslocamento coletivo. Constituíram, nesse sentido, uma memória coletiva da imigração, ao menos, desse grupo familiar.

A organização dos depoimentos foi feita a partir de temas ou questões recorrentes. As diversas narrativas, em boa medida, impuseram uma ordenação cronológica ao relato, pelo fato de refazerem as trajetórias percorridas pelos imigrantes e acompanharem as próprias

¹⁵⁵ Segundo Pollak, acontecimentos “vividos por tabela” são eventos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer; e embora nem sempre tenha deles participado, no imaginário ganharam tamanha importância, que às vezes a pessoa não sabe se realmente deles participou ou não. POLLAK, M. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

vidas das mulheres. Mas não de forma rígida e linear, pois os relatos também transitaram de um lado a outro do Atlântico em diversas ocasiões, sempre que uma depoente necessitava empreender essa viagem.

No entanto, o mais importante é que a experiência migratória foi recriada no feminino, tendo como lugar de observação a memória das guardiãs, suas próprias leituras e interpretações do passado. Considerando que a memória das mulheres ancora-se na família, é voltada para o íntimo, para o universo privado, a trajetória dos Pellegrini-Consani foi reconstruída a partir do cotidiano, das sensibilidades, dos sentimentos e particularidades.

De maneira geral, os acontecimentos ou questões mais tocados foram: os motivos que levaram mulheres e homens a tentar o caminho da imigração; a travessia atlântica; e a inserção no novo mundo. Um processo no qual os imigrantes vivenciaram o estranhamento em relação ao *outro* e passaram a construir uma identidade para o grupo, ou melhor, passaram a inventar uma italianidade para seus membros. Nesse sentido, as estratégias e os mecanismos utilizados pelos imigrantes para a constituição dessa nova identidade serão analisados com atenção.

3.1. Branco, a cor do luto de quem fica

As mulheres foram realmente pouco consideradas na historiografia que trata da emigração italiana. Nela, os fluxos migratórios foram descritos como uma experiência eminentemente masculina, conferindo “invisibilidade” às mulheres. Quando incluídas, freqüentemente foram consideradas presenças silenciosas e passivas, como chamou a atenção Bruna Bianchi (2001: 257).

Ainda segundo Bianchi, a justificativa para a pouca atenção prestada ao fluxo migratório feminino da Itália, estaria nos reduzidos 20% de partidas registradas oficialmente pela Península, entre os anos de 1876 a 1914. O que provavelmente não corresponderia à realidade, pois enquanto as mulheres emigraram definitivamente, os homens partiram e retornaram várias vezes da América, sendo cada uma dessas saídas computadas.

Realmente as mulheres se transferiram pouco, salvo quando da imigração subvencionada brasileira, dirigida para áreas coloniais agrícolas, cuja base produtiva assentava-se sobre núcleos familiares camponeses inteiros, isto é, com mulheres e crianças. Por toda a segunda metade do Oitocentos, ocorreu o predomínio masculino nos deslocamentos, em detrimento dos fluxos femininos (DADÀ, 2000: 160; RAMELLA, 2001: 157). Mas as mulheres foram protagonistas ativas nos grandes fluxos de massa e não há

dúvida que a migração feminina possuiu um peso qualitativo nos movimentos populacionais da Itália (CORTI, 1990a: 225).

Conforme exposto anteriormente, a reduzida participação das mulheres pode ser explicada pela ausência de canais de informação, que garantiam a divulgação de oportunidades de trabalho nas áreas de imigração (RAMELLA, 2001: 147); mas, também, pela vigência de um modelo migratório que pressupunha a saída dos homens e a permanência das mulheres. Vale recordar que, nas “regiões emigratórias” peninsulares, as famílias se mantinham com os recursos obtidos com uma agricultura de subsistência, que por serem limitados, tornaram a migração uma estratégia para superar a insuficiência de meios. No entanto, prevalentemente os homens se ausentavam durante alguns meses do ano ou trienalmente, e as mulheres ficavam em suas aldeias e desenvolviam todas as atividades agrícolas (DADÀ, 2000: 160).

Sendo assim, é possível conjecturar que as atividades ligadas ao cultivo da terra eram consideradas, pelos aldeões, como mais duras e de menor rendimento. O que nos leva a pensar que, além da existência de uma delimitação de espaços para os dois sexos, havia valorações distintas para as atividades: aquelas relacionadas ao campo eram vistas como menores e, por esta razão, menos valorizadas, ficando sob a responsabilidade das mulheres; já aquelas artesanais, fabris ou comerciais que podiam ser desenvolvidas em outras localidades ou regiões, que não as aldeias onde os indivíduos residiam, possuíam um *status* mais elevado, sendo mais valorizadas e cabendo aos homens.

Foram Diogini Albera e Paola Corti, em seu livro *La montagna mediterranea: una fabbrica d'uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX)*, que chamaram a atenção para a existência de tal sistema de valores para as atividades produtivas, quando observaram que

em comunidades apenínicas do Oitocentos, as atividades agrícolas eram freqüentemente consideradas secundárias e relegadas às mãos de mulheres e crianças. O calendário das migrações não respeitava os tempos do trabalho rural, sobretudo no caso dos vendedores ambulantes e dos trabalhadores da construção civil (ALBERA; CORTI, 2000: 16).

Assim sendo, claro está que o referido modelo migratório era caracteristicamente sexocentrista, marcado pela dominação masculina, seja por ter privilegiado os deslocamentos

dos homens, seja por ter reafirmado os espaços destinados às mulheres, isto é, a casa, a família, o mundo doméstico e o cultivo da terra.¹⁵⁶

Esse mecanismo se manteve, em grande medida, em função da dominância de uma mentalidade coletiva farta em julgamentos morais e preconceitos em relação às mulheres que decidiam partir. Segundo Augusta Molinari (2001: 253), apesar de todo sofrimento experimentado pelas mulheres que emigravam, pois se separavam de familiares e amigos, as outras pessoas viam-nas com muita indiferença, sem quaisquer demonstrações de sentimentos de piedade ou de compaixão. Isso porque, no contexto familiar e social da época, emigrar se assemelhava a um gesto de transgressão. Era um comportamento “antinatural” para mulheres. Aquela que ia ao encontro de um destino incerto em um país distante, não podia ser uma boa mãe e uma boa esposa. Mas foi justamente esse caráter transgressor que tornou a emigração dessas mulheres mais significativa.

No mundo público, associações criadas para prestar assistência às mulheres igualmente percebiam-nas com desprezo e desconfiança. É o que se pode observar em um relatório do Secretariado feminino da emigração, em 1913:

Infelizmente a mulher pela ilusão de ir para a América perde cada sentimento nobre de amor pelos familiares, sejam filhos ou pais, que possam servir de impedimento para a realização do sonho, mas não raro perde também o senso do pudor que lhe é inato (DE BONIS DE NOBILI *apud* MOLINARI, 2001: 252-253).

Ainda de acordo com Molinari, a emigração feminina não se configurou tanto como um ato de autonomia, mas como uma adequação às escolhas feitas por outros. Foram os “chamados” de familiares e parentes que, geralmente, determinaram suas partidas.

De modo geral, sob essas condições as mulheres partiam. Temporária ou definitivamente, freqüentemente o faziam junto com o próprio núcleo familiar e mais raramente sozinhas. Solteiras ou casadas, acompanhadas ou não, na qualidade de esposas, de irmãs, de filhas ou mães, migravam para trabalhar como empregadas domésticas, costureiras, cozinheiras, amas-de-leite, ainda que na fase inicial permanecessem em casa (DADÀ, 2000: 160; GABACCIA; OTTANELLI, 2007: 18).

¹⁵⁶ Segundo Pierre Bourdieu (1999: 17), a dominação masculina é uma forma particular e particularmente acabada da violência simbólica presente em nossa sociedade, que naturaliza a oposição entre os gêneros masculino e feminino, quando, na realidade, trata-se de uma construção social. BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160 p.

Laís Consani em seu relato lembrou-se de Adelaide Simonetti, mãe de Giovanni Consani que, pelos idos de 1850, diariamente partia de Oneta com outros membros de sua família para trabalhar como costureira.

Na aldeia não tinha nem trabalho. Tinha só para quem gostava de enxada, mas quem não gostava, tinha que procurar outros lugares. Tanto que a mãe do meu avô, tinha um ateliê; ela era esperta. Ela saía de madrugada e ía trabalhar em outro lugar. Lá, ela alugou uma casinha, fez uma lojinha. Ela costurava muito bem. Minha avó Teodora falava: “Que honra seja feita, ela era muito ruim, mas era uma costureira de mão cheia”. E foi para uma cidadezinha. Então saía ela, o filho, o marido e um amigo, e íam para lá. Creio que esse lugarzinho tinha mais vida, tinha um pouco de comércio. Ih, diz que ela fez dinheiro lá.¹⁵⁷

Seu relato é interessante por exemplificar um caso de migração de curta distância, na qual as mulheres casadas também se inseriram e, principalmente, por permitir perceber os olhares lançados pelas camponesas que permaneciam em Oneta sobre essas migrantes.

Adelaide era vista como uma mulher elegante e requintada em seus trajes e gostos, além de ser caracterizada como muito má. Quanto a sua elegância, há que se ponderar, em primeiro lugar, que sendo uma costureira, não trajava as roupas de trabalho comuns às camponesas: o avental com um grande bolso utilizado para recolher castanhas e frutos e o tradicional lenço amarrado na cabeça. Em segundo lugar, provavelmente, conseguia ter mais do que um único vestido, que era usado pelas aldeãs nas missas aos domingos ou no dia de festa do povoado, o 13 de dezembro, consagrado à Santa Lúcia.

Com relação a sua caracterização como uma pessoa má, há que se considerar que, pelo fato de exercer sua profissão fora dos muros do povoado, Adelaide estava impedida de participar dos trabalhos e também das sociabilidades que a maioria das mulheres realizava e dividia cotidianamente. Conseqüentemente, esse não compartilhamento podia ser percebido como maldade, pois ela não seria solidária com as outras mulheres. Fundamentalmente, Adelaide parecia uma mulher diferente aos olhos das outras, porque ela “saiu” de ambientes que foram confiados: a casa e o território da aldeia.

Segundo Michele Perrot, os movimentos migratórios, como também as viagens turísticas, a prática da filantropia e a participação em greves operárias, foram as maneiras pelas quais as mulheres tentaram “sair”, fisicamente, mas também moralmente, dos espaços e dos papéis sociais que lhes foram destinados e atribuídos. E “para essa transgressão, foi

¹⁵⁷ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 3, lado A e 20 out. 2001, Fita 1, lado A.

preciso uma vontade de fuga, um sofrimento, a recusa de um futuro insuportável, uma convicção, um espírito de descoberta ou de missão(1994: 517-522)”.

Paralelamente aos deslocamentos de pequenas distâncias, a partir da década de 1870 os fluxos migratórios se direcionaram para países nas Américas e, sendo assim, o tempo de afastamento dos imigrados de suas famílias e aldeias passou a ser bem mais longo. Em muitos casos, dependendo do grau de inserção nas novas localidades, a imigração se transformava em permanente. Considerando que os homens preferencialmente partiam, as mulheres casadas cujos maridos emigravam sozinhos para essas terras bem mais distantes, permaneciam na condição de “viúvas brancas”.

Esse foi o caso de Zita Francesconi, mãe de uma menina de nove anos e esposa de Giuseppe Nannizzi que, em 1884, solicitou ajuda ao prefeito de Borgo a Mozzano para localizar seu marido que há exatos nove anos se encontrava na cidade de Cincinnati, nos Estados Unidos, e não enviava qualquer notícia.¹⁵⁸

Também na condição de “viúva branca” permaneceu Teodora Pellegrini, quando Giovanni deixou Oneta e veio para o Brasil. Laís, reconstruindo o momento que o avô finalmente se decidiu pela partida e comunicou a sua avó que deixaria a aldeia para “tentar a vida no Brasil”, narrou que Teodora dele se despediu dizendo:

Pois é Giovannini, então você vai, mas olhe: assim que você puder mande o dinheiro”. Ela se chamava Teodora, mas ele a chamava de Dorinha; e ele se chamava João, então ela o chamava de Giovannini.¹⁵⁹

Segundo a depoente, a avó permaneceu aguardando ansiosamente o envio da quantia em dinheiro necessária para a compra das passagens dela e dos filhos. No entanto, a remessa jamais chegou. Preocupada com o rumo que a situação tomava, Teodora partiu meses após o marido, segundo a narrativa de Laís, por medo.

Ela pensava: “Ele fica por lá e depois esquece de mim aqui. Eu já estou ficando gorda, e vou antes que esse filho nasça”. Porque depois, ela não poderia viajar, fazer uma viagem de não sei de quanto tempo. Demorava muito o navio naquele tempo e ela já tinha três filhos e estava grávida.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Corrispondenza Comune di Borgo a Mozzano. ACBM, cat. IV, a. 1884,.

¹⁵⁹ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 3, lado A.

¹⁶⁰ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 3, lado A.

Emília, outra depoente, ao explicar o motivo da decisão de Teodora, elucidou um pouco mais o imaginário coletivo daquelas mulheres:

O vovô João queria se ajeitar direitinho aqui para falar para ela vir embora, para mandar dinheiro para ela vir embora. Ela achou que estava demorando, não chegava notícia e uma amiga dela falou: “Teodora, vai para o Brasil, porque dizem que chegando lá os italianos logo arranjam uma companheira”. Aí ela veio, por medo.¹⁶¹

Foi o medo do rompimento do casamento e da desagregação da família que mobilizou Teodora e a fez deixar Oneta, grávida e com os três filhos. Laís comentou que a avó seguiu o marido por estar preocupada com o fato de que

[No Brasil] tinha italiano, português, todos safados, que saíam, largavam as mulheres e elas morriam sozinhas com os filhos. Aqui mesmo eu conheci muitos assim. Aqui em Niterói, o marido deixou a mulher grávida lá para depois apanhá-la, trazê-la quando tivesse dinheiro. Era italiano - [...] e nunca mais foi até lá. O filho já estava com 18 anos; nem para conhecer o filho. Arranjou uma porção de mulheres, porque quando eles dão para ser safados, são mesmo. Arranjam outras e esquecem... Era português, era italiano, todos tinham esse costume.¹⁶²

Além das notícias que cruzavam o oceano, informando sobre as condições de vida, as dificuldades e as oportunidades de trabalho, circulavam também aquelas que falavam de rompimentos definitivos de vínculos matrimoniais. Segundo a depoente, tal fato ocorria devido à infidelidade e leviandade tipicamente masculinas e longe estava de possuir qualquer relação com a nacionalidade. Mas suas conseqüências se traduziam em abandono de esposas e filhos na Europa.

Tais comportamentos e a situação de desamparo das mulheres foram recorrentes, não somente na pequena aldeia de Oneta, chegando a sensibilizar muitos contemporâneos. Luigi Pirandello (1867-1936), dramaturgo, poeta e escritor italiano, em seu conto, “O outro filho”, apresenta-nos Ninfarosa, uma siciliana que, durante 14 anos, fingiu escrever cartas para a velha senhora Maragrazia, abandonada por seus dois filhos que haviam partido para a “América.” quando foi descoberta a falsidade de Ninfarosa, esta se justificou, argumentando que havia agido desta forma para confortar a pobre mulher, que enlouqueceria por ter sido esquecida pelos filhos. E em seguida narrou a sua própria história.

¹⁶¹ ALMEIDA, Emília Bonanni de. Depoimento, Mogi das Cruzes, 14 set. 2002. LABHOI, UFF, Fita 11, lado A.

¹⁶² SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 3, lado A.

Olhe, eu também fui abandonada pelo meu marido... Sim Senhor! E sabe que coragem teve aquele belo e honesto homem? Mandou-me um retrato dele e da sua querida lá distante! Posso mostrá-la. Estão os dois abraçados e de mãos dadas assim, permite? Dá-me a mão...assim! E riem, riem na cara de quem os olha: na minha cara, quero dizer (PIRANDELLO, 1923).

Em seus depoimentos as guardiãs da memória também relembrou a vinda de seus pais e avós para o Brasil. Suas narrativas permitem observar os motivos que os trouxeram, bem como determinadas representações comuns construídas sobre os deslocamentos. Por outro lado, é uma boa oportunidade para se relacionar as razões que moveram os homens e as mulheres nos fluxos migratórios.

O papai veio para o Brasil rapazinho, era molecote, devia ter uns 15, 16, 17 anos. Ele morava na Itália e veio se aventurar no Brasil. Ele veio para cá e aqui ficou homem, casou com a mamãe.¹⁶³

Segundo Angela, seu pai ainda menino deixou a Itália. E o que em princípio parecia uma “aventura”, transformou-se em coisa bem mais séria, pois Egydio conseguiu trabalho e em seguida contraiu matrimônio com a prima Elvira Conte, e logo vieram os filhos. De toda forma, a palavra-chave de seu relato é “aventura”, uma aventura juvenil.

Maria José Silva Guedes também aponta a razão que trouxe seu avô, Narciso Pellegrini, e seus familiares ao Brasil:

Eles vieram em uma leva. Uma leva toda dos Pellegrini, do pessoal do meu pai [...]. Vieram à caça de trabalho, porque o Brasil ainda era naquele tempo, e poderia ser a vida inteira, o celeiro do mundo.¹⁶⁴

Já Laís narra que seu avô Giovanni Consani e um amigo, Roberto Fazzi, insatisfeitos com as condições nas quais viviam e trabalhavam em Oneta, acalentavam o projeto de deixar a Península Itálica.

A minha avó morava numa aldeia, naquela ocasião, e meu avô e um amigo de infância cismaram de sair lá da Itália. Aquilo era uma vida muito ruim, eles trabalhavam e não ganhavam nada.

¹⁶³ BONANNI, Angela Conte. Depoimento, Passa Quatro, 24 ago. 2002. LABHOI, UFF, Fita 8, lado A.

¹⁶⁴ GUEDES, Maria José Silva. Depoimento, Passa Quatro, 25 ago. 2002. LABHOI, UFF, Fita 9, lado A.

Lá na Itália eles estudavam. O amigo dele estava estudando medicina e o meu avô, eu não sei bem o que fazia, mas era coisa mais elevada. Meu avô não gostava de roça mesmo não; era granfino. Ele não gostava desse negócio de cavucar a terra; enxada não era com ele não.¹⁶⁵

Na realidade, Giovanni, casado e pai de três filhos, e Roberto, solteiro, eram dois camponeses pobres e analfabetos, que decidiram emigrar para sustentarem suas famílias, como todos os outros habitantes de Oneta.¹⁶⁶ Entretanto, em seu relato, Laís construiu uma imagem visivelmente idealizada de seu avô, descrevendo-o como uma pessoa estranha ao universo rural de Oneta, já que não trabalhava no cultivo da terra e sim estudava. É possível afirmar que, ao atribuir-lhe tais características, a depoente estava justificando o fato do avô ter partido deixando para trás Teodora, atitude essa que a própria Laís condenava nos homens imigrantes.

É interessante observar que a depoente Maria Grazia Gigli, de Oneta, referindo-se ao avô Adolfo Micheli, um camponês, também analfabeto, imigrante em Boston entre o final do Oitocentos e início do Novecentos, também comentou que o avô estava cursando medicina antes de partir e era uma pessoa requintada, se comparada aos camponeses locais. Ou seja, as mesmas características que Laís atribuiu a Roberto e Giovanni. Sendo assim, como “na história oral estão presentes dois tempos: o tempo da história e o tempo da narrativa, o tempo dos eventos narrados e o tempo no qual são narrados”, conforme no diz Alessandro Portelli (2007: 264-265), é possível compreender a referência ao curso de medicina, em ambos os casos, como uma carreira muito valorizada à época das narradoras, pois para os habitantes de Oneta seria melhor ser um possidente, isto é, proprietário da terra na qual a família residia e que garantia a sobrevivência de todos os membros, do que ser um médico.

Em suas narrativas, as três depoentes consideraram que a busca por trabalho e por uma vida melhor foram os principais motivos que determinaram a partida de seus familiares. Nenhuma novidade. Na verdade, no imaginário coletivo dos imigrantes europeus, a América - que compreendia o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos quase sem distinção - era percebida como um lugar fabuloso, de muita prosperidade e abundância. Nesse lugar mítico, as pessoas conseguiam realizar as fantasias de gerações de “esfomeados” e “desnutridos crônicos” (TETI, 2001: 576). Exatamente como a depoente Maria José se referiu ao construir uma imagem do Brasil em seu relato: um país onde reinava tamanha fartura que poderia alimentar o mundo.

¹⁶⁵ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A.

¹⁶⁶ Popolazione per frazione. APR, a. 1874.

Tais imagens ligam-se à noção de “Novo Mundo”, forjada desde a chegada dos europeus ao continente americano e que se enriqueceu ainda mais de significados e mitos em uma concepção popular difundida no século XIX (FRANZINA apud ROSOLI, 1991: 4). Nesse momento, muito contribuíram para a formação desse imaginário sobre a “América”, as notícias e também as cartas trocadas entre aqueles que permaneciam em suas aldeias e os que já se encontravam no novo país. Na mesma direção, uma literatura popular de viagem e de guias impressos por agentes de navegação (ROSOLI, 1991: 5). Sendo assim, não se pode negligenciar o peso representado por essas imagens positivas sobre a “América” na construção dos futuros locais receptores, com suas supostas abundantes oportunidades.

Enfim, diante de todas as ponderações feitas, é possível afirmar que homens e mulheres foram movidos por projetos migratórios distintos. As mulheres, na maioria das vezes, “saíam” para reunir suas famílias e, posteriormente, podiam ou não encontrar trabalho, o que, ao fim e ao cabo, significava “sair” da condição de “viúvas brancas”. Os homens se deslocavam prioritariamente por trabalho, ou seja, do para “fazer a América” e, na nova terra, freqüentemente constituíam novas famílias.

Apesar do correr do tempo, o motivo para a partida das mulheres não se alterou. Analisando 28 passaportes solicitados em Borgo a Mozzano, entre 1935 e 1941, cujo país de destino apontado foi o Brasil, as 9 mulheres alegaram como motivo para emigrarem a “união a familiares”, sendo maridos, irmãos e filhos. Já nos passaportes dos 19 homens, consta que partiriam em “busca de emprego”, “de trabalho”.¹⁶⁷ Enfim, para muitas mulheres, partir para reencontrar seus maridos e parentes sempre significou o fim de uma grande angústia, ou, o término do luto branco.

3.2. Mulheres a bordo: a travessia atlântica

As mulheres que decidiam emigrar, além de todos os preconceitos que sofriam, percorriam um trajeto difícil e atribulado de suas aldeias até os portos onde aguardavam o momento de embarque. Tudo lhes podia acontecer: abusos sexuais, roubos, serem acometidas por alguma doença e até mesmo encaminhadas para países diferentes daqueles de destino. Ninguém cuidava delas (MOLINARI, 2001: 252).

A bordo dos vapores, as situações de desrespeito e os riscos aos quais as mulheres estavam sujeitas persistiam. Habitadas a uma vida reservada em suas pequenas aldeias

¹⁶⁷ Passaporti. ACBM, a. 1935-1941.

natais, a viagem por si só já se constituía em uma situação traumática e muito penosa. Elas deveriam suportar a promiscuidade e a completa ausência de intimidade dentro dos navios, onde homens, mulheres e crianças dividiam os mesmos locais e algumas vezes a mesma cama (HALL ETS *apud* BIANCHI 2001: 268).

Laís, durante seu depoimento, reconstruiu a viagem transoceânica de Teodora com os três filhos para o Brasil.

A minha avó disse que tomou o navio, mas de 3ª classe. Foi a passagem que ela pode comprar. Sabe onde era? Era no armazém do navio, onde ia aquela carga toda. Aquilo era carga de tudo. Tinha um salão enorme [...] e muitos empregados que tomavam conta daquela carga; que mexiam, que arrumavam. Cada um tinha a sua parte para passar a noite. Ela disse que no salão tinham lâmpadas que pareciam o sol. Então minha avó foi e ficou lá [...] com as três crianças. Disse que para comer, eles davam para cada passageiro uma cumbuca e uma colher. Então batiam lá e, com uma concha, iam tirando a comida, iam pondo, jogando ali. Era assim.¹⁶⁸

Entre as muitas críticas dirigidas aos armadores italianos, algumas comparavam o traslado de emigrantes ao de mercadorias (OSTUNI, 2005: 42). No relato de Laís sobre a travessia atlântica de Teodora, em 1891, a metáfora ganhou ares de realidade, pois a família viajou no armazém do navio, ao lado de toda a carga transportada. Um espaço descrito como amplo, abarrotado e muitíssimo iluminado. Característica que ganhou enorme ênfase na narrativa, pois a luz foi comparada a do sol. O que é perfeitamente compreensível, se considerarmos que na aldeia de Oneta, a escuridão da noite era quebrada apenas por velas ou lamparinas. Por fim, vale informar que de 3ª classe viajavam todas as pessoas que partiam na condição de emigrantes.

Todos aqueles que decidiram empreender a viagem transoceânica em fins do Oitocentos, enfrentaram uma situação dramática. Além das incertezas com relação ao futuro que os aguardava, também suportaram enormes sofrimentos a bordo das embarcações, pois as viagens ocorriam em condições quase desumanas. Um deslocamento que se alongava por 21 a 30 dias, pois esse era o tempo de uma viagem em um navio a vapor (TRENTO, 1989: 44).

Até o início do Novecentos, tão logo as pessoas embarcavam, recebiam recipientes individuais para as refeições. Algo como um copo de metal para o vinho e um saco para o pão (OSTUNI, 2005: 46). No que se relaciona à alimentação servida durante as viagens, geralmente eram respeitadas as indicações das tabelas dietéticas estabelecidas por lei. Sendo

¹⁶⁸ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A.

assim, conforme a predominância a bordo de emigrantes meridionais ou setentrionais, eram servidos com maior frequência macarrão ou sopa de legumes, com macarrão ou arroz (OSTUNI, 2005: 43). O que não significa que as refeições oferecidas eram de boa qualidade, muito ao contrário.

Edmondo De Amicis, escritor italiano que em 1884 empreendeu uma viagem à Argentina a bordo de uma embarcação que transportava 1.600 emigrantes, legou-nos seu diário, intitulado *Sull'Oceano* (1889) (MARTELLI, 2001: 436). Nele descreveu, entre outras coisas, o lugar destinado aos emigrantes no vapor “Galileo”:

Um amplo espaço inacreditavelmente abarrotado de pessoas, circundado por estábulos dos animais a serem mortos durante a viagem (não havia frigoríficos ainda), cheio de recipientes de água doce e salgada, e no centro o refeitório.

Muito pior era a situação dos alojamentos. As camas, todas nas partes baixas do navio, ficavam no corredor e recebiam ar somente das escotilhas. De manhã, sob quaisquer condições atmosféricas, todos eram obrigados a transferir-se às áreas abertas da embarcação, para permitir a limpeza dos dormitórios, que era difícil, mesmo se feita com serragem e desinfetante, devido às imundícies e excrementos acumulados durante a noite” (DE AMICIS *apud* OSTUNI, 2005: 42-43).

Os navios que faziam a travessia realmente transportavam um número de passageiros superior em até um terço de sua real capacidade (TRENTO, 1989: 44). Essa população viajava confinada em alojamentos onde faltava ar respirável, as condições de higiene e de salubridade eram inadequadas e, conseqüentemente, muitas pessoas adoeciam, principalmente de enfermidades respiratórias e intestinais. Além disso, eram atingidas por doenças epidêmicas, como a varíola e o sarampo, que faziam inúmeras vítimas, elevando ainda mais o índice de mortalidade durante o percurso (TRENTO, 1989: 45; OSTUNI, 2005: 43).

Ao longo de nossas conversas, Laís retomou várias vezes o episódio da viagem para o Brasil da avó, ressaltando dois acontecimentos específicos. O primeiro deles foi o mal-estar que acometeu uma das filhas.

Então passaram muitos dias..., mas teve uma noite, não sei se foi a tia Niba (Sofonisba) que era de colo, mas ela apareceu com uma febre, mas febre de assustar. Era uma febre de 40° para cima. Minha avó falou: “Meu Deus, como é que eu faço, eu não sei o quê vou dar para esta criança, se ela ficar aí vai morrer.”

[...] Então decidi: “Eu vou à farmácia”. Recomendou para tia Maria e meu pai, que eram mais velhos, para que olhassem a menina pequena, que ela ia

ver um remédio, senão ela morreria com a febre. A menina já estava variando, uma coisa horrorosa!¹⁶⁹

A preocupação de Teodora ao perceber que a filha caçula estava ardendo em febre tinha razões concretas, pois as crianças foram realmente as maiores vítimas durante o percurso. Conforme observou Augusta Molinari (*apud* BIANCHI, 2001: 268), além dos sofrimentos próprios da viagem, havia ainda a angústia quanto ao destino das crianças, muitas das quais não sobreviviam às terríveis condições da viagem marítima: o abafamento, a umidade, o frio e a alimentação ruim. Sendo assim, a morte era muito mais que uma possibilidade, era uma passageira a bordo daqueles vapores.

O segundo acontecimento ressaltado pela depoente surgiu em meio à descrição da busca por remédio para a filha que estava febril. Conforme Laís, sua avó, decidiu procurar ajuda:

Ela perguntou para um empregado, onde ficava a farmácia. Ele disse: “Ih, é lá no começo”. Quer dizer, a farmácia era na saída, onde a pessoa assinava para sair, para tirar a carga. De maneira que era todo aquele pedaço enorme só de carga, com os homens todos tomando conta do seu trecho, que era enorme.

Então ela disse que quando chegou num certo ponto, aflita correndo para apanhar o remédio, saiu um cara de lá e quis agarrá-la. Também tinha isso naquele tempo... Ela gritou, lógico, era uma mulher casada. Aí vieram outros. Tinha até polícia lá dentro, cadeia e tudo. Pegaram o homem e viram que ele queria história. Mandaram-no para a cadeia. Ali era gente de confiança mesmo, porque, naquele tempo, era tudo atrasado, mas havia respeito.

Depois, ela começou a andar, andar, andar. Mas o navio era tão grande, e ela aflita com a criança com febre. Então chegou, comprou o remédio - não sei se comprava ou se dava - e voltou. Foi dando o remédio e a menina melhorou.¹⁷⁰

No relato da depoente explicitou-se um grave problema vivenciado por muitas mulheres que viajavam sozinhas e silenciado por quase todas: a violência sexual à qual estavam sujeitas a bordo das embarcações. Aliás, os corpos das mulheres do povo era objeto de violência também nas cidades, muitas vezes na família e assediado sexualmente nas fábricas (TOMES *apud* PERROT: 1994: 510).

Como é possível perceber, foram situações de extremo risco, como a morte e a possibilidade de ser vítima de abuso sexual, que se tornaram memoráveis na viagem atlântica

¹⁶⁹ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A.

¹⁷⁰ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 2, lados A e B.

de Teodora para o Brasil. Na realidade, para as mulheres, a viagem se constituía em um momento memorável, porque marcado por sofrimentos psicológicos e físicos, sendo tristes e amargas as lembranças.

Contrariamente, os homens relembram a experiência da travessia como uma aventura, não faltando momentos de lazer durante o percurso. Enrico Secchi, em seu diário *Un sonho: la Mérica! Os meus 56 anos de Brasil*, narrou uma tempestade em alto mar e o medo que tomou conta das pessoas, porém, após alguns dias

os passageiros do navio, acostumados a vida de bordo, estavam alegres e todas as noites se divertiam dançando em grupo, uns dançavam a “manfrina” e outros a “tarantella; [...] outros se divertiam jogando cartas e pescando com anzol (SECCHI, 1998: 67-69).¹⁷¹

Para Vincenzo Figlino, que deixou a cidade de Paola, na província de Cosenza, na Calábria, e se transferiu para o município de Niterói, recorda a sua viagem como um momento de sofrimento, mas também de divertimento. Uma tempestade enfrentada durante o trajeto tornou-se memorável pelo medo de um naufrágio, mas tão logo a tranquilidade retornou a bordo, a sua “vida era só cantar e brincar” (GOMES, 1999: 88-89). Vincenzo imigrou em 1948, e seu relato pouco difere da narrativa de Enrico Secchi, que empreendeu sua viagem em 1874.

Enfim, cruzar o Atlântico a partir de histórias narradas pelas guardiãs da memória, significou abordar temas que freqüentemente passam despercebidos quando são homens os narradores. Assim, sob a ótica feminina, a preocupação com o estado de saúde das crianças a bordo dos navios, as situações de perigo às quais as mulheres estavam expostas, além da quebra de normas de conduta social pelos homens, foram sentimentos e situações memoráveis no processo migratório.

3.3. O casarão: lugar da família e do trabalho (invisível) das mulheres

[...] O casarão era velho, feio. As vidraças estavam todas quebradas, uma porcaria. Mas era grande e tinha lugar até para o armazém. O armazém era pegado à casa. A vantagem foi essa: tinha sala grande, tinha salinha, salão, cozinha, tudo muito grande. A vovó pegou no duro mesmo, coitada. [...] Ela

¹⁷¹ Enrico Secchi, um agenciador de emigrantes, em 1874 trouxe para o Brasil 50 famílias de camponeses de Concórdia, na província de Modena, região da Emília-Romanha.

ficou nessa casa velha, alugada. Ele abriu uma coisa dele: o armazém ao lado, junto à casa. Era armazém e casa de família.¹⁷²

O velho casarão acima descrito localizava-se em N^a. S^a. do Amparo, e nele os Pellegrini-Consani residiram após a chegada de Teodora e das crianças, em 1891. A depoente Laís, em seu relato, expôs as condições, um tanto precárias e difíceis daquele início de vida na nova terra. Observou que, apesar do péssimo estado de conservação do imóvel, o fato de possuir muitos cômodos, possibilitou a instalação do primeiro armazém de seu avô, que deixou para trás a profissão de mascate.

Essa conjugação de residência e negócio familiar, estabelecida em um mesmo imóvel, mesclando o espaço cotidiano da vida privada familiar à atividade econômica, veio a se constituir em uma característica das famílias imigrantes proprietárias de casas de comércio. Geralmente o armazém funcionava no andar térreo e a família habitava o andar superior.¹⁷³ Assim também procederam imigrantes alemães que se fixaram em áreas urbanas no sul do Brasil, ao instalarem suas oficinas e fábricas nos mesmos locais de moradia, exatamente como funcionavam as unidades produtoras domésticas européias antes da Revolução Industrial (ALENCASTRO; RENAUX, 1997: 321).

Dessa maneira, os onetenses, mesmo vivendo de uma outra atividade - o comércio - , mantiveram o mesmo modo como trabalhavam na antiga aldeia. Isto é, todos os membros da família possuíam suas respectivas tarefas, que garantiam o funcionamento do armazém. Assim, reproduziram as habituais formas de participação na produção da renda familiar. Somente anos mais tarde, quando os negócios se estabilizaram e cresceram, passaram a contratar empregados para ajudá-los, sempre tendo ao lado, na administração, os filhos homens, seus futuros herdeiros e substitutos nos negócios da família.

Enquanto Giovanni trabalhava no balcão e cuidava da administração do armazém, o filho mais velho, Giuseppe, quando o pai necessitava se ausentar do armazém, era quem o substituíam. Tempos depois passou a contar com a ajuda do filho caçula, Galileu.¹⁷⁴ Entre as filhas, Sofonisba, que chegou a Amparo ainda nos braços de Teodora, também possuía suas obrigações. Com seus “doze anos já costurava, fazia camisa para o vovô vender na loja,”¹⁷⁵ principalmente para o “povo de roça”, lembrou Emília, sua filha. E ao longo da vida,

¹⁷² SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 2, lado B.

¹⁷³ Quando os Pellegrini-Consani se transferiram para Passa Quatro, eles também viveram e montaram outro armazém em um imóvel com as mesmas características, ou seja, com dois pavimentos.

¹⁷⁴ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 4, lado B.

¹⁷⁵ ALMEIDA, Emília Bonanni de. Depoimento, Mogi das Cruzes, 14 set. 2002. LABHOI, UFF, Fita 11, lado A.

enquanto solteira, continuou a coser calças compridas, embornais, chapéus, panos de prato, tudo para ser comercializado no armazém do pai.

Nos relatos das guardiãs da memória as expressões “a minha mãe, coitada” ou “a minha avó, coitada”, foram sempre utilizadas em referência à enorme carga de tarefas que essas mulheres suportaram em terras brasileiras, mas que, no entanto, foram fortes o suficiente para enfrentar. Laís, em sua narrativa, classificou o trabalho da avó como árduo, exaustivo, mas muitíssimo importante para a manutenção e estabilização do grupo; como também reconheceu o valor econômico de sua participação para o sucesso do marido.

Ela trabalhava dia e noite. Não sei como é que a mulher agüentava. Dormia uma hora, duas, três horas. Pois ela fazia todo o serviço: lavava as roupas, cozinhava etc.

O que meu avô fez lá em Amparo, ele deve tudo a ela. Trabalhava feito uma danada. Ela que abria o capado [o porco], mas às vezes ia aberto em [...] duas metades [...], com aqueles miúdos, aquelas [coisas] todas, ia tudo junto. Então ela cuidava daquilo tudo e passava noites e noites em claro fazendo lingüiça, lavando tripas. É, lavava até as tripas para encher a lingüiça. Então, eu sei que era ela quem fazia: salgava, cortava direitinho os quilinhos. Daí o freguês, o povo pobre não podia comprar muito, comprava só quilinhos.¹⁷⁶

Segundo a depoente, além do *trabalho doméstico*, que incluía a organização e os afazeres da casa, como também o cuidar dos filhos, a avó preparava alimentos para serem disponibilizados no armazém, beneficiando a carne suína e preparando os embutidos. Uma atividade que lhe era muito familiar, pois em Oneta era praticada pelas camponesas. Era com esse trabalho que Teodora participava do orçamento doméstico ao lado do marido.

Emília, lembrando os trabalhos realizados por sua tia Maria Consani, casada com Roberto Fazzi, comentou que “naquele tempo não usava mulher trabalhar fora de casa, mas ela dava uma mão no armazém, fazia todo o serviço da casa e também trabalhos manuais, como bordados”.¹⁷⁷

De uma forma geral, as imigrantes italianas casadas trabalharam para compor a renda familiar. Foram costureiras, lavadeiras e cozinheiras que ofereciam refeições, sempre no espaço de suas próprias residências (GOMES, 2000b: 81-82; BIANCHI, 2001: 270). Para Teodora e para tantas outras mulheres, a casa era o lugar da família e do trabalho, concomitantemente.

¹⁷⁶ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 2, lado B; e 27 out. 2001. Fita 3, lado A.

¹⁷⁷ ALMEIDA, Emília Bonanni de. Depoimento, Mogi das Cruzes, 14 set. 2002. LABHOI, UFF, Fita 11, lado A.

No entanto, as mulheres mesmo se ocupando de atividades necessárias e contribuírem efetivamente com a renda familiar, sempre viram seus esforços minimizados e desconsiderados. Por um lado, pelo fato das ocupações por elas exercidas serem desempenhadas em suas casas, no mundo doméstico, foram percebidas como subordinadas às atividades de produção desenvolvidas para o universo público, portanto, masculino, o que confere “invisibilidade” aos trabalhos femininos (BOURDIEU, 1999).

Por outro, é necessário considerar que, em decorrência de uma “naturalização” em nossa sociedade da supremacia do gênero masculino sobre o feminino, mesmo quando algumas atividades e profissões conseguem ultrapassar a fronteira entre a esfera do privado, pertencente ao mundo feminino, e alcançar o mundo do público, que compõem o universo masculino, ainda assim essas atividades são subvalorizadas. Nesse sentido, conforme observou Pierre Bourdieu (1999: 116), além da “invisibilidade” construída em relação ao trabalho das mulheres, algumas tarefas são consideradas nobres e difíceis quando realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres. Isto nos faz lembrar a diferença entre um cozinheiro e uma cozinheira, entre o costureiro e a costureira. O que nos leva a sustentar que “o lugar das mulheres na vida social-humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta” (ROSALDO *apud* SCOTT, 1995: 10).

É importante observar que o modo de vida desenvolvido nas relações de trabalho do armazém, em que Teodora participava ao lado de Giovanni, serviu como elemento identificador em relação às outras mulheres brasileiras. Laís, em uma de nossas conversas, ao se referir à Mariana Alves, uma brasileira, esposa de seu tio Narciso Pellegrini, exemplificou tal questão.

Um irmão da minha avó não fez nada lá no Amparo, porque botou botequim também. Mas a mulher era esbanjadora não ligava. [...] Ela era dessas mulheres que não gostavam de trabalhar, só gostavam de conversar, ficar sentada. A casa dela só tinha gente para passear, para conversar, ela tinha conversa o dia inteiro.¹⁷⁸

Certamente, Mariana trabalhava tanto quanto qualquer mulher casada de família pobre, porém, no imaginário dos imigrantes, as mulheres nacionais eram consideradas pouco trabalhadeiras, qualidade esta que se desdobrava no estereótipo das mulheres más donas de casa e esposas não comprometidas com a prosperidade da família. Na realidade, na sociedade

¹⁷⁸ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 03 nov. 2001. LABHOI, UFF, Fita 5, lado A.

brasileira, desde meados do Oitocentos, os imigrantes brancos e europeus eram vistos como os trabalhadores ideais para o país, pois eram considerados adequados aos projetos de povoamento, uma força de trabalho capaz de substituir a mão-de-obra escrava, e que também atenderia às necessidades de uma economia que se expandia naquele momento. Assim, construiu-se a imagem dos imigrantes que vinham para o Brasil, incluindo os italianos, como indivíduos detentores de uma enorme capacidade de trabalho, industriais e empreendedores, fossem eles agricultores ou artesãos (FAUSTO, 1983: 17-33; SEYFERTH, 2000: 11).

Por fim, é importante ressaltar que o trabalho das mulheres e crianças somente pôde ser conhecido, emergindo da sombra proporcionada pelas atividades masculinas, porque as mulheres ganharam voz e puderam narrar as histórias que ouviram e que lhes foram contadas. E, conforme nos disse Michelle Perrot (1989: 17), “a memória, como a existência da qual ela é o prolongamento, é profundamente sexuada”. Assim, as atividades por elas desenvolvidas foram reconhecidas como importantíssimas para o armazém da família, como também para a maioria das casas de comércio pertencentes aos imigrantes de Oneta - fossem elas birosacas, armazéns de secos e molhados ou bares - principalmente nos primeiros tempos de Brasil.

4. Construindo a italianidade

Esses esforços das mulheres imigrantes em selecionar elementos identificadores e que as diferenciavam das mulheres nacionais, devem ser compreendidos no âmbito do processo de elaboração de uma nova identidade de grupo, após a instalação em N^a. S^a. do Amparo.

A partir de agora, se estará analisando esse fenômeno de construção, invenção e reinvenção identitária desses imigrantes, durante os momentos de trocas, aproximações e estranhamentos com os nacionais. Com relação à noção de identidade, Roberto Cardoso de Oliveira (1976: 4) considera que ela abrange dois níveis: o pessoal ou individual, que é objeto de estudo de psicólogos, e o nível social ou coletivo, objeto de investigação de antropólogos e sociólogos. Estes últimos nos mostram que as dimensões pessoal e social estão interconectadas e, dessa forma, é possível compreendermos a noção de identidade como parte de um mesmo e inclusivo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização. O autor salienta também, que para a compreensão da identidade social, em sua expressão étnica, é fundamental a apreensão de mecanismos de identificação, porque eles refletem a identidade *em processo*: como é assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas.

No entanto, não podemos nos deixar levar pelas definições *essencialistas* da identidade e pensarmos que existe um conjunto cristalino, autêntico, de características que *todos* os membros de um determinado grupo nacional partilhariam e que não se alterariam ao longo do tempo. Ao contrário, é necessário estarmos atentos para as diferenças, as características comuns compartilhadas, tanto entre os membros dos grupos nacionais, quanto entre estes e os outros grupos locais do país de acolhimento, além de olhar com atenção para as mudanças surgidas ao longo do tempo sofridas pelo próprio grupo (WOODWARD, 2000: 10-15).

Vale considerar ainda, que a construção de identidades é tanto simbólica quanto social, ou seja: é simbólica porque os grupos comungam de uma série de atitudes, práticas e representações que conformam um conjunto de recursos simbólicos e característicos, chegando a definir quem é excluído e quem é incluído; e é social porque os grupos estão permanentemente em oposição e se diferenciando de outros grupos (WOODWARD, 2000).

No que diz respeito ao fenômeno de construção identitária vivenciado pelos imigrantes peninsulares, é necessário não esquecer que inicialmente duas identificações coexistiram e se opuseram: a nacional e a local. Conforme já foi dito, a afirmação de uma identidade nacional entre os imigrantes peninsulares surgiu fora da Península Itálica, principalmente a partir de atribuição feita pelos habitantes e governos dos países de acolhimento. A forte notoriedade da cultura italiana do período renascentista entre as classes cultas de vários países estrangeiros permitiu realmente a identificação nacional do italiano, antes mesmo que ocorresse a unificação política da Itália (CORTI, 1999: 14).

Quanto à identidade local, esta constituía a primeira representação para os imigrados, coincidindo com os limites municipais da própria localidade de origem. A seguir, vinha o território da região de pertencimento e, somente depois, as “distantes” fronteiras de um Estado nacional. É importante enfatizar que as redes sociais construídas nos países receptores exerceram papel fundamental nas reduções da escala identitária dos imigrantes, pois eram essas redes que forneciam aos imigrados os primeiros provimentos e as únicas garantias de tutela, na ausência de sólidas referências institucionais que poderiam (mas não eram) ser oferecidas pelas representações diplomáticas de seus próprios países (CORTI, 1999: 14).

Para os indivíduos que se transferiram de Oneta para N^a. S^a. do Amparo, a consciência nacional igualmente se contrapôs à pertença local, já que suas referências estavam baseadas nas redes constituídas por seus parentes e amigos da aldeia natal. Sendo assim, nas narrativas das depoentes podemos observar práticas culturais familiares e aldeãs recriadas, ao lado de elementos que remetem ao país recém-unificado. É importante ressaltar que mesmo quando

categorias de identificação nacional de um grupo levam em consideração as diferenças culturais, não basta pensar que se pode arrolar uma lista de semelhanças e diferenças culturais existentes entre os grupos para reconhecê-los. As características que devem ser consideradas não são a soma das diferenças ‘objetivas’, mas somente aquelas que os próprios atores considerarem significantes (BARTH, 1998). Enfim, em solo brasileiro, os italianos passaram a construir a italianidade, criando, recriando e selecionando os elementos, as imagens e histórias que os diferenciavam dos nacionais e os identificavam enquanto grupo.

Entretanto, conforme observou Vito Teti (2001: 577), é importante considerar que no processo migratório

continuidade e mudança, tradição e inovação, conservação e transformação, convivem, coexistem, encontram-se e concorrem na construção de uma “ordem nova” em relação àquela de origem que, de qualquer modo, real ou imaginária, verdadeira ou inventada, permanece como um inevitável ponto de referência e de “retorno”.

Isto porque, quem emigra não rompe definitivamente com a antiga organização até então estabelecida, e tampouco se mantém preso à realidade que ficou para trás. Na verdade, a vida familiar e social dos imigrantes não é cancelada com a inserção em novas localidades, e nem reduzida a uma simples reprodução daquela experimentada na antiga pátria. O encontro e as trocas com a cultura nacional, como também com aquela pertencente a outros grupos imigrados, caracterizaram seus comportamentos cotidianos, os costumes e a convivência (CORTI, 1999: 84). Não por outra razão, nas histórias narradas pelas depoentes, percebe-se claramente o antigo e o novo, a continuação e a modificação, concorrendo no processo de integração dos imigrantes na nova sociedade e de construção identitária. Há que se ressaltar ainda, que a integração possuiu tempos e maneiras diferenciadas, de acordo com a geração a qual cada indivíduo pertencia.

Os imigrantes, ao se sentirem divididos entre dois mundos e se verem circundados por uma realidade diferente em todos os aspectos, buscaram maneiras de se inserirem e continuarem a vida no novo mundo. Diante de inúmeras dificuldades concretas, além daquelas subjetivas, muitas foram as mudanças, fossem elas relacionadas aos hábitos, ao jeito de vestir, à moradia, ao idioma, à alimentação, entre tantas outras. Um bom exemplo dessas mudanças, tendo em vista a inserção na comunidade local, foi oferecido por Laís, quando relembrou as dificuldades enfrentadas por Sofonisba em relação ao próprio nome:

A vovó disse que todo mundo quando perguntava o nome da filha não acertava falar Sofonisba. Todos falavam errado. Então minha avó disse para a minha tia: “Aqui no Amparo, para todo mundo você é Niba, não é mais Sofonisba”. Ela ficou com o apelido de Niba.¹⁷⁹

Também os outros nomes foram rapidamente aportuguesados: Pietro virou Pedro; Giovanni passou a ser João; e seu filho Giuseppe era José, mas também Beppe. Uma dupla designação bastante significativa, pois revela e reafirma o quanto os imigrantes transitavam entre dois mundos.

No depoimento de Laís foi possível também observar outra situação experimentada por Teodora, relacionada ao processo de integração social. De acordo com a depoente, sua avó recém chegada da Itália trabalhava muito,

tanto que não aprendeu a falar o português, porque não saía de casa. Ela não falava [o português], era tudo enrolado. Ela falava: “*quattro ore, quattro ore!*” A gente entendia, mas gente de fora não entendia. Ela disse para as meninas quando chegaram: “Olha, vocês se virem aí, hein? Vocês tratem de andar com os brasileiros para aprenderem a falar, porque eu..., não vou aprender a falar; não saio de casa.”¹⁸⁰

Laís também comentou que, durante toda a sua vida, nunca viu sua avó ir a uma missa ou mesmo visitar qualquer pessoa conhecida em N^a. S^a. do Amparo. Ela raramente saía de casa. Somente quando “começou a ficar mais idosa, passou a visitar umas patrícias, para bater um papinho.”¹⁸¹ Trancafiada dentro de casa em um semi-isolamento imposto pelo excesso de tarefas e o cuidado com os filhos, Teodora realmente não quis e/ou não conseguiu aprender a nova língua. Conseqüentemente, para se integrar na comunidade local, teve muita dificuldade.

Já os filhos de Teodora - José, Maria e Niba - aqui chegaram com oito, seis e dois anos de idade, respectivamente. Inicialmente tiveram uma professora particular que garantiu a alfabetização em português. Depois freqüentaram escolas regulares para brasileiros e, assim, transmitiam o conhecimento lingüístico e cultural aos pais e tios, além de trazerem para dentro do mundo doméstico os hábitos dos nacionais.

De uma forma geral, aqueles que primeiro emigraram, e que poderíamos identificar como pertencentes à primeira geração, para fazer frente à diversidade que os circundava e que quase os isolava, dela se defendiam recusando aprender a nova língua além do mínimo indispensável, obstinando-se a manter os usos e hábitos de origem (OSTUNI, 2001).

¹⁷⁹ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A.

¹⁸⁰ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 2, lado B.

¹⁸¹ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 2, lado B.

Bruna Bianchi (2001: 268) observou situação idêntica - a de quase segregamento - entre as imigrantes italianas casadas que viviam em bairros habitados somente por peninsulares nos Estados Unidos. Mesmo com a ajuda e o amparo de compatriotas, era complicado para algumas mulheres sair do penoso isolamento, o que retardava o aprendizado da língua do novo país. Uma situação que favorecia sentimentos de mortificações entre os filhos e o marido, acentuando a nostalgia da casa. “Foi o que ocorreu com Lucia, uma viúva que trabalhava para uma lavanderia em Nova York e que só foi aprender as primeiras palavras em inglês com as colegas de trabalho após dezesseis anos de permanência nos Estados Unidos” (STRATTON PARKER *apud* BIANCHI, 2001: 268).

Tal situação não ocorria com os homens, pois como trabalhavam fora dos limites domésticos, relacionando-se diretamente com o mundo do público, em pouco tempo aprendiam o idioma do novo país. Esse aproximar-se de uma língua estrangeira era motivo de prazer e significava pertencer a vastos horizontes de civilização. Dessa forma, também a língua demonstrava as diferenças e reafirmava a hierarquia entre os gêneros (ALBERA, AUDENINO, CORTI *apud* BIANCHI, 2001: 259). Sendo assim, é possível sustentar que, para os homens, aprender a língua do país que os acolheu representava a integração na nova comunidade; já para as mulheres, não falar o novo idioma pode ser visto como uma ação deliberada de manutenção de laços com a aldeia natal, demonstrando certa resistência ao processo de inserção.

No caso de Teodora, o isolamento permitiu tanto a manutenção do idioma, como a transmissão de práticas culturais da antiga aldeia aos descendentes.

4.1. Nas trocas de alianças

Vale a pena retornar ao depoimento de Laís, para ressaltar uma questão relacionada ao conselho de Teodora aos filhos - “vocês tratem de andar com os brasileiros para aprenderem a falar”. Mas de acordo com as narradoras, o relacionamento dos Pellegrini-Consani com os brasileiros se deu de forma bastante parcimoniosa. Uma convivência que se manteve de maneira restrita, pois os primeiros onetenses nunca se empenharam em estreitar laços de amizade com os nacionais. Ao contrário, segundo Emília:

Os italianos eram meio reservados; eles nem se misturavam muito não. A gente notava que aquilo era meio... Não eram assim muito sociáveis com as outras pessoas, eram meio fechados.¹⁸²

¹⁸² ALMEIDA, Emília Bonanni de. Depoimento, Mogi das Cruzes, 14 set. 2002. LABHOI, UFF, Fita 11, lado A.

Maria Júlia, relembando sua prima Adelaide Consani, observou:

A Adelaide era muito comunicativa e alegre, conversadeira. Ela tinha um temperamento diferente dos outros, que eram mais fechados.¹⁸³

É importante esclarecer que, chamar a atenção para esse comportamento reservado de membros dos Pellegrini-Consani, não significa que se está buscando definir o grupo imigrante a partir de suas características próprias e que se constrói *per se*, o que seria um grave engano. Como ponderou Fredrik Barth (1998: 195), os grupos são definidos pela exclusão, isto é, pela comparação com os *outros*. O objetivo é tentar mostrar a ambivalência de sentimentos dos indivíduos envolvidos no processo migratório e perceber como as duas primeiras gerações de imigrados reagiram à integração na nova sociedade; como construíram a fronteira que delimitava o grupo. Ou seja, como determinadas especificidades culturais e algumas práticas se tornaram fonte de mobilização para os imigrantes.

Na primeira geração, definir a fronteira do grupo italiano não foi tão difícil, já que os indivíduos ainda se identificavam com a aldeia natal, sentiam-se unidos pelo sentimento de nostalgia em relação à vida que deixaram para trás e, fundamentalmente, havia a solidariedade de parentes e amigos como grande fator agregador.

Entretanto, à medida que o processo de integração se desenvolvia e as relações interpessoais se expandiam além dos limites do grupo e se aproximavam dos habitantes locais, o referido processo refletia sobre a estrutura familiar, produzindo profundas mudanças na constituição das novas famílias. Impedindo que a inserção se transformasse em assimilação, aqui compreendida como um procedimento de incorporação à cultura da sociedade receptora e a conseqüente abdicação de identificações com a terra natal, a norma para a organização da parentela estabelecia que os casamentos fossem endogâmicos. Não necessariamente parentais, mas quando o fossem, as uniões seriam permitidas.

Aliás, a endogamia se constituiu em um valor fundamental para os Pellegrini-Consani, como também para imigrantes de diferentes nacionalidades, principalmente para a primeira geração, pois garantia uma língua comum, a manutenção da cultura, da religião, dos rituais domésticos e aldeões, como também a transmissão da educação recebida (LEITE, 1993: 133).

A segunda geração, e as posteriores, foram responsáveis pelo rompimento das regras endogâmicas nas escolhas matrimoniais, o que contribuiu para uma socialização externa à

¹⁸³ SILVA, Maria Júlia. Depoimento, Passa Quatro, 25 ago. 2002. LABHOI, UFF, Fita 7, lado A.

família e ao grupo italiano (CORTI, 1999: 14). Tendo em vista que no processo migratório a segunda geração estava na metade do caminho entre o passado, do qual possuía escassa memória, e o futuro na nova pátria, para essa geração a quebra de um padrão familiar estabelecido se apresentava como mais pertinente e até mesmo inevitável.

A comunidade imigrante com o objetivo de conservar e estreitar vínculos sociais entre seus membros, manteve a prática de visitas periódicas. Em seus depoimentos, as narradoras destacaram que essas visitas ocorriam mesmo quando algumas famílias se localizavam em outras cidades, quando, então, o encontro se transformava em uma festa. É Maria José quem recorda essas visitas:

Eu freqüentei muito a casa do meu tio Lepanto [filho de Narciso Pellegrini]. Era a minha referência. Eu ia ao Casarão dos Consani, visitava a dona Teodora, visitava a dona Maria Fazzi e a Dora estava lá. Eu ia sempre lá. Ia muito à casa da dona Sofonisba também.¹⁸⁴

Já Emília observou que

As famílias se visitavam um pouco, muito pouco, mas visitavam. A casa da mamãe era muito movimentada, mas pelos parentes, pelos parentes!¹⁸⁵

Maria Júlia Pellegrini relembra com nostalgia essa convivência interfamiliar intensa que se perdeu com o passar do tempo:

A gente convivia muito com os parentes, com as tias. E mesmo com as outras pessoas que tinham vindo mais ou menos na mesma época deles para cá. Estavam sempre juntos e havia cordialidade entre eles. [...] A noite, principalmente, [...] porque eles estavam livres. Aí uma noite era a tia Hermínia que ia lá em casa, outra noite era papai e mamãe que iam lá para casa da tia Negra. Então existia esse relacionamento, que hoje não existe mais. Hoje cada um fica no seu canto e pronto. E naquela época ficava todo mundo junto. Então a gente vivia bem.¹⁸⁶

Na verdade, essas visitas desempenharam um papel importante nos arranjos dos futuros casamentos. Era através delas que membros dos grupos italianos se conheciam, se aproximavam e formavam novas famílias. Um bom exemplo é o caso da depoente Angela:

¹⁸⁴ GUEDES, Maria José Silva. Depoimento, Passa Quatro, 25 ago. 2002. LABHOI, UFF, Fita 9, lado B.

¹⁸⁵ ALMEIDA, Emília Bonanni de. Depoimento, Mogi das Cruzes, 14 set. 2002. LABHOI, UFF, Fita 11, lado A.

¹⁸⁶ SILVA, Maria Júlia. Depoimento, Passa Quatro, 25 ago. 2002. LABHOI, UFF, Fita 7, lado A.

O João era parente do papai, era primo em 3º grau. Os nossos avós eram irmãos. João era viajante, vendia fumo nas cidades de São Paulo, Cruzeiro, Taubaté, Lorena e Cachoeira Paulista. Então, quando ele chegava a São Paulo, sentia-se obrigado a ver o parente, que era o papai. Foi aí que a gente começou a namorar.¹⁸⁷

Foi dessa maneira também que as filhas de Teodora e Giovanni conheceram seus maridos: todos peninsulares, amigos da família e comerciantes, como Giovanni. Maria se casou com Roberto Fazzi, o amigo que veio para o Brasil com seu pai. Niba se uniu a Egydio Bonanni e Adelaide se casou com Rafael Perrone.

Já o filho Giuseppe não se casou com uma italiana, e sim com a brasileira Alice Ramos de Miranda.¹⁸⁸ Segundo as depoentes, o casamento foi realizado sem a aprovação de Teodora e Giovanni e, como demonstração do descontentamento, os pais imediatamente desligaram o filho de suas atividades do armazém.

O casamento é evento marcante na memória familiar como símbolo da desobediência a uma norma instituída pela família. Nos relatos percebe-se uma preocupação das depoentes em apresentar justificativas que comprovem a impropriedade da realização da referida união, sendo seus protagonistas descritos com traços e características nada positivos. As imagens construídas de Giuseppe e Alice ao serem analisadas de forma acurada, acabaram por revelar um pouco mais sobre a objeção de Teodora e Giovanni ao casamento do filho.

Laís, em seu depoimento, assim se referiu ao casamento de seus pais:

Meu pai se casou muito cedo, com 19 anos, sem emprego sem nada.
A minha mãe era de Amparo, como também seus pais e toda a sua família.
Casaram muito crianças.
Minha avó me contou um dia, que ele não tinha emprego e não fazia nada.
[...] Era criança ainda, sem juízo, vivia no meio da molecada, dos outros rapazes.¹⁸⁹

Embora a depoente considere que o matrimônio de seus pais tenha ocorrido precocemente, Giuseppe estava com 19 anos e Alice tinha 22 anos,¹⁹⁰ na realidade, ele estava compatível com o padrão dos casamentos brasileiros à época. As mulheres casavam-se por volta dos 20 anos, independentemente da categoria social a que pertenciam. Os homens das áreas rurais casavam-se mais cedo e os habitantes das cidades e pertencentes às categorias

¹⁸⁷ BONANNI, Angela Conte. Depoimento, Passa Quatro, 24 ago. 2002. LABHOI, UFF, Fita 8, lado A.

¹⁸⁸ Alice era filha de Maria Cândida de Miranda, dona de casa, e Joaquim Bernardes de Miranda, administrador da fazenda Santana do Turvo, em N.ª. S.ª. do Amparo. Quanto ao outro filho, Galileu, este não se casou, pois morreu muito jovem.

¹⁸⁹ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 03 nov. 2001. LABHOI, UFF, Fita 5, lado A.

¹⁹⁰ Certidão de casamento de Alice Ramos de Miranda. Arquivo da autora.

mais altas, com idades mais elevadas (BASSANEZI, 1990: 345). Isto significa que Laís utilizou a idade de seu pai como argumento para caracterizá-lo como imaturo no momento do casamento. Por outro lado, ao desconsiderar seu emprego no armazém, pode qualificá-lo como irresponsável, já que estava constituindo uma família.

Vilma e Elba, netas de Giuseppe, comentaram que ele também não foi bom negociante: “O vovô não tinha tino para o comércio”.¹⁹¹ Vilma comentou ainda: “disseram que ele gostava muito de uma bebidinha. O vovô morreu de cirrose hepática”.¹⁹² Enfim, as depoentes também o descreveram como pouco responsável.

Com relação à Alice, as depoentes a caracterizaram como uma pessoa muito frágil, de saúde debilitada e muito generosa, tanto, que “todo mundo a tratava de Santa”,¹⁹³ conforme comentou Laís. Há que se desconfiar de tal generosidade, pois, freqüentemente, no universo feminino ela está associada à subserviência. Em função da família extensa, eram seis filhas, e os poucos recursos, viveu com limitações e dificuldades econômicas.

É Laís quem relembra Alice:

Minha mãe era doente, era asmática. [...] Minha avó materna, quando podia, coitada, ia ficar com ela, para tratar dela e das crianças. Depois que minha mãe levantava e ficava forte, minha avó ia embora [...].¹⁹⁴

Também Vilma e Elba se referiram à enfermidade de Alice.

Eu me lembro da vovó em sua casa: tinha uma janela baixa que dava para o quintal e ela passava a noite debruçada naquela janela para tomar ar. Era uma asma brava!¹⁹⁵

Porém, quando a família transferiu-se de Amparo para a cidade mineira de Passa Quatro, nos anos 1920, fazendo o mesmo trajeto dos outros peninsulares que lá já se encontravam instalados, Alice decidiu retornar com as filhas para o distrito fluminense. É Vilma quem narra e apresenta o motivo do retorno da avó:

A vovó tinha asma e não podia ficar em Passa Quatro, porque ela ficava muito ruim por causa do frio intenso. Aí meu bisavô Giovanni veio e

¹⁹¹ CAMPOS, Vilma Marins. Depoimento, Barra Mansa, 26 fev. 1998. LABHOI, UFF, Fita 13, lado A.

¹⁹² CAMPOS, Vilma Marins. Depoimento, Barra Mansa, 26 fev. 1998. LABHOI, UFF, Fita 13, lado A.

¹⁹³ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 03 nov. 2001. LABHOI, UFF, Fita 5, lado A.

¹⁹⁴ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 4, lado A.

¹⁹⁵ CAMPOS, Vilma Marins. Depoimento, Barra Mansa, 26 fev. 1998. LABHOI, UFF, Fita 13, lado A.

comprou uma casa para ela [em Barra Mansa]. O vovô Giuseppe só vinha de vez em quando ver a família.¹⁹⁶

A partir desse momento o casal realmente viveu separado e Alice assumiu sozinha a tarefa de cuidar e educar as filhas. Sendo assim, é possível sustentar que Alice foi uma mulher muito corajosa ao escolher viver longe do marido e, portanto, nada possuía de frágil. Aliás, provavelmente, Alice sequer tenha sido uma pessoa tão doente a ponto de se ver impossibilitada ou incapaz para o trabalho. Então, como compreender essa imagem ambígua que foi construída pelo grupo familiar de Alice? É Vilma que em seu relato nos oferece uma pista, ao relembrar histórias que lhe foram contadas sobre o casamento de seus avós.

Dizem que ele foi deserddado por causa do casamento com a vó Alice. Os meus bisavós não queriam e diziam que ela era morena. Ah! Morena e pobre.¹⁹⁷

A bem da verdade, Alice era mais que morena, seus traços e características físicas, visíveis nas poucas fotografias conservadas, revelam que era mulata. Sendo assim, a não aceitação de Alice na família pode ser entendida como uma atitude preconceituosa dos imigrantes de Oneta, em relação a uma brasilidade que identificavam na cor da pele de um nacional.

Mas não somente isso, há outro fator que deve ser considerado. Como a construção da memória familiar é tarefa feminina, são as mulheres no desempenho de seus papéis de mães e avós que, entre as atividades que desenvolvem cotidianamente, narram histórias do grupo, relembram pessoas e apresentam a antiga aldeia aos seus descendentes, na família de Giuseppe isto não ocorreria, pois Alice era brasileira. Ou seja, a italianidade não seria construída no grupo familiar.

Por fim, esse episódio evidencia que a endogamia foi regra a ser respeitada também na segunda geração por membros dos Pellegrini-Consani e que Giuseppe rompeu. Por conseguinte, os casamentos exogâmicos foram duramente repelidos pelo grupo familiar, por representarem uma ameaça à construção da identidade italiana, já que promoveriam a assimilação.

¹⁹⁶ CAMPOS, Vilma Marins. Depoimento, Barra Mansa, 26 fev. 1998. LABHOI, UFF, Fita 13, lado A.

¹⁹⁷ CAMPOS, Vilma Marins. Depoimento, Barra Mansa, 26 fev. 1998. LABHOI, UFF, Fita 13, lado A.

4.2. Nos gostos e sabores

Os depoimentos revelaram que o mundo que os imigrantes deixaram para trás e para o qual muitos jamais tiveram a oportunidade de retornar, acompanhou-os durante toda a existência. Fosse sob a forma de regras a serem cumpridas, valores evocados, ou através da recriação de práticas e da retomada de antigos hábitos de vida. Oneta sempre se fez presente, reinventada pelos agora “italianos” no Brasil.

Um bom exemplo dessa “proximidade” da antiga aldeia, pode ser observado no relato de Laís sobre as tarefas diárias de sua avó. Aliás, a depoente fez questão de ressaltar que boa parte das atividades domésticas ficava sob a responsabilidade não de Teodora, mas sim de sua filha Niba, pois a avó possuía outras obrigações.

[...] No quintal pequeno a minha avó tinha uma horta muito boa, tinha tudo ali: eram plantas para remédios, legumes, frutas e flores, mas tudo dava que era uma beleza. Pêssego então, como lá é terra fria, pêssego gosta; figo é também fruta do frio; agora, mamão não dava de jeito nenhum; manga também não dava lá grande coisa. Então minha avó tinha remédio caseiro para tudo; nunca vi criatura assim. Havia flores de todo jeito, até de semente para plantar em vasinho, que ela gostava de flor.¹⁹⁸

Minha avó também tinha muitas galinhas. As suas galinhas pareciam uns perus de tão bem tratadas. O quintal dela tinha cada “galinhão” deste tamanho! Punham ovos! Só vendo, uma beleza! O meu avô encomendava ao homem da roça e ele levava aquela porção de pombos. A minha avó, para eles não voarem para a vizinhança, [...] cortava as suas asas, senão iam amolar os vizinhos e vinha reclamação. Pombo também é muito gostoso. Eram pombos limpos, não eram esses pombos de rua não. Estes, dizem que têm doenças, que não pode se comer, mas aqueles eram pombos limpos de quintal [...]. Ela matava e colocava uns quatro para assar na brasa. Você nem queira saber, ô coisa gostosa!¹⁹⁹

Estas atividades de Teodora demonstram que mesmo vivendo em uma área urbana, ela continuou a cultivar a terra e a criar animais para o consumo doméstico, ainda que em um espaço exíguo. Ou seja, dedicou-se a tarefas típicas de uma camponesa, com as quais garantiu o sustento de seu núcleo familiar, até o momento de se transferir para o Brasil. O mesmo ocorria com o padrão alimentar de seu avô:

¹⁹⁸ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 20 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A.

¹⁹⁹ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 4, lado A. Atualmente em Oneta existem moradores que criam pombos, entre os quais, Luciano Gigli.

Era um carnívoro, era caça, era tudo. Pedia para os roceiros matarem aqueles bichos lá do mato e levá-los para ele: lebre e não sei mais o quê. Levavam até gambá, e o gambá é bom mesmo, você sabe? Tudo que eles pegavam na roça, o meu avô comprava. Passarinho! Passarinho desse tamanhinho, ia aquele varal enorme! Esses roceiros, coitados, queriam ganhar uns trocadinhos. Vovô encomendava; eles levavam. Nos domingos vinham os passarinhos pendurados. Uma vez levaram até uma coruja viva. Imagine se ele ia comer!

Quando meu avô estava comendo o tal do gambá, a gente torcia o nariz. [...] A vovó não comia todas as caças, só comia lebre e aquelas outras que todo mundo come. Pombo comia.²⁰⁰

Há que se recordar que em Oneta, em fins do Oitocentos, caçar animais selvagens e pequenos pássaros era a maneira como as famílias garantiam a carne à mesa, já que poucas criavam animais para o abate. Na antiga aldeia, a alimentação estava baseada fundamentalmente na polenta de castanhas, às vezes também de milho, além de batatas, feijão e verduras.

Sendo assim, mesmo tendo à disposição galinhas e porcos, lembrando que a carne suína era beneficiada e em seguida comercializada pela própria família no armazém, os Pellegrini-Consani mantiveram na dieta alimentar o consumo de outros tipos de carnes. E como a realidade no Brasil era outra, Giovanni encontrou até uma forma de conseguir os animais sem sair de sua casa: pagava aos camponeses para caçá-los, se é que não trocava produtos do armazém pelos animais.

Não obstante, em determinados momentos, as depoentes reconstruíram os hábitos alimentares considerados tipicamente italianos. Vilma Campos, neta de Giuseppe, comentou que sua mãe

fazia muita comida italiana: era polenta, era macarronada. Ela gostava muito de pratos italianos, e conservou aquele italianismo na comida. Tanto que eu acho que todos nós somos gordinhos de tanta comida italiana. É porque ela fazia pizza, aliás, o prato preferido dela era esse.²⁰¹

Também relembrou-se das refeições na casa de sua tia Niba.

Era uma mesa enorme. Meu tio Egydio gostava de diversas qualidades de carnes e gostava muito de carneiro. Então era uma mesa grande, você precisava ver o tamanho da mesa, cheia de cadeiras e uma comida farta à beça.²⁰²

²⁰⁰ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 4, lado A.

²⁰¹ CAMPOS, Vilma Marins. Depoimento, Barra Mansa, 26 fev. 1998. LABHOI, UFF, Fita 13, lado A.

²⁰² CAMPOS, Vilma Marins. Depoimento, Barra Mansa, 26 fev. 1998. LABHOI, UFF, Fita 13, lado A.

No entanto, ao comparar tais alimentos com a dieta dos onetenses, constata-se que poucos realmente estiveram presentes às suas mesas. A sopa era muitas vezes feita de ervas (capim) pois nem sempre havia ingredientes.²⁰³ Sendo assim, estamos diante de mistificações criadas e difundidas sobre uma cozinha que não correspondia à realidade à época naquela aldeia.

De uma forma geral, nas diversas áreas da Península, ainda antes do fenômeno migratório ganhar dimensões de massa, a alimentação também era prevalentemente vegetariana, baseada em “ervas”, no caso, variedades de capim, além de hortaliças, legumes e frutas. A carne, especialmente a de boi, ovos, leite, queijos, peixe e a massa (aquela industrial) eram raros ou mesmo não compunham a mesa das camadas populares, principalmente na Itália meridional. O pão de puro trigo, o “pão branco”, era um luxo. Recorria-se ao milho, cevada, aveia, centeio, castanhas, às vezes batatas, tremoços e ervas selvagens, como aconteceu mais freqüentemente durante a crise agrária do final do Oitocentos (TETI, 2001: 577; REVELLI, 1998: LIX). A bem da verdade, “a carne e o pão branco (mas também o peixe fresco, a massa industrial, freqüentemente o açúcar, e o próprio vinho) constituíam alimentos dos estratos abastados, eram sinais de distinção social” (TETI, 2001: 577).

O que se pode pensar é que também na alimentação esteve presente uma tensão entre as referências aldeãs e as referências nacionais. Neste embate, estas últimas saíram vencedoras e os alimentos como o macarrão e a pizza, como também o vinho, foram selecionados como elementos identificadores de uma identidade nacional, abrangente, que desconsiderava as diferenciações regionais.

É importante perceber que Teodora com sua horta, pomar e jardim cuidadosamente mantidos nos fundos de sua casa evocavam a antiga localidade de onde partiram. Cada prato lembrado e inventado foi investido de um significado simbólico que remete à origem peninsular e, portanto, identifica o grupo como italiano.

4.3. No armazém: entre mercadorias e o povo brasileiro

Enquanto o espaço doméstico se constituiu em local especial de preservação de normas comportamentais e recriação de práticas culturais relacionadas ao universo familiar, pois a casa era reservada ao convívio restrito entre parentes; o armazém de Giovanni

²⁰³ Ainda hoje em Oneta há uma moradora que prepara esta sopa. Somente Bruna Giannotti é capaz de recolher ervas no bosque, identificando aquelas nocivas e que não devem ser consumidas.

representou o lugar de reinvenção de antigos costumes peninsulares referenciados no mundo do trabalho. Mas, sobretudo, na qualidade de espaço aberto ao mundo do público, foi o local privilegiado onde a interação social ocorreu. Nele, foram travados os primeiros contatos com os nacionais, em função das relações cotidianas que a própria atividade impunha. Por suas portas a língua, os costumes e os hábitos de vida brasileiros foram sendo conhecidos e adaptados.

O armazém vendia roupas, ferragens, pólvora, querosene, perfumes, rendas, tecidos, além de alimentos como a carne de porco, arroz, feijão, açúcar, farinha de mandioca e de milho. Produtos comercializados a preços bastante acessíveis, pois eram consumidos por pessoas muito pobres.²⁰⁴ Laís, ao lembrar o trabalho da tia voltado para o armazém e alguns produtos postos à venda, apontou seus principais fregueses.

A tia Niba fazia camisas de brim, fazia calças de brim - ela costurava muito, ela trabalhava à beça -, para esses roceiros que nem sapatos tinham. Andavam descalços com a sola do pé toda rachada [...], suja de terra. Meu avô vendia essas roupas na loja.

Também vendia mantimentos e esse negócio de porco, essas coisas, toucinho, que não podia faltar, vendia para aqueles pretos.

Havia muitos, como é que se diz? Escravos! Veio a Abolição, mas os escravos continuaram lá no Amparo, mesmo os que não quiseram ficar com o patrão. Os que gostavam do patrão, porque era bom, continuaram. Mas aqueles patrões que eram ruins, os escravos não ficavam lá com eles mais não. Havia muitos escravos e eles compravam muito tudo que era de porco.²⁰⁵

Em seu relato, a depoente identificou os camponeses e os escravos. Todavia, com relação a estes últimos, é importante perceber que quando Roberto, Giovanni, Teodora e os filhos desembarcaram no Brasil, em 1891, o país havia abolido o trabalho escravo²⁰⁶. Foram Pietro, Narciso e Carlo Pellegrini que quando aqui chegaram no início dos anos 1870, encontraram um país cuja produção estava baseada fundamentalmente na exploração da mão-de-obra escrava. Porém, na memória da depoente, essas épocas se misturam, compondo uma mesma e longa temporalidade, onde ser “negro” e ser “escravo” não se distingue bem.

²⁰⁴ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 4, lado A.

²⁰⁵ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 3, lado B; e 03 nov. 2001, Fita 5, lado A.

²⁰⁶ Em 1888, o Império do Brasil instituiu a extinção do trabalho escravo no país, reconhecendo a igualdade civil de todos os brasileiros, através da Lei nº. 3.353, conhecida como Lei Áurea. MATTOS, H. “Abolição da escravidão”. In: VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002b. p. 16-18.

Na realidade, conforme observaram Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2005: 298), menções à cor de uma pessoa continuaram a desqualificar um indivíduo nas primeiras décadas após o fim do cativeiro. Nesse sentido, Laís mesmo considerando o fim da escravidão, continuou a se referir aos “pretos” como trabalhadores cativos e, vale ressaltar ainda, mesmo tendo decorrido mais de um século desde a Abolição.

Ainda de acordo com as autoras, no momento da abolição definitiva da escravidão, a grande maioria da população afrodescendente do Brasil já era livre há pelo menos mais de uma geração, compondo um campesinato negro brasileiro. Mesmo em áreas caracteristicamente escravistas, como o Centro-Sul do país, antigos escravos e descendentes de libertos trabalhavam pequenos pedaços de terras como meeiros, lavradores independentes, parceiros, camaradas, posseiros estáveis ou mesmo itinerantes, quando não formaram suas próprias comunidades agrícolas. Isto explica a observação da depoente com relação à permanência dos ex-escravos nas fazendas no imediato pós-abolição. Na verdade, esses recém-libertos eram camponeses há várias gerações, mantinham suas próprias roças e criavam animais através do trabalho familiar, vivendo integrados à antiga camada de trabalhadores do campo livres (RIOS; MATTOS, 2005). Com a Abolição, aqueles que conseguiram negociar com os proprietários de terras formas mais estáveis de ocupação de seus pedaços de terras e mesmo de sobrevivência, permaneceram em suas localidades; caso contrário, migraram em busca de trabalho em outras áreas.

Sendo assim, entre os roceiros lembrados por Laís, muitos eram ex-escravos, e foi justamente desses camponeses negros que em grande medida o armazém de Giovanni dependeu para funcionar. Eram eles que criavam e matavam os animais, cujas carnes posteriormente eram beneficiadas por Teodora; como também eram eles que cultivam o arroz, o feijão etc., postos a venda no armazém, já que os Pellegrini-Consani residiam em um núcleo urbano. Em suma, havia trocas comerciais entre o armazém representando o grupo de imigrantes e esses nacionais.

Não obstante, essa situação não minimizava ou alterava referências e olhares preconceituosos em relação aos negros. Laís comentou que quando seus parentes se reuniam na casa de sua avó era muito comum ouvi-los dizer: “‘Tem *nero*, é *nero*, porque é *nero*, negro’. Eles viviam dizendo: ‘Brasileiro é preguiçoso, é isso, é aquilo’”.²⁰⁷ Tais comentários sugerem que os italianos identificavam os descendentes de africanos como brasileiros e como indivíduos que repudiavam o trabalho, como preguiçosos, reproduzindo o discurso presente

²⁰⁷ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 3, lado B.

na sociedade brasileira que sobrevalorizava a capacidade de trabalho dos imigrantes peninsulares em relação aos nacionais. Nesse sentido, foram os onetenses que se esforçaram para ser reconhecidos como “laboriosos”, pois para eles o trabalho possuía um valor inestimável, já que muitas eram as histórias compartilhadas sobre italianos que conseguiram se estabilizar economicamente e ascenderam socialmente na “América”.

No que se refere às relações comerciais que se estabeleceram entre imigrantes, negros e caboclos, Zuleica Alvim ressaltou (2001: 274) que o próprio enriquecimento de muitos imigrantes dependeu das atividades desenvolvidas por esses nacionais. Dois exemplos são apresentados pela autora: o dos alemães no Sul, que vendiam para eles fósforos, querosene, sal e outros produtos, e compravam principalmente a erva-mate, peles, crina e fumo. E o dos japoneses no estado de São Paulo, que no início do século XX, dependiam dos negros para sacrificar os porcos que criavam, pois não sabiam fazê-lo.

Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2005: 163) chamaram a atenção para um outro aspecto dessas trocas comerciais, ao observarem que no mundo rural do século XIX, ainda durante a escravidão, sendo os mercados os lugares onde os escravos vendiam, compravam e negociavam serviços com pessoas livres, acabaram se constituindo em espaços privilegiados de socialização entre livres, forros e escravos.

O armazém de Giovanni foi esse espaço de encontro e convivência com os nacionais. Contrariamente à residência que repelia indivíduos estranhos ao núcleo familiar, o armazém a todos atraía e seu proprietário de tudo fazia para conquistar seus fregueses. Laís contou que seu avô

tinha um livro de mágicas. Era mágico também! Em Amparo fazia mágicas. Tinha uma mágica até que era de colocar uma galinha aqui para a galinha aparecer ali.
Mas só para brincar, quando queria agradar aqueles pretos, aquela gente. Para chamar a freguesia, ele fazia até mágicas!
Gostava de brincar e quando ia uma visita lá em casa, no sobrado, e tinha criança, ele fazia mágicas. Ih, gostava! Ele punha o relógio em um lugar e o relógio ia aparecer em outro [...].²⁰⁸

E além das mágicas, Giovanni, provavelmente, também fazia exposições acompanhado de uma macaquinha adestrada. Mais uma vez é Laís quem relembra.

Ele tinha uma macaquinha que era maluca por ele. Mas mordeu-o duas vezes e ele ficou com duas cicatrizes. Porque quando pegou a Chiquinha, ela era selvagem [...]. Então meu avô batia nela. Ela apanhava, mas dava o troco.

²⁰⁸ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 3, lado B.

Aí, depois, ela ficou amiga dele. Nossa Senhora, se você visse o dengo que ela fazia para ele. Nem podia ouvir a voz dele e já começava: mi, mi, mi! Ele chegava perto dela e ela até deitava, punha a barriguinha para cima, encostava nele, só vendo. Tinha adoração por ele.

Ele fez um chalezinho para ela, uma casinha, com janelinha e portinha, lá no quintal. Mas os moleques descobriram e desandaram a jogar pedra na bichinha.

A Chiquinha tinha uma touquinha que ele colocava; tinha um vestidinho. Ele punha a corrente e levava a Chiquinha para passear de manhã toda de chapeuzinho e vestidinho [...].²⁰⁹

Para além do objetivo do proprietário do armazém, tais habilidades remetem a profissões originárias da região de onde partiu: os Apeninos Toscanos. Dessa maneira, o armazém foi o lugar onde antigas práticas puderam ser recriadas.

Conforme nos falou Adriana Dadà (2000: 156), ao longo do Oitocentos, gradualmente, ao lado dos trabalhadores agrícolas sazonais, apareceu uma figura entre o vagabundo e o comerciante, um instrumentista que se apresentava muitas vezes acompanhado de um animal para exhibir. Esses artistas saltimbancos giravam por povoados e cidades, inicialmente em áreas europeias e em seguida nas Américas, em contínuas apresentações, junto com seus ursos ou macacos adestrados e vestidos como humanos.

Ainda de acordo com Dadà (2000: 156-157), tal atividade, ao lado de outras, como o vendedor de “pequenas coisas”, de “pedras de amolar”, “artigos de mercearia” e “almanaques e livros,” demonstram uma “especialização” de trabalhos cujas origens estão ligadas à necessidade de “inventar” uma profissão por aqueles que possuíam pouca ou nenhuma disponibilidade de capital para investir no processo emigratório. Perpetuando-se por várias gerações, a atividade podia se transformar em parcialmente estável em uma localidade e até se transformar em fixa, em lojas, restaurantes e também circos.

É possível pensar que Giovanni tenha sido um artista mambembe e exercido tal atividade em localidades vizinhas a Oneta, já que sabemos que ele era um migrante sazonal, sem profissão definida, antes de se decidir pelo caminho transoceânico.

Em Amparo, Giovanni pode ter trabalhado como artista, até mesmo simultaneamente à profissão de mascate, já que ambas eram ambulantes e uma ajudava o exercício da outra. Quando se tornou um comerciante, continuou usando sua habilidade para atrair fregueses. Também se entende melhor as surras que Giovanni aplicou na Chiquinha, que certamente foram para adestrá-la, aprendendo determinados gestos ou proezas.

²⁰⁹ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 4, lado A.

É relevante observar que na memória das depoentes o armazém - espaço do trabalho dos homens -, foi reconstruído como um local sem tensões e divertido. Muito diferente da residência da família - espaço do trabalho feminino - que foi descrito como um lugar de atividades exaustivas, não havendo espaço para qualquer possibilidade de lazer. Ou seja, os espaços e as recordações a eles relacionadas são sexuados.

Além dos camponeses, outros brasileiros foram lembrados, mas sempre como fregueses ou freqüentadores do armazém, sendo que todos foram identificados principalmente por suas profissões. Eram vendedores ambulantes, propagandistas de laboratórios de remédios, pequenos comerciantes, professoras, costureiras, empregadas, capatazes, administradores de fazenda e cafeicultores.

Entre todas essas pessoas, os produtores de café, por serem proprietários de terras, “homens ricos, podres de ricos”, como a eles se referiu Laís, logo foram reconhecidos, em função da ausência de características comuns compartilhadas.²¹⁰ Com relação às demais pessoas, somente os trabalhadores do campo mereceram atenção das depoentes. Um dos motivos, explicitado anteriormente, relaciona-se ao fato dos camponeses terem sido os principais consumidores e fornecedores do armazém. A outra razão surge em um comentário que freqüentemente Laís ouvia de seu avô Giovanni:

“O povo da roça é pobre, mas é o povo mais honesto que eu conheço”. Para o povo da cidade, ele não vendia fiado: “O povo da cidade [...] vem aí, obriga a gente a comprar coisas boas [...] para vender para ele, depois não compra; vai comprar em Cruzeiro, vai comprar no Rio [de Janeiro]. Não compra e eu fico com sapato encalhado. O povo da roça não. O povo da roça compra e paga até o último tostãozinho”.²¹¹

Embora com a transferência para N^a. S^a. do Amparo a família tenha passado a integrar o “povo da cidade”, visto que se fixou na área urbana do distrito, com relação a esses indivíduos os imigrantes buscaram se diferenciar, por considerá-los pouco honrados, já que desrespeitavam compromissos contraídos.

Já o “povo da roça”, conforme denominou Giovanni, era constituído por pessoas pobres, simples, honestas, mas que respeitavam a palavra empenhada e saldavam todos os compromissos assumidos. Tanto que para eles vendia-se a crédito, seguro de que se receberia a dívida. Foram os valores dessas pessoas do campo, definidos como a honestidade, o comprometimento e a confiança, que os onetenses evocaram para si. Não se pode esquecer

²¹⁰ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 03 nov. 2001. LABHOI, UFF, Fita 5, lado A.

²¹¹ SCARPA, Laís Consani. Depoimento, Niterói, 27 out. 2001. LABHOI, UFF, Fita 3, lado B.

que eles eram originários de um ambiente rural, de uma comunidade onde predominavam as relações pessoais e informais, baseadas fundamentalmente na crença recíproca e, sendo assim, tais qualidades humanas eram compartilhadas com os camponeses de Amparo, mesmo e principalmente os negros. Entretanto, os camponeses, como também os brasileiros de forma geral, eram vistos como pessoas sem instrução e muito rústicas, peculiaridades essas que passaram a ser utilizadas como elementos de diferenciação. Embora saibamos que os imigrantes de Oneta, principalmente nas duas primeiras gerações, não se diferiam muito desses nacionais, já que não tiveram acesso a uma educação formal no Brasil.

Esta identificação de valores e comportamentos partilhados com os brasileiros, bem como a seleção de tantas outras atitudes que os diferenciavam, além da prioridade aos casamentos de seus filhos com compatriotas, da recriação de antigas práticas e costumes e também a eternização de hábitos alimentares, constituem elementos essenciais para se compreender a construção da identidade italiana. Estes elementos foram investidos de significados simbólicos com o objetivo de inventar uma “comunidade imaginada” para o grupo.²¹² Nesse sentido, ainda que seus integrantes e descendentes não se conhecessem e nos dias de hoje não se conheçam, embora não mantivessem e tampouco mantenham contatos físicos, e jamais tenham pisado em Oneta ou em território peninsular, mesmo assim existe um sentimento que os une. O relevante neste caso é o fato deles se considerarem e se comportarem como italianos, pois é isto que os constitui enquanto membros de uma comunidade, porque imaginada, criada.

Há que se salientar que essa italianidade foi forjada no Brasil, pois no momento do deslocamento dos imigrantes a Itália não existia, e se construiu tanto nacional, como regional e aldeã, como foi possível observar nas diversas manifestações de pertencimento. Uma identidade italiana que se mostrou plural, bastante variável e caracteristicamente negociável ao longo da experiência migratória.

²¹² A expressão foi cunhada por Benedict Anderson e se relaciona a uma abordagem antropológica de nação. Assim o autor definiu nação: “uma comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana”. ANDERSON B. *Nação e consciência nacional*. Rio de Janeiro, Ática, 1989.

CAPÍTULO IV – DE VOLTA À ITÁLIA: IMAGENS E OLHARES DOS ONETENSES SOBRE O BRASIL

1. Vivendo na aldeia

Pisei em Oneta pela primeira vez em 2001. Uma rápida visita durante a qual reconheci suas poucas dezenas de casas, a antiga igreja, o lavatório coletivo e os campos (atualmente pouco cultivados) nas áreas planas de seu entorno, como também pude sentir na pele o seu frio intenso. Isto porque Laís Consani, em seus depoimentos, me havia descrito detalhadamente esse povoado que habitava sua memória, pois na infância a avó Teodora Pellegrini lhe contou muitas histórias da aldeia natal.

Em setembro de 2006 cheguei a Oneta não para visitá-la uma outra vez, mas sim na condição de historiadora para realizar a pesquisa de campo para a presente tese. Dois eram os objetivos traçados: recolher depoimentos orais, fotografias e documentos pessoais de descendentes dos imigrantes que deixaram a aldeia e se dirigiram para o Brasil, entre os quais meus antepassados, em fins do Oitocentos; e levantar fontes escritas no *Archivio Comunale di Borgo a Mozzano*, município vizinho ao qual a aldeia pertence administrativamente. Para desenvolver o trabalho, eu tinha duas opções: dirigir-me periodicamente a Oneta para levantar informações e realizar entrevistas com seus moradores ou fixar residência na aldeia e, dessa forma, ficar em contato diário com seus moradores. Decidi ser uma moradora temporária e, assim, mergulhar no universo da aldeia: conhecer os hábitos, as ocupações, costumes e cerimônias de seus moradores.

Enquanto historiadora, estou habituada com a pesquisa em arquivos, bibliotecas e a realização de entrevistas orais. Mas estudar e viver em uma pequena aldeia nas montanhas dos Apeninos Toscanos era uma experiência nova. Foi necessário buscar na antropologia e na etnografia referências teóricas e aportes metodológicos que devem ser observados, a fim de garantir as condições adequadas para o desenvolvimento de uma pesquisa de campo. Vale

recordar que, desde meados da década de 1970, no bojo da Nova História, os historiadores passaram a dialogar mais de perto com as referidas disciplinas, que tiveram um papel fundamental para os estudos históricos. A partir do momento que se definiram as relações entre a história e a memória, e sendo esta um fenômeno sempre atual, vivido no presente, o estudo das comunidades contemporâneas se constituiu em mais uma possibilidade para os historiadores reconstruírem o passado, a partir da memória dos indivíduos membros dessas comunidades.²¹³

Conforme observou Malinowski (1986: 26-27), independente do ramo do conhecimento, os resultados alcançados por uma pesquisa devem ser expostos de maneira franca e detalhada, bem como o modo pelo qual as observações foram conduzidas, o tempo que foi dedicado a elas e as condições nas quais foram realizadas. O autor, pensando mais especificamente na etnografia, salientou que esta não pode e não deve prescindir, quando da apresentação de seus resultados de trabalho, de descrever as condições em que foram realizadas as observações e colhidas as informações, pois são esses procedimentos que fundamentam e concedem credibilidade aos estudos desenvolvidos. Por outro lado, essa premissa se constituiu em uma possibilidade de se partilhar com o leitor a própria vivência da pesquisa.

Incorporando as ponderações de Malinowski à presente pesquisa e, dessa forma, realizando uma troca de experiências entre a história e a etnografia, antes de conhecermos as imagens e olhares construídos pelos onetenses sobre o Brasil, é necessário fazer uma incursão sobre a maneira pela qual o trabalho de pesquisa de campo foi conduzido e realizado.

Muito embora eu houvesse desembarcado na Itália no dia 3 de setembro de 2006, somente no dia 16 poderia me instalar em uma casa na aldeia da Corsagna, pois esse era o único local onde havia um imóvel disponível para alugar, localizado o mais próximo possível de Oneta. Pesou também na escolha o fato de que o povoado possuía um comércio para o meu abastecimento durante os meses de trabalho, o que não existia em Oneta. Além disso, havia um sistema de calefação na casa, já que em breve chegaria o outono e com ele as baixas temperaturas típicas dessas áreas montanhosas.

No entanto, no dia planejado para a transferência de moradia, um telefonema alterou toda a programação e me levou para Oneta. Mario Pellegrini, O *Pro loco* de Borgo a

²¹³ Sobre o distanciamento entre história e memória, ver: NORA, P. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Entre os estudos referenciais sobre memória, ver: HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. 190 p.; e LE GOFF, J. “Memória”. In: _____. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 423-483.

Mozzano, isto é, um representante do município para a recepção e assistência a turistas -, que meses antes havia sido informado por uma amiga de minha chegada e dos motivos que me moviam, telefonou para o local onde me encontrava hospedada, avisando que havia conseguido uma casa em Oneta.²¹⁴ Porém, havia um problema: ela não possuía aquecimento interno, o que significava que deveria utilizar os meios tradicionais para esquentar o ambiente: uma lareira e uma estufa abastecidas a lenha. Não hesitei em alugar a casa, pois estaria dentro de Oneta.

No fim do dia 16 já estava instalada em Oneta graças à referida amiga e seu carro. Era noite quando a minha amiga partiu e uma escuridão e um silêncio absurdos se instalaram na aldeia. Vi-me sozinha, sem ninguém para me auxiliar e com a sensação de que estava desconectada do mundo. A única coisa que me religava ao mundo era um telefone celular que em caso de emergência, uma doença, por exemplo, poderia servir para pedir socorro ou mesmo solicitar à minha amiga alguma orientação. Assim, só me restava iniciar meu trabalho. Telefonei para Mario Pellegrini, informei-lhe que já estava em Oneta e, percebendo em sua voz muita receptividade, perguntei-lhe se poderia me apresentar alguns moradores. Ele concordou e marcamos um encontro para o dia seguinte.

Se alguém me pedisse para descrever, caso existisse, o Paraíso, de pronto eu diria: é um enorme conjunto de montanhas e colinas, muito verdes, onde caminham nuvens de um lado para o outro, bem debaixo de nossos pés. Porém, no Éden faz muito frio e, vez por outra, uma forte neblina turva todo o cenário, escondendo outras tantas pequenas aldeias localizadas nos cumes das montanhas. O meu primeiro dia estava nascendo em Oneta e, enquanto aguardava a chegada de Mario Pellegrini, observava a paisagem ao meu redor.

Tão logo nos encontramos, nos apresentamos e expliquei-lhe sobre minha pesquisa. Imediatamente Mario me conduziu à casa de Maria Ponzi e Luciano Gigli, este o responsável pela administração da sede da Igreja local, a de Santo Ilario, e de seu arquivo. Em seguida fomos à casa de Mirella Gigli, irmã de Luciano, que mencionou que sua irmã mais velha, Maria Grazia Gigli, era a pessoa de sua família que possuía histórias para contar de Oneta e de seus parentes que partiram, bem como conservava fotografias desses eventos. Despedi-me com a promessa de ser apresentada futuramente à sua irmã. Todos comentaram que tiveram um ou mais parentes que partiram para o Brasil. Nas palavras dos moradores: “Este é um povoado de migrantes”, pois além do Brasil, os onetenses também se transferiram para os

²¹⁴ Embora Mario seja Pellegrini, como Teodora, não foi possível identificar a ligação entre os dois grupos no passado. Não havia condições para eu procurar seus familiares, pois estavam sob o impacto de sua morte repentina.

Estados Unidos, Argentina, França e mais recentemente para a Austrália. Por isso mesmo, também lembraram que Oneta é uma terra de mulheres trabalhadoras. Consegui combinar com Luciano uma visita à Igreja para consultar a documentação.

Fiquei entusiasmada com a boa recepção, pois as informações que me foram passadas por amigos italianos que conhecem os habitantes dessa região e historiadores que igualmente utilizam em seus estudos depoimentos orais, eram absolutamente desestimulantes e desanimadoras em relação às minhas intenções. Em uníssonos afirmavam que os moradores da Garfagnana são muito fechados, principalmente as mulheres, e ainda mais com estranhos. Como também disseram que seria tarefa difícil convencê-los a falar de si próprios.²¹⁵ No entanto, eu tive ao meu lado um excelente cicerone que, certamente, desarticulou e minimizou uma possível resistência inicial por parte dos habitantes locais - Mario Pellegrini. Não sem motivos, alimentei expectativas de que, através dele, pudesse conhecer os demais habitantes e penetrar no mundo da aldeia. No entanto, esse foi nosso único encontro, pois em três dias ele sofreu uma isquemia cerebral, vindo a falecer. Lamentei duplamente a sua morte: por um lado, porque me pareceu um bom homem, e por outro porque temia que, sem ele, a profecia dos meus amigos se concretizasse. Na verdade, não estava tão errada assim.

Dois dias após ter chegado a Oneta conheci Maria Grazia Micheli, que logo me disse que tinha parentes no Brasil e que um dia poderia conversar comigo, mas não quis combinar a data do encontro. No terceiro dia, após um pequeno contratempo, Luciano Gigli abriu as portas da igreja para mim. Em uma sala encontrei dezenas de livros paroquiais datados do Seiscentos até tempos recentes, empilhados dentro de um armário e conservados de forma bastante precária e inadequada. Ele mesmo foi quem abriu um por um, pacientemente, e juntos identificamos uma correspondência trocada entre antigos párocos e o Episcopado, além de documentos administrativos da paróquia, livros caixa, de registros de terras, doações de terras feitas à Igreja, registros de nascimentos, de óbitos, matrimônios, batizados e crismas, e recenseamentos anuais da população local. Foi examinando recenseamentos do final do Oitocentos que localizei as famílias que eu estudava, inclusive meus trisavós, bisavós e tios - Pellegrini - e, nesse momento, senti que Luciano ficou mais seguro em relação aos meus propósitos. Tanto que em seguida disse que eu poderia separar os livros que me interessavam e levar para minha casa, exceto aqueles de conteúdo administrativo. No dia seguinte, toda a aldeia sabia que eu era realmente descendente de Pietro Pellegrini, que havia deixado Oneta e se transferido para o Brasil no final do século XIX. Eu era “alguém” entre eles.

²¹⁵ A Garfagnana é uma área contígua ao Vale do Rio Serchio e, de forma geral, designa toda a região montanhosa a noroeste da província de Lucca.

Buscando me inserir na vida da aldeia, todos os dias acordava bem cedo e fazia uma caminhada. No trajeto, observava moradores saindo de suas casa para trabalhar fora de Oneta, via algumas mulheres e homens carregando seus instrumentos agrícolas a desaparecer entre as oliveiras próximas à estrada. Notei que nas manhãs de sol os moradores se encontravam para conversar no estacionamento da aldeia que, aprendi então, era a “praça” de Oneta. Passei a freqüentá-la diariamente para me aproximar das pessoas.

Com relação à comunicação não tive problemas, pois os moradores compreendiam meu italiano que denunciava minha origem, Eu me esforçava para acompanhar meus interlocutores, pois o toscano fala em uma velocidade incrível, chegando mesmo a encurtar a pronúncia de algumas palavras. Tanto, que italianos de outras regiões comentam que os toscanos “comem as palavras”. Vale registrar que poucas vezes falaram em dialeto local, o que era o meu grande temor. Se isso ocorresse, eu necessitaria de um tradutor. Portanto, essa atitude era uma demonstração de receptividade para comigo.

Na “praça” sabia dos acontecimentos importantes, das festas, de quem havia adoecido, de incidentes ocorridos e até mesmo de mexericos. Logo descobri que os disparos de armas de fogo que ouvia constantemente eram os homens da aldeia caçando javali, faisão e pequenos pássaros, atividade predominantemente masculina que vem passando de geração a geração, e que no passado garantiu o alimento à mesa para muitas famílias. Soube também que, nos finais de semana, homens, mulheres e crianças, sempre após os dias chuvosos, iam ao bosque recolher cogumelos, aliás muito apreciados pelos moradores. E quando perguntei a uma moradora que retornava da floresta com um grande cogumelo amarelo em uma das mãos e um bastão de madeira na outra, qual a utilidade daquele porrete para a colheita de fungos, ela me respondeu que era para matar as cobras que geralmente surgiam. Para esta atividade, eu não tinha o menor preparo e não me julguei capaz de praticá-la.

Certo dia, percebi que, pontualmente às 11 horas da manhã, as mulheres desapareciam da “praça”. Foi então que me informaram que elas se dirigiam para “a casa onde se espera o pão” - o imóvel onde funcionou o antigo armazém de Oneta, que sempre foi administrado por mulheres, Marianna, Giorgia e Nella -, e onde hoje são entregues as encomendas feitas pelos moradores a um pequeno armazém de Borgo a Mozzano. Todos os dias, fazendo ou não um pedido ao armazém, me dirigia para o local com o intuito de estreitar laços com os moradores que já conhecia e também para conhecer outros.

Durante os encontros matinais na praça, mostrava aos moradores um levantamento de grupos familiares que viveram em Oneta em fins do Oitocentos, incluindo os meus antepassados, que havia realizado no arquivo municipal. Foi ele que serviu de estímulo aos

moradores, pois passavam a analisar as informações, a reconhecer as famílias nele registradas, a relembrar histórias e a tecer seus comentários. Os homens identificavam as antigas e hoje extintas profissões daqueles aldeões de outrora. Luciano Gigli falou de moleiros, de camponeses e observou que a maioria das famílias trabalhava em terras que não lhes pertencia e uns poucos cultivam suas próprias terras. Isto porque estava registrado que eram *livellare*. Ele me explicou que *livello* era uma taxa, um aluguel pelo uso da terra, pago em espécie e não em dinheiro. Algo diferente de um *mezzadro* (meeiro), camponeses que apesar de também cultivarem terras de outrem, estavam presos a elas em função de um contrato firmado entre ambas as partes.

As mulheres reconheciam as famílias e apontavam aquelas que ainda residiam em Oneta e outras que a haviam deixado para sempre. Maria Ponzi, esposa de Luciano Gigli, observou que, provavelmente, os antigos camponeses trabalhavam em terras da Diocese, pois era muito comum os proprietários falecerem e deixarem suas propriedades para a Igreja. Isso ocorria porque não possuíam herdeiros, ou porque tantos eram os sucessores que, para evitar desavenças entre os membros do grupo, os proprietários deixavam as terras para a Igreja, exatamente como fez seu pai. Maria em todas as nossas conversas posteriores externou o seu inconformismo pela decisão do pai. Vale recordar que os Ponzi estavam entre o seletivo grupo de famílias proprietárias de terras de Oneta.

As tardes e noites da aldeia eram curiosas, pois todos os moradores desapareciam. Eu não me sentia à vontade para fazer uma visita repentina sem ser convidada, pois percebi que os moradores não recebiam em suas casas pessoas que não fossem parentes. Assim, passava minhas tardes na Biblioteca Municipal, no *Archivio dell'Anagrafe di Borgo a Mozzano* ou analisando o material recolhido na igreja.²¹⁶

Mas aos poucos, de certa maneira, eu participava da vida da aldeia. Não levou muito tempo para alguns moradores me convidarem para acompanhá-los em caminhadas até Cune, a aldeia no topo da montanha; para recolher castanhas, quando chegou o momento da colheita; e também para uma comemoração que foi realizada em 4 de novembro, envolvendo todos os habitantes da aldeia. Nesse dia, eles lembram o fim da Primeira Guerra Mundial com a celebração de uma missa em memória aos mortos durante o conflito, seguida de uma

²¹⁶ O *Archivio dell'Anagrafe*, que corresponderia aos nossos cartórios, é responsável pelos registros civis, comerciais e também da população residente, tanto italiana como imigrante, no município. Na realidade, ele não estava aberto para consulta pública, pois não havia funcionário disponível para acompanhar pesquisadores. Porém, uma simpática mulher, sensibilizada com a minha pesquisa e principalmente porque vinha de tão longe, se dispôs a me acompanhar duas horas por dia, exatamente durante o período em que está fechado ao atendimento externo.

homenagem ao soldado filho de Oneta, que morreu durante um treinamento da Força Aérea italiana. Nessa oportunidade, depositam flores no monumento a ele construído, e realizam um almoço na sede da própria igreja, no qual os homens e não as mulheres, preparam a refeição.

Após algumas semanas de minha chegada, notei que um perfume desconhecido tomava conta de toda aldeia. Um aroma doce, às vezes um pouco ácido, podia ser sentido por todos os lugares por onde eu passava. Uma tarde, ao sair de casa, percebi alguns vizinhos reunidos no porão de uma casa conversando. Quase todos estavam com as mãos roxas, sendo que um homem contava um caso em pé de dentro de um grande barril. Só então descobri a origem do perfume: os moradores estavam fabricando os seus vinhos. Havia chegado o outono e com ele, a época da colheita das uvas e, como os meus vizinhos, a maior parte dos habitantes também produzia o seu próprio vinho. Muitos deles ainda o fazem como aprenderam com seus antepassados: triturando as uvas com o auxílio de uma prensa manual, para em seguida serem amassadas por alguém com os pés. Este era o trabalho do homem dentro do barril, avistado por mim.

Nos momentos nos quais me juntava aos moradores, fosse na “praça” ou em caminhadas, além de lhes fazer inúmeras perguntas sobre as antigas famílias da aldeia, sobre seus antepassados que um dia partiram e absolutamente tudo que ocorria em Oneta, também respondia a muitas perguntas que me dirigiram. Aliás, narrei-lhes toda a minha história, pois queriam saber de minha vida, de minha família, onde eu trabalhava etc. Queriam saber histórias sobre a cidade do Rio de Janeiro, bem como sobre o Brasil. Aos poucos, percebi que, por trás de tantas indagações, havia um certo incômodo. Algo como uma não compreensão verdadeira ou uma desconfiança sobre o meu deslocamento e permanência em Oneta. Não que outras pessoas não realizassem tal empreendimento. Ao contrário, a localidade recebe parentes que moram em diversos países, turistas e até pesquisadores. Na própria casa onde me instalei, encontrei rastros deixados por um pesquisador norte-americano que acabara de retornar ao seu país. Segundo me informaram, quase todos os anos ele volta a Oneta em busca de documentos. Sendo assim, não era devido ao longo deslocamento e ao trabalho solitário que desenvolvia. Então, qual a origem desse incômodo de alguns moradores?

Provavelmente, o desconforto estava relacionado ao fato de eu ser uma mulher e estar morando sozinha em Oneta, o que destoava do padrão local estabelecido para as mulheres, e também do padrão conhecido de pesquisadores/homens. A aldeia é habitada por cerca de 50 pessoas. A maioria possui mais de 65 anos de idade e encontra-se aposentada. Esses adultos são casados há décadas, ou um dia o foram e hoje são viúvos e viúvas. Além de três crianças, uma adolescente, um casal de marroquinos clandestinos (jamais os vi durante os quase três

meses que lá residi) e uns poucos adultos solteiros, todos possuem familiares em Oneta. Assim sendo, chego a pensar que minha situação tenha interferido, em alguma medida, na confiança que desejava que os moradores depositassem em mim, confiança essa que os levaria à concessão de entrevistas. Isso porque, apesar de meus esforços - que julgava bem sucedidos -, não havia conseguido nenhuma entrevista até aquele momento. Ou seja, ainda que os habitantes me encontrassem diariamente e após eu ter praticamente narrado a minha biografia para toda a aldeia - pois a comunidade era muito pequena e qualquer coisa que eu dissesse a um deles, horas depois a informação chegava a todos -, nem assim percebia-os à vontade com a minha presença. Afinal, eu era uma forasteira dos trópicos que fazia muitas perguntas e ainda se intrometia em suas conversas. Aliás, eu os inibia, e por diversas vezes ouvia alguém dizer: “Cuidado, tudo que você falar ela registra”. Muito atentos e desconfiados, porém extremamente solidários uns com os outros e também comigo. Socorreram-me em situações difíceis e me instruíram na execução de tarefas do cotidiano que não estava habituada a executar. Ensinararam-me a comprar lenha, a cortá-la e conservá-la na cantina (o porão da casa); a acender a estufa e nela assar castanhas, as tradicionais *focaccinee* e *neccie*, que em tempos remotos foi o único alimento de seus pais e avós; emprestaram-me diversos tipos de aquecedores portáteis para a casa. Entre os moradores, Bruna Giannotti foi a pessoa me auxiliou com o abastecimento de minha casa, pois sempre que ia às compras me convidava, já que o mercado era distante. Quando me distraía na biblioteca de Borgo a Mozzano e perdia o último ônibus para retornar a Oneta, ela atenciosamente providenciava alguém para me trazer de volta. Mas Bruna foi, acima de tudo, a responsável pela minha inserção no mundo de Oneta, pois foi ela quem me apresentou vários moradores, conseguiu combinar entrevistas antes mesmo que os depoentes me conhecessem e, após algum tempo, os livros da igreja foram parar em sua casa, pois também me ajudou no trabalho de levantamento de dados. Em suma, tornou-se minha amiga.

Tendo decorrido quase um mês, a minha vida encontrava-se inscrita na vida coletiva da própria aldeia. Os moradores, cada dia que passava me dedicavam mais apreço e atenção. Além disso, freqüentemente me presenteavam com uvas, legumes, verduras, maçãs e pêras. Desnecessário dizer que no ponto de ônibus em Borgo a Mozzano eu não mais permanecia por longo tempo, pois sempre um morador me levava para casa. No entanto, ninguém queria falar “oficialmente” à pesquisadora. As conversas eram ricas em elementos para a pesquisa e agradabilíssimas, mas informais. A essa altura, eu ainda não havia localizado ninguém que pertencesse à minha família e muito menos tinha sido apresentada a descendentes de outros imigrantes que se transferiram para o Brasil, e que conservavam fotografias, cartas e objetos

peçoais. Ou seja, não havia localizado pessoas no desempenho do papel de guardiãs da memória familiar, que eu pressupunha possuíam caixinhas de lembranças.²¹⁷ Observei também que, quando mencionava o assunto das entrevistas, os moradores discorriam sobre outro tema. Mas, como insistia, lembravam um parente, que morava sempre distante ou citavam mulheres em seus grupos familiares que guardavam umas coisas antigas, umas fotografias, etc. Porém, nenhuma possibilidade de encontro surgia no horizonte. Vivi momentos de puro desespero e frustração por ter feito tantas investidas fracassadas e, nessas horas, procurava a amiga Bruna para conversar.

2. O *making of* das entrevistas: identificando os guardiões da memória familiar

Em uma dessas manhãs, quando conversava com um grupo de moradores na “praça”, um casal se aproximou. Era Maria Grazia Micheli e o marido Luciano Pieri que, formalmente, convidaram-me para uma conversa em sua casa. Eu deveria ir lá à noite. Concordei imediatamente, sentindo a importância daquele sinal decisivo.

Vale registrar que bastou Maria Grazia conceder-me essa primeira entrevista para, pouco a pouco, outros moradores decidirem fazer o mesmo. Ao final, realizei 12 entrevistas com os habitantes de Oneta e Borgo a Mozzano, que totalizam 13h50 min, sendo todas gravadas. Conversei com seis mulheres e seis homens cujos antepassados foram imigrantes no Brasil e também nos Estados Unidos, entre os quais identifiquei cinco guardiões da memória familiar - Maria Grazia Micheli, Maria Grazia Gigli, Maurizio e Vincenzo Micheli, e Ferruccio Silvestri. Todos eles, exceto o último conservando suas fotografias em um álbum, eram proprietários de caixinhas de lembranças.²¹⁸ No dia que parti de Oneta, 25 de novembro, recolhi o último depoimento e deixei muitos outros por fazer, pois o tempo havia se esgotado.²¹⁹

Diferentemente das entrevistas realizadas com as guardiãs da memória brasileiras, nem sempre foi possível um primeiro encontro com os depoentes de Oneta para nos

²¹⁷ É importante enfatizar que um mês é tempo insuficiente para um pesquisador estabelecer uma relação mais íntima com indivíduos de uma comunidade e conseguir coletar material de pesquisa. Porém, eu tinha apenas três meses para permanecer em Oneta.

²¹⁸ Depoentes italianos: Antonio Micheli, Ferruccio Silvestri, Licia Silvestri, Luciano Gigli, Maria Albina Pellegrini, Maria Grazia Gigli, Maria Grazia Micheli, Maria Luisa Ugoline, Maria Ponzi, Maurizio Micheli, Piero Micheli e Vincenzo Micheli. Entre estes, Maria Grazia Gigli, Maurizio e Vincenzo Micheli, e também Ferruccio Silvestri autorizaram a reprodução de algumas fotografias pertencentes às suas coleções.

²¹⁹ Até o dia 17 de novembro eu havia conversado com apenas quatro pessoas. As outras pessoas foram entrevistadas na semana de minha partida.

apresentarmos, nos conhecermos e falarmos sobre alguns temas que trataríamos nas entrevistas, que deveriam ocorrer em um momento posterior. O motivo é claro: não havia tempo suficiente para adotar tal procedimento, pois me restava um pouco mais de um mês. Sendo assim, na maior parte dos casos, o primeiro encontro se configurou na própria entrevista. O que não foi de todo um problema, pois os moradores estavam muito bem informados sobre minha pesquisa e propósitos e, principalmente, com quase todos tive a oportunidade de conversar antes informalmente.

É importante registrar que exceto a entrevista de Maurizio Micheli, todas as outras foram realizadas com a presença de um ou mais membros das famílias dos entrevistados. Assim, as minhas conversas com Maria Grazia Micheli ocorreram em sua casa e contaram com a presença assídua de Luciano, seu marido, que ao nosso lado permanecia, pretensamente assistindo a um programa de televisão ou fazendo palavras cruzadas, e em diversas oportunidades interrompeu Grazia em sua narrativa. Só então compreendi por que as entrevistas necessariamente deveriam acontecer à noite: ele estaria em casa. Nem a introdução do gravador intimidou Luciano a ponto de impedir suas interferências.

Licia Silvestre recebeu-me em sua casa. Seu marido, Alferio, em alguns momentos participou da entrevista auxiliando-a a recordar algum evento. Na realidade, nós já havíamos conversado em diversos momentos na “praça” da aldeia e eu a havia convencido a me receber.

A entrevista de Antonio Micheli foi realizada em sua casa e Giulia, sua esposa, permaneceu todo o tempo ao nosso lado. Foi em sua casa que conheci e entrevistei seu irmão Vincenzo e o filho deste, Piero.

Vincenzo chegou para a nossa conversa trazendo em suas mãos uma grande caixa repleta de fotografias. Homem de poucas palavras, mal depositou a caixa em cima de uma pequena mesa e deu início ao conhecido ritual de retirar as fotografias e reconhecer pessoas e descrever lugares. Vale salientar que o referido ritual foi cumprido da seguinte maneira: “Esta é Oneta”. “Este é um monumento”. “Isto é um funeral, uns parentes”. “Minha irmã”. “Todo um grupo”.²²⁰ Na verdade, poucas histórias foram por ele lembradas e narradas. A maior parte do tempo, Vincenzo identificou os retratados, apontou os parentes imigrados, mas sem eloquência, sem detalhes, como sempre faziam as mulheres guardiãs da memória. Aliás, Vincenzo até dedicou mais atenção a algumas fotografias, como o retrato do irmão militar em

²²⁰ MICHELI, Vincenzo. Depoimento, Borgo a Mozzano, 21 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 11, lado A.

campanha na Eritréia (antiga colônia italiana que se tornou um Estado independente em 1997); às fotografias do cunhado policial na Itália; e ao ter em suas mãos retratos dos parentes imigrantes no Brasil, lembrou seus negócios e fortunas acumuladas. Eis a memória de Vincenzo operando de acordo com uma construção social de gêneros, elaborada e consolidada ao longo do tempo e na experiência histórica, que separa o masculino do feminino. Ou seja, os homens, prioritariamente, relembram atividades ligadas ao serviço militar, à guerra, ao trabalho exercido no mundo extracasa, de acordo com suas práticas socioculturais (PORTELLI, 2001a; PERROT, 1989). Assim, foi como se o depoente não enxergasse os retratos das crianças, os casamentos e mesmo as mulheres em trajes bem cuidados e preparados para cerimoniais familiares que seriam imortalizados através da fotografia.

Ferruccio Silvestri estava entre os moradores que me convidavam para os passeios locais, portanto já nos conhecíamos. Sua entrevista contou com a presença de sua esposa, Liliana Tulipano.

Depois de muito insistir, Luciano Gigli me recebeu em sua casa para uma conversa “oficial”. Maria Ponzi, sua esposa, também participou, fazendo comentários que esclareciam e enriqueciam alguma história que o marido narrava, como também mostrou alguns retratos, dois ou três somente.

Em um domingo encontrei Maria Grazia Gigli. Não qualquer domingo, mas aquele no qual a missa da igreja de Santo Ilario seria celebrada em memória de seus pais. Assim, Grazia me convidou para assistir à missa, almoçar com a família e à tarde eu poderia entrevistá-la.

Aliás, nesta tarde conversei com Maria Ponzi. A bem da verdade, como era um dia especial para a sua família, as entrevistas ocorreram com todos os familiares entrando, saindo e atravessando a sala onde nos encontrávamos.

Para recolher estes depoimentos não foram usados roteiros rígidos, apenas defini tópicos que deveriam ser abordados: a infância dos depoentes; a vida e o trabalho de seus avós e pais; a emigração de algum parente para o Brasil; e também histórias que lhes foram narradas sobre o país de acolhimento. Assim, apresentaram-me uma Oneta de fins do Oitocentos na qual homens e mulheres garantiam a sobrevivência de seus grupos com o cultivo da terra, a exploração dos recursos da montanha e os deslocamentos constantes de muitos de seus habitantes. Relembrou como a partida de um membro da família trazia ganhos para todo o grupo, ao mesmo tempo que o transformava profundamente, subvertendo hierarquias e alterando valores e padrões de comportamento. Por fim, reconstruíram o Brasil que seus antepassados encontraram e lhes transmitiram.

Com relação à obrigatoriedade do registro das entrevistas é interessante observar que todos os meus interlocutores concordaram prontamente, antes mesmo que eu lhes comunicasse a necessidade do uso do gravador. Acredito que, provavelmente, após eu ter conversado com Maria Grazia Micheli, circularam informações entre os potenciais depoentes sobre o desenrolar da entrevista. Sobretudo, esse conhecimento prévio da entrevista levou alguns depoentes a disponibilizar suas caixinhas de lembranças repletas de fotografias já em nosso primeiro encontro. Por conseguinte, é possível sustentar que tanto as entrevistas despertaram o desejo de recuperar e mostrar as fotografias; como as fotografias auxiliaram os depoentes a observar pessoas e acontecimentos que, possivelmente, não retornariam às suas memórias sem o estímulo das imagens.

Foi possível perceber que alguns habitantes de Oneta ainda mantêm contato com os descendentes dos primeiros emigrados através de cartas ou cartões-postais. Assim, por meio de fotografias que lhes são enviadas, conhecem os sobrinhos e primos que não cessam de nascer. Esporadicamente, seus parentes os visitam, mas eles se lembram que, no passado, os reencontros eram mais freqüentes, porque os velhos ainda viviam. No entanto, muitos disseram que alguns parentes que partiram, jamais enviaram notícias. Sendo assim, aqueles que permaneceram em Oneta perderam o contato com o familiar e não souberam mais de seu paradeiro, o que foi motivo de angústia e preocupação para muitas mães e de todos aqueles que permaneciam. Tal situação ocorria com muita freqüência, como demonstra um ofício enviado pelo *sindaco* de Borgo a Mozzano ao *prefetto* da província de Lucca, em 1908, no qual Silvestre Giorgi solicitava às autoridades que o auxiliassem a localizar o irmão Oreste que havia emigrado em 1887, então com 42 anos, para a Argentina. Em seguida, havia se transferido para o Brasil, e desde 1899, não mandava nenhuma notícia e tampouco respondia às cartas que lhe eram enviadas.²²¹

Atualmente, o fluxo migratório inverteu seu sentido, pois são os brasileiros que vêm se esforçando para reencontrar seus parentes em Oneta. Em busca de melhores oportunidades de trabalho, de estudo e condições de vida, descendentes dos onetenses no Brasil, auxiliados pelas redes de comunicação, localizam familiares, estreitam contatos e tão logo conseguem uma ocupação, transferem-se para Oneta, onde são recebidos por parentes que lhes garantem a

²²¹ Recherche all'estero. ACBM, a. 1908. Conforme exposto anteriormente, na Itália as províncias possuem como chefe do executivo o *prefetto*, e seus municípios são administrados por um *sindaco*, cargo correspondente ao de prefeito no Brasil.

moradia nos primeiros tempos. No período que permaneci em Oneta, por exemplo, uma família se preparava para receber um primo brasileiro que os localizou pela Internet e que ia “tentar a sorte na Itália”. Dessa maneira, laços familiares vêm sendo reconstruídos e as famílias ganham novos membros e contornos mais extensos.

3. O Brasil dos onetenses

Ao longo de nossas conversas as testemunhas orais narraram casos e histórias que ouviram do Brasil, e as lembranças conservadas em suas memórias constroem um Brasil - às vezes, vários Brasis -, que tanto pode ser real ou imaginário, pouco importa. O significativo é que ao construir e selecionarem imagens sobre esse país que recebeu os seus ascendentes, os depoentes elaboram significados sobre o tempo passado (PORTELLI, 1996: 66). Passado este, que tanto conforta indivíduos de uma civilização atemorizada diante da possibilidade de destruição de sua própria origem, em um mundo marcado por uma crescente instabilidade do tempo. Mas essas imagens são importantes, sobretudo, porque ao circularem na aldeia elas sustentam elos entre Oneta e o Brasil.

É importante ressaltar que além dos casos e histórias que construíam e alimentavam o imaginário dos aldeões sobre o Brasil, existiram outras maneiras através das quais aqueles onetenses que partiram e se estabilizaram no novo país apresentavam a pátria que os acolheu à família que deixaram na Itália. Uma delas foi o envio de fotografias, como também cartas e cartões a que os depoentes se referiram durante as entrevistas, mas que não foram expostos. Como também objetos eram enviados do Brasil pelos emigrados e, através deles, falava-se do país. Maria Ponzi, em um de nossos encontros, exibiu uma pequenina água-marinha, pedra semipreciosa muito encontrada no Brasil, com que há tempos lhe presenteou um de seus parentes. Também confessou sua paixão por um doce brasileiro, o “olho de sogra”, receita que obteve com sua irmã religiosa que trabalhou no Brasil. Já Licia mostrou-me uma colher de café que também lhe foi enviada do Brasil.

Até mesmo a própria vida, por caminhos tortuosos e dolorosos, também tratou de levar o Brasil até a Itália. Durante a Segunda Guerra Mundial, o país, através da Força Expedicionária Brasileira, enviou soldados à Itália para, ao lado das nações aliadas, conter o avanço do exército alemão sobre a Europa. Entre esses soldados estava Ernani, filho de Alberto Lippi.

Licia foi uma das depoentes que recordou esse momento:

Ernani veio aqui no tempo da Segunda Guerra. Ele obteve uma dispensa de duas horas para ver a família, veio e depois seguiu para a Garfagnana. Nesse dia Ernani se dirigiu a mim e perguntou:

“Licia, quantos anos você tem?”

Eu respondi: 14 anos. Em seguida quis saber se tinha um namorado, mas eu não tinha.

“Th, uma velha no Brasil!” E me disse que com 14 anos no Brasil se não tivesse um namorado era velha. Aqui na Itália com 14 anos não se era nada!²²²

Muito embora o encontro entre a família italiana e a família brasileira tenha ocorrido em um curto intervalo de tempo, ainda assim notícias foram transmitidas, experiências trocadas e padrões de comportamento puderam ser conhecidos e até comparados.

A partir de agora, o objetivo é perceber alguns olhares construídos pelos onetenses sobre o nosso país.

3.1. Terra pródiga

Segundo aquilo que dizia a minha avó, o seu pai andava de fazenda em fazenda com uma caixinha de mercadorias vendendo pequenos objetos. Ele não ficou muito tempo no Brasil não, retornou. Depois de alguns anos partiu o filho Alberto e em seguida o outro filho, o pequeno, Amedeo, mas dele não tivemos notícias.

Alberto foi como camponês assalariado, mas depois conseguiu comprar uma fazenda e assim ficou bem, passava muito bem. Lá se casou com uma ítalo-brasileira, da Itália do Norte, não me recordo bem se do Friúli ou do Vêneto, depois tiveram filhos e todos permaneceram lá.²²³

Com um grande retrato do bisavô Iacopo Lippi nas mãos, a depoente Maria Grazia Micheli contou-me que ele viveu no Brasil entre fins do Oitocentos e início do Novecentos. Sua bisavó Isola Brunini não o acompanhou, permaneceu em Oneta, como uma viúva-branca. Como uma história puxa outra, lembrou com orgulho o tio Alberto Lippi que se tornou proprietário de uma fazenda em terras brasileiras.

²²² SILVESTRI, Licia. Depoimento, Oneta, 21 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 12, lado A.

²²³ MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A e lado B.

A depoente Licia Silvestri, neta de Iacoppo e Isola, em seus relatos também se referiu a Alberto e ao seu sucesso alcançado no Brasil. Por isso, apontou a existência de uma cadeia migratória, visto que outros onetenses o acompanharam.

Alberto partiu, não sei se chamado por alguém, mas partiu jovem, sozinho, e lá se casou. [...] Conseguiu um pedaço de terra e começou a trabalhar: plantou café, depois arroz, trigo e foi crescendo. Era uma fazenda, com casas para os filhos - eram 11 - e para todos que trabalhavam com ele, amigos e parentes. Fizeram um círculo.²²⁴

Maria Grazia lembrou ainda que os negócios do tio sobreviveram até mesmo à Grande Depressão econômica que assolou os países capitalistas na década de 1930, porque ele foi capaz de suportar certo grau de privação. Vale recordar que a imagem construída dos imigrantes italianos nos depoimentos sempre esteve relacionada a uma enorme capacidade de trabalho e também de suportabilidade das mais diversas dificuldades e privações materiais. Segundo a depoente, Alberto

havia comprado a fazenda e devia pagar uma certa cifra ao ano. Quando em 29 veio a Crise, fazendo numerosíssimos sacrifícios, ele conseguiu pagar o valor devido. Por isso não perdeu sua fazenda. Enquanto outros conhecidos seus não conseguiram pagar o empréstimo que fizeram e foram obrigados a restituir a fazenda. Perderam tudo.²²⁵

Tal como Maria Grazia e Licia que em seus depoimentos utilizaram com regularidade o vocábulo “fazenda”, os demais depoentes que realizaram um trabalho de memória durante nossas entrevistas, reconstruindo experiências, lembrando pessoas e histórias que ouviram ou lhes foram contadas, também empregaram palavras em português. Não muitas, porém pontuais e bastante significativas, se considerarmos que esses termos, ao passarem a fazer parte de seus vocabulários, expressam trocas lingüísticas e culturais ocorridas entre aqueles que emigraram e as pessoas que permaneceram em Oneta. Outro exemplo dessas trocas ofereceu Maria Ponzi, quando em uma de nossas conversas perguntou:

Burro é jumento em português, não é? Eu me lembro do meu pai dizendo: “Pão e burro”. Eu pensava: como pode um pão com um jumento em cima? Mas ele falou que era “manteiga”.²²⁶

²²⁴ SILVESTRI, Licia. Depoimento, Oneta, 21 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 12, lado A.

²²⁵ MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A.

²²⁶ PONZI, Maria; GIGLI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 5, lado A.

Ou seja, isto reflete o quanto o deslocamento de indivíduos “de um lugar para outro é apenas um evento em uma experiência migratória, que abarca velhos e novos mundos, e que continua por toda a vida do migrante e pelas gerações subseqüentes”, conforme observou Alistair Thomson (2002: 341).

Dessa maneira, nos relatos dos depoentes surgiu um Brasil de “fazendas”, que esteve sempre associado a uma experiência de deslocamento positiva.²²⁷ Isto porque os onetenses que se tornaram donos de seus próprios pedaços de terra no Brasil são lembrados como indivíduos realizados sob o ponto de vista material. Como alcançaram certa estabilidade financeira no novo país, nele se fixaram permanentemente. Um exemplo do que os estudiosos italianos contemporâneos definiriam como uma “boa imigração”. Este foi o caso de Alberto Lippi.

Não por outra razão, o principal produto das fazendas se constituiu em um ícone do Brasil, sendo elevado à categoria de *souvenir* pelos imigrantes. É o que podemos observar nos relatos de duas entrevistadas. Maria Grazia Gigli em uma de nossas conversas narrou:

Romolo, Paolo e Giovanni, irmãos mais velhos de meu pai, foram para o Brasil e ficaram para sempre lá; não mais retornaram. Escreviam sempre quando a minha avó Giorgia vivia e mandavam pacotes de coisas. Recordo-me que enviavam pacotes de café, porém café sem torrar, que era verde. Depois, quando morreu a mãe, escreviam pouco.²²⁸

Já Licia Silvestre lembrou que Alberto e Amedeo Lippi, quando se transferiram para o Brasil,

nos primeiros anos escreviam [...] e quando era Natal mandavam sempre um pacote de café, mas sem torrar. Enviaram umas três vezes, sempre sem torrar. Depois ficou muito caro mandar.²²⁹

Evidentemente que o café enviado pelos imigrados aos seus parentes não seria consumido, pois os grãos sequer haviam sido torrados, estavam ainda verdes. Porém, o mais importante, é que para os depoentes aqueles pacotes de café simbolizavam o país que recebeu seus parentes, que lhes ofereceu oportunidades de trabalho, trabalho este que em alguns casos permitiu-lhes fazer uma economia e, logo que retornaram a Oneta, puderam comprar o próprio pedaço de terra - como ocorreu nas famílias Ponzi e Micheli. Já outros imigrantes

²²⁷ A palavra “fazenda” foi incorporada aos dicionários da língua italiana. No *Dizionario Italiano i Garzantini*, por exemplo, o termo lembra a sua origem na língua portuguesa, além de referenciá-lo especificamente ao Brasil. Ver: *Dizionario Italiano i Garzantini*. Cernusco: Garzanti Lingüística, 2000.

²²⁸ GIGLI, Maria Grazia; PONZI, Maria. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 7, lado B.

²²⁹ SILVESTRI, Licia. Depoimento, Oneta, 21 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 12, lado A.

enviavam o que conseguiam poupar aos familiares que permaneceram na terra natal. Provavelmente, por estas razões, em diversos momentos durante as entrevistas, os depoentes impuseram aos seus discursos um tom que oscilou entre um sentimento de simpatia e de gratidão em relação ao Brasil. Por outro lado, não se pode esquecer que o café à época da “grande migração” era não somente reconhecido como também valorizado mundialmente, e o Brasil se apresentava como país que sinalizava com a possibilidade de ascensão social àqueles que nele decidissem “tentar a sorte”. Especialmente, se comparado a uma Itália que buscava superar uma crise econômica e se constituir enquanto nação.

Pensando nas imagens produzidas sobre o Brasil durante os grandes fluxos migratórios transoceânicos, logo constatamos que elas eram bastante positivas. O país era visto como um lugar onde os imigrantes realmente conseguiam concretizar seus projetos e sonhos. É o que demonstra uma antiga canção italiana:

Partida para a América

Entre tantos que se dirigiram ao Brasil
para intensamente trabalhar
nenhum sem ouro se viu retornar.
Eles mandaram dizer a todos os seus parentes
que estão muito bem e bastante contentes (OSTUIN; STELLA, 2005: 18).

De acordo com a letra da música, desde que o imigrante empenhasse todos os seus esforços na nova terra, voltaria à Itália portando economias. Embora esteja explícito que se trate de uma migração temporária - é esperado o retorno do imigrado -, o fundamental é que a possibilidade de enriquecimento era considerada como certa. Muito embora saibamos que a grande maioria dos imigrantes italianos que se deslocou ou veio a se fixar no Brasil não enriqueceu, no imaginário coletivo dos onetenses, como dos italianos de forma geral, predominou a imagem de indivíduos que obtiveram sucesso econômico.

Assim sendo, o imigrante italiano necessitava trabalhar intensamente, ser organizado financeiramente, o que significa que estava implícito o comedimento nos gastos, pois somente dessa maneira seria possível alcançar sucesso econômico no Brasil. Com relação ao controle de gastos por parte dos imigrantes, vale observar que tal comportamento foi praticado, chegando a ser identificado em uma escala social mais ampla, como também se constituiu em assunto recorrente na imprensa proletária brasileira das primeiras décadas do século XX, conforme observou Sheldon Leslie Maram (1979: 33-34). De forma geral, os imigrantes eram vistos como indivíduos obstinados em relação ao trabalho e à reunião de economias, pois estas lhes garantiriam o retorno à terra natal. Dessa forma, explicava-se o pouco envolvimento

dos imigrados em questões e problemas nacionais, bem como o caráter egoísta e pouco solidário.

Entretanto, tais ações e condutas, que para os imigrantes italianos eram consideradas imprescindíveis para garantir a sobrevivência em condições bastante satisfatórias, de acordo com o relato dos depoentes de Oneta, não estavam previstas ou seriam necessárias no Brasil. É o que podemos perceber em um relato de Antonio Micheli.

Uma senhora daqui me disse um dia: “O que leva aquela gente do Brasil a trabalhar? Na floresta se encontra tudo para comer: frutas e alimentos. [Os brasileiros] não precisam nem trabalhar, porque para comer há de tudo.”²³⁰

Assim, construiu-se uma imagem de um país onde os alimentos abundam, onde reina a fartura - o “país da *cuccagna*” -, possuidor de uma natureza generosa e dadivosa, a ponto de não requerer de seus habitantes o emprego de grandes esforços e recursos para sobreviver. Dito com outras palavras, no ideário construído e divulgado pelos onetenses, o Brasil, correspondia, em grande medida, à propaganda que os governos republicanos faziam do país no exterior. Uma imagem que se relacionava diretamente à floresta Amazônica, com sua exuberância e grandes latitudes, e que se perpetuou na longa duração. Tanto que, Antonio, em 2006, durante seu depoimento, ao se referir ao Brasil, só teve palavras e adjetivos para a floresta, e nela, o rio Amazonas com sua enorme dimensão e extensão. Dessa maneira, torna-se compreensível a origem da idéia de abundância e fartura que reinariam no Brasil. Uma representação que, vale dizer, igualmente pertence ao senso comum, pois para um italiano ou mesmo um europeu, a primeira referência, senão uma das primeiras, em relação ao Brasil é realmente a Amazônia.

Em outro momento, Antonio narrou a seguinte história que ouviu de um onetense que também esteve no Brasil.

Elidamo Tomei foi uma vez ao Brasil porque meu avô estava lá. Naquele tempo quase todos os “americanos” - aqueles que iam para a América e depois de um período de tempo retornavam - quando chegavam contavam tantas histórias. Elidamo contava que para ir ao Brasil levava-se seis meses naquele tempo. Viajava-se de navio e não é como hoje que em 24 horas se vai à América! Contava também que no Brasil os tomates eram como as uvas, cresciam como as uvas, e não secavam, continuavam a crescer, crescer!²³¹

²³⁰ MICHELI, Antonio. Depoimento, Borgo a Mozzano, 21 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 11, lado B.

²³¹ MICHELI, Antonio. Depoimento, Borgo a Mozzano, 17 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 9, lado A.

Desconsiderando que o tempo de duração de uma viagem da Itália ao Brasil, no passado ou mesmo na atualidade, foram superdimensionados para mais pelo depoente; em relação à comparação feita entre tomateiros e videiras é evidente que o relato está impregnado da aldeia natal, ou seja, suas referências são de Oneta. Porém, é possível pensar que a imagem de tomateiros que se frutificam ininterruptamente, esteja associada à idéia de que em terras tropicais os cultivos agrícolas são relativamente viáveis ao longo do ano, obviamente alteram-se as lavouras, porém, não são interrompidos ou impraticáveis em função de um clima hostil, como os invernos rigorosos tão característicos de Oneta.

Vale registrar que essas narrativas, enaltecendo o êxito alcançado por onetenses no Brasil, contrastam, e mesmo são construídas em contraposição às condições de vida e de trabalho difíceis e limitadas dos moradores de Oneta, bem como também dos habitantes da própria Península Itálica à época. Eles escapam de um ambiente de pobreza e privações e realizam o sonho do sucesso, ainda que a duras penas.

Foi tentando reconstruir as condições nas quais viviam os antigos habitantes de Oneta que tal construção pôde ser identificada. Quando recorri à memória de Maria Grazia Micheli e perguntei-lhe em que se baseava a alimentação das pessoas da aldeia, em início do século XX, ela imediatamente me disse:

Respondo-te lembrando o que uma vez disse a mãe de Michele: “Qual era o cansaço de nossas mães para fazer o que comer? Era sempre: ao meio-dia macarrão e feijão ou *neccio*;²³² ao anoitecer macarrão e batata!” Naturalmente generalizava, pois eram usados produtos do lugar. Mas era isto que alimentava as pessoas de Oneta. Havia famílias que possuíam mais meios, que eram proprietárias de mais campos e, assim, podiam trabalhar e colher mais; e aquelas famílias que colhiam menos. Já a minha mãe me contava sempre que quando eles eram pequenos e o meu bisavô Iacoppo estava no Brasil, a minha bisavó Isola tinha cinco filhos para criar e um ovo. É, um ovo e cinco pessoas!

Como é possível depreender do relato de Maria Grazia, na época da mãe de Michele, que foi contemporânea de sua mãe, as famílias conseguiam colocar poucos alimentos em suas mesas, isto é, possuíam o estritamente necessário para sobreviverem. Em um período anterior, quando seu bisavô emigrou para o Brasil, no final do século XIX, a situação da família era de

²³² MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 2, lado A. Vale recordar que *neccio* é um tipo de panqueca feita de farinha doce de castanhas, típica da região.

miséria absoluta, pois a imagem de um ovo que deveria ser repartido entre cinco pessoas é a própria representação da fome instalada naquele lar.²³³

Licia, em seu depoimento, relembrou a vida familiar cheia de limitações, narrou que ainda criança trabalhava nos campos e que frequentou a escola por poucos anos. Lembrou também algumas atividades que desenvolvia para conseguir dinheiro - vendia lenha, mel e frutas em cidades nas proximidades de Oneta -, pois o trabalho na terra era pago em espécie, e não possibilitava “comprar o casaco para o dia de Santa Lúcia, e o vestido para a Páscoa”.²³⁴ Isto porque o dia consagrado à Santa é o 13 de dezembro e o inverno está bem próximo; já a Páscoa é comemorada, geralmente, entre os meses de março e abril, quando tem início a primavera na Itália. A depoente enfatizou também a dura vida de mulheres camponesas, que em dado momento de suas vidas, desceram a montanha e foram trabalhar como empregadas domésticas na planície, enquanto seus maridos cultivavam as terras dos mesmos patrões.

Segundo Maria Grazia Micheli, a própria Oneta apontou para muitos aldeões o caminho da migração, considerando que seus moradores partiam porque

não tinham possibilidades de trabalho. Dos campos era possível recolher o extremamente indispensável para viver. Porém, não se podia dar uma instrução aos filhos com a renda obtida nos campos; nem podíamos ter dois vestidos, porque um nunca era suficiente e não havia dinheiro para se comprar o segundo; e também comprar outras coisas. Agora, para dar uma oportunidade a mais aos filhos emigrava-se para países mais ricos.²³⁵

Não se pode desconsiderar que a aldeia estava inserida em um contexto macro, e este não era diverso. A própria Itália, em função de transformações advindas com o desenvolvimento industrial e de uma não incorporação da mão-de-obra excedente, sujeitou sua população a condições de vida difíceis e, exatamente nesse período, o êxodo populacional alcançou uma escala sem precedentes em toda a sua história.

²³³ É interessante observar que a mesma representação surgiu no depoimento de Maria Ponzi, porém em outro momento da vida dos indivíduos e também de Oneta, e que além da fome, trouxe destruição e sofrimento para todos os moradores. Durante a Segunda Guerra Mundial a aldeia foi ocupada e bombardeada pelas tropas nazistas, pois o Norte da Itália, incluindo os Apeninos, estava em poder dos alemães. Aliás, exatamente em Borgo a Mozzano passava a Linha Gótica, um arco que partia da costa do mar Adriático e terminava no mar Tirreno, percorrendo a cordilheira apenínica que separava os aliados dos alemães. É Maria quem relembra: “Giorgia dizia que tinha um ovo para dividir para duas ou três pessoas no período da guerra”. PONZI, Maria. Depoimento, Oneta, 12 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 5, lado A.

²³⁴ SILVESTRI, Licia. Depoimento, Oneta, 21 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 12, lado B.

²³⁵ MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A.

Nessa conjuntura de crise, o imaginário coletivo foi sendo construído, imaginário este que percebia a Itália como uma mãe ingrata que obrigava seus próprios filhos a sair em busca de outra mãe mais justa, capaz de reconhecer os esforços despendidos por eles, de acordo com o *Il Risveglio*, um periódico publicado em Borgo a Mozzano em 1907.²³⁶ Nessa direção, o mesmo jornal, em uma coluna intitulada “A Nossa Emigração”, chegou a expor as razões que considerava como expulsoras, ou seja, apontou os motivos que estavam levando os indivíduos a deixarem sua terra natal.

“Eu parto para a América”. É hoje a frase mais comum nas nossas aldeias, é quase a palavra de ordem dos nossos aldeões que não podem conceber um estado melhor para viver, sendo levados a tentar se aventurar do outro lado do oceano.

E não podemos nos opor eficazmente a este fato, porque muito importantes são as causas que empurram o homem para esse caminho.

A necessidade inata e natural de melhorar a própria condição social, o desejo pungente, a verdadeira consideração, incontestável que, na América, com um pouco de boa vontade e juízo, um operário pode fazer economias respeitáveis, enquanto esta possibilidade é dificilmente realizável na Itália; a história nem sempre verdadeira, mais sempre atraente, de um grande ganho feito em pouco tempo na terra dos Peles-vermelhas e, finalmente, a miséria que bate incessantemente e prepotentemente em muitas portas. Tudo concorre, especialmente na vida das classes mais pobres, para empurrar o homem fora da própria aldeia e a tentar melhor sorte. [...] ²³⁷

De acordo com o artigo acima, a miséria assolava as famílias e a ascensão social era algo praticamente inimaginável na Itália, sendo alcançável somente na América, no referido caso, nos Estados Unidos. E, ainda que as realizações dos imigrantes no país de acolhimento fossem falsas, mesmo assim eram maneiras de se atrair novos indivíduos.

3.2. Os perigos do Brasil

Porém, o Brasil da abundância, da exuberância e da fartura descrito nos relatos dos depoentes não era perfeito, e logo revelou uma face menos atrativa. Pouco a pouco, surgiu um outro país que, de uma maneira ou de outra, expunha os imigrantes a constantes perigos e,

²³⁶ *Il Risveglio*, BSL, Anno I, n. 4, A. 1907. Este periódico era uma publicação do município de Borgo a Mozzano e atendia a interesses comerciais de várias localidades e municípios do Vale do Serchio, como também divulgava notícias e reproduzia artigos enviados por emigrados em diversos países do mundo. Circulou entre 1907 e 1911.

²³⁷ *Il Risveglio*, BSL, a. 1907.

dessa forma, aquela natureza tão provedora de meios de sobrevivência aos indivíduos, cedeu lugar a uma outra bem mais hostil.

Maria Ponzi comentou que quando uma de suas irmãs vivia no Brasil dedicando-se a atividades de caridade e assistenciais como freira *zitime* - que eram religiosas pertencentes à congregação de Santa Zita, cuja sede está localizada na cidade de Lucca, ela dizia que “sempre que pegava um barco para atravessar um rio havia cobras na água”.²³⁸ Por outro lado, há que se considerar que, provavelmente, o que realmente impressionou sua irmã, como também a própria Maria Grazia, a ponto de a referida história ter se transformado em uma recordação e passar a compor suas memórias, foram menos os répteis em si, do que o fato deles viverem e serem encontrados nas águas dos rios brasileiros. Certamente os antigos moradores de Oneta não se atemorizavam quando se deparavam com serpentes, pois como sempre foram coletores de cogumelos nos bosques de Oneta, aprenderam a delas se defender.

No depoimento de Antonio surgiu um outro animal que colocou em perigo a vida de membros de sua família no Brasil. Segundo Antonio,

certa vez meu avô e um tio encontraram um jumento, um bode, um animal como uma vaca, mas daquelas grandes. Ao serem atacados pelo animal, o meu tio que tinha um pedaço de pau nas mãos o matou a pauladas, defendendo-se com um bastão de madeira.²³⁹

Posteriormente, a mesma história foi contada por seu sobrinho Maurizio:

Meu pai me contava que seu avô que foi ao Brasil tinha um carrinho e com ele vendia flores, quinquilharias, pois era vendedor ambulante. Ele e seu irmão rodavam para vender as coisas e, um dia, chegando a um lugarejo encontraram uma fazenda e se divertiam atirando no portão, imagino que com uma pistola. A um certo ponto, provavelmente devido ao barulho, viram-se circundados por uma manada de touros e eles se assustaram um pouco. De repente um touro começou a se enfezar e um dos dois, não sei dizer qual, [...] tinha um bastão grosso de madeira - meu pai disse que era madeira, isto eu me recordo - e bateu com o bastão na cabeça do touro e o matou.²⁴⁰

Além do fato de o relato lembrar uma antiga profissão exercida por tantos italianos no Brasil, a de caixeiro-viajante, outras observações merecem ser destacadas. A primeira

²³⁸ Santa Zita é padroeira das empregadas domésticas, nasceu e viveu em Lucca, onde trabalhou desde a infância como doméstica. Vale recordar que as crianças e adolescentes filhos de camponeses deixavam suas casas para trabalhar como empregados em residências familiares, principalmente em Lucca, um centro urbano.

²³⁹ MICHELI, Antonio. Depoimento, Borgo a Mozzano, 17 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 9, lado A.

²⁴⁰ MICHELI, Maurizio. Depoimento, Borgo a Mozzano, 25 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 15, lado A.

delas é que como a palavra “fazenda”, o vocábulo “bode” não existe no idioma italiano, o que reafirma a troca e a continuidade da experiência migratória na vida dos indivíduos, tanto daqueles que partiram quanto daqueles que permaneceram em Oneta.

Retornando aos perigos a que, de acordo com os depoentes, os imigrantes estavam expostos em terras brasileiras, o segundo ponto a se considerar relaciona-se às diversas maneiras através das quais o animal foi descrito, o que demonstra que era um animal desconhecido para eles - acostumados com javalis, cervos, animais de porte pequeno e médio. Enfim, era um bicho grande característico das terras brasileiras e de suas florestas. Porém, o animal não foi abatido com as armas de fogo que os homens tinham em suas mãos, mas com um pedaço de madeira, e isto é muito significativo, pois é uma referência direta à profissão que foi exercida por gerações dos Micheli - eles eram os marceneiros de Oneta. Ou seja, a mesma madeira com a qual tudo construíam e que garantia a sobrevivência de suas famílias, salvou-lhes a vida.

3.3. Outros olhares

Vincenzo Micheli, durante nossa conversa, quando o assunto em pauta era o Brasil, comentou que seu filho Piero esteve no país, especificamente na cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre. Em seguida levantou, foi ao telefone e chamou filho que, mesmo sendo apanhado de surpresa, gentilmente concordou com uma entrevista.

Piero em seu depoimento descreveu o Brasil que o recebeu em 2004. Durante vinte dias Piero viveu na cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, desenvolvendo atividades como voluntário junto a um missionário católico de Borgo a Mozzano. Este religioso há 20 anos presta assistência social às comunidades pobres do município, orientando jovens mães em relação ao aleitamento de seus filhos, cuidando de crianças e tratando de dependentes químicos. O depoente ressaltou que em Rio Branco

há o problema das pessoas que anteriormente trabalhavam na floresta e se deslocaram para a cidade. Porém, na cidade não encontram emprego. O trabalho dos missionários é fazê-los entender que na cidade não se vive bem. Eles tentam convencê-los que precisam permanecer na floresta, pois o trabalho familiar é o modo que possuem para viver. Nas cidades não têm trabalho.²⁴¹

²⁴¹ MICHELI, Piero; MICHELI, Antonio. Depoimento, Borgo a Mozzano, 21 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 11, lado B.

É evidente que o depoente viu bem de perto a miséria mais desumana, o desamparo mais absoluto por parte das autoridades governamentais em relação às populações que habitam áreas no Norte do país. Um Brasil muito diferente, ao menos em expectativas, daquele outro no qual seus antepassados viveram.

Por outro lado, é interessante lembrar que as experiências migratórias se constituíram em condição *sine qua non* para a sobrevivência da espécie humana, em tão longo espaço de tempo. Nesse sentido, sou levada a pensar como aquelas mulheres e homens de Oneta, em fins do Oitocentos, teriam melhorado suas existências sem a possibilidade de se deslocarem para outras localidades na Península ou cruzarem o Atlântico se, por ventura, fossem persuadidos a não deixar a aldeia natal.

Em Oneta não sou poucas as pessoas que reproduzem e comentam as histórias de Piero, sendo assim, ao circularem na aldeia, essas histórias revelam um outro Brasil aos moradores. Há que se considerar ainda que, com exceção de Piero e de Maurizio que possuem pouco mais de 30 anos de vida, todos os demais depoentes possuem entre 65 e 85 anos de idade. Isto significa que estes últimos construíram olhares e representações sobre o Brasil com elementos fornecidos diretamente por aqueles que emigraram que, de forma geral, são imagens bastante positivas. Em comum, as duas gerações sucessivas estão empenhadas em não esquecer o passado durante o qual seus ascendentes deixaram Oneta. Com este objetivo os guardiões da memória familiar dedicam-se permanentemente à (re)construção da memória, seja colecionando fotografias e pequenos objetos em suas caixinhas de lembranças ou narrando aos seus membros mais novos casos e histórias.

Considerando esses pressupostos, percebe-se claramente que as imagens e olhares elaborados sobre o Brasil muito se modificaram, em função de um processo contínuo e permanente de atualização da própria memória da imigração. Até porque a sociedade e os indivíduos não são os mesmos, como também inúmeras foram as transformações sócio-econômicas vivenciadas pela Itália e pelo país que acolheu os onetenses, porque o tempo é outro e o mundo se modernizou.

Deste modo, o Brasil das oportunidades de trabalho, da realização de sonhos e de muita fartura, cedeu lugar ao país habitado por “muita gente rica e tanta gente que vive na pobreza”, conforme comentou Antonio Micheli.²⁴² Ou “como um lugar bonito para fazermos

²⁴² MICHELI, Antonio. Depoimento, Borgo a Mozzano, 21 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 11, lado B.

um bom passeio. Mas não sei se se vive melhor aqui ou no Brasil”, nas palavras de Luciano Gigli.²⁴³

Piero também teceu comentários sobre uma outra característica do Brasil que ele teve a oportunidade de conhecer.

Quem vai ao Brasil logo se apaixona. Você é tocado pelas pessoas que são acolhedoras, donas de um caráter que nos é muito familiar. É que no Brasil há uma relação diferente entre as pessoas, é um estilo diverso de vida. É uma sensação que temos somente quando estamos no Brasil.

Agora, quando se retorna do Brasil, por um período de tempo tem-se a sensação de que falta alguma coisa. Voltar para a Itália é difícil! No início, no primeiro mês que estávamos na Itália, sentíamos que faltava qualquer coisa. É difícil explicar, é muito difícil explicar. Mas no Brasil se fala em saudade.²⁴⁴

Como Piero, outros onetenses que viveram décadas no Brasil certamente conheceram o significado da palavra “saudade” ao longo de suas vidas, e morreram em terras brasileiras sem jamais retornarem a Oneta, ainda que uma única vez. Exatamente como aconteceu com Pietro, Carlo e Narciso Pellegrini, Teodora Pellegrini e os filhos que nasceram em Oneta, e tantos outros amigos.

Mas houve também aqueles imigrados que conseguiram em plena velhice, quase impossibilitados de empreender a longa viagem Atlântica, regressar a Oneta pela última vez. Licia lembrou que “Alberto [Lippi] morreu aqui, ele veio aqui para morrer”.²⁴⁵ Maria Grazia Micheli, durante sua entrevista, repassando na memória o mesmo episódio, narrou:

Alberto morreu aqui. Porém, depois que ele morreu, tentando reconstruir como tudo aconteceu, os familiares se deram conta que ele há algum tempo já não estava bem. Porém, tentou minimizar a situação, porque tinha medo que não lhe mandassem mais para a Itália. Ele tinha um enorme desejo de retornar a Itália e temia que caso manifestasse o seu mal-estar, não o deixassem partir. Que aconteceu? Ele veio aqui e sofreu um infarto.²⁴⁶

Dessa maneira a história de Alberto ganhou sentido. Ele era o filho imigrante de Oneta bem-sucedido, que partiu sozinho, conseguiu se estabelecer financeiramente em terras brasileiras, constituiu família e, principalmente, conseguiu articular o seu retorno à aldeia

²⁴³ GIGLI, Luciano; PONZI, Maria. Depoimento, Oneta, 24 nov. 2006. LABHOI, UFF. Fita 14, lado A.

²⁴⁴ MICHELI, Piero; MICHELI, Antonio. Depoimento, Borgo a Mozzano, 21 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 11, lado B.

²⁴⁵ SILVESTRI, Licia. Depoimento, Oneta, 21 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 12, lado A.

²⁴⁶ MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 1, lado B.

natal para descansar eternamente. Assim, sua história era uma história exemplar da experiência migratória e, por esta razão, merecia ser contada. Vale registrar, que muitos moradores de Oneta lembravam a sua trajetória quando eu informava que desenvolvia uma pesquisa sobre onetenses no Brasil, sempre ressaltando o fato de seu retorno final a Oneta, embora tantos outros indivíduos tenham deixado a aldeia e continuado suas vidas em terras tropicais.

Foi Verena Alberti, em seu livro *Ouvir contar: textos em história oral* (2004a: 71), reportando-se a Lutz Niethammer, que chamou a atenção para essas “histórias que existem dentro das entrevistas de história oral”. São histórias que, ao condensarem esteticamente elementos objetivos e de sentido, elas se transformam em “boas histórias”, histórias cujos significados não podem ser traduzidos por uma “moral”, mas sim à medida que se desenvolve a própria narrativa. No que diz respeito à força estética das histórias dentro da entrevista, há que se ressaltar que ao serem expostas ao lado de interpretações históricas, elas passam a ser compreendidas por “qualquer um”. Ou seja, qualquer pessoa, a partir de suas próprias vivências, pode compreender as informações emitidas pelo entrevistado e pelo historiador, como também encontrar novos sentidos e significados. Desse modo, estabelece-se uma triangulação entre o “receptor” das interpretações, o historiador e as histórias do entrevistado, e não mais a antiga polaridade entre historiador (o sujeito) e entrevistado (o objeto) (ALBERTI, 2004a: 73).

Porém, há um outro dado bastante significativo. Durante nossas conversas, Maria Grazia e Licia relataram que se comunicam com o primo Giuseppe Lippi, que vive atualmente na cidade de São Paulo, e que a intervalos regulares, ele revê os parentes de Oneta. A história de Alberto também merece ser narrada porque, após decorrido mais de um século, as respectivas famílias dos dois lados do Atlântico possuem e alimentam laços que as unem, quando poucos são os grupos familiares que mantêm vínculos por tão longo período com os seus descendentes no Brasil.

Luciano Gigli, por exemplo, em seu depoimento lembrou os tios paternos que emigraram para o Brasil e lamentou que alguns deles não mais retornaram, e sequer enviaram à família qualquer notícia. Também recordou o avô e tios maternos imigrantes nos Estados Unidos e salientou os retornos destes últimos a Oneta, sempre comparando-os com aqueles que se dirigiram para o Brasil.

Vale salientar que não somente Luciano, mas todos os outros depoentes igualmente confrontaram as diferentes atitudes de seus parentes que se dirigiram para ambos os países. No entanto, o estudo dos referidos deslocamentos revelou que os fluxos migratórios que

tiveram como destino o Brasil foram, em grande medida, caracteristicamente permanentes e apresentaram um índice de retorno realmente baixo, quando não foi nulo. Isto porque, após a partida dos homens, especialmente os casados, as mulheres também migravam e as famílias se reconstituíam em terras brasileiras. Assim sendo, os imigrantes realmente não retornavam mais a Oneta. Foi o que aconteceu com Giovanni Consani e Teodora Pellegrini. Ou então, os homens migravam solteiros, no Brasil se casavam, a vida se organizava, a família crescia e, dessa maneira, o retorno à aldeia também não fazia parte do horizonte dos imigrados. Foi exatamente o que aconteceu com Amedeo Lippi, Romolo, Paolo e Giovanni Gigli.

Ao passo que a migração dirigida para os Estados Unidos foi particularmente pendular, com saídas e entradas periódicas de trabalhadores em Oneta. De forma geral, envolveu homens solteiros que posteriormente retornaram a Oneta para se casar, mas, no entanto, suas mulheres não os acompanharam, permaneceram na aldeia como viúvas-brancas, como o fez Giorgia. Ou então, algumas esposas chegaram a se transferir, porém, em meio a uma sociedade e cultura tão diversas, não se adaptaram e retornaram à aldeia, como Giustina, por exemplo.

CAPÍTULO V - CAIXINHAS DE LEMBRANÇAS

Este capítulo é dedicado à análise das caixinhas de lembranças com suas coleções de fotografias e objetos pessoais, conservadas pelos guardiões da memória italiana. Essas relíquias são suportes da memória familiar e ao serem expostas e manuseadas, engendram histórias vivenciadas por membros de seus grupos familiares, entre as quais estão aquelas que narram a experiência migratória do grupo que deixou Oneta. A partir dessas histórias, que vêm sendo contadas e recontadas por seus descendentes de uma geração para outra, a italianidade é construída em terras brasileiras. Mas essas relíquias são vestígios, são pistas para se compreender o entrelaçado das relações sociais construídas durante o deslocamento.

Além da caixinha que pertenceu a Stella Consani,²⁴⁷ foi possível analisar fotografias e documentos depositados em outras cinco caixinhas conservadas pelos seguintes guardiões da memória familiar: Moema Cruz Perrone, brasileira, residente na cidade do Rio de Janeiro; e Maria Grazia Gigli, Maurizio Micheli, Vincenzo Micheli, Ferruccio Silvestri, todos italianos e habitantes de Oneta e Borgo a Mozzano.

A bem da verdade, esses onetenses não são descendentes dos Pellegrini, dos Paolucci, Sartini, Fazzi, Mattioli e Consani que deixaram Oneta, muito embora saibamos que, na aldeia, ainda que distante, quase todos os moradores estão ligados por algum laço de parentesco. Todavia, seus relatos e suas caixinhas são importantíssimos, se considerarmos que seus pais e avós foram contemporâneos dos membros do grupo imigrante e, conseqüentemente, estiveram unidos pelas mesmas redes de sociabilidade, marcadas pela amizade, o trabalho e a vizinhança. Do mesmo modo, compartilharam projetos de vida semelhantes, pois muitos vivenciaram a experiência migratória, tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos.

Há que se reconhecer que a existência dessa prática de manutenção de caixinhas de lembranças entre os descendentes dos imigrantes no Brasil e entre os moradores

²⁴⁷ Vale recordar que Stella é minha avó materna e sua caixinha atualmente está sob a minha guarda.

de Oneta, representa uma possibilidade ímpar para se observar a construção e preservação da memória da migração nas duas pontas envolvidas no processo. Memória esta que permite perceber a elaboração da identidade social do grupo imigrante no Brasil, como também descobrir os olhares lançados pelos onetenses sobre “os americanos”, como eram denominados os aldeões que emigravam para o Novo Continente (PELLEGRINI, 1987: 124).

Identificar entre os entrevistados os proprietários de caixinhas de lembranças não foi trabalho difícil. A despeito das caixinhas serem conservadas escondidas e trancafiadas em armários - como verdadeiros tesouros “enterrados” -, elas sempre deixam algumas pistas no meio das casas de seus proprietários. Não faltam velhas fotografias exibidas em porta-retratos sobre estantes e aparadores na sala de estar, ou mesmo emolduradas e presas às paredes, bem como utensílios domésticos ou que pertenceram ao mundo do trabalho, expostos como peças de decoração. Conforme observou Myriam Lins de Barros (1989: 37), esse exhibir-ocultar conforma um jogo de apresentação pública e preservação da intimidade familiar.

Entretanto, não foi tarefa simples ter acesso aos conjuntos fotográficos, documentos pessoais e pequenos objetos conservados pelos depoentes. Prova disto é a relação numérica existente entre o total de depoentes e o de caixinhas de lembranças disponibilizadas para a pesquisa: entre as oito entrevistadas brasileiras, apenas uma trouxe para nossa conversa sua coleção familiar; e entre os doze entrevistados em Oneta, quatro exibiram seus tesouros familiares e autorizaram a reprodução de algumas fotografias e objetos.²⁴⁸ Conforme observou Miriam Moreira Leite (1993: 77), é muito comum indivíduos proprietários de coleções fotográficas familiares se recusarem a expor seus acervos, principalmente quando se trata de doação ou empréstimo para pesquisas. Tomados por um misto de pudor diante da exposição pública e de temor ante a possibilidade de ver momentos significativos e carregados de sentimentos serem banalizados por um estranho ou transformados em um número de arquivo, não exibem suas fotografias.

Com relação especialmente às mulheres guardiãs da memória italiana, outros fatores dificultaram o acesso aos bens de suas caixinhas de lembranças. No caso de Laís, viúva, que residia com os filhos, em todas as entrevistas reiteradamente a depoente a eles se dirigiu solicitando que localizassem uma pasta rosa onde estavam depositadas as fotografias da

²⁴⁸ Depoentes brasileiras: Angela Conti Bonanni, Elba Consani Marins, Emília Bonanni de Almeida, Laís Consani Scarpa, Maria José Silva Guedes, Maria Julia Pelegrini Silva, Moema Cruz Perrone e Vilma Marins Campos, mas somente Moema disponibilizou imagens de sua coleção. Depoentes italianos: Antonio Micheli, Ferruccio Silvestri, Licia Silvestri, Luciano Gigli, Maria Albina Pellegrini, Maria Grazia Gigli, Maria Grazia Micheli, Maria Luisa Ugoline, Maria Ponzi, Maurizio Micheli, Piero Micheli e Vincenzo Micheli. Entre estes, autorizaram a reprodução de algumas fotografias: Maria Grazia Gigli, Maurizio e Vincenzo Micheli, e também Ferruccio Silvestri.

família. Como resposta, os filhos diziam que tão logo tivessem tempo disponível, iriam procurá-la.

Emília, também viúva e dona de casa, tendo um filho em sua companhia, comentou que possui muitas fotografias e que elas

eram guardadas em um envelope dentro de uma gaveta. Depois a gente colocou em um álbum grande: era um álbum grande das crianças pequenas. Tem fotografias do meu avô, da minha avó e da Laís. Os presentinhos do Dia dos Pais, do Dia das Mães e as cartinhas, eu guardo em caixas. Tem uma caixa que é só de cartinhas e duas caixas são de coisas e cartõezinhos que os filhos escreveram no meu aniversário.²⁴⁹

Porém, tão logo eu expressava meu desejo de ver tais caixas e álbuns, a depoente prontamente comentava: “Só não estou me lembrando onde estão!”²⁵⁰ Na realidade, segundo deduzi posteriormente, Emília sabia exatamente o local onde as caixinhas estavam depositadas, só não podia exibi-las sem a autorização de seu filho que, conforme ficou explícito posteriormente, já assumira a responsabilidade pelo acervo familiar e não desejava compartilhá-lo.

Enfim, em função da “falta de tempo” de uns ou o “esquecimento” da depoente, o fato é que a pasta rosa de Laís não foi encontrada por seus filhos e as caixas de Emília jamais apareceram diante de meus olhos, somente um álbum de fotografias mais antigas e outros com imagens recentes.

Já Maria Grazia Micheli, casada, professora aposentada, habitante de Oneta, só expôs a sua caixa repleta de fotografias herdadas de sua avó e mãe, após o consentimento do marido. Durante uma de nossas conversas a depoente se retirou da sala de estar com o objetivo de buscar a caixinha, mas retornou alegando que não se recordava do local onde a havia guardado. Foi o marido quem se ausentou do recinto para buscar a caixa. Aliás, seu esposo fez questão de estar presente durante a realização das entrevistas, chegando mesmo a interferir em muitos momentos. Lamentavelmente, ela não me permitiu reproduzir qualquer fotografia de sua caixinha.

Por outro lado, Moema, viúva, bibliotecária aposentada e que vive sozinha, em nosso primeiro encontro me apresentou sua coleção de fotografias e, pacientemente, identificou pessoas e lugares imortalizados nas imagens. Posteriormente, consentiu na reprodução de

²⁴⁹ ALMEIDA, Emília Bonanni de. Depoimento, Mogi das Cruzes, 14 set. 2002. LABHOI, UFF, Fita 11, lado B e 14 set. 2002, Fita 12, lado A.

²⁵⁰ ALMEIDA, Emília Bonanni de. Depoimento, Mogi das Cruzes, 14 set. 2002. LABHOI, UFF, Fita 12, lado A.

algumas imagens, mais especificamente aquelas nas quais membros dos Consani foram retratados.

Também Maria Grazia Gigli, casada, artesã de Oneta, logo em nossa primeira entrevista abriu uma gaveta de um móvel da sala de estar e mostrou-me sua coleção de fotografias. Seu marido permaneceu em outro cômodo da casa e em nenhum momento interferiu. Em seguida, pude reproduzir algumas fotografias de seu acervo.

Diante da existência de circunstâncias distintas em relação ao acesso às caixinhas de lembranças das guardiãs, constata-se que as condições, as situações e os papéis nos quais elas se encontravam ou assumiam no interior de seus núcleos familiares, principalmente no que diz respeito ao grau de liberdade ou dependência que usufruíam, foram fatores decisivos que ora criavam dificuldades e ora auxiliavam a exibição dos acervos. Apesar do espaço doméstico e, nele, das atividades relacionadas à construção da memória familiar, constituir-se em uma instância onde as mulheres possuem primazia de ação, os homens não deixam de intervir, fosse controlando os depoimentos de suas mães e esposas, ou mesmo impedindo a exibição do acervo familiar. Para isto, fizeram valer seus poderes de chefe de família, na condição de filho ou de marido.

Considero que foram muito mais tais circunstâncias que impediram algumas guardiãs de exibir suas caixinhas, do que uma negação das próprias mulheres em fazê-lo. Até porque todas as depoentes se sentiram valorizadas diante da oportunidade de poderem revelar as relíquias que colecionaram ao longo de suas vidas e que contam as trajetórias de suas famílias.

Tais dificuldades, obviamente, não se apresentaram para os três homens depoentes de Oneta que assumiram a função de guardiões da memória de suas famílias. Vincenzo e Maurizio Micheli, pai e filho, respectivamente, logo em nosso primeiro encontro trouxeram suas caixinhas de lembranças. Vincenzo informou que ambas as caixas pertenceram a Antonietta Micheli, sua irmã, e após sua morte, não havendo mais mulheres na família, coube-lhes inicialmente o legado. O outro guardião da memória, Ferruccio Silvestri, também comentou que se tornou herdeiro das fotografias da família após o falecimento de sua mãe e irmãs. Para nossa conversa trouxe um álbum de fotografias.

1. Coleções familiares: uma obsessão contemporânea

Fui eu que comecei. A primeira coisa que coloquei na caixinha foi o convite do nosso casamento. Dali em diante foi: uma fotografia que tira aqui, outra tirada ali, e naquele tempo tiravam-se muitas fotografias! [...] Quer dizer, a caixinha ficou cheia em três tempos.

Era uma caixinha assim de madeira, com divisões, onde eu botava: as fotografias, os cabelinhos dos filhos - cachinhos amarradinhos com fitas -, e as medalhinhas que eles usavam quando eram pequenininhos. Ela tinha umas coisinhas assim.²⁵¹

Dessa forma singela Angela lembrou o que considera o marco inaugural de sua caixinha de lembranças: seu convite de casamento. Certamente a constituição da nova família foi o motivo que a levou a assumir a função de guardiã da memória e a reunir objetos familiares de um núcleo que estava em formação, mas que possuía um passado.

Moema, recordando a origem de sua coleção fotográfica, narrou que ela pertencia a Adelaide Consani Perrone, e que depois ficou sob a guarda do filho João: “Quando nos casamos, a caixinha veio junto!”²⁵² Com a morte do marido, Moema passou a cuidar do acervo, herdando sua função.

Maria Grazia Gigli, que hoje mantém suas fotografias em uma gaveta, informou que as proprietárias anteriores, sua mãe e sua avó, sempre as conservaram em uma caixa dentro de um armário em seus quartos. Com o falecimento de ambas, ela se incumbiu de conservá-las.

Outra depoente, Maria Grazia Micheli, também recordou a proveniência de suas fotografias:

Minha avó não guardava as fotografias, ela as pendurava na parede: eram as fotografias dos antepassados. Tinha dois medalhões: um com minha avó e outro com o meu avô Serafino.²⁵³

Minha mãe tinha o quarto cheio de fotografias presas à parede e em retratos. Mas aquelas que ela tinha no quarto estão lhe fazendo companhia no cemitério, coloquei todas no caixão. Porém, tenho diversas em casa. Essas eu coloco em uma caixa.²⁵⁴

Sejam os depoentes aqueles que iniciaram as caixinhas de lembranças ou os sucessores de suas avós, mães e irmãs, em comum esses indivíduos possuem o fato de serem movidos

²⁵¹ BONANNI, Angela Conte. Depoimento, Passa Quatro, 24 ago. 2002. LABHOI, UFF, Fita 8, lado B e lado A.

²⁵² PERRONE, Moema Cruz. Depoimento, Rio de Janeiro, 24 set. 2004. LABHOI, UFF, Fita 14, lado A.

²⁵³ O que Maria Grazia denomina medalhão é uma fotografia de formato oval, de grande dimensão e ricamente emoldurada.

²⁵⁴ MICHELI, Maria Grazia. Depoimento, Oneta, 16 out. 2006. LABHOI, UFF, Fita 1, lado A e lado B; e Fita e, lado A.

por uma curiosidade e se empenharem em buscar um sentido para aqueles rostos, objetos e lugares que foram eternizados em velhas fotografias (BARROS, 1989: 38). Frequentemente, tal iniciativa é o início de uma viagem pessoal em busca da própria identidade no contexto familiar e/ou de um trabalho de reconstituição da origem do seu grupo. Ao fim e ao cabo, a investigação acaba se transformando em um “projeto” para esses indivíduos proprietários de caixinhas de lembranças, na medida em que passa a nortear suas ações e influenciar decisões futuras em suas vidas.²⁵⁵

Todavia, como os depoentes da presente pesquisa, não são poucos os indivíduos que igualmente vivenciam tais processos de busca da origem e construção da própria identidade. Tais experiências devem ser compreendidas no contexto das transformações sofridas pelas sociedades contemporâneas.

Em decorrência da expansão do crescimento industrial, iniciado em fins do século XIX e que adentrou o século XX, passou-se a vivenciar fenômenos identificados como mundialização e massificação. Emergiu assim uma nova sociedade caracteristicamente complexa e heterogênea, cuja principal peculiaridade é a existência e a percepção de diferentes visões de mundo, diversos mundos e estilos de vida. Uma sociedade fragmentada socioculturalmente e múltipla em referências em termos de grupos ou de atitudes, conforme ponderou Gilberto Velho (1994).

Ainda de acordo com Velho (1994: 26), na sociedade moderna os indivíduos se destacam, tornam-se indivíduos-sujeitos, mas passam a viver diversos papéis sociais em função dos diferentes domínios e planos em que se movem - família, trabalho ou lazer, entre outros. Por conseguinte, esse sujeito moderno sente o risco da desestabilização, pelo fato de estar exposto a múltiplas experiências, contraditórias e eventualmente fragmentadoras; como também vivencia uma sensação de desenraizamento, porque foi arrebatado pela velocidade das transformações e inovações técnicas, científicas e culturais, com as quais nem a sua psique nem os seus sentidos estavam capacitados para lidar (HUYSEN, 2000: 32).

É importante ressaltar que a diversificação e a fragmentação de domínios, associadas às variáveis econômicas, políticas, sociológicas e simbólicas, colocam constantemente em cheque e mesmo alteram a identidade dos indivíduos (VELHO, 1994: 44). Não por outra

²⁵⁵ A noção de projeto é aqui compreendida conforme a formulação de Gilberto Velho, isto é: “uma conduta organizada para atingir finalidades específicas”. VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 137 p.

razão, vivenciam um processo permanente de reconstrução identitária e, para isto, empreendem o retorno ao passado, que pode ser real ou imaginário, onde buscam ou reencontram a origem familiar. Nesse processo, a memória é elemento constituinte e imprescindível, pois é selecionando e organizando episódios, fragmentos de informações, experiências, enfim, que os indivíduos constroem suas identidades sociais.

Entretanto, em anos recentes, mais especificamente a partir dos anos 1960/70, essa volta ao passado passou a ser realizada de forma obsessiva. Conforme salientou Andreas Huyssen (2000: 9-16), a memória emergiu como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais, representando um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes, algo que ele denominou de “passados presentes”. O autor lembra que nos Estados Unidos e na Europa, desde a década de 1970, não são poucas as iniciativas de restaurações historicizantes de antigas cidades, a proliferação de museus, o *boom* das modas *rétro*, os *revivals*, a obsessiva automusealização através das câmaras de vídeo, o aumento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos, a variedade de documentários que passaram a ser exibidos na televisão, só para citar alguns exemplos. Enfim, a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os cantos do planeta.

Vale lembrar que, no início do século XX, quando os indivíduos se sentiram submetidos a um grande número de estímulos e situações, o que os tornava ansiosos, desenvolveram uma atitude identificada por Georg Simmel (1987), como *blasé*. Ela funcionava como uma espécie de defesa à ameaça de diluição de suas referências, pois os indivíduos se tornavam indiferentes, apáticos e buscavam se distanciar em relação à variedade de situações às quais eram expostos. Vale ressaltar que esse comportamento ocorreu em um contexto que, de uma maneira geral, privilegiava o futuro, pois o progresso a todos seduzia e acreditava-se no paradigma da modernização.

Já o indivíduo das últimas décadas, do século XX, descrente no progresso, na modernidade, e exposto a mudanças tecnológicas ainda mais velozes e intensas, bem como a uma massa de informações até então nunca recebida, foi tomado por um sentimento de encurtamento do tempo presente e refugiou-se no passado, conforme ponderou Huyssen (2000: 22-32). Isto porque, se o presente é percorrido rapidamente, o futuro está logo adiante, e como ele não mais inspira confiança, amedrontando, então é necessário ir mais devagar, voltando para o passado em busca de conforto. Nas palavras do autor, “o enfoque sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo, pelo fraturamento do espaço vivido”, como também pelo pânico do desaparecimento e do esquecimento (HUYSSSEN: 2000: 19-20).

Esse sentimento vivenciado pela sociedade contemporânea de que tudo ao redor desaparece instantânea e definitivamente, aliado à incerteza do futuro e à preocupação com o significado do presente, levou seus indivíduos a desejar tudo guardar, tudo arquivar: documentos, imagens, objetos, testemunhos, traços; utilizando os mais variados meios e suportes: o registro escrito, fitas de áudio, filmes, CD-ROMs etc. Um desejo/vontade de memória atingiu toda a sociedade indiscriminadamente, fazendo de cada um o historiador de si mesmo (NORA, 1993: 17).

Desse modo, “nossa época se tornou a maior produtora de arquivos, não somente pelo volume que produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio” (NORA, 1993: 14-15). Conseqüentemente, o mais modesto dos indícios e o mais humilde testemunho foram alçados à categoria de memorável.

Por conseguinte, uma infinidade de “objetos memoráveis” passou a ser reunida e conservada em bibliotecas, arquivos, centros de memória, santuários, enfim, instituições públicas e privadas, em países de quase todo o mundo ocidental, com o objetivo de compensar a perda da identidade - seja ela nacional, comunitária ou pessoal -, vivenciada pelos indivíduos e grupos na contemporaneidade. Tais locais, que nasceram de um desejo de fazer lembrar, foram denominados *lugares de memória* por Pierre Nora (1993). Isto é, são referências materiais, simbólicas e funcionais, com as quais indivíduos e grupos se identificam, e em torno dos quais se agregam, o que lhes garantem o sentimento de pertencimento. Os “lugares de memória” podem ser tanto grandes rituais e momentos, como comemorações e álbuns de retratos, que materializam sinais de pertença de grupo ou de um indivíduo a uma sociedade. (NORA, 1993: 13).

Mas ainda de acordo com Nora, esses lugares não se reduzem a espaços físicos; a vestígios materiais do passado. Como se disse, para que um local seja considerado *lugar de memória*, necessariamente deve estar relacionado aos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional concomitantemente, mas em graus diversos. Nas palavras do autor:

mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra nessa categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (NORA, 1993: 21).

Dessa maneira, os *lugares de memória* são construções históricas, são produtos intencionais e artificiais decorrentes de uma vontade de memória. Nesse sentido, os lugares de memória são também indícios, vestígios de uma outra época que um indivíduo ou um grupo reuniu e cuidou de atribuir um significado particular, selecionando-os para o futuro. Por isso, possuem um valor como *documentos* e *monumentos*. E foi Jacques Le Goff (1994: 535-547), em seu texto *Documento/Monumento*, que propôs esse olhar sobre os vestígios do passado, matéria-prima dos historiadores. De acordo com o autor, a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos*, que podem se apresentar sob a forma de escolha do historiador, e os *monumentos*, que podem se manifestar como herança do passado.²⁵⁶

Ainda de acordo com Le Goff, os fragmentos do passado que sobreviveram não formam um conjunto daquilo que “um dia existiu”. Na realidade, são “uma escolha realizada quer pelas forças que operaram no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 1994: 535). Dito de outra forma, os documentos não são qualquer coisa que fica do passado; não surgem devido a um imperscrutável desígnio dos deuses, como observou Marc Bloch. Os documentos são produtos da sociedade que os fabricou segundo as relações de forças que, em certo momento, detinham o poder. Também trazem consigo as marcas das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, ou mesmo esteve esquecido, e ainda assim continuou a ser manipulado. (LE GOFF, 1994: 547-548). Por conseguinte, os documentos não são inocentes e, portanto, precisam sofrer uma crítica interna com relação à sua produção, que é histórica, e à sua intencionalidade, devendo ser desmistificados em seus significados aparentes. Esta crítica permite, por um lado, aplicar o conceito de *documento* tanto a um monumento, a um vestígio arqueológico, a um objeto ou mesmo a um ato escrito, fazendo de todos fontes de pesquisa, independentemente do suporte material em que se apresentem. Por outro, possibilita

²⁵⁶ Jacques Le Goff, a partir da origem filológica da palavra latina *monumentum*, definiu *monumento* como “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”. Já o termo latino *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’, evolui para o sentido de ‘prova’, usado no vocabulário legislativo. No início do Oitocentos a palavra ganhou seu sentido moderno de testemunho histórico. Já no final deste século e nos primórdios do Novecentos, para a escola histórica positivista o documento se afirmará como o fundamento do fato histórico, como prova do fato ocorrido, mesmo resultando de uma escolha do historiador. Assim, a objetividade do documento parece se opor à intencionalidade do monumento. LE GOFF, J. “Memória”. In: _____. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 423-483.

compreender o documento como resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. É assim que o documento é monumento (LE GOFF, 1994: 547).

No contexto das transformações que ocorreram no mundo contemporâneo, como o constante processo de individualização, a sensação de encurtamento do tempo e de desenraizamento, o medo do esquecimento e a obsessão pelo passado que atingiram todo o conjunto da sociedade, a família emergiu como o grupo social capaz de proporcionar aos indivíduos a estabilidade perdida, já que propicia um sentimento de pertencimento, ou seja, uma identidade comum. Por conseguinte, esses mesmos indivíduos revalorizaram ainda mais a preservação da memória do próprio grupo familiar, em especial em momentos de crise e mudança, como é o caso da imigração. Não por outra razão, famílias imigrantes são cuidadosas a eleger seus guardiões da memória, selecionar histórias que deveriam ser narradas, estabelecer “lugares de memória”, como também reunir e conservar bens materiais impregnados de valor simbólico, ou seja, documentos/monumentos destinados ao futuro.

Tais bens materiais, em função de suas características particulares e por serem mantidos reunidos, constituem o que nós identificamos como coleção. Colecionar uma atividade exercida por todo e qualquer grupo humano, cujo objetivo é delimitar um campo subjetivo e, assim, diferenciar-se de outros existentes.²⁵⁷ Desse modo, as coleções podem ser percebidas como mais um trabalho inerente a coletividades e entidades sociais - sejam elas religiosas, étnicas, culturais ou nacionais -, empenhadas em preservar uma memória comum (POMIAN, 1984).

As primeiras coleções identificadas por paleontólogos e arqueólogos datam do período do Neolítico, quando os mortos já eram sepultados acompanhados de objetos que lhes haviam sido úteis e que deveriam permanecer ao seu lado na outra vida. Entre estes, estão as oferendas e peças de mobiliários funerários.

Posteriormente, as civilizações que floresceram passaram a reunir uma variedade imensa de artefatos não somente em tumbas, mas também em templos, palácios reais, em bibliotecas, constituindo diferentes tipos de coleções que agrupavam, entre outros objetos, relíquias, livros, jóias, obras de arte etc. Na contemporaneidade, as coleções existentes em

²⁵⁷ José Reginaldo Santos Gonçalves lembra que algumas sociedades reúnem e acumulam objetos com a finalidade de redistribuição, ou mesmo a sua simples destruição, como é o caso do *kula* trobriandês, estudado por Malinowski, e do *potlach*, analisado por Marcel Mauss. SANTOS, J. R. S. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. 252 p. Cf. MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico ocidental*. São Paulo: Abril, 1976; MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.

museus, bibliotecas, arquivos e residências privadas e são igualmente diversificadas e incomensuráveis.

Com o intuito de circunscrever o universo tão amplo e diversificado das coleções, Pomian identificou alguns elementos comuns a várias delas e assim definiu o que vem a ser uma coleção: “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar público” (POMIAN: 1984: 53). No entanto, o próprio autor, ao apontar o paradoxo implícito em sua definição, abriu uma interessante possibilidade de análise das coleções e de seus ecléticos objetos. O paradoxo consiste no fato dos objetos de coleções serem mantidos em lugares protegidos, possuírem um valor de troca sem, no entanto, agregarem um valor de uso. Por exemplo: os objetos que compõem os acervos de museus, de arquivos públicos e particulares, estão sujeitos a uma proteção especial em local apropriado, mas não possuem uma utilidade (cotidiana), não se distinguem por critérios de funcionalidade. Todavia, a eles foi atribuído um valor em moeda corrente, pois existe um mercado onde podem ser comprados ou vendidos e, assim, possuem um valor de troca.

Por outro lado, os artefatos que compõem outros tipos de coleções, como os conjuntos de objetos funerários, as oferendas e as relíquias, encontrados em tumbas, templos e igrejas, são mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, são considerados objetos preciosos e submetidos a uma proteção especial, não porque a eles corresponda um valor de mercado, mas sim pela função que lhes é atribuída: esses objetos viabilizam a comunicação entre o mundo visível e o invisível.²⁵⁸ Invisível aqui compreendido como o espaço onde estão os mortos, os deuses, o sagrado, o além, em contraposição ao mundo terreno, dos vivos, dos simples mortais; como também o tempo das origens, dos mitos, dos heróis, dos antepassados, do próprio passado, que se opõe ao presente.

Em suma, o valor de troca e a enorme importância dos objetos de coleções estão relacionados aos diversos significados que lhes foram atribuídos pelos indivíduos,

²⁵⁸ Para Krzysztof Pomian “o invisível é o que está muito longe no espaço: além do horizonte, mas também muito alto ou mais baixo. E é aquilo que está muito longe no tempo: no passado, no futuro. Além disso, é o que está para lá de qualquer espaço físico, de qualquer extensão, ou num espaço dotado de uma estrutura de fato particular. É ainda o que está situado num tempo *sui generis* ou fora de qualquer fluxo temporal: na eternidade. É por vezes uma corporeidade ou uma materialidade distinta daquela dos elementos do mundo visível, por vezes uma espécie de anti-materialidade pura. Pode ser algo autônomo com respeito a algumas ou a todas as limitações impostas ao que se encontra cá em baixo, mas pode ser uma obediência a leis diferentes das nossas”. POMIAN, K. “Coleção”. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Lisboa: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

significados esses referenciados nos mitos, crenças e tradições. Por essa razão são considerados objetos preciosos, permanecem sob uma proteção especial e são mantidos fora do circuito das atividades econômicas. Na realidade, esses objetos existem para serem apreciados pelo olhar, seja enquanto fontes que permitem obter conhecimentos científicos e históricos, seja como meio de comunicação com o invisível, ou mesmo como fonte de prazer estético (POMIAN, 1984).

Aqui interessam especialmente os objetos capazes de intermediar a comunicação entre o mundo invisível e o visível, denominados *semióforos* por Pomian (1984: 71). Tais artefatos, ao representarem o invisível, são providos de significados mágicos, religiosos ou simbólicos, e suas funções estão voltadas para o imaterial, e, por conseguinte, não pertencem ao reino das coisas, dos objetos úteis em termos materiais, não possuem valor de uso.

Contudo, para que os *semióforos* exerçam a função de assegurar a conexão entre o mundo visível e o invisível é necessário que sejam expostos, pois só dessa forma se tornam intermediários entre aqueles que os observam e o mundo que representam. A seu lado, é indispensável também a existência de um indivíduo, pois é este que, através da linguagem, constrói a ligação entre os dois mundos, a partir da atribuição de significados aos objetos. Isto porque, enquanto o visível é acessível especialmente pelo olhar, o invisível só pode ser alcançado através da palavra. É a linguagem que engendra o invisível (POMIAN, 1984: 68). Sendo preciso que o invisível que esses objetos representam seja uma “realidade” e não uma ficção.

Nesse contexto, faz-se necessário observar os tipos de objetos selecionados, como também compreender as prováveis razões que levaram os colecionadores a preferir determinados objetos e não outros para integrar os respectivos acervos. Para se tornar *semióforos* comunicando passado e presente e representando um grupo. Vale mencionar que aqui se estará fugindo de uma análise baseada em referências psicológicas individuais, onde pesam noções como o “gosto”, o “interesse” ou ainda o “prazer estético”. O que é realmente significativo é o fato de “o gosto se dirigir para determinados artefatos e não para outros, de se interessar por isso e não por aquilo (...) que deve ser explicado” (POMIAN, 1984: 75). Somente dessa maneira é possível perceber como os grupos delimitam a fronteira entre o invisível e o visível, e compreender o que é significativo para o grupo. Ou seja, quais objetos foram privilegiados e quais os valores e comportamentos eles “materializam” e que circulam entre os descendentes.

No entanto, devido à explosão da produção e do consumo provocadas pelas transformações da sociedade contemporânea, os indivíduos viram-se imersos em um mar de

objetos obsoletos e com existências passageiras, que se transformam e envelhecem com velocidade espantosa. Um mundo onde tudo se tornou facilmente esquecível (DE SETTA, 1984: 111). Contrariamente a essa tendência ao consumo, os objetos que integram as coleções representam, fundamentalmente, a permanência e a possibilidade de adquirir uma estabilidade perdida.

Concomitantemente a essa atividade de colecionamento, floresceu a necessidade de “musealização”, o que é absolutamente condizente com o crescimento explosivo da memória e da volta compulsiva ao passado. Hermann Lübbe (*apud* HUYSSSEN, 2000: 27), percebeu esse processo de “musealização” como sendo central para o deslocamento da sensibilidade temporal do nosso tempo, processo este que não estava mais restrito à instituição do museu. Ao contrário, havia se espreado por todas as áreas da vida dos indivíduos; na realidade, era o mundo que estava se museificando. Dessa forma, o espaço privado também foi açambarcado pelo fenômeno de musealização. As casas ganharam ares de museus: móveis antigos que pertenceram a bisavós e avós, fotografias dos antepassados, artefatos que um dia existiram como ferramentas de trabalho, velhas máquinas fotográficas e tantos outros objetos que passaram a decorar os ambientes domésticos, capazes de revelar a origem da família. Mesmo porque, objetos nas casas não faltam. Conforme observou Cesare De Seta (1984: 110), devido às várias funções que em uma casa têm lugar, - pois nela seus habitantes comem, dormem e vivem, - está implícita a existência de diversos móveis, utensílios domésticos, roupas e objetos que atendam a todas essas necessidades. Dessa forma, “a casa é o verdadeiro paraíso dos objetos dos nossos dias”.

Observando esse processo de musealização das residências domésticas, De Setta (1984: 110) chamou a atenção para a estreita relação existente entre a casa-museu e o museu-instituição da Idade Moderna. Embora sejam instâncias que se diferenciam em função da qualidade e dos recursos, ao fim e ao cabo, cada uma irá construir o seu sacrário pessoal com os objetos que herdaram ou compraram. É desse modo que os indivíduos satisfazem o anseio de manter uma relação privada com “sua” própria imagem de passado, d história. Assim, a casa é o espaço que abriga a família, princípio e meio para os indivíduos vivenciarem o sentimento de uma identidade socialmente compartilhada. E ainda, conforme observou Gaston Bachelard (1988: 160-161), esse “canto do mundo” é um universo repleto de imagens que dão aos indivíduos razões ou ilusões de estabilidade. Identidade e estabilidade, sentimentos tão caros aos indivíduos do nosso tempo.

Mas a casa também possui uma vida de relação doméstica e social, ela interage com o mundo da rua e, dessa maneira, há um local para “receber” e este, por mais simples que seja,

pode ser um pequeno museu. Ainda que as casas se diferenciem em função das condições sociais, culturais e econômicas daqueles que as habitam, o que diversifica a natureza de todos os seus objetos, mesmo assim ocorre um processo de museificação dos objetos (DE SETA, 1984: 110). Em suma, além fornecer o abrigo, outra função da casa é a de “lembrar”: a origem dos seus moradores, as experiências vividas, o passado familiar, a história do próprio grupo, já que os objetos que a constituem são a representação material de um passado.

As casas dos guardiões da memória obedecem de forma especial a tais desígnios. São repletas de objetos e fotografias que pertenceram àqueles que os antecederam. Entre os artefatos é possível identificar duas categorias: os artefatos de médias e grandes dimensões e aqueles de dimensões reduzidas, que são os objetos e as fotografias.

Com relação aos artefatos de médias e grandes dimensões, como antigos utensílios domésticos e peças de mobiliário, eles são visíveis a qualquer visitante, assim que atravessa a porta de entrada, encontrando-se espalhados por outros cômodos da casa. Quem chega à casa de Vilma, depara-se com a espada e o par de estribos que Giuseppe Consani utilizava para cavalgar, conservados pendurados em uma das paredes da sala de estar. Moema revela aos visitantes um pequeno vaso e o antigo relógio, que um dia regeu os afazeres cotidianos de Teodora e Giovanni. Na sala de jantar da casa de Emília, encontram-se expostos um velho espelho em cristal bisotado e um porta-retratos que também um dia estiveram na casa de Teodora e Giovanni.

A sala de estar da casa de Maria Grazia Gigli (o mesmo imóvel que abrigou o armazém de sua avó Giorgina e de sua mãe Nella) está repleta de velhas fotografias de seus antepassados expostas em porta-retratos, emolduradas e presas à parede ou compondo um grande painel que consegue unir várias gerações. Fazendo parte da decoração, há uma velha estufa de ferro que ainda hoje é usada para elevar a temperatura ambiente durante os rigorosos invernos de Oneta. Maria Grazia Micheli mantém preso à parede um pequeno *rastrello*, um ancinho que, quando criança, utilizava para recolher azeitonas. Já Licia Silvestri, logo que cheguei a sua casa me recebeu com a seguinte frase: “*Questo cucchiaino è un ricordo da Brasile!*”²⁵⁹ Tinha em suas mãos uma colher de café decorada com uma pequena pedra em seu cabo que lhe foi enviada por um primo brasileiro. Enfim, claro está que os guardiões, ao museificarem suas casas com antigos objetos que herdaram de seus antepassados, estão conservando a memória da família.

²⁵⁹ SILVESTRI, Licia. Depoimento, Oneta, 21 nov. 2006. LABHOI, UFF, Fita 12, lado A.

Como é possível perceber, todos esses objetos são impregnados de uma grande carga afetiva, pelo fato de terem pertencido a antepassados ou parentes queridos e, portanto, adquiriram o *status* de *objetos biográficos*. Eles viveram, envelheceram e se incorporaram à vida de seu antigo proprietário, passando a representar a sua própria experiência vivida (MORIN *apud* BOSI, 1994: 441).

Por outro lado, os objetos com dimensões reduzidas e as coleções fotográficas são conservados nas respectivas caixinhas de lembranças, que por sua vez, são guardadas preferencialmente em armários nos quartos de dormir dos guardiões e, ocasionalmente, em um outro móvel fechado.²⁶⁰

Bachelard (1988: 160-161), em seu estudo fenomenológico dos valores do espaço da casa e seu mobiliário, observou que entre as peças do mobiliário que a constitui, o armário seria a imagem do segredo e seu espaço interior um lugar de intimidade. Um móvel que não se abre à toa, somente em momentos precisos, sendo que muitos são trancados a chaves. É nos armários onde são guardadas determinadas coisas, não qualquer coisa; como também há neles uma ordem, um lugar para cada coisa e, entre elas, as lembranças. Não por outra razão as caixinhas de lembranças vivem nesses locais secretos e íntimos, protegidas da ação e dos olhares dos habitantes da casa e de visitantes curiosos, mas onde os guardiões sabem perfeitamente onde encontrá-las, quando o momento assim o exigir. Provavelmente, não por outro motivo, parte dos depoentes não me deixou ver as caixinhas, já que eu era uma visitante curiosa e ainda determinada a transformar suas lembranças familiares e seus objetos de culto, destinados a serem expostos somente em momentos preciosos, durante rituais organizados pelos grupos, em objeto de estudo.

2. Rituais de transmissão da memória italiana

Emília Bonanni narrou que, por ocasião de festas na família, sempre chega o momento de seus filhos e netos explorarem sua caixinha de lembranças e seus álbuns fotográficos. Nesses instantes, pessoas retratadas ganham nomes; lugares fotografados são identificados; objetos são remetidos a seus antigos proprietários e velhos casos e histórias são por ela

²⁶⁰ Ao contrário dos outros guardiões da memória, Stella Consani guardava sua caixinha de lembranças em um compartimento fechado debaixo da mesa da sala de estar, como um pequeno armário. Era um local a que somente ela tinha acesso, já que nele eram depositados objetos e coisas que somente seriam utilizados na cozinha.

relembrados e narrados. A depoente comentou que todo esse procedimento ocorre principalmente quando

o aniversário é festejado aqui em casa. Porque quando é na casa dos outros, as fotografias são recentes, e aqui não, aqui eles vão mexendo, vão abrindo gavetas. Eu digo: este é o vovô, este o bisavô. Os mais velhos entendem, mas os pequeninhos... Mas eles gostam de ver como era antigamente. Alguns falam: “É, fulano parece com ciclano!”²⁶¹

Angela Conti contou que há anos sua família se reúne para as comemorações de Natal, Ano Novo, Páscoa e alguns aniversários. Nesses encontros, ela exhibe aos seus filhos e netos as fotografias de sua caixinha de lembranças. Porém, seus 79 anos a levaram a dividir o legado entre seus herdeiros.

A gente sentava à mesa, eu colocava a caixa e aí começava: “Ah, eu vou levar esta, esta também.” “Ah, mãe, a senhora vai me dar esta fotografia?” Assim, a maioria das fotos boas os filhos carregaram. “Eu vou levar esta, vou levar esta”. Tive que esparramar entre eles. Depois de morta, é capaz de eles deixarem todas jogadas ai em um canto. Deixei que eles levassem as antigas, fiquei com as mais recentes.²⁶²

Assim como Emília e Angela, os outros guardiões da memória relataram que durante encontros familiares retiram suas caixinhas de lembranças de seus respectivos “esconderijos”, e em seguida tem início o processo de identificação das fotografias, de reconhecimento de antigos objetos e de muitas histórias serem puxadas na memória e narradas aos filhos e netos.²⁶³ Grande também é a preocupação dos guardiões com a conservação de seus bens quando não estiverem mais entre os vivos, pois além de Emília, Vincenzo Micheli já instituiu o filho Maurizio no papel de guardião da memória de seu grupo, conforme foi possível constatar.

Esse trabalho de exposição de bens familiares e biográficos, realizado por mediadores da memória que ocupam o lugar social de avós no interior de suas famílias, tendo como objetivo a transmissão de bens simbólicos, e valores e comportamentos selecionados pelo grupo, ocorre frequentemente em diversos grupos familiares. Segundo Myriam Lins de Barros (1989: 35) isto também demonstra o desejo dos avós de verem um pouco de si próprios sobreviver em seus netos. No caso específico dos guardiões da memória da presente pesquisa,

²⁶¹ ALMEIDA, Emília Bonanni de. Depoimento, Mogi das Cruzes, 14 set. 2002. LABHOI, UFF, Fita 11, lado B.

²⁶² BONANNI, Angela Conte. Depoimento, Passa Quatro, 24 ago. 2002. LAB HOI, UFF, Fita 8, lado A.

²⁶³ Maria Grazia Gigli é a única que não esconde sua coleção, pois suas fotografias e pequenos objetos são guardados em uma gaveta em móvel da sala de estar.

o referido trabalho é por eles desenvolvido visando atingir os mesmos objetivos apontados por Barros, porém, considerando que suas caixinhas de lembranças conservam objetos e fotografias que pertenceram e que retratam os antepassados que um dia deixaram Oneta, no momento que esses artefatos são expostos engendram histórias que reconstroem trajetórias percorridas por seus membros. Eles recriam a experiência de viver em um outro país, em uma outra cultura, e revelam a imagem construída e projetada por quem saiu da comunidade de origem.

No que se relaciona aos encontros familiares, estes se constituem em uma prática através da qual as famílias permanentemente se utilizam para celebrar a união entre seus membros. Para aos imigrantes italianos, tais oportunidades agregavam um significado a mais. Isto porque, os instantes nos quais cada narradora ou narrador falou de si, da própria vida e de seus antepassados, sempre acompanhados de suas caixinhas de lembranças, representaram momentos mágicos, pois neles a memória conseguia derrubar a barreira que separava o presente do passado, trazendo notícias de uma outra época que não volta mais, mas onde está situada a origem do grupo social, ou seja, a Península Itálica. Assim sendo, tais momentos podem ser reconhecidos como rituais familiares de construção da memória italiana.²⁶⁴

Segundo Valerio Valeri (1984: 345; 359), o rito constitui um fenômeno durante o qual a sociedade, na sua totalidade ou em algumas de suas manifestações de relevo, se torna ator, pelo forte envolvimento que ele produz. No rito constatamos comportamentos segundo determinadas normas e regras, mas nele também são produzidos e reproduzidos formas complexas de comunicação, porque realizadas através de recursos simbólicos. Porém, os ritos não se resumem a meros mecanismos comunicativos; eles refletem crenças, devendo ser aprendidos e reaprendidos. Os ritos são situações que favorecem a reflexão, são estimuladores e fornecedores de informações novas, capazes de reinvestir de sentido o mundo constituído e cristalizado da experiência social. Assim, o rito pode ser tanto o veículo da permanência como também da mudança; tanto do retorno à ordem, como criação de uma nova ordem (DA MATTA, 1979: 32).

De acordo com Roberto da Matta (1979: 65), o ritual constituiu-se num domínio privilegiado para manifestar aquilo que se deseja perene ou mesmo “eterno” em uma sociedade. É também um elemento para se transmitir e reproduzir valores, mas,

²⁶⁴ Para uma análise aprofundada dos ritos, conferir: GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. LTC, 1989; GENNEP, A. V. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978. 181 p.; MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico ocidental*. São Paulo, Abril, 1976 (Col. Os Pensadores); MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974; TUNNER, V. W. *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974. 245 p.

principalmente, é um instrumento de produção e acabamento desses valores. Assim, os ritos “dizem” coisas, “lembram” coisas e “transmitem” coisas, tanto quanto as relações sociais. Porém, neles, as mensagens sociais possuem maior clareza, porque são elaboradas com mais intensidade, com maior coerência e consciência. Os rituais são dotados da capacidade de transformar algo natural em algo social; de colocar em foco um elemento do mundo social, que deslocado passa a adquirir um significado novo, a partir de alguma forma de dramatização, sendo dessa maneira que tomamos consciência das coisas, do mundo e passamos a vê-las como tendo um sentido, como sendo sociais.

Entretanto, Da Matta (56-60) no diz que em função do mundo social ser fundado em convenções e em símbolos, todas as ações sociais empreendidas pelos indivíduos são realmente atos rituais ou atos passíveis de uma ritualização e, por conseguinte, toda a vida social é um ‘rito’ ou ‘ritualizada’. Assim sendo, há tantos rituais quantos são os momentos ou domínios estabelecidos ou classificados da sociedade. Para o autor, a matéria-prima do mundo ritual é a mesma do mundo cotidiano e as diferenças existentes entre elas não seriam de qualidade, isto é, não estariam relacionadas à essência ou à substância, mas seriam apenas de grau, de intensidade. Conseqüentemente, sendo idênticos os elementos que constituem o mundo do ritual e o mundo do cotidiano, não haveria como discernir quais comportamentos seriam caracteristicamente “racionais”, “comunicativos” ou “mágicos”. Eles poderiam deslizar e se interpenetrar.

A partir dessa percepção do mundo do ritual como possível de abarcar o que ocorre no cotidiano, e não como momento substantivamente diferente daqueles da vida diária, mas combinações desses momentos, e também como drama, é possível compreender como ações executadas pelas guardiãs da memória e consideradas banais, engendraram “ritos” de elaboração e transmissão da italianidade entre os imigrantes.

Considerando que o ritual destaca e torna determinados elementos ou aspectos do mundo social mais presentes do que outros, um dos mecanismos sociais que pode ser utilizado nesse processo é o mecanismo do *reforço*, cuja característica é promover transposições de uma forma não drástica. Através do mecanismo do *reforço*, regras e posições são ressaltadas, sem grandes alterações, tudo indicando que, nos rituais baseados neste mecanismo, ocorre um aumento excessivo do que já existe e, portanto, eles são diretamente ligados ao mundo cotidiano (DA MATTA, 1979: 61-62). Nesse sentido, os encontros familiares fartos em fotografias, objetos, mil quinquilharias e muitas histórias narradas pelas mulheres, consistem em um aspecto do mundo cotidiano salientado por meio do mecanismo social do *reforço*.

Este mecanismo é geralmente utilizado em situações incertas, sob algum tipo de ameaça e quando se deseja chamar a atenção para algo que está oculto ou implícito. No caso das famílias imigrantes italianas em terras brasileiras, a partir da segunda geração, a memória familiar peninsular passou a ser seriamente ameaçada, em função do processo de inserção na nova sociedade que estava em andamento. Aqueles que aqui chegaram ainda crianças, a segunda geração, pelo próprio desenrolar de suas vidas, da socialização inevitável, tinham os laços com a antiga aldeia enfraquecidos. Isso ocorria a despeito de seus pais empreenderem esforços no sentido de travar tal processo, como atestam a manutenção de práticas e de hábitos aldeões, e a priorização dos casamentos endogâmicos, por exemplo. Sendo assim, através do mecanismo do *reforço*, enfocava-se aquilo que estava sob a ameaça de desaparecer, isto é, o sentimento de origem do grupo. Foi nesse contexto que as reuniões familiares que regularmente eram promovidas pelas mulheres avós e velhas em suas residências, sempre acompanhadas de suas caixinhas de lembranças, foram colocadas em foco, ou seja, foram se transformando em um ritual reconhecido e querido pela família. Dito de outra maneira, aqueles encontros costumeiros - que poderiam ser um almoço em família em um domingo ou a comemoração de um aniversário, um batizado ou casamento -, nos quais as avós apresentavam uma geração a outra, passaram a ser encontros rituais, evidenciando a elaboração e transmissão da memória italiana e, por conseguinte, a construção da italianidade entre os descendentes.

Com relação à atividade de colecionamento de fotografias e objetos que originaram as caixinhas de lembranças, é importante ressaltar que as mulheres foram as responsáveis por esta atividade, desenvolvida ao lado de todas as outras tarefas domésticas que lhes foram destinadas pela sociedade. Isto é, como mais uma tarefa pertencente ao mundo feminino, realizada no ambiente doméstico, no mundo privado. Tal afirmativa significa que os homens não foram fundadores e organizadores de caixinhas, até porque suas atividades estiveram historicamente voltadas para o mundo da rua, ou seja, para além da fronteira da família.²⁶⁵

Exemplos desse trabalho de memória realizado cotidianamente pelas mulheres e que se materializa nas caixinhas de lembranças não faltam: no cuidado diário dos filhos, no ato de cortar os cabelos de um deles, guardavam uma mecha; ao socorrerem uma filha às voltas com um dente-de-leite, arrancavam-no e em seguida depositavam-no na respectiva caixinha; após

²⁶⁵ Baseada em todas as entrevistas que realizei no Brasil na Itália e considerando a relação das mulheres com a construção da memória, considero as mulheres como as fundadoras das caixinhas de lembranças. Quanto aos homens, verifiquei que eles não criaram suas próprias caixinhas, foram herdeiros por força das circunstâncias, isto é, quando não havia uma mulher em suas respectivas famílias para desempenhar a função de mediadora da memória familiar.

a morte de um ente querido, um santinho de missa de sétimo dia era recebido e guardado, uma fotografia ou um cartão-postal enviados por um parente que viajou para a Itália, tinham idênticos destinos; quando os netos eram deixados pelos pais aos seus cuidados, sempre havia uma história para ser contada.

A depoente Maria José ao longo de nossa conversa mencionou o quanto recolher objetos e conservá-los em sua caixinha fazia parte de sua rotina doméstica e de sua vida social.

Desde pequena eu sentia uma coisa: um dia eu teria que passar para as outras pessoas tudo aquilo que senti, que vivi e realizei. Então, quando eu ia a um aniversário e ganhava uma lembrança, punha dentro de uma caixa. Ganhava de outro aniversário, também punha. E, às vezes, eu dava uma selecionada e acabava com aquilo.

Quando eu era solteira, era uma caixinha, depois que ela se tornou uma caixona, porque vieram umas lembranças de meu tempo de casada, aquelas que faziam parte do meu histórico, como, por exemplo, convites de casamentos, participações de noivados etc. Depois, dos filhos: o primeiro caderno, o batistério, certidões, o que eles de interessante ganhavam e que eu achava que era importante, muito bacana, então eu punha na caixa. E naquela caixa eu ia colocando tudo: quando eles participavam de qualquer coisa, se existia um retrato ou um convite, eu guardava; as lembranças dos dias das mães que me sensibilizavam mais, os retratos de Primeira Comunhão, eu guardava. Eu achava que deveria guardar para um dia mostrar para eles.²⁶⁶

Mas o relato de Maria José revela também uma preocupação com a organização das experiências e lembranças que deveriam ser transmitidas aos filhos. E esse narrar coisas, dizer coisas, também se constitui em um rito, pois de acordo com Clifford Geertz (1973: 448), o rito “é uma história sobre eles que eles contam a si mesmos”. No caso dos guardiões da memória italiana, esse rito se realiza a partir dos bens selecionados e conservados pelos guardiões da memória em suas caixinhas de lembranças. É importante salientar também, que cada guardião organiza suas histórias de acordo com a sua maneira de perceber e compreender a “realidade”, sempre a partir de um determinado ponto de vista. Isto aponta para a existência de uma pluralidade de histórias sobre a experiência migratória, pois cada guardião seleciona casos, objetos e fotografias, comportamentos e valores que devem ser perenizados em conformidade com a sua posição na estrutura social, isto é, de acordo com o seu lugar no mundo.

Dirigindo o foco mais especificamente para o produto do trabalho dessas mulheres, isto é, as caixinhas de lembranças, de agora em diante dois objetivos se impõe: em primeiro

²⁶⁶ GUEDES, Maria José Silva. Depoimento, Passa Quatro, 25 ago. 2002. LABHOI, UFF, Fita 9, lado B.

lugar se estará analisando especificamente as fotografias e os objetos, percebendo algumas funções por eles exercidas na vida social. Em seguida se estará buscando conhecer quais mensagens foram escolhidas pelas famílias e orientadas para a posteridade, a partir dos objetos e fotografias conservados nas caixinhas. Dito de outra forma, o propósito é “ouvir” as histórias que as caixinhas “narram”.

3. Caixinhas brasileiras e caixinhas italianas

Ninguém morre tão pobre que não deixe alguma coisa atrás de si. Em todo caso, ele deixa reminiscências, embora nem sempre encontre um herdeiro (Blaise Pascal).

3.1. Objetos

Conforme exposto anteriormente, foi possível reproduzir fotografias e objetos pertencentes às caixinhas de lembranças de alguns guardiões da memória apenas. Vale recordar, que aqui no Brasil a depoente Moema Cruz Perrone cedeu algumas imagens, e entre os depoentes de Oneta, disponibilizaram fotografias Maria Grazia Gigli, Ferruccio Silvestri, Maurizio e Vincenzo Micheli. Maria Grazia Micheli permitiu que sua caixinha fosse fotografada, não as fotos nela depositadas, que se reproduzisse uma fotografia panorâmica de Oneta e antigos utensílios agrícolas. Esses objetos são considerados muito preciosos por seus guardiões da memória e para os atuais membros de suas respectivas famílias, pelo fato de um dia terem acompanhado seus antepassados e hoje permitirem lembrá-los.

Para a presente pesquisa, enquanto coisas materiais os bens das caixinhas são suportes da memória familiar, índices da experiência vivida e como participaram das relações sociais, são produtos do mundo material e cultural de uma sociedade. Mas esses objetos são também percebidos como mensagens, isto é, meios simbólicos através dos quais os indivíduos veiculam mensagens sobre quem são e sobre quem desejam ser, ou seja, é através deles que se fabrica uma auto-imagem (WEINER *apud* GONÇALVES, 2007: 26). Assim os objetos exprimem simbolicamente identidades individuais, como também demarcam posições sociais, permitindo que os integrantes do grupo familiar experimentem e compartilhem uma identidade comum. Quando são colecionados, passam a representar simbolicamente práticas sociais, atitudes, valores e sentimentos cultivados pelo grupo e que devem ser mantidos pelas gerações subseqüentes.

Todavia, não se pode esquecer que esses artefatos são *semióforos*, objetos utilizados nos cerimoniais de transmissão da memória e que, portanto, intermedeiam a comunicação entre o passado e o presente, o mundo invisível e o visível (POMIAN, 1984: 71). Foi possível perceber que para as guardiãs da memória brasileiras o passado evocado é a origem do núcleo familiar, ou seja, a ascendência peninsular. Já para os guardiões italianos, o passado com o qual buscam conexão corresponde a um tempo longínquo no qual a família encontrava-se completa. Um tempo não mensurável cronologicamente, mas datado de antes de alguns de seus membros decidirem pela aventura de cruzar o Atlântico e continuar suas vidas no Brasil.

Em função da localização geográfica das caixinhas, naturalmente dois conjuntos se formaram: um que podemos identificar como brasileiro, composto pelas fotografias e alguns objetos do acervo de Moema e por toda coleção de Stella; e outro italiano, constituído por fotografias e bens que fazem parte das caixinhas dos depoentes de Oneta. Tal organização se mostrou muito útil enquanto solução para o problema da fragmentação das imagens cedidas pelos guardiões de Oneta, pois permitiu a constituição de uma série fotográfica, quantitativa e qualitativamente mais significativa e representativa, devido à reunião de todas as imagens das caixinhas italianas.²⁶⁷

Analisando os bens depositados nas caixinhas de lembranças brasileiras e italianas, constata-se que, entre elas, há mais continuidade que ruptura; muito mais proximidade que longinquidade.

Assim, existem determinados objetos que são comuns aos acervos de todas as caixinhas, como os Santinhos de missa de sétimo dia, os convites de casamento, as participações de nascimentos e batizado, os missais e santinhos de Primeira Comunhão. A presença desses objetos demonstra o quanto a religiosidade estava inscrita no cotidiano e nas práticas sociais dessas famílias, marcando sua trajetória de vida e morte. Uma religiosidade católica, pois tanto o batismo como a comunhão, que deixaram rastros nas caixinhas, estão entre os sete sacramentos instituídos pela Igreja Católica aos seus fiéis.²⁶⁸ Tal crença era vivenciada em Oneta, como em toda a Península Itálica, e também no Brasil. Com relação ao Brasil, vale recordar que o catolicismo foi um dos critérios exigidos pelo governo brasileiro para a entrada de imigrantes no país, desde meados do Oitocentos. Assim sendo, as famílias de Oneta - entre as quais os Pellegrini-Consani - eram católicas e os seus membros que se

²⁶⁷ O número de imagens disponibilizadas pelos guardiões de Oneta foi bastante variado. Enquanto Ferruccio cedeu três fotografias, Maria Grazia Gigli liberou 30 fotos, ou seja, dez vezes mais.

²⁶⁸ Os outros sacramentos adotados pela Igreja Católica são: crisma, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio.

lançaram na aventura migratória, católicos permaneceram ou, ao menos, foi como católicos que desejaram ser lembrados.

Por outro lado, há outros objetos que chamam a atenção justamente por não terem sido selecionados, ainda que tenham deixado sinais de suas existências. É o caso das cartas ou mesmo bilhetes, pois nas caixinhas de lembranças não há qualquer tipo de correspondência privada que tenha sido mantida. Esse fato provavelmente sinaliza no sentido de que os imigrantes não se comunicavam com os parentes que ficaram em Oneta através de mensagens escritas, pois é difícil imaginar uma ausência tão marcante deste tipo de suporte de comunicação. Ali, somente na caixinha de Vincenzo Micheli foram conservados alguns poucos envelopes, só que todos vazios, sem as cartas ou bilhetes que um dia foram neles acondicionadas. Isso nos leva a pensar que a correspondência não era tratada como elemento constitutivo dos rituais de transmissão da memória, necessariamente mais públicos/coletivos. Ao contrário, devia permanecer bem “escondida” em algum outro local da casa, como algo realmente privado/individual.

Na caixa de Maurizio Micheli há documentos escritos, mas são recibos referentes ao pagamento do camponês Natale Simi; às obras de manutenção da capela de Santa Cristina, em Oneta; um outro recibo de venda de um pedaço de terra; alguns comprovantes de depósitos bancários; enfim, todos esses documentos e registros estão relacionados ao mundo do trabalho.

Essa ausência generalizada de correspondência pessoal nas caixinhas pode ser explicada, inicialmente, pelo fato de que, no Oitocentos, parte significativa da população era analfabeta, tanto na Europa como no Brasil (FABRIS, 1991: 12). No entanto, considerando que as mulheres foram as organizadoras das caixinhas de lembranças, não se pode negligenciar o fato de que a escrita, como também a leitura, foram frequentemente um fruto proibido para elas. Esse fato reforça a paixão pelos objetos, como suporte privilegiado de memória. (PERROT, 1989: 12).

Sendo assim, ao pouco ou nenhum contato dos indivíduos com as letras, especialmente no caso de mulheres, é possível sustentar que, provavelmente, cartas, bilhetes ou anotações pessoais não compunham o repertório de objetos colecionáveis pelas guardiãs, já que não faziam parte de seus cotidianos, de suas vidas. Foi nesse contexto que a fotografia se tornou um importante meio, utilizado pelos imigrantes para enviarem notícias aos familiares que permaneceram em suas aldeias natais. Por conseguinte, a fotografia foi um dos principais artefato colecionado pelas guardiãs em suas caixinhas.

3.2. Fotografias

“Uma fotografia é um segredo do segredo: muita coisa se diz, mas nada se sabe” (Diane Arbus).

Esses “substitutos da presença”, conforme foi definido por Antonio Gibelli (1989), nos quais podemos ver bisavós em poses rígidas e trajes elegantes, tios da América, famílias reunidas, casamentos de filhos, Primeira Comunhão de netas, além de tantas outras pessoas e ocasiões cerimoniais familiares, constituíram-se em um tipo de suporte privilegiado da memória. Ainda devemos acrescentar a tal propriedade a possibilidade de acesso mais fácil à fotografia, em fins do Oitocentos, pois, com a industrialização do processo fotográfico, adveio uma crescente diminuição de seu custo. Além disso, as próprias características físicas das fotografias - retângulos de papel - permitem uma fácil conservação e acondicionamento.

Esses fascinantes pedaços de papel nos quais a figura humana ou um momento recortado do cotidiano foram reproduzidos pela ação da luz, servem de chamado para a lembrança, de testemunho da trajetória de indivíduos, sendo fortes elos com o passado. Essa faculdade, faz da fotografia um *memento mori*, conforme observou Susan Sontag (1983: 15), pois diante de uma imagem dividimos a mortalidade, vulnerabilidade e mutabilidade de uma pessoa ou mesmo de um objeto. Ao fixar um dado momento inscrito no passado, a fotografia registra a implacabilidade de um tempo que flui, mas que pode ser “retido”, imobilizado pela técnica, para não ser esquecido.

A partir destas ponderações é possível, inicialmente, compreender a fotografia como indício do passado. Ao historiador que faz da fotografia sua fonte de pesquisa, esta, ao lhe mostrar “fragmentos da realidade”, conforme sublinhou Susan Sontag (1983), atribui-lhe a tarefa de buscar informações sobre aquelas imagens que trazem consigo marcas culturais.

As fotografias tiradas em ocasiões cerimoniais, que registram os ritos de passagem da vida coletiva, entre os quais os rituais familiares, adquiriram durante o período da “grande imigração” transoceânica uma função de comunicação e de preservação das recordações (ORTOLEVA, 1991: 123). Dessa maneira, a fotografia deve ser apreendida enquanto mensagem que chega ao presente, cabendo ao historiador desvendar a trama de signos que a compõe, o que significa desconfiar da “naturalidade” aparente das mensagens das fotografias. Peppino Ortoleva (1991: 124) salienta que, se desejamos interpretar o “significado” das imagens, é necessário considerarmos que elas são partes constitutivas de uma mensagem mais complexa, feita *também* de palavras.

Esse invento imagético, nos primórdios de seu surgimento em 1839, viu-se relacionado à magia. Tanto que os primeiros ateliês fotográficos eram anunciados para o público como casas de mágicas. No início da década de 1840, fotografar exigia certo trabalho e investimento, sendo uma atividade praticada somente por inventores e entusiastas, os únicos capazes de operar as primeiras câmaras francesas e inglesas. Sendo assim, não existiam fotógrafos profissionais e tampouco amadores, e o ato de fotografar era uma atividade artística, não possuindo qualquer função social (SONTAG, 1983: 8).

Em decorrência de sua industrialização e do aperfeiçoamento técnico, em 1888 surgiu a primeira câmara portátil - a Kodak de George Eastman. Essa verdadeira revolução no campo da fotografia foi colocada no mercado utilizando o seguinte slogan: “Você aperta o botão e nós fazemos o resto”. E ainda, o comprador recebia a informação que o retrato sairia sem qualquer alteração, era uma reprodução fiel do real (SONTAG, 1983: 53). Assim, a fotografia deixou de ser uma atividade apenas para indivíduos pertencentes às classes abastadas e inventores, passando a ser praticada por fotógrafos profissionais e também amadores pertencentes às classes médias. Segundo Pedro Vasquez (1983: 27), a fotografia amadora ao eger o homem como tema central, tornou-se a arte de sobrepor a imagem de uma pessoa querida a uma paisagem, um momento ou um ponto turístico. Dessa maneira, “o retrato se tornou o mais popular dos temas fotográficos, de tal forma que, no Brasil, ele passou a ser sinônimo de fotografia e a câmara é conhecida como ‘máquina de tirar retrato’, como se não tivesse função outra do que perpetuar a figura humana”.

Walter Benjamin (1987: 174) já havia observado que era no rosto humano onde residia a última trincheira do *valor de culto*, contrariamente ao crescimento do *valor de exposição* perpetrado após o advento da fotografia e sua capacidade de tudo reproduzir. Segundo o autor, “não é por acaso que o retrato era o principal tema das primeiras fotografias. O refúgio derradeiro do *valor de culto* foi o culto da saudade, consagrada aos amores ausentes ou defuntos”.

Considerando a fotografia como índice do real - e não como um *analogon* do mundo, como argumentaram os realistas; nem somente uma relatividade semântica, uma mensagem codificada, como queriam os semiólogos - é imprescindível para a sua compreensão, a percepção de toda a dimensão social que a envolve, desde o seu processo de produção, o instante da “tomada”, passando pelo circuito de circulação e a sua contemplação, o consumo da imagem fotográfica (DUBOIS, 1994; MAUAD, 1995a).

Enquanto fragmento do tempo e do espaço, congelado e reproduzido, a fotografia ao ser observada revela aspectos culturais e ideológicos do indivíduo retratado e de um outro

tempo, bem como do fotógrafo. Este, ainda que esteja empenhado em retratar a realidade, no ato de escolher um tipo de enquadramento e não outro, ou seja, de decidir como a fotografia será realizada, está registrando suas preferências estéticas e seus gostos que culminam por impor padrões aos seus temas (SONTAG, 1983: 6). Nesse sentido, a imagem fotográfica consiste em uma escolha realizada entre outras que também seriam possíveis, estando sujeita a uma determinada influência ideológica. Tanto, que para a realização de um instantâneo, símbolo da mais ingênua das “tomadas”, é comum ouvirmos algo como uma ordem: “Dá para vocês se agruparem mais?”, diz o fotógrafo; ou: “Espere um segundo, vou tirar meus óculos”, grita uma das fotografadas.²⁶⁹ É mais que um enquadramento perfeito, é uma escolha sendo feita e que expõe a forma que se deseja ser lembrado no futuro.

Pensando a prática fotográfica, no que concerne à relação que se estabelece entre o fotógrafo e o espectador, Néstor García Canclini (1987: 17-18) nos lembra que ela está imbuída de uma ideologia, que não está contida na imagem, e está condicionada a quatro fatores: à origem de classe, que determinará o acesso econômico e a particularidade cultural de ambos; aos códigos sociais de percepção e legibilidade do fotógrafo e do observador; e à estrutura do campo cultural ou socioeconômico em que o fotógrafo trabalha.

Nas fotografias encontradas nas coleções familiares o meio fotográfico se define em primeiro lugar como mensagem de comunicação familiar. Se levarmos em conta que as fotografias estão entre as fontes que mais causam desconfiança aos historiadores, devido ao caráter ambíguo de seu estatuto comunicativo: a fotografia é muito “objetiva”, porque técnica, e muito “subjetiva”, por fixar e revelar detalhes ligados à individualidade; quando se trata de imagens familiares que documentam a emigração, tal estatuto da comunicação fotográfica assume um valor exponencial. Isto porque essas imagens foram produzidas em grande número e com uma repetitividade dos modelos expressivos. Nesse sentido, as desconfianças dos historiadores da imigração em relação ao uso das fontes fotográficas são ainda maiores. É imperioso desconfiar do que os olhos vêem nessas imagens. (ORTOLEVA, 1991: 121).

Enquanto vetor de comunicação e informação, a fotografia se constituiu no principal meio através do qual os imigrantes “atestavam” aos parentes que permaneceram na aldeia natal, que gozavam de boa saúde e que viviam em condições materiais satisfatórias no país de acolhimento. Dessa forma, reforçavam a integração do grupo familiar, reafirmando o sentimento que têm de si e de sua unidade. Era através de fotografias que os imigrantes

²⁶⁹ Foram consideradas como fotos instantâneas aquelas nas quais a captação da imagem e o desenrolar da situação foram rápidas, a ponto de não permitirem uma construção da cena ou produção do espaço por parte das pessoas retratadas.

apresentavam as futuras esposas e filhos que nasciam aos pais e avós que ficaram, que davam “provas” de sucesso e de aquisição de um novo *status* social. Também informavam o quanto a vida havia se modificado, apontando transformações e revelando caras e modos adquiridos no novo país. Vale destacar que era durante esse processo que o grupo se construía e simultaneamente projetava sua auto-imagem.

Há que se observar que nessas imagens-mensagens enviadas aos parentes de Oneta, os imigrados buscaram representar a experiência migratória de forma bastante positiva, sempre demonstrando bons resultados conseguidos que, na maioria dos casos, eram imagens improváveis e francamente irreais. Tal representação prevaleceu porque para os indivíduos que decidiram partir, era muito importante evidenciar que a própria escolha foi uma decisão acertada. Assim, era nos estúdios fotográficos onde ex-camponeses e vendedores ambulantes ganhavam ares e vestimentas de um rico comerciante, mulheres muito simples na maneira de se vestirem e que nunca saíam de suas casas, eram vistas dentro de belos vestidos e em locais que jamais haviam pisado um dia.

Esses estúdios fotográficos pertenciam a fotógrafos profissionais e eram equipados com uma gama de recursos “cenográficos”, acessórios e objetos com a finalidade de ambientar a fotografia de acordo com o desejo do cliente, mas sob a tutela e influência do fotógrafo. Nesses locais era possível encontrar cortinas, balaustradas, colunas, degraus e elementos arquitetônicos os mais variados; havia também cadeiras, mesas, tapetes, vasos de plantas, além de diversas paisagens pintadas sobre grandes telas que serviam de ambientação para a fotografia. As pessoas podiam ser registradas pelas lentes das câmaras, vestindo sofisticadas roupas e adornadas com ricos acessórios: os homens com relógios de bolso em ouro, chapéus, bengalas e grossos anéis; as mulheres apareciam em longos vestidos, com cordões, pulseiras e anéis, chapéus ou cabelos penteados especialmente para o registro. Havia também um código de poses e gestos que dominavam os corpos das pessoas retratadas objetivando compor a mensagem desejada (BIAGIONI, 2001: 17-18; OSTUNI, 2001: 13; CORTI, 1999: 22).

Paola Corti (1999: 22) sublinhou que essa auto-representação apologética e, sobretudo, caracteristicamente positiva elaborada pelos imigrantes, divergia completamente das imagens de degradação e miséria produzidas por observadores externos, como fotojornalistas, sociólogos e representantes de instituições governamentais. Peppino Ortoleva (199: 123) assinala que, nestas imagens, os imigrantes tornavam-se objeto de pesquisa e de classificação, deixando de ser sujeitos da auto-representação. Tais fotografias, fruto de um olhar externo,

não foram preservadas ou passaram a circular nas famílias dos imigrantes, pois são opostas às imagens que os imigrantes se esforçavam para construir de si próprios.

Por fim, algumas questões devem ser abordadas antes de se conhecer algumas histórias das famílias imigrantes italianas que emergem das caixinhas. A primeira delas relaciona-se às características intrínsecas das coleções fotográficas de famílias imigrantes. Esses “arquivos esparsos” da memória da família, conforme denominou Peppino Ortoleva (1991: 121), se analisados separadamente, são geralmente constituídos por um número restrito de imagens, portanto, é necessário reuni-las em conjuntos. Há que considerar que, geralmente, é difícil identificar as próprias pessoas retratadas, como também precisar a data da imagem, já que várias gerações separam os atuais observadores dos retratados. O mesmo ocorre com os autores das fotografias ou aqueles que as encomendaram, e embora em algumas delas seja possível identificar o nome do estúdio fotográfico - como as fotografias *carte-de-visite* -, mesmo assim a autoria é de um estúdio, de uma empresa.²⁷⁰

A segunda questão liga-se à formação das coleções fotográficas que são objeto de análise. Com exceção da caixinha de lembranças de Stella, cujas fotografias estão sob a minha guarda, as imagens da caixinha de Moema e aquelas que compõem o conjunto fotográfico italiano, retratam indivíduos que vivenciaram a experiência migratória, direta ou indiretamente, pois foram estas as imagens cedidas pelos guardiões da memória. Isto significa dizer que se está trabalhando com parte dos acervos das respectivas caixinhas de lembranças e não com todo o conteúdo, o que não impediu a formação de uma série para se trabalhar, ao contrário.

3.3. Histórias das caixinhas

Gente que chegou

A caixinha de lembranças dos Pellegrini-Consani, que herdei de Stella, é uma pequena caixa de madeira que nasceu para acondicionar 50 charutos da marca *Dannemann*, conforme

²⁷⁰ *Carte-de-visite* era um retrato de tamanho reduzido, geralmente 9,5 x 6cm, colado sobre um cartão de aproximadamente 10 x 6,5cm, no formato cartão de visita. A idéia foi patenteada por André Adolphe Disdéri (1819-1890) em 1854 e serviu basicamente para o retrato, agora de corpo inteiro. Devido ao baixo custo de produção popularizou a fotografia em todo o mundo, pois permitiu o seu consumo e circulação entre os segmentos sociais menos favorecidos, além da possibilidade do retratado poder ofertá-lo com dedicatória a parentes e amigos KOSSOY, B. *Fotografia e história*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

identificação visível em suas laterais.²⁷¹ Terminada a sua função primeira, passou a abrigar fragmentos da história de uma família materializados em fotografias e objetos.

Nela havia inicialmente 101 fotografias, mas em função das transferências familiares e trocas que travei com as depoentes orais no período da realização das entrevistas, a caixinha recebeu 12 novas fotografias, ficando a coleção composta por 113 imagens, que foram tiradas entre as décadas de 1880 e 1970, aproximadamente um século.

Os objetos somam 51 unidades. Entre eles há uma nota de venda do armazém de Giuseppe Consani e um relógio de pulso que pertenceu à própria Stella, e foi herdado por mim, posteriormente.²⁷² Tais aquisições demonstram, claramente, como no processo de transmissão familiar não existe um desfecho final, pois as heranças não se concluem. Elas continuam durante a vida do herdeiro, em um processo contínuo de transformação e atualização do legado, que é colocado em prática por aquele que o recebeu, a partir de suas experiências e de seu tempo presente (CARRETEIRO; FREIRE, 2007: 10). Aliás, a caixinha de Stella nunca possuiu uma tampa. Assim, sempre apontou para a possibilidade permanente de novas aquisições, o que veio a ocorrer. De certa forma, seus bens sempre foram conservados de forma desordenada, soltos na caixa. Conforme observou Nelson Schapochnik (2001: 462), as histórias familiares construídas com a ajuda das fotografias podem seguir indefinidamente, devido à incorporação de novas imagens à coleção, tendo assim um final em aberto.

Em toda a coleção predominam os retratos, quando adultos e crianças foram fotografados sozinhos, em duplas ou em grupos. Dessa maneira, a figura humana foi sem dúvida priorizada e se configurou no tema central escolhido para ser representado, perpetuado e apresentado pela família aos descendentes.

²⁷¹ Gerhard Dannemann era também imigrante, um alemão que chegou ao Brasil em 1873 e fundou a mais antiga fábrica de charutos do Brasil, em São Félix, na região do Recôncavo Baiano. Estes charutos ainda hoje são produzidos. Disponível em: <<http://www.charutos.com.br/charutos/brasileiros/dannemann.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2007.

²⁷² Entre os objetos estão: 1 broche, 1 cartão de felicitação de Natal, 6 cédulas de mil réis, 1 cédula de um peso argentino, 1 cédula de uma libra esterlina, 1 felicitação por uma Primeira Comunhão Católica, 1 cartão de felicitação sem motivo justificado, 7 cartões-postais, 1 convite de casamento, a letra do hino de São Vicente de Paulo, 2 moedas do Brasil Império, 2 moedas do Brasil República, 1 nota fiscal de venda da Casa do Sobrado, 1 participação de batizado, 1 participação de falecimento, 9 participações de nascimentos, 1 recorte de jornal com uma poesia, 1 participação comemoração de Bodas de Prata, 1 participação de Bodas de Ouro, 1 relógio de pulso, 11 santinhos de missa de sétimo dia.

A maioria das imagens possui tamanho médio ou pequeno, sendo apenas 12 as fotografias grandes.²⁷³ Assim, prevaleceram tamanhos compatíveis com as dimensões da caixinha que mede 16x11x6 cm.

Predominou o formato retangular das fotografias, destacando-se o tipo postal [9x14 cm], que era produzido com o objetivo de enviar notícias aos parentes e amigos distantes, quando, no verso, as novidades se misturavam aos textos das dedicatórias. A fotografia tipo postal tanto se constituiu em imagem-lembrança, agregando um grande *valor de culto*; como em uma imagem-mensagem que circulava entre os membros da família.

É importante ressaltar que entre os indivíduos que decidiram pelo caminho da imigração, majoritariamente camponeses e artesãos pobres, durante o grande fluxo de massa de fins do Oitocentos, poucos foram aqueles que puderam colocar na bagagem, junto ao passaporte, ao bilhete de embarque e seus pertences pessoais, uma fotografia dos pais, da mulher ou dos filhos tirada antes da partida. Quando o faziam, significava que um pedaço da família seria com eles transportado e, como bálsamo, aliviaria a saudade dos parentes que ficaram para trás, na esperança de no futuro, quem sabe, voltarem a se reunir (BIAGIONI, 2001: 17).

Mas Teodora Pellegrini, quando em 1891 veio para o Brasil reencontrar o marido, acompanhada dos três filhos Giuseppe, Maria Annunziata e Sofonisba, conseguiu providenciar um retrato das crianças antes da partida e trouxe consigo um retrato de sua sogra, Adelaide Consani e outro de seu sogro, Giovanni Consani. Para essa família imigrante as fotografias de seus ascendentes significavam a última ligação com o passado ancestral e representavam tudo que da família havia restado, pseudopresença e símbolo de ausência (SCHAPOCHNIK, 2001: 459; SONTAG, 1983: 9: 16).

Muito embora estes retratos tenham sido feitos em estúdios fotográficos, nos quais era regra a construção fictícia da ambientação e do vestuário, ainda assim os trajes e os acessórios utilizados pelas pessoas retratadas trazem marcas da região de onde partiram: os chapéus dos adultos; a estola de pele usada para aquecer as mãos e o pesado xale de Adelaide; e os sobretudos usados pelos dois Giuseppees, avô e neto. Esses acessórios e vestimentas eram pesados e próprios para os invernos rigorosos da região dos Apeninos Toscanos.

²⁷³ Quanto ao tamanho, as fotografias da *caixinha* foram assim consideradas: pequenas, aquelas com tamanhos variando entre 3x4 cm. e 6,5x9 cm.; médias, aquelas com tamanhos aproximados entre 7x11,5 cm e 11,5x17,5 cm; e grandes, as fotografias com tamanho entre 12x18 cm e 18x24 cm.

A partir desses três retratos é possível iniciar a história da família de Stella, mas a família paterna, ou seja, a italiana. Entre todas as fotografias conservadas, há apenas um retrato de seu avô materno, Joaquim Bernardes de Miranda, um imigrante português; dois retratos de sua mãe Alice e uma terceira fotografia onde ela aparece ao lado do marido Giuseppe Consani; e um *carte-de-visite* com seu sogro, Frederico Marques. Com relação aos objetos a situação se repete: há na caixinha somente a participação do casamento de Alice e José (Giuseppe) e a convocação para o acompanhamento do féretro de Alice.²⁷⁴

Segundo Nelson Schapochnik (2001: 459), a imagem fotográfica é uma produção antecipada de memória, pois ao eternizar um momento, ela está se constituindo em objeto capaz de provocar lembranças naquele que a observa no tempo presente, pela conservação do passado. Nesse sentido, a fotografia é algo como um futuro que se constrói no presente. Ainda de acordo com o autor, muitas vezes, a “realidade” familiar representada nas fotografias é imaginária e seu papel chega a ser secundário, importando muito mais os sentimentos despertados nos indivíduos que as contemplam - a consciência de pertencer ao grupo familiar, de com ele compartilhar valores, padrões de comportamento, normas sociais, momentos de alegria e outros menos felizes. É “através da fotografia, que cada família constrói uma crônica - retrato de si mesma - uma coleção portátil de imagens que testemunha sua coesão [...]” (SONTAG, 1983: 9).

A caixinha de Stella narra que a família Pellegrini-Consani cresceu em terras fluminenses, pois em N^a. S^a. do Amparo nasceram Adelaide, em 1897, e Galileu, em 1901. Eram brasileiros, pois em conformidade com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, datada de 24 de fevereiro de 1891, em seu Art 69, § 1º, considerava cidadãos brasileiros os indivíduos nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação.²⁷⁵

Mas foi em uma cidade mineira que os negócios dos italianos prosperaram. Giovanni em 1915 era proprietário de um grande armazém de secos e molhados no município de Passa Quatro. Também Roberto Fazzi, o amigo que com ele veio para o Brasil, abriu o seu “Depósito de Fumo de Corda”, bem ao lado da residência dos Consani. E Egydio Bonanni,

²⁷⁴ O casamento foi realizado em 3 de setembro de 1904 e nele o seu nome foi aportuguesado: José. Mas entre os parentes, pessoas mais próximas e mesmo os fregueses do armazém, ele continuou a ser chamado pelo nome - Giuseppe, ou pelo apelido - Beppe.

²⁷⁵ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br/legislacao/nsf/viwTodos/4ed91893cbdd0e10032569fa0074213f?OpenDocument&Highlight=1,&AutoFramred>>. Acesso em: 20 de maio de 2007.

marido de Niba, era dono do “Bazar Passaquatrense”. Fotógrafos foram chamados para registrar os proprietários ao lado de seus empregados em seus armazéns: os primeiros dentro de seus ternos, os segundos com trajes rústicos, tendo as mangas das camisas dobradas e, sobre a roupa, aventais de trabalho. Essas fotografias são símbolos da ascensão social no novo país e muito contribuíram para a construção da imagem de imigrantes que vieram para o Brasil, alcançaram sucesso em seus negócios e aqui permaneceram definitivamente.

A despeito de rupturas, desencontros e distanciamentos que ocorrem ao longo da vida dos indivíduos e no interior de seus grupos familiares, Stella nos apresenta uma família grande e unida. Uma família que se reunia para as cerimônias familiares que tinham lugar no mundo doméstico, entre as quais as comemorações de aniversários, casamentos, Primeira Comunhão de filhos e também de sobrinhos, como também momentos de lazer que surgiam como desdobramentos desses encontros familiares - os passeios no campo ou nos arredores de sua cidade. É também uma família de poucos amigos, aliás, poucos e seletos, já que sempre as mesmas pessoas foram retratadas.

Em sua caixinha de lembranças há vários retratos do pai José, na maioria deles está sozinho; de suas cinco irmãs e especialmente dos filhos de Aspásia e Laís, os quais podem ser vistos em diversas fases de suas vidas. Nela estão também a tia Niba com o marido e os três filhos; a tia Adelaide, o marido e os dois filhos na Praça São Marcos, em Veneza. Além de Adelaide e seu grupo familiar, o avô Giovanni também retornou à Itália, pois em Lucca, cidade próxima a Oneta, tirou uma fotografia e trouxe-a para mostrar a Teodora e aos filhos. O marido de Stella, Antônio Marques do Nascimento, povoa a caixinha. Podemos vê-lo ainda jovem ao seu lado em duas belas fotografias tipo postal; amadurecendo e envelhecendo em uma seqüência de fotografias 3x4; em vários retratos sempre acompanhado de Stella, do filho caçula ou de um filho de Laís; e em um broche circular com seu retrato usado por Stella. Nessa época, os broches, como os camafeus, representavam um outro uso da fotografia: o de carregar a pessoa amada sempre junto ao coração.

No entanto, um personagem ganhou enorme destaque na caixinha de Stella: a criança. Entre as 113 fotografias da coleção, 48 retratos são de crianças, o que corresponde a 42% de todas as imagens. Elas foram eternizadas, o que é muito significativo, pois conforme observou Miriam Lins e Barros (1989: 39), “a criança sintetiza na sua imagem a imagem da família. (...) É ela o centro e a razão de ser da família. Através dela, fala-se de tradição e de renovação, de laços de sangue e de afeto”.

Ao contrário das crianças da contemporaneidade, aquelas, quando retratadas lembram pessoas adultas. Nas fotografias antigas os trajes usados pelas crianças expressavam

claramente uma “outra” idéia de infância, presente também nos cenários específicos que auxiliavam a compor o ambiente da criança. Assim, os pequenos lembrados pela caixinha de Stella, até cerca de um ano de idade, foram retratados com suas chupetas presas por cordões e segurando um brinquedo. Quando maiores, foram fotografados em trajes domésticos ou sociais, sendo as meninas adornadas com cordões, braceletes, tiaras, bolsas e laços de fita nos cabelos, dentro de vestidos curtos e rodados, e algumas vezes calçando meias $\frac{3}{4}$ com sapatos tipo boneca. Já os meninos podem ser vistos em suas calças curtas ou em estilizados trajes de marinheiros.

A cena fotográfica não podia prescindir de cadeiras e poltronas, cuja função primeira era manter as crianças paradas, quietas, presas por alguns segundos para se conseguir o melhor enquadramento e finalmente fazer a foto. Caso contrário, não raro, seus pais as mantinham presas entre suas pernas. Brinquedos também estavam relacionados estritamente ao mundo ingênuo e cheio de fantasias dos pequenos, bem como as almofadas que demarcaram o espaço que as crianças deveriam ocupar na composição da imagem, principalmente nas fotografias com todo o grupo familiar, pois eram utilizadas como assento para os pequenos, sempre localizados à frente dos adultos, no primeiro plano.

Jacques Le Goff (1994: 466) ressaltou que “fotografar as suas crianças é fazer-se historiógrafo da sua infância e preparar-lhes, como um legado, a imagem do que foram...” Por extensão, é possível afirmar que Stella ao reunir e conservar fotografias de seus filhos, netos e sobrinhos, e mostrar-lhes a imagem do que foram, apontou-lhes a sua origem peninsular. E como ela, tantas outras avós italianas vêm trabalhando cotidianamente em suas famílias, ou seja, também conservam escondidas no fundo de seus armários suas caixinhas de lembranças.

Entre as fotografias da caixinha de lembranças de Moema Cruz Perrone que foram cedidas para a presente pesquisa, um retrato se destaca entre centenas de outros: é de uma mulher já bem velha, que olha fixamente para o espectador, com um leve ar de sorriso nos lábios e sobre os ombros exibe um xale tão branco quanto a cor de seus cabelos. A depoente me informou: “Esta é Dona Adelaide”.

Adelaide Consani foi a quarta filha de Teodora Pellegrini e Giovanni Consani, nascida no distrito fluminense de N^a. S^a. do Amparo. Entre os cinco filhos do casal, Adelaide foi aquela que mais estreitou os laços com parentes italianos, em grande medida devido à confortável situação financeira da família, que permitia constantes viagens à Península. Isto porque, Rafael Perrone, seu marido, foi um comerciante bem sucedido em Passa Quatro, no estado de Minas Gerais. Sua família era originária do município de Mormanno, localizado na província de Cosenza, na região da Calábria.

Conforme narrou a depoente Moema Cruz Perrone, Adelaide ao longo de sua vida conservou fotografias em uma pequena caixa, que atualmente encontra-se sob a sua guarda. Com o passar dos anos o acervo familiar dos Consani-Perrone cresceu significativamente e passou a ser composto por cinco caixas repletas de fotografias, conservadas soltas e desordenadamente, exceto um retrato de Adelaide e Rafael em formato oval, de tamanho grande e preso a um suporte de papel-cartão, que é mantido separado em uma pasta de papelão.

Entre todas as caixas Moema abriu uma de cor vermelha e foi dela que saíram os artefatos que pude reproduzir para o presente trabalho: 27 fotografias, santinhos de missa de sétimo dia, cartões comemorativos e missais de Primeira Comunhão católica, uma receita médica de Adelaide, uma certidão de batismo nada convencional do filho João e uma bonita e pequenina caixa dourada onde estão depositados somente retratos no tamanho 3x4 cm de suas filhas. Todo o conjunto é constituído por 38 unidades.

Neste conjunto o predomínio é de retratos, sendo que os adultos foram os mais fotografados, proporcionalmente mulheres e homens. As crianças sozinhas são vistas em apenas três retratos, feitos em estúdios, e em um deles Moema e sua irmã Jurema foram clicadas no dia da realização da Primeira Comunhão; e em seis outros retratos as crianças foram registradas em meio aos adultos, em instantâneos externos. Entre as 27 imagens, é possível considerar que 18 foram feitas por fotógrafos profissionais e em estúdios, pois muito embora não seja possível a identificação do fotógrafo, os retratos apresentam enquadramento e arranjo tão bem estruturados que se pode deduzir que tenham sido feitos por profissionais.

No que se relaciona ao tamanho das imagens prevaleceu o tamanho médio, sendo a grande maioria em formato retangular.

A caixinha de Moema nos conta que os Consani-Perrone não possuíam amigos, pois em todas as imagens somente familiares, muito próximos, foram retratados, como os pais de Rafael e de Moema, alguns primos e primas e a própria depoente. A irmã mais velha de Adelaide, Maria Annunziata, é lembrada por um santinho de missa de sétimo dia, aliás, o mesmo que foi conservado por minha avó Stella em sua caixinha de lembranças, e que desencadeou meu interesse e pesquisa sobre imigração italiana. Não há nenhuma fotografia ou qualquer outro registro dos pais, irmãos ou outro membro dos Pellegrini-Consani. Somente o irmão de Emília Consani Bonanni, Egidio, passou a integrar sua caixinha, mas como Maria, quando se despediu do mundo, pois seu santinho de missa de sétimo dia também foi selecionado.

Tudo aponta no sentido de que o grupo se reunia raramente por ocasião de cerimônias familiares, pois há uma fotografia tradicional de casamento e outra imagem onde o todo o grupo foi retratado em uma praça.

Por outro lado, a maior parte das fotografias foi ambientada externamente, e nelas vemos Adelaide, o marido Rafael e os filhos, sendo que João foi retratado com maior frequência. Em uma dessas imagens aparece o filho Roque, abaixado e rodeado por primas em frente a um automóvel. Somente uma menina manteve-se em pé, mas não nos impede de ver o carro, pois, este sim, era o foco da objetiva.

Estas imagens instantâneas e externas nos mostram os Consani-Perrone sempre em trajes sociais finos. Rafael foi retratado de terno, às vezes com o paletó aberto, outras vezes fechado, mas vestindo um colete, com gravata e exibindo no bolso esquerdo um lenço dobrado e de chapéu. Adelaide veste belos vestidos, exhibe sempre relógio e pulseira, e em duas fotografias está trajando pesadas vestimentas adequadas para invernos rigorosos. E realmente foram invernos que a família passou na Itália, pois é possível vê-la em frente à Basílica de São Marcos, em Veneza. Os filhos podem ser vistos em roupas impecáveis e em duas fotografias vestem estilizados trajes de marinheiros, como era comum às crianças das primeiras décadas do século XX. Entre todas essas fotografias a única na qual Adelaide está em traje social mais simples, Rafael abandonou o chapéu e as crianças estão bem à vontade foi feita a bordo de um navio. Possivelmente foi uma das viagens da família à Itália, pois na caixinha foi conservada uma certidão de João, datada de 24 de abril de 1928, onde se lê:

Eu, Netuno, Deus dos oceanos e das algas marinhas, dos peixes frescos e defumados, protetor dos navegantes e das sereias, saúda Perrone Giovanni ao ingresso no meu reino e te concedemos o batismo das águas salgadas, proclamando-te nosso membro e impondo-te o nome de Atum.

O documento é ainda assinado pelo próprio Deus Netuno, por um padrinho e uma testemunha!

Segundo narrou Enrico Secchi (1874 [1978]) em seu diário, um agenciador de imigrantes da região italiana da Emília-Romanha para o Brasil, que no ano de 1874 encontrava-se em plena atividade, era comum durante as viagens transoceânicas, no momento exato que a embarcação cruzava a linha do Equador, a realização da referida cerimônia presidida por Netuno.

As fotografias da caixinha de Moema são registros de momentos de lazer, de passeios e viagens realizados pelo grupo, e não há referência ou indício de uma atividade laborativa

por parte de nenhum de seus membros. Aliás, entre todas as imagens existe uma onde aparecem Adelaide, Rafael e o filho João em frente a uma loja comercial e outra na qual os pais de Rafael acompanhados de um parente, também estão defronte a uma loja de rua. Mas todas as pessoas não estão atrás de um balcão trabalhando, como a fotografia de Giovanni Consani em seu armazém em Passa Quatro, ao contrário, eles são vistos na calçada, sequer entraram no estabelecimento. A mensagem veiculada sugere que estavam fazendo uma caminhada e decidiram tirar uma fotografia. Enfim, a imagem veiculada representa uma família bem-sucedida e estável financeiramente, a ponto de poder viajar com regularidade à Itália.

Gente que partiu

Conforme exposto anteriormente, diante da impossibilidade de reprodução de todas as fotografias pertencentes às caixinhas de lembranças dos guardiões da memória familiar identificados em Oneta, optei por formar um conjunto reunindo fotografias e bens que me foram gentilmente cedidos por Maria Gigli, Maurizio Micheli, Vincenzo Micheli e Ferruccio Silvestri e que denominei “italiano”. Aliás, seria um desatino não aproveitar essa oportunidade de trabalhar com esses rostos pertencentes a categorias sociais que por milênios permaneceram “sem história” (ORTOLEVA, 1991: 122).

O conjunto fotográfico é formado por 43 imagens de pessoas que emigraram de Oneta ou que tiveram um parente próximo que também passou pela experiência migratória. São 30 fotografias pertencentes à coleção de Maria Grazia, quatro fotografias e dois santinhos de missa de sétimo dia que foram cedidos por Vincenzo, seis imagens por Maurizio e três fotografias são de Ferruccio. As imagens foram feitas entre o início do Oitocentos e o ano de 1947, conforme identificação dos guardiões.

Maria Grazia conserva sua coleção fotográfica em uma gaveta de um móvel da sala de estar da casa da família, permitindo o livre acesso a todas as pessoas, porém sua presença é imprescindível, pois é ela quem identifica e apresenta todas as pessoas retratadas. Mas, na sua ausência, a cunhada Maria Ponzi também é capaz de reconhecer quase todos os membros dessa família que passou a integrar. Os guardiões Vincenzo e Maurizio mantêm suas fotografias em grandes caixas fechadas, sendo que uma delas acondicionou garrafas de vinho; e Ferruccio possui um organizado álbum de família.

Nesse conjunto fotográfico italiano só há retratos, o que fez da figura humana o tema mais importante. Os homens adultos estão presentes em 41 fotografias, sendo que na maioria delas aparecem sozinhos ou ao lado de suas esposas.

Com relação à dimensão das imagens predominaram os tamanhos médio e pequeno, mas não faltaram nas caixinhas de Maria Grazia e Vincenzo retratos grandes e emoldurados, sempre conservados no fundo das caixas, já que estas são bem grandes.

O formato retangular das fotografias também dominou quase que absolutamente, pois há um único retrato em formato oval.

Com relação às crianças, elas aparecem em sete fotografias somente e em diferentes situações do cotidiano da aldeia. Podem ser vistas como integrantes da Banda de Oneta; entre trabalhadores da Fabbrica Varraud, Parret & C., uma indústria francesa que extraía madeira dos bosques de Oneta para a produção de tanino, transportando-a através de um sistema funicular que ligava a aldeia à vizinha localidade de Fornolli, onde estava instalada a sede da empresa; e em meio ao grupo familiar reunido. Em outros dois retratos vemos um bebê desnudo de braços sobre uma cama, uma representação que se tornou clássica das criancinhas; e um menino em trajes de caçador, tendo em uma das mãos uma espingarda e amarrado ao corpo uma cartucheira cheia de projéteis. O bebê é Silvano, filho de Reno Micheli e Lorenza Simonetti, imigrantes na cidade de Boston, nos Estados Unidos, no início do Novecentos; e o garoto, em seus seis ano de idade, é Luciano Gigli, irmão de Maria Grazia. Em Oneta, os meninos desde tenra idade eram preparados por seus pais para a caça de javali e de pássaros.

Há uma fotografia que pode ser encontrada nas coleções de Maria Grazia e Vincenzo, mas também na casa de Maria Ponzi que liga Oneta ao Brasil. Em 1922, ano em que o país comemorava o centenário da Independência, 27 homens, todos impecáveis dentro de seus ternos e alguns segurando seus chapéus, agruparam-se para uma fotografia em um campo de futebol. Ente eles estavam Giuseppe Tomei, parente de Antonio e Vincenzo Micheli; Carlo Ponzi, pai de Maria Ponzi; e Giovanni Gigli, tio de Luciano e Maria Grazia Gigli, respectivamente.

Entretanto, se essas imagens nos contam que de Oneta muitos homens partiram, aliás, emigrar era condição imposta aos habitantes em função da própria economia praticada na aldeia; por outro lado as fotografias nos dizem que as mulheres que permaneciam não se dedicavam somente às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos. Ao contrário, elas foram artesãs, costureiras e também proprietárias de um armazém em Oneta, quando sozinhas cuidaram da administração do comércio, já que seus maridos trabalhavam em outras

localidades. Este foi o caso de Giorgia Lippi e Nella Micheli, avó e mãe de Maria Grazia, respectivamente. Vale lembrar que o marido de Giorgia, Adolfo Micheli, viveu durante décadas nos Estados Unidos.

As mulheres de Oneta foram fotografadas em trajes simples e de trabalho - em mais de um retrato Giorgia veste um avental - contrastavam com a elegância das mulheres imigrantes em Boston, nos Estados Unidos, em seus ricos casacos com golas de pele de animais, exibindo chapéus e luvas e, como observou Maria, seus vestidos eram mais curtos do que os delas, sempre mais compridos.

Entre as imagens do conjunto o ritual familiar mais lembrado é o casamento. Há sete fotografias de casais no dia de suas uniões, sendo três casais imigrantes. Os noivos, muitas vezes já instalados no novo país, retornavam à aldeia para a cerimônia e em seguida novamente partiam. Não necessariamente acompanhados das esposas, pois não raro muitas decidiam não se transferirem e em Oneta permanecerem. Assim o fez Giorgia, que nunca seguiu o marido, como também tantas outras mulheres que passaram a viver na condição de viúvas-brancas.

Das fotografias reunidas uma chama particularmente a atenção: uma grande família reunida - os pais sentados tendo duas crianças entre eles; atrás, de pé, estão seis filhos adultos e no canto esquerdo da fotografia foi colocado um retrato 3x4 de outro filho que, ao contrário dos outros, não está trajando terno, mas sim um uniforme militar. Vincenzo informou que uma das crianças é ele próprio e a outra é Antonio. O homem fardado é Giuseppe, seu irmão, e lembrou que aquela fotografia foi tirada em 1939, em observância a uma ordem recebida do governo de Benito Mussolini, então Primeiro Ministro do Reino da Itália e fundador do Partido Fascista, que determinou às famílias italianas numerosas que providenciassem uma fotografia com todos os seus membros. Como Giuseppe estava em campanha na Rússia, o fotógrafo tratou de inseri-lo na imagem da família reunida através de uma fotomontagem. Esta consistia em uma técnica através da qual os fotógrafos reuniam duas ou mais imagens distintas, para criar uma nova composição. Tal recurso passou a ser utilizado pelas famílias que possuíam um de seus membros ausentes, em decorrência de falecimentos, movimentos migratórios ou de conflitos bélicos. Dessa forma, os indivíduos e as famílias concretizavam o desejo de fixar através da fotografia os rituais da vida familiar, amenizando as separações que ocorriam (ORTOLEVA, 1991: 130).

Como foi possível perceber, as caixinhas de lembranças nos falam de dois mundos que um dia se encontraram e que, no que depender delas e das guardiãs da memória, um jamais esquecerá o outro, pois ambos estão ligados por elos viscerais, ou seja, a origem comum.

Conjunto Fotográfico Brasileiro

Caixinha de lembranças de Stella Consani Marques



Deixando a terra natal. Da esquerda para a direita: Maria Annunziata, Giuseppe e Sofonisba Pellegrini-Consani. Gênova [Itália], 1891.



Os Pellegrini-Consani e os filhos solteiros. Sentados: Teodora Pellegrini e Giovanni Consani. Atrás, da esquerda para a direita: Adelaide, Galileu e Sofonisba. Passa Quatro [MG], 1915.



A nora brasileira: Alice de Miranda Consani. Barra Mansa [RJ], 1910.



O filho casado: Giuseppe Consani. Lucca [Itália], 1915.



O armazém dos Pellegrini-Consani. No centro da foto Giovanni, atrás o filho Galileu e um funcionário. Passa Quatro [MG], 1915.



A dona da caixinha. Stella Consani
Marques. Barra Mansa [RJ], 1923.

Caixinha de lembranças de Moema Cruz Perrone



Adelaide Consani e Rafael Perrone, [192-].



Todos a bordo: a família Consani-Perrone e parentes entre a Itália e o Brasil, 1928.



Sob a proteção de Netuno: o batizado de Giovanni (João) Perrone. 1928.



Férias na Itália. Adelaide Consani, Rafael Perrone e os filhos João e Roque. Veneza [Itália], [1928].



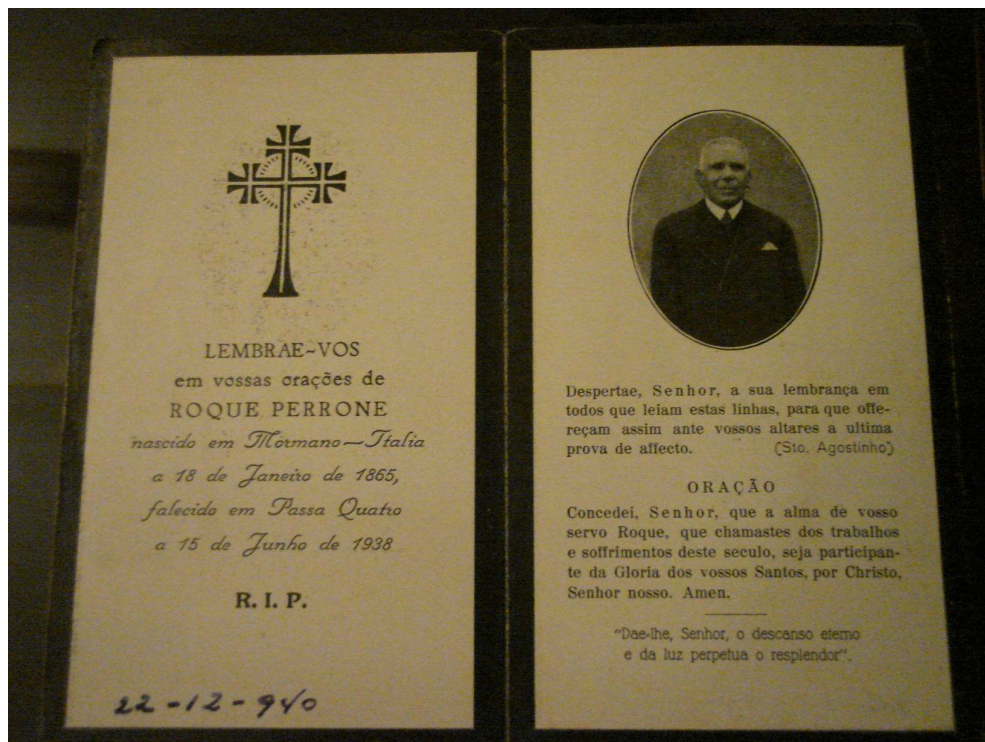
Passeio, mas sem sair do estúdio fotográfico: Adelaide Consani e Rafael Perrone. [19--].



Adelaide Consani Perrone. Passa Quatro [MG], [198-].



Os parentes que se foram: a irmã mais velha, Maria Annunziata Consani. Passa Quatro [MG], 1946.



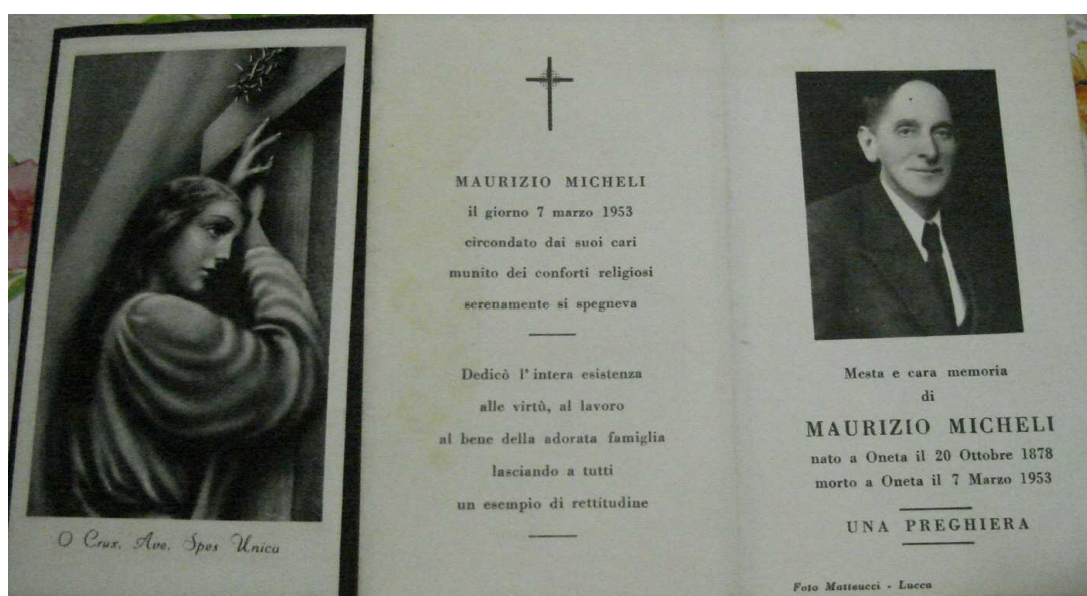
Os parentes que se foram: o sogro de Adelaide, imigrante da Calábria: Roque Perrone. Passa Quatro [MG], 1938.

Conjunto Fotográfico Italiano

Caixinha de lembranças de Vincenzo Micheli



Elisa Micheli, mãe de Vincenzo e Antonio. Oneta [Itália] 1942. No texto ao lado, são mencionados seus dois sofrimentos em vida: a doença que lhe acometeu e as saudades do filho Giuseppe que não retornou dos combates na Rússia.



Maurizio Micheli, pai de Vincenzo Antonio. Oneta [Itália], 1953.

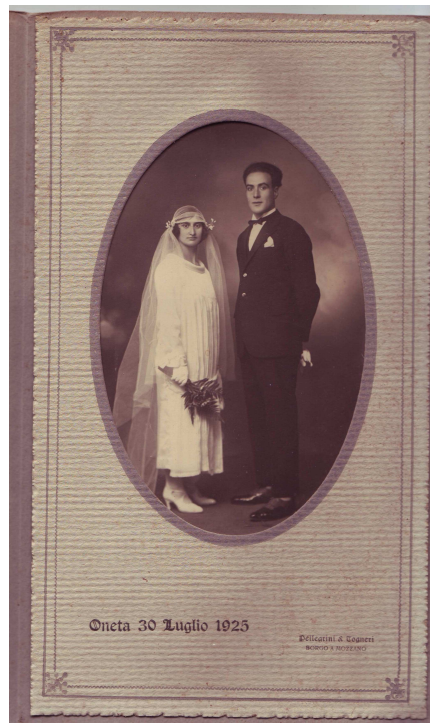


Bianca Tomei e Carlo Micheli. Oneta [Itália], [192-].

Caixinha de lembranças de Maurizio Micheli



Antonieta Micheli: a organizadora das caixinhas dos Micheli.



Antonietta Micheli e Ugo Tomei. Oneta [Itália], 1925.



Para jamais esquecer o filho e irmão Giuseppe Micheli (fotomontagem). Oneta [Itália], 1939.

Caixinha de Lembranças de Maria Grazia Gigli

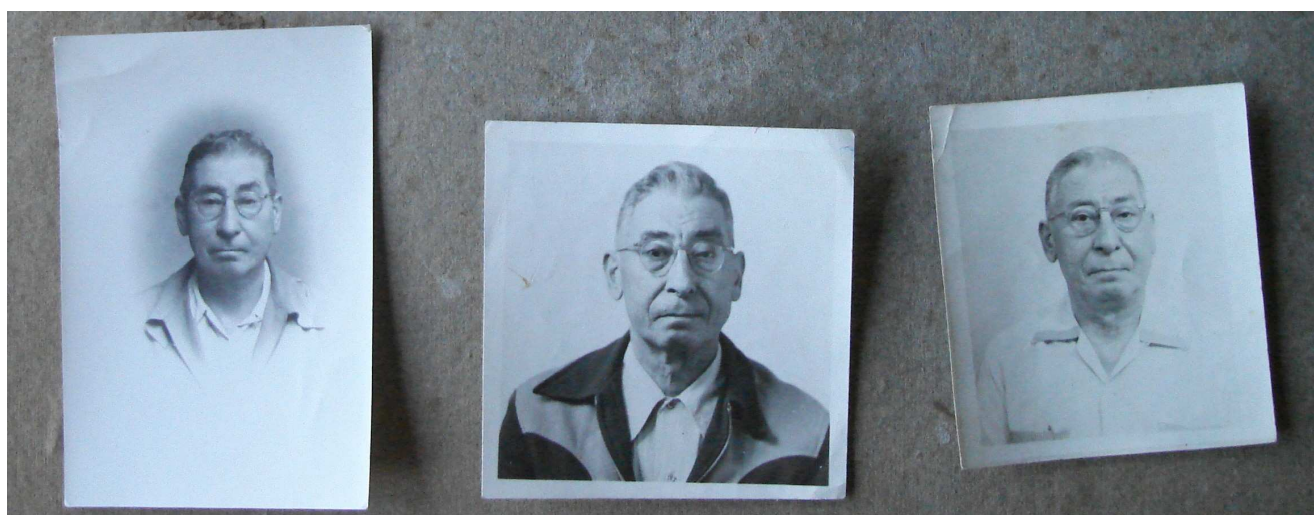
Onetenses no Brasil. Na segunda fila, da esquerda para a direita: o 5º homem é Giuseppe Tomei, o 6º é Carlo Ponzi e o sétimo é Giovanni Gigli. Taubaté [SP], 1922.



Giordina Lippi. Oneta [Itália], [19--].



Giordina Lippi: a mulher que nunca deixou a aldeia natal. Oneta [Itália], [19--].



Adolfo Micheli: o marido imigrante em Boston, nos Estados Unidos. [19--].



O antigo armazém de Giordina e Nella. Atualmente, a casa onde se espera o pão. Oneta [Itália.], [19--].



Casando para deixar Oneta e viver na América:
Bianca Tomei e Carlo Micheli. Oneta [Itália], [192-].
O casal viveu em Boston, nos Estados Unidos.



Carlo Micheli. Boston [EUA], [192-].



Bianca Tomei. Boston [EUA], [192-]. O filho: Silvano Micheli. Boston [EUA], [192-].

CONCLUSÃO

“Tutto il mondo è paese” (antigo provérbio italiano).

Devo confessar, ao concluir esta tese, que não é nada fácil estudar e escrever sobre a própria família. O meu envolvimento emocional e afetivo em determinados momentos mais atrapalhou do que auxiliou. Considerando que desconhecia a ascendência italiana até receber a caixinha de lembranças de minha avó e dar início ao trabalho de pesquisa, paralela à investigação histórica esteve o encontro com a minha própria origem. Sendo assim, o levantamento de fontes; os primeiros encontros com os depoentes, especialmente as minhas interlocutoras brasileiras, todas tias-avós e primas; e a realização das entrevistas, foram momentos muito emocionantes. Nesta fase da pesquisa, a minha relação com o objeto de estudo foi benéfica, pois sentia que, em alguma medida contribuí para o processo de confiança que deve existir entre o historiador e o depoente, caso contrário, o trabalho não se realiza.

Porém, no momento da redação é que o efeito nefasto se mostrou: o texto teimava em se apresentar inteiramente na primeira pessoa e exageradamente subjetivo. Então, procurava me distanciar, esconder-me escrevendo na terceira pessoa, não mencionar nomes e fazer descrições bem objetivas. Após diversas tentativas, encontrei um ponto de equilíbrio, assumindo a minha posição na história que estava para ser reconstruída e admitindo que estava me expondo diante dos leitores, mas por uma causa nobre: narrar a história da imigração italiana para o Brasil, a partir das experiências de membros de um grupo familiar com o qual possuo laços de consangüinidade. Contudo, essas experiências são representativas de dezenas de milhares de outras, vividas por indivíduos que, no mesmo período, percorreram idêntica trajetória.

Vale esclarecer que a preocupação não esteve relacionada ao “fazer” história utilizando memórias individuais ou mesmo de uma única família e de pessoas que lhe são

próximas. Isto porque, as histórias de vida aqui narradas e analisadas foram inseridas em um tecido social mais amplo, dentro do qual as vidas dos indivíduos se desenvolveram. Especialmente no que diz respeito às memórias individuais, Ulpiano Menezes (1992: 14) observou que, desde que haja ao menos duas pessoas, a rememoração ocorre de forma socialmente apreensível e, portanto, é este fenômeno da memória compartilhada que tem importância para as ciências sociais.

A experiência migratória de alguns camponeses e artesãos de Oneta, que a partir de 1870 decidiram deixar para trás a aldeia, cruzar o Atlântico e “tentar a sorte” em terras brasileiras, foi aqui reconstruída sem grandes feitos heróicos ou situações aventurescas, muito comuns em narrativas elaboradas pelos depoentes. De toda forma, as circunstâncias evidenciaram momentos de exaustivos trabalhos, de tensão e preocupação, sendo raras as ocasiões dedicadas à diversão ou quaisquer atividades de lazer, sendo as mulheres as narradoras por excelência. Há que se reconhecer que esse fato mudou o *contar* da história e proporcionou um novo olhar sobre a trajetória/experiência da migração italiana para o Brasil, revelando novos aspectos.

Com relação ao *contar* da história, é importante salientar que a narrativa foi tecida no plural, pois as mulheres relembrou e descreveram em absoluta maioria situações e acontecimentos vividos não individualmente, mas por um grupo, que podia ser a própria família ou a comunidade em que estavam inseridas.

No que diz respeito ao fenômeno migratório italiano para o Brasil, foi possível compreendê-lo em seu nível micro-social e a partir dos principais atores envolvidos, ou seja, os indivíduos e suas famílias. A história da migração se deslocou de espaços abertos e públicos para o espaço doméstico, pois é necessário ter em mente que as mulheres, quando rememoram narrando, falam de suas experiências pessoais e da vida privada/íntima. Assim, suas memórias baseiam-se na subjetividade e em sensibilidades, preservando sentimentos e pequenos acontecimentos que têm lugar no cotidiano e no núcleo familiar, portanto, no ambiente doméstico.

Nesse sentido, surgiu a possibilidade de “compartilhar” com as mulheres de Oneta a rotina diária de seus trabalhos caseiros e nos campos, e em diversas outras atividades artesanais e no comércio. Mulheres que conviviam com as partidas periódicas dos “seus” homens em busca de trabalho, pois emigrar era condição *sine qua non* para permanecer na aldeia, uma vez que a economia praticada necessitava das rendas trazidas por seus trabalhadores migrantes. Também foi possível conhecer suas aflições e incertezas quando se tornavam viúvas-brancas, quando deixavam a aldeia em busca de emprego ou mesmo

decidiam não se transferir para outro lugar ou país algum. Sendo assim, o fenômeno do deslocamento foi observado nos momentos que antecederam as partidas, quando as pessoas elaboravam seus projetos de migrar, avaliavam as possibilidades que surgiam, fazendo suas escolhas e mobilizando-se para viabilizá-las, ainda em território peninsular. Dessa maneira, foi possível observar o quanto essas mulheres foram personagens ativas no interior de suas famílias, no contexto do próprio povoado e do processo migratório.

Posteriormente, a viagem transoceânica foi reconstruída e empreendida sob condições difíceis física e psicologicamente, pois as mulheres estavam sujeitas a abusos sexuais, roubos e doenças, sendo desrespeitadas e, principalmente, abandonadas por autoridades e órgãos governamentais que deveriam delas cuidar. Por conseguinte, as lembranças da travessia são amargas, angustiantes e muito tristes.

Do lado de cá, apesar da sociedade igualmente destinar às mulheres a “invisibilidade” de um cotidiano de trabalhos domésticos e de atividades direcionadas para os armazéns de seus respectivos maridos, o presente estudo revelou que foram elas as responsáveis e as viabilizadoras de um outro projeto: a construção e manutenção da identidade italiana na nova terra.

Diante do processo de inserção na nova sociedade, os onetenses recriaram práticas culturais, hábitos de vida e alimentares, buscando reproduzir comportamentos e normas de conduta da antiga aldeia e, assim, delimitaram a fronteira que os diferenciava dos nacionais. Isto foi possível, porque as mulheres imigrantes realizaram um trabalho permanente de construção da memória do grupo familiar e, em meio às atividades cotidianas, narravam aos filhos e netos casos e histórias que vivenciaram ou lhes foram contados. Em o fazendo, relembavam os parentes que deixaram em Oneta, tornando-se as responsáveis pela organização de encontros familiares, que eram verdadeiros rituais de fundação e celebração da união entre seus membros.

Porém, para a realização desse trabalho de memória, essas mulheres recorreram a uma antiga e conhecida prática de elaboração e preservação da memória feminina: o colecionamento. Assim, surgiram as “caixinhas de lembranças” que ao conservarem objetos pessoais e fotografias que pertenceram ou retratam os imigrantes de Oneta, viabilizaram a construção e preservação da memória italiana do grupo. Isto porque, durante as reuniões familiares, nos momentos nos quais as proprietárias das caixinhas passaram a expor as relíquias nelas depositadas, cada fotografia ou objeto engendrava uma história, lembrava uma pessoa, reconstruía uma trajetória de vida, recordava um lugar e apontava uma origem peninsular.

É em função desse trabalho, desenvolvido pelas mulheres no interior de suas casas, que a memória italiana é reconstruída e continuamente atualizada. E ainda, com os olhos voltados para o futuro, tais mulheres apontam entre os descendentes aqueles que gostariam que as substituíssem na função de guardiãs da memória do grupo familiar. Numa primeira etapa, filhas e netas, ainda bem pequenas, tornam-se suas ouvintes preferenciais; numa segunda, recebem seu legado de memória, materializado nas relíquias das caixinhas. Conforme observou Walter Benjamin (1985), o bom narrador é antes de tudo um ouvinte e também, nesse caso, um bom colecionador.

Por outro lado, as caixinhas de lembranças conservadas pelos guardiões da memória familiar de Oneta são igualmente objetos centrais em rituais familiares, os quais buscam manter a ligação com o tempo no qual a família era grande, alargada e encontrava-se completa, ou seja, antes da partida de alguns parentes para terras bem mais distantes. Mas os objetos e fotografias conservados nessas caixinhas revelam que entre as longínquas terras está o Brasil e, embora decorrido mais de um século desde que os primeiros onetenses aqui chegaram, muitos e duradouros são os elos construídos e mantidos entre as duas comunidades.

Para finalizar, dirigindo o foco para o grupo de famílias de Oneta que se transferiu e se fixou definitivamente no Brasil, há que se perceber que à revelia de todo o processo natural de assimilação social, o trabalho dessas guardiãs de memória permitiu trazer a aldeia italiana, tão distante, para bem perto da segunda geração, cujos membros chegaram ao país ainda crianças, e das gerações posteriores. Na realidade, elas conseguiram reinventar uma Oneta no Brasil e, dessa forma, justificaram um antigo provérbio que ainda hoje é mencionado pelos italianos: “Todo o mundo é (a) aldeia”. Nesse sentido, é plausível pensar que a tradição secular dos peninsulares de se movimentarem, em certa medida, auxilia-os a se sentirem em seus próprios povoados mesmo vivendo nas mais diversas nações do planeta.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

1. Acervos documentais

ANAGRAFE DELLA POPOLAZIONE RESIDENTE - APR. Borgo a Mozzano.

Popolazione per frazione, anno 1874.

- Popolazione per frazione, anno 2001.

- Popolazione per frazione, anno 2006.

ARCHIVIO DELL'ANAGRAFE DEL COMUNE DI BORGIO A MOZZANO - AACBM.
Borgio a Mozzano.

- Foglio di Famiglia, Tomo 2, anni 1866-1880

ARCHIVIO COMUNALE DI BORGIO A MOZZANO - ACBM. Borgio a Mozzano.

- Corrispondenza Comune di Borgio a Mozzano, cat. IV, anni 1873-1879; 1884.

- Corrispondenza Ministero dell'Interno. Direzione di Pubblica Sicurezza - Prefetti, Soto Prefetti e Sindaci del Regno - 1 de março de 1889, n. 11900-B, cat. IV, p. 620, anno 1889.

- Condizione economica degli emigranti e cause che ne determinarono l'emigrazione, cat. IV, p. 267, anni 1884-1888.

- Nulla-osta passaporti, anni 1901-1915 (Levantamento elaborado por Lucilla Briganti).

- Passaporti, anni 1935-1941.

- Statistiche dell'emigrazione all'estero, Regia Delegazione di Borgio a Mozzano, cat. IV, sez 3, anni 1874-1903 (faltando os dados para 1880 e 1881, elaboração de Lucilla Briganti).

Statistica dell'emigrazione. Quesiti circa le cause e i caratteri dell'emigrazione, cat. IV, sez. 3, anno 1884.

ARCHIVIO DELLA FONDAZIONE PAOLO CRESCI PER LA STORIA DELL'EMIGRAZIONE ITALIANA. Lucca

- Bollettino dell'Emigrazione - anni 1902, 1903, 1904

ARCHIVIO DI STATO DI LUCCA - ASL. Lucca

- Prefettura del Compartimento di Lucca, b. 357, 358, 359, anno 1857.

Risposta del sindaco di Borgio a Mozzano all'inchiesta sull'emigrazione al Prefetto di Lucca nel 1873, del 5-3-1874, Pref., b. 287, fasc. 2476, anno 1874.

Risposta del sindaco di Borgio a Mozzano all'inchiesta sull'emigrazione al Prefetto di Lucca nel 1882, Pref. D, b. 810, anno 1882.

ARCHIVIO DELL'UFFICIO DELLO STATO CIVILE - Lucca

- Registro degli atti di nascita, anno 1888.
- Registro degli atti di matrimonio [1883]; 1990.

ARQUIVO NACIONAL - AN. Rio de Janeiro

- Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Chefia de Polícia do Estado de Minas Gerais, Serviço de Registro de Estrangeiros - Boletim de Sindicância para Naturalização, Processo n. 029.249/44, José Consani.
- Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Chefia de Polícia do Estado de Minas Gerais, Serviço de Registro de Estrangeiros - Boletim de Sindicância para Naturalização, Processo n. 22.327/44, Egydio Bonanni.

PARROCCHIA DI SANTO ILARIO - Oneta, Borgo a Mozzano.

- Nota dell'Anime della Parrocchia di Oneta, anni 1818 a 1884 (não há registros para os seguintes anos: a 1821 a 1829; 1859 a 1864; 1875).
- Note reclutamento del 1848 - 2 gennaio 1819 a gennaio 1824. Os registros deste livro não se limitaram ao ano de 1824, proseguiram até 1860).
- Registri dei Matrimoni - n° 4 - 8/2/1853 a 25/7/1858
- Libro dei Matrimoni - anni 1903-1929
- Registri dei Morti, 21 fev. 1851 à 5 dez. 1856
- Registri dei Morti, 21 abr. 1857 à 4 jan. 1866
- Registro dei Morti "D", Bacchetta dei Morti della Comunità di Oneta e sepolti in questa chiesa dal anno delli 6 dicembre 1770 fino a 4 luglio 1893
- Registro dei Morti "E", 11 de febbraio 1893 a 23 luglio 1968.

PARROCCHIA DI SAN ROCCO - Cerreto, Borgo a Mozzano.

- Note dell'Anime della Parrocchia di San Rocco, anni 1888 -1891

2. Periódicos

BIBLIOTECA DO CENTRO STUDI EMIGRAZIONE ROMA - CSER. Roma

Affari Sociali Internazionali

Africana: miscellanea di studi extraeuropei.

Altreitalie

Annali dell' Istituto 'Alcide Cervi'

Documenti e Studi: semestrale dell'Istituto Storico della Resistenza e dell'Età Contemporanea in provincia di Lucca

Estudios Migratórios Latinoamericanos

Quaderni dell'emigrazione

Società e Storia

Studi Emigrazione

BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro (Seções: Obras Raras e Periódicos)

Barra Mansa. Barra Mansa, mar. 1909 / 31 out. 1909.

O Fluminense. Niterói, 1878 -1892

Gazeta de Barra Mansa. Barra Mansa, 1880 -1890.

Imprensa Barramansense. Barra Mansa, 1888-1889.
O Município. Barra Mansa, 5 jan. 1910 - 10 dez. 1911.

BIBLIOTECA DI STATO DI LUCCA - Lucca
Il Commercio di Lucca. Lucca, A. I, n. 1, 151873.
La Corsonna. Periodico Indipendente. Barga, 1 gennaio 1903 - 17 dicembre 1911.
L'Eco del Serchio. Giornale settimanale. Barga, 22 febbraio - 1880 settembre 1889.
La Garfagnana. Giornale popolare settimanale. Castelnuovo, 1896.

3. Entrevistas

Entrevistas realizadas no Brasil:

ALMEIDA, Emília Bonanni de. (Depoimento, Mogi das Cruzes, 2002). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 11 e 12.

BONANNI, Angela Conti. (Depoimento, Passa Quatro, 2002). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 8.

GUEDES, Maria José Silva. (Depoimento, Passa Quatro, 2002). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 9 e 10.

MARINS, Elba Consani; CAMPOS, Vilma Marins. (Depoimento, Barra Mansa, 1998). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 13.

PERRONE, Moema Cruz. (Depoimento, Rio de Janeiro, 2004). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 14, 15, 16 e 17.

SCARPA, Laís Consani. (Depoimento, Niterói, 2001). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

SILVA, Maria Julia Pelegrini. (Depoimento, Passa Quatro, 2002). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 7.

Entrevistas realizadas na Itália:

GIGLI, Luciano; PONZI, Maria. (Depoimento, Oneta, 2006). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 14

GIGLI, Maria Grazia. (Depoimento, Oneta, 2006). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 8.

MICHELI, Antonio. (Depoimento, Borgo a Mozzano, 2006). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 9

MICHELI, Maria Grazia. (Depoimento, Oneta, 2006). Niterói, UFF/LABHOI. Fita, 1, 2 e 3.

MICHELI, Maurizio. (Depoimento, Borgo a Mozzano, 2006). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 15

MICHELI, Vincenzo; MICHELI, Piero. (Depoimento, Borgo a Mozzano, 2006). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 11.

PONZI, Maria; GIGLI, Maria Grazia. (Depoimento, Oneta, 2006). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 5, 6 e 7.

SILVESTRI, Ferruccio. (Depoimento, Oneta, 2006). Niterói, UFF/LABHOI. Fita10.

SILVESTRI, Licia. (Depoimento, Oneta, 2006). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 12 e 13.

UGOLINE, Maria Luisa; PELLEGRINI, Maria Albina. (Depoimento, Oneta, 2006). Niterói, UFF/LABHOI. Fita 4.

4. Conjuntos fotográficos e de objetos

Conjunto Brasileiro

Caixinha de lembranças de Stella Consani Marques

Fotografias: 113

Objetos: 1 broche, 1 cartão de felicitação de Natal, 6 cédulas de mil réis, 1 cédula de um peso argentino, 1 cédula de uma libra esterlina, 1 felicitação por uma Primeira Comunhão Católica, 1 cartão de felicitação sem motivo justificado, 7 cartões-postais, 1 convite de casamento, a letra do hino de São Vicente de Paulo, 2 moedas do Brasil Império, 2 moedas do Brasil República, 1 nota fiscal de venda da Casa do Sobrado, 1 participação de batizado, 1 participação de falecimento, 9 participações de nascimentos, 1 recorte de jornal com uma poesia, 1 participação comemoração de Bodas de Prata, 1 participação de Bodas de Ouro, 1 relógio de pulso e 11 santinhos de missa de sétimo dia.

Caixinha de lembranças de Moema Cruz Perrone

Fotografias: 27

Objetos: 1 caixinha de metal com fotos 3x4 das filhas, 1 “certificado de Batismo” no Equador, 3 lembranças de Primeira Comunhão Católica, 1 missal da Primeira Comunhão Católica, 4 santinhos de missa de sétimo dia e receita médica de Adelaide Consani Perrone.

Conjunto Italiano

Caixinha de lembranças de Maria Grazia Gigli

Fotografias: 30

Caixinha de lembranças de Maurizio Micheli

Fotografias: 6

*Caixinha de lembranças de Vincenzo Micheli*Fotografias: 4Objetos: 2*Álbum de fotografias de Ferruccio Silvestre*Fotografias: 3**Fontes Secundárias**

ABREU, A. I. da C. Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994. 360 p.

ABREU, M; MATTOS, H. “Lei Áurea”. In: VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 464-466.

_____. “Lei do ‘Ventre Livre’”. In: VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 468-471.

ADGHIRNI, SAMY. Migrações Sul-Sul já são metade do total. Folha de São Paulo, São Paulo, Mundo, 8 jun. 2008.

ALBERA, D; CORTI, P. “Movimenti migratori nell’arco alpino e nella montagna mediterranea: questioni e prospettive per un’analisi comparata”. In: ALBERA, D; CORTI, P. (a cura di) La montagna mediterranea: una fabbrica d’uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX). Cuneo: Gribaudo, Cavallermaggiore, 2000. p. 7-27.

_____. “L’immagine dell’emigrazione biellese”. In: ROSOLI, G. et al. Identità e Integrazione. Famiglie e paesi, percorsi e immagini di sè nell’emigrazione biellese. Milano: Electa, 1990. p. 251-316.

ALBERTI, V. “A existência na História: revelações e riscos da hermenêutica”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 9, n. 17, p. 31-57, 1996.

_____. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.

_____. Tradição oral e história oral: proximidade e fronteiras. Palestra proferida em 18 de maio de 2004 na sessão de abertura do VII Encontro Nacional de História Oral. Goiânia, 2004b.

ALBUQUERQUE, F. F.; JANELLI, M. A Princesa. Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. 126 p.

ALENCASTRO, L. F.; RENAUX, M. L. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: ALENCASTRO, L. F. de (Org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2, p. 292-335.

ALVIM, L. B. A. M. “Derrida: uma reflexão sobre a herança européia e a desconstrução do eurocentrismo”. In: Nascimento, E. e Glenadel, P. (Org.). Em torno de Jacques Derrida. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, pp.141-146.

ALVIM, Z. “Immigrazione e forza lavoro femminile in São Paulo (1880-1920)”. In: FRANZINA, E. (a cura di) Un’altro Veneto. Saggi e studi di storia dell’emigrazione nei secoli XIX e XX. Abano Terme: Francisci Editore, 1983. p. 492-512.

_____. “O Brasil Italiano”. In: FAUSTO, B. (Org.) Fazer a América. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 383-417.

_____. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In: SEVCENKO, N. (Org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 3, p. 215-287.

AMADO, J. & FERREIRA, M. de M. (Coord). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. 277 p.

_____. “O Cervantes de Goiás”. Nossa História, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 1, n. 2, dez. 2003.

ANDERSON, B. Nação e consciência nacional. Rio de Janeiro, Ática, 1989.

ANSELMINI, S. “Mezzadri e mazzadrie nell’Italia centrale”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). Storia dell’Agricoltura Italiana in Età Contemporanea. Venezia: Marsiglio Editori, 1990. p. 201-259.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Ano V, 1939/1940). Rio de Janeiro, 1941.

ATHAYDE, J. B. Barra Mansa e seus administradores. Juiz de Fora: Sociedade Propagadora Esdeva, 1971. p. 11-37

AUDENINO, P. “Emigrazione e mestiere: il caso di un gruppo di edili piemontesi”. Studi Emigrazione, XXIV, 87. p. 326-344, 1987.

_____. “Le custodi della motagna: donne e migrazioni stagionali in una comunità alpina”. “Annali Cervi”, 12, p. 265-287, 1990.

BACHELARD, G. O novo espírito científico; A poética do espaço. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BAIARD, A. “A economia agrária brasileira na visão dos agrônomos italianos”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2., 1996, Niterói; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 3., 1996, Niterói. Anais ... Niterói: ABPHE: ICHF/UFF, 1996. v. 2, p. 62-75.

BAILY, S. L. “Las cadenas migratórias de los italianos a la Argentina: alguns comentários”. Estudios Migratórios Latinoamericanos, 3, 8, p. 125-135, 1988.

BAILY, S.; RAMELLA, F. One family, two words. An Italian family's correspondence across the Atlantic, 1901-1922. New Brunswick, Rutgers University Press, 1988,

BALDOCHI, U.; MAZZANTI, M. OSTUNI, M. R. Un filo tra due mondi. Percorsi didattici sulla storia dell'emigrazione. Lucca: Maria Pacini Fazzi Editore, 2004. 247 p.

BANDETTINI, P. (a cura di) La Popolazione della Toscana dal 1810 al 1959. Firenze: Camera di Commercio Industria e Agricoltura di Firenze, Scuola di Statistica della Università di Firenze.

BARBAGLI, M. Sotto lo stesso tetto: Mutamenti della famiglia un Italia dal XV al XX secolo. Bologna: Il Mulino, 1988.

BARROS, M. L. de. "Memória e Família". In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 29-41, 1989.

_____. Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

_____. (Org.). Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. 235 p.

BARTH, F. "Grupos étnicos e suas fronteiras". In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p.185-249.

BARTHES, R. A Câmara Clara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BASSANEZI, M. S. C. B. "Nascimento, vida e morte na fazenda - Alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e de seus italianos". In: BONI, L. A. de (Org.). A presença italiana no Brasil. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia; Torino (Itália): Escola Superior de Teologia, Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 337-357.

BASTO, F.L. de B. Movimento das correntes imigratórias no Brasil. Rio de Janeiro: [s. n.], 2000. 62 p.

BECKER, J. J. "O handicap do a posteriori". In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Coord). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 27-31.

BENIGNO, L.; RAMELLA, F. "Una famiglia e un paese: la trama dei rapporti in una storia di emigrazione". In: ROSOLI, G. et al. Identità e Integrazione. Famiglie e oases, percorsi e immagini di sè nell'emigrazione biellese. Milano: Electa, 1990. p. 65-112.

BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. v.1.

_____. "O Narrador". In: Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERMANI, C. Introduzione alla storia orale. Storia, conservazione delle fonti e problemi di metodo. Roma: ODRADEK, 1999. v. 1. 209 p.

_____. _____. Introduzione alla storia orale. Esperienze di ricerca. Roma: ODRADEK, 2001. v. 2. 208 p.

BERTONHA, J. F. Os italianos. São Paulo: Contexto, 2005. 300 p.

BETTONI, F.; GROHMANN. “La montagna appenninica: paesaggi ed economie”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). Storia dell’Agricoltura Italiana in Età Contemporanea. Venezia: Marsiglio Editori, 2000. p. 585-641.

BEVILACQUA, P. “Società rurale e emigrazione”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). Storia dell’emigrazione italiana: partenze. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 95-112.

_____. DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). Storia dell’emigrazione italiana: partenze. Roma: Donzelli Editore, 2001. 701 p.

_____. DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). Storia dell’emigrazione italiana: arrivi. Roma: Donzelli Editore, 2002, 847.

BIAGGIOLI, G. “Il potere e la piazza. Gli spazi del mercato agricolo nell’Italia centro-settentrionale”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). Storia dell’Agricoltura Italiana in Età Contemporanea. Venezia: Marsiglio Editori, 1991. p. 3-63.

BIAGIONI, P. L. “Immagini immaginate - Storie d’emigrazione (1870-1940) attraverso le immagini dell’Archivio Paolo Cresci”. In: OSTUNI, M. R. et al. “Il perché andiedi in America...” Immagini dell’emigrazione lucchese - La Valle del Serchio. Lucca: Maria Pacini Fazzi Editore, 2001. p. 15-26.

BIANCHI, B. “Lavoro ed emigrazione femminile (1890-1915)”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). Storia dell’emigrazione italiana: partenze. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 257-274.

BJERG, M.; OTERO, H. (Comp.). Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

BORGES, J. L., “Funes, o memorioso”. In: Ficções.

BORZANI, L. “Patria matrigna e nuovo mondo. Emigrazione e immagine delle Americhe nella stampa socialista ligure tra Otto e Novecento”. In: La vie delle Americhe. L’emigrazione tra evento e racconto. Genova: SAGEP EDITRICE, 1989. p. 63-68.

BOSI, E. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

BOURDIEU, P. “Novas reflexões sobre a dominação masculina”. In: LOPES, M. J. M. et al. Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 28-40.

_____. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160 p.

BRASIL: 500 ANOS DE POVOAMENTO. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

BRASIL - COLEÇÃO DAS LEIS DO BRAZIL de 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br/legislacao/nsf/viwTodos/4ed91893cbdd0e10032569fa0074213f?OpenDocument&Highlight=1,&AutoFramred>>. Acesso em: 20 de maio de 2007.

BROWN, J. Atos impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença. São Paulo: Brasiliense.

BRIGANTI, L. “La Lucchesia e il Brasile: storia di emigranti, agenti e autorità”. Documenti e Studi: semestrale dell’Istituto Storico della Resistenza e dell’Età Contemporanea in provincia di Lucca, Lucca, n. 14-15, p. 161-220, 1993.

_____. “Percorsi di toscani in Brasile tra ‘800 e ‘900: stati di Rio de Janeiro, Minas Gerais ed Espírito Santo”. In: REGINATO, M. (a cura di). Dal Piemonte allo stato di Espírito Santo: aspetti della emigrazione italiana in Brasile tra ottocento e novecento. Atti del Seminario Internazionale. Torino, 22-23 set. 1995. p. 259-285.

_____. “Alcuni cenni sull’emigrazione da Corsagna all’estero tra ‘800 e ‘900”. In: MISERICORDIA DI CORSAGNA. Corsagna, Corsagna. Borgo a Mozzano: Edizioni della Casa Famiglia, 1996. p. 67-92.

_____. “L’emigrazione toscana in America Latina tra ‘800 e ‘900”. In: Africana: miscellanea di studi extraeuropei. Pisa: Edizione ETS, p. 41-59, 1997.

_____. “L’emigrazione “stagionale” dalla Toscana in Tunisia tra Ottocento e Novecento”. In: SALVADORINI, V. A. (a cura di). Tunisia e Toscana. Pisa: Edistudio, [199-], p. 151-170.

_____. “L’evoluzione del fenomeno migratorio nella Media Valle Lucchese’ dall’Ottocento al Novecento”. In: FORNASIN, A.; ZANNINI, A. (a cura di). Uomini e comunità delle montagne: paradigmi specificità del popolamento dello spazio montano (secoli XVI-XX). Fórum: Udine, 2002. p. 159-182.

BURKE, P. (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992. 354 p.

_____. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, P. (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-37.

CACCIOTI, G; GAVIGLIA, Q. “Carpineto - New York. La prima emigrazione (1896-1924)”. Quaderni dell’emigrazione, 1, 2006. 29 p.

CADERNOS DE ANTROPOLOGIA DA IMAGEM. A Família em imagens. Rio de Janeiro: UERJ, NAI, n. 2, v. 17, 2003.

CANABRAVA, A. P. “A grande lavoura”. In: HOLANDA, S. B. de; CAMPOS, P. M. (direção). O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 126-138. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 2, v. 4).

CANCLINI, N. G. “Fotografia e ideologia: seus pontos comuns”. In: Feito na América Latina - II Colóquio latino-americano de fotografia. Rio de Janeiro, FUNARTE / Instituto Nacional de Fotografia, 1987.

CANGIOLI, L.; MARCHI, A. Mestieri del bosco e migrazioni stagionali. Firenze: Becocci Editore, 1987. 80 p.

_____, _____. La Direttissima. Memorie di una valle intorno allá sua ferrovia. Firenze: Becocci Editore, 1984. 143 p.

CARNEIRO, Z. (Org.). Memórias de Passa Quatro. Passa Quatro, MG: Raízes, 1988.

_____. Lembranças de Passa Quatro: 1888 - 1988. Passa Quatro, MG: Raízes, 1988.

CARRETEIRO, T. C.; FREIRE, L.de L.. De mãe para filha: a transmissão familiar em questão. Psicol. clin., 2006, vol.18, no.1, p.179-191.

CARTOSIO, B. “Fonti orali e storia familiare - Scrivere sulla propria famiglia: resoconto di un’esperienza”. In: BERMANI, C. Introduzione alla storia orale. Esperienze di ricerca. Roma: ODRADEK, 2001. v. 2. p. 7-21.

CASTRO, H. M. M. de. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995;

CEVA, M. “La construcción de una memoria familiar en la inmigración biellesa (1895-1960)”. Estudios Migratórios Latinoamericanos, 58, 2005. p. 505-530.

COLANGELO, G.A. “Aspetti delle pietà degli emigrati meridionali”. Studi Emigrazione, 93, p. 109-123, 1989.

COMMISSARIATO GENERALE DELL’ EMIGRAZIONE. “Avvertenze per l’Emigrante Italiano”. Roma: [s.n.], [19--]. 16 p.

COMUNE DI BORGO A MOZZANO. Storie mai Scritte. Antiche feste, fiere, ricorrenze del territorio comunale di Borgo a Mozzano. Borgo a Mozzano: Tip. Amaducci, 2003. 257 p.

COMUNE DI BORGO A MOZZANO. Storie mai Scritte. Gente emigrante di ieri e di oggi nel territorio comunale di Borgo a Mozzano. Borgo a Mozzano: Tip. Amaducci, 2005. 255 p.

COPPOLA, G. “La motagna alpina”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). Storia dell’ Agricoltura Italiana in Età Contemporanea. Venezia: Marsiglio Editori, 1990. p. 495-583.

CORTI, P. "Emigrazione e mestiere: il caso di un gruppo di edilizi piemontesi". Studi Emigrazione, (24), 87. p. 327-344, 1987.

_____. "Donne che vanno, donne che restano. Emigrazione e comportamenti femminili". "Annali Cervi", 12, p. 213-235, 1990a.

_____. "Identità e comunità d'origine nelle vecchie e nelle nuove generazioni di emigranti: due paesi, due storie familiari". In: ROSOLI, G. et al. Identità e Integrazione. Famiglie e paesi, percorsi e immagini di sè nell'emigrazione biellese. Milano: Electa, 1990b. p. 123-163.

_____. Paesi d'emigranti: mestieri, itinerari, identità collettive. Milano: Franco Angeli, 1990c. 291 p.

_____. L'Emigrazione. Storia fotografica della società italiana. Roma: Ed. Riuniti, 1999.

_____. Storia delle migrazioni internazionali. Roma: Laterza, 2005. 147 p.

COSTA, E. V. "Introdução ao Estudo da emancipação política do Brasil". In: Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

_____. Da senzala à colônia. São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, S. G. "Gênero e História". In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.) Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 187-208

CRESCI, P. Il pane dalle sette croste: cento anni di emigrazione. Lucca: Maria Pacini Fazzi Editore, 1986, p. 31-89.

DADÀ, A. "Emigrazione e storiografia: primi risultati di una ricerca sulla Toscana". Italia contemporanea, n. 192, p. 487-502, set. 1993a.

_____. "Introduzione ai saggi sull'emigrazione". Documenti e Studi: semestrale dell'Istituto Storico della Resistenza e dell'Età Contemporanea in Provincia di Lucca. Lucca, n. 14-15, p.149-159, 1993b.

_____. "Dalla Lunigiana alla "Barsana. Il processo di trasformazione da lavoratori agricoli stagionali in venditore ambulanti specializzati". Bollettino di Demografia Storia, 19, p. 111-133, 1993c.

_____. "Lavoratori dell'Appennino toscano in Corsica nel secolo XIX". Altreitalie, n. 12. p. 6-38, luglio-dicembre 1994a.

_____. L'emigrazione in Toscana: il ruolo di donne e bambini. Montefegatesi: Ed. FILEF, 1994b. p. 1-13.

_____. "Partire per un figlio altrui: i racconti delle balie del Novecento". In: CORSI, D. (a cura di) Altrove. Viaggi di donne dall'antichità al Novecento. Roma: Viella, 1999a, p. 111-134.

_____. Il lavoro di balia. Memoria e storia dell'emigrazione femminile da Ponte Buggianese nel '900. Pisa: Pacini, 1999b. 126 p.

_____. “Uomini e strade dell’emigrazione dall’Appennino Toscano”. In: ALBERA, D.; CORTI, P. (a cura di). *La montagna mediterranea: una fabbrica d’uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoliXV-XX)*. Torino: Gribaudo, Cavallermaggiore, 2000. p. 153-164.

_____. (a cura di) “Regioni ed aree migratorie. La Toscana e il Pistoiese”. *Quaderni dell’emigrazione toscana*, Firenze, n. 2, p. 3-9, 2001.

_____. *Il lavoro di balia in Valdinievole. Il lavoro delle donne. Attività femminili in Valdinievole tra Ottocento e Novecento*. Buggiano (Pistoia): Edizioni Vannini, 2004a. p. 83-126.

_____. NANNINI, N. A. *Verso altri mondi. Donne e uomini migranti*. Pisa: Pacinieditore, 2004b, 143 p.

_____. *La Merica. Bagnone, Toscana - Califórnia, USA*. Firenze: Morgana, 2006a. 94 p.

_____. *Donne e Uomini Migranti. Il valore sociale della memoria*. Prato: Provincia di Prato, 2006b. Con DVD allegato.

DA MATTA, R. da. *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

D’ANGELO, G. *Il viaggio, il sogno, la realtà. Per una storia dell’ emigrazione italaiana in Venezuela (1945-1990)*. Salerno: Il Paguro, 1995. p. 14-15; 179-218.

DAVIS, N. Z. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 188 p.

_____. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 326 p.

_____. *Histórias de perdão: e seus narradores no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 320 p.

DEAN, W. “A industrialização durante a República Velha”. In: FAUSTO, B. (direção). *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 251-361. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 1)

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

DE CLEMENTI, A. “I ruoli scambiati. Donne e uomini nell’emigrazione italiana”. In: DE CLEMENTI, A.; STELLA, M. (a cura di) *Viaggi di donne*. Napoli: Liguori, 1995. p. 171-195.

_____. *Di qua e di là dall’Oceano: emigrazione e mercato nel Meridione (1860-1930)*. Roma: Carocci, 1999.

_____. A. "La 'grande emigrazione': dalle origini alla chiusura degli sbocchi americani". In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). Storia dell'emigrazione italiana: partenze. Roma: Donzelli Editore, 2001, p. 187-211.

_____. "L'emigrazione transoceanica del Mezzogiorno continentale. Cause e effetti". In: SAIJA, M. (a cura di) L'emigrazione italiana transoceanica tra Otto e Novecento e la storia delle comunità derivate. Atti del Covegno Internazionale di Studi. Salina, 1-6 giugno 1999. vol. I-II. Messina, Edizione TRISFORM, 2003.

DELILLE, G. "La famiglia contadina nell'Italia moderna". In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). Storia dell'Agricoltura Italiana in Età Contemporanea. Venezia: Marsiglio Editori, 1990. p. 507-534.

DELLA PINA, M. "Le donne, la famiglia e il lavoro nelle campagne toscane: il caso pratese". "Annali Cervi", 12. p. 99-111, 1990.

DEL PRIORE, M. "História das mulheres: as vozes do silêncio". In: FREITAS, M. C. de. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2001.

DE SETA, C. "Objecto". In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Casa da Moeda, 1984. p. 91-113.

DEVOTO, F. J. "Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a luz del caso argentino". Studi Emigrazione, XXIV, 87, p. 355-373, 1987.

_____. "Presentacion". Estudos Migratorios Latinoamericanos, 3, 8, 1988.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA 1.0.

DIBUENO, C. Tra las huella de los toscanos en Uruguay. Aulla: Comunità Montana della Lunigiana/Centro di Documentazione dell'Emigrazione Lunigianese, 1999.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA - DGE. População recenseada em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. República dos Estados Unidos do Brasil, 1898.

DOUGLASS, W. A., L'emigrazione in un paese dell'Italia Meridionale. Agnone: tra storia e antropologia. Pisa: Giardini, 1990.

DOSSIER STATISTICO IMMIGRAZIONE 2004 CARITAS - MIGRANTES. Roma: IDOS - Centro Studi e Ricerche, 2004.

DOSSIER STATISTICO IMMIGRAZIONE 2004 CARITAS - MIGRANTES. Roma: IDOS - Centro Studi e Ricerche, 2006.

DUBOIS, P. O ato fotográfico e outros ensaios. Campinas, SP: Papirus, 1994.

FABRIS, A. A invenção da fotografia: repercussões sociais. In: FABRIS, A. Fotografia: usos e funções no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1980. p. 11-37.

FARIA, S. C. “Imigrantismo”. In: VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 353-356.

_____. ; MOTTA, J. F. “Imigrantes”. In: VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 350-353.

FAUSTO, B. “Expansão do café e política cafeeira”. In: _____. (direção). O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977. p. 195-248. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 1).

_____. Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo, DIFEL, 1983.

_____. “As mudanças ocorridas no Brasil entre 1920 e 1940”. In: História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 389-394.

_____. “Imigração: cortes e continuidades”. In: NOVAES, F. (Org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. v. 4, p. 13-61.

FELDMAN-BIANCO, B. & LEITE M. M. (Org.). “Texto visual e texto verbal”. In: Desafios da imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p. 37-49.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. Memória Social: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Edit. Teorema, 1994.

FERREIRA, M. M. (Coord.) A República na velha província. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989. p. 11-67.

_____. (Coord.) Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

_____. História oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. 204 p.

FIGUEIRA DE ALMEIDA, A. História Fluminense. A Província, 2ª parte (1822-1889). Niterói: Off. Gráficas da E. P. “Washington Luís”, 1929.

FOSSATI, R. “Oralità e Feminismo: Storia delle donne, storia del genere e fonti orali”. In: BERMANI, C. Introduzione alla storia orale: Storia, conservazione delle fonti e problemi di metodo. Roma: ODRADEK, 1999. v. 1. p. 127-133.

FRAGOSO, J. L. “Economia Brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora”. In: LINHARES, M. Y. (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 131-176.

FRANZINA, E. “Frammenti di cultura contadina nelle lettere degli emigranti”. Movimento Operario e Socialista, 1/2, p. 49-75, 1981.

_____. Un’altro Veneto. Saggi e studi di storia dell’emigrazione nei secoli XIX e XX. Abano Terme: Francisci Editore, 1983. p. 491-510.

_____. “La lettera dell’emigrante tra ‘genere’ e mercato del lavoro”. *Società e Storia*, 39, p. 101-125, 1988.

_____. E. “Il mercato storico di ‘regione emigratoria’: il caso veneto”. In: ANDREUCCI, F.; PESCAROLO, A. (a cura di) *Gli spazi del potere*. Firenze: La Casa Usher, 1989. p. 184-191.

_____. “Donne emigranti e donne di emigranti. Memorie e scritture popolari dell’emigrazione femminile italiana fra due secoli”. “*Annali Cervi*”, 12, p. 237-263, 1990.

_____. “Emigrazione e immigrazione all’estero ‘lontano’: panoramica degli studi storici”. In: GRANDI, C. (a cura di). *Emigrazione. Memorie e realtà*. Provincia Autonoma di Trento, 1990. p. 11-71.

_____. *L’immaginario degli emigranti. Miti e raffigurazioni dell’esperienza italiana all’estero fra i due secoli*. Paese (TV). PAGVS, 1992.

_____. *Gli italiani al nuovo mondo: L’emigrazione italiana in america, 1492 - 1942*. Milano: Mondadori, 1995.

_____. *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in América latina 1876-1902*. Verona: Cierre Edizioni, 2000. 270 p.

_____. “Memoria familiar y region en las migraciones italianas a Brasil. Apuntes sobre el caso ‘padano-veneto’ (1875-2005)”. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 19, 58, p. 461-482, 2005.

_____. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. 472 p.

FREYRE, G.; PONCE DE LEON, F.; VASQUEZ, P. *O retrato brasileiro: fotografias da Coleção Francisco Rodrigues, 1840-1920*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Núcleo de Fotografia, Fundação Joaquim Nabuco/Departamento de Iconografia, 1983. 98 p.

FRIZOT, M. Os continentes primitivos da fotografia. In: *Fotografia, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 27, p. 37-43, 1998.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO - FIDERJ. *Estudos para o planejamento municipal: Barra Mansa*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1977.

GABACCIA, D. R. *Emigranti. Le diaspore degli italiani dal Medioevo a oggi*. 2000. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2003. 312 p.

_____.; OTTANELLI. “Diáspora o proletariato internazionale? Lavoro italiano, emigrazione di lavor e costruzione degli stati mutietnici.1815-1939. *Altrove*. Rivista di storia ed intercultura. Pisa: Edizioni ETS, n. 0, p. 15-44, 2007.

GADAMER, H. G. *O problema da consciência histórica*. (Org.) Pierre Fruchon; tradução Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: FGV, 1998. 71 p.

GANDOLFO, R. “Notas sobre la élite de una comunidad emigrada em cadena: el caso de los agnoneses”. In: DEVOTO, F. J.; ROSOLO, G. F. (a cura di) *L’Italia nella società argentina. Contributi sull’emigrazione italiana in Argentina*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1988. p. 160-177.

_____. “Dall’Alto Molise al centro di Buenos Aires: le donne agnonesi e la prima emigrazione transatlantica (1870-1900)”. *Annali Cervi*, p. 325-350, 1990.

GARZANTINI, I. *Dizionario Italiano*. Roma: Garzanti Linguistica, 2000.

GENNEP, A. V. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978. 181 p.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. “Um jogo absorvente: notas sobre a Briga de Galos Balinesa”. In: *A Interpretação das Culturas*. JTC, 1978, p. 278-321.

GHETTA, A. F. “L’emigrazione dei Fazzani”. In: GRANDI, C. (a cura di). *Emigrazione. Memorie e realtà*. Provincia Autonoma di Trento, 1990. p. 239-247.

GIBELLI, A. “Andar per funghi, trovare l’America. Il senso di una ricerca”. In: *La vie delle Americhe. L’emigrazione tra evento e racconto*. Genova: SAGEP EDITRICE, 1989. p. 9-12.

_____.; CAFFARENA, F. “Le lettere degli emigranti”. In: In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. 563 p.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 271 p.

_____. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL/Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Indagações sobre Piero: o Batismo, o Ciclo de Arezzo, a Flagelação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, C. “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL/Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

_____. “Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno do Martin Guerre’”, de Natalie Zemon Davis”. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL/Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 179-202.

_____. “O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações”. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL/Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 203-214.

_____. “Ekphrasis e citação”. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL/Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 215-232.

_____. Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. Companhia das Letras, 1990. 256 p.

_____. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 288 p.

GOLINI, A.; AMATO, F. “Uno sguardo a un secolo e mezzo di emigrazione italiana”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). Storia dell’emigrazione italiana: partenze. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 45-60.

GOMES, A. de C. “A guardiã da memória”. In: Acervo. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p.17-30, 1996.

_____. Histórias de Família: entre a Itália e o Brasil - entrevistas. Niterói: Muiraquitã, 1999.

_____. “Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade”. In: Brasil: 500 anos de povoamento / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a. p. 161-177.

_____. (Org.) Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000b. 206 p.

GOMES, P. Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GUEDES, H. S. Paisagens de Serranias, Araucárias e Águas Minerais - um estudo da Bacia Hidrográfica do Passa Quatro - MG. 1999. Dissertação (Mestrado) - FFLCH, USP, São Paulo.

GUERAZZI, A. O.; SACCON, R.; PINTO, B. V. Dal Secchia al Paraíba. L’emigrazione modenese in Brasile. Verona: CIERRE Edizione, 2002. 303 p.

GUIBERNAU i BERDUN, M. M. Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GUIMARÃES, L. “Gabinetes”. In: VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 307-307.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. 102 p.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. 190 p.

HOBBSAWM, E. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 190 p.

_____. Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

HOLANDA, S. B. de. “O fim do regime”. In: HOLANDA, S. B. de; CAMPOS, P. M. (direção). O Brasil Monárquico: do Império à República. Rio de Janeiro: DIFEL, 1985. p. 348-361. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 2, v. 5).

HUTTER, L. M. “A imigração italiana no Brasil (século XIX e XX): dados para a compreensão desse processo”. In: DE BONI, L. A. (Org.). A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Escola Superior de Teologia, Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p. 74-127.

HUYSSSEN, A. “Passados presentes: mídia, política, amnésia”. Seduzidos pela Memória. Rio de Janeiro: Editora Universidade Cândido Mendes/MAM, 2000. p. 9-66.

IANNI, O “O progresso econômico e o trabalhador livre”. In: HOLANDA, S. B. de; CAMPOS, P. M. (Direção) O Brasil monárquico: reações e transações. Rio de Janeiro: DIFEL, 1985. p. 297-319. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 2, v. 3)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos nº 1, (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940). Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 15 mar. 2006.

ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA - ISTAT. Censimento Popolazione di 2001. Disponível em: <<http://www.istat.it/>>. Acesso em 16 fev. 2007.

JAMESON, F. Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996. 431 p.

JOLLES, A. “O caso”. In: Formas simples: legenda, saga, mito, adivinha. ditado, caso, memorável, conto, chiste. São Paulo: Editora Cultrix, 1976. p. 145-166.

_____. “O memorável”. In: Formas simples: legenda, saga, mito, adivinha. ditado, caso, memorável, conto, chiste. São Paulo: Editora Cultrix, 1976. p. 167-180.

_____. “O conto”. In: Formas simples: legenda, saga, mito, adivinha. ditado, caso, memorável, conto, chiste. São Paulo: Editora Cultrix, 1976. p. 181-204.

JOLY, M. Introdução à análise da imagem. Campinas, SP: Papyrus, 1996. 152 p.

JOUTARD, P. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: Ferreira, M. de M. & Amado, J. (Org.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 43-62.

KLEIN, H. S. “Migração Internacional na História das Américas”. In: In: FAUSTO, B. (Org.) Fazer a América. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p.13-31.

KOSSOY, B. Fotografia e história. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LADURIE, E. L. R. Montailou: cátaros e católicos numa aldeia francesa. Lisboa: Edições 70, 1983.

LANARO, S. “Da contadini a italiani”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). Storia dell’Agricoltura Italiana in Età Contemporanea. Venezia: Marsiglio Editori, 1990. p. 937-968.

LAZZARI, F. “Emigrazione italiana e identità brasiliana: sfide e opportunità”. *Affari Sociali Internazionali*, XXIX, 4, p. 79-85, 2001.

LEFAUCHER, NADINE. “Maternidade, Família, Estado”. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Afrontamento, São Paulo: EBRADIL, 1994, p. 479-503.

LE GOFF, J. “A História Nova”. In: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 26-64.

_____. “História”. In: LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 17-165.

_____. “Memória”. In: LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 423-483.

_____. “Documento/Monumento”. In: LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 535-549.

LEITE, J. da C. “O Brasil e a Emigração Portuguesa”. In: FAUSTO, B. (Org.) *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 177-200.

LEITE, M. M. *Retratos de Família: Leitura da Fotografia Histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.

LEOPOLDI, J. S. “Pesquisa antropológica e comunicação intercultural: novas discussões sobre antigos problemas”. *Antropolítica - revista contemporânea de antropologia e ciência política*, Niterói, n. 5, p. 45-62, set. 1998.

LISSOVSKY, M. “Sob o signo do clic: fotografia e história em Walter Benjamin”. In: *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998. p. 21-36.

LEVI, G. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-37.

_____. “Appunti sulle migrazioni”. *Bollettino di Demografia Storia*, n. 13, 1993.

_____. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 266.

LOCHORE, R. A., *From Europe to New Zeland*. Wellington (NZ), 1951.

LUPPICHINI, F. “La rappresentazione dell'emigrante tra lettere e autobiografia: lineamenti di un'Unità Didattica per la Scuola Media Superiore”. In: BALBOCCHI, U. et al. *Un filo tra due mondi: percorsi didattici sulla storia dell'emigrazione*. Lucca: Maria Pacini Fazzi Editore, 2004. p. 157-198.

MACDONALD, J. S.; L. D.MACDONALD. Chain Migration, Ethnic Neighborhood and Social Networks, *The Milbank Memorial Fund Quaterly*, (XLII), 1, enero. p. 82-86

MACIEL, Maria Lucia. *O Milagre Italiano: caos, crise e criatividade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996. p. 17-46.

MAGISTRO, C. Regolare e clandestini nell'emigrazione lucana di fine '800. Disponível em:<http://www.consiglio.basilicata.it/mondo_basilicata/mb05/MB_05_16.pdf>. Acesso em: 04 de março de 2006.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico ocidental*. São Paulo, Abril, 1976 (Col. Os Pensadores).

MARAM, S. L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro - 1890-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARCHI, A. (Coord.). *Catalogo-guida alla mostra Abiti da lavoro*. Migliana: Comune di Vaiano, Vernio e Catagallo / Centro di Documentazione Storico Etnografica della Val di Bizencio, 1999. 60 p.

_____.; CANGIOLI, L.; BARTOLINI, C. (a cura di) *Storia e storie della Val di Bizencio e della Corsica*. Travagliu annantu à u terrenu etnograficu corsu-toscanu. Prato, 2000. 64 p.

_____.; CINTELLI, A. *Viaggio in América - 1898*. L'Album fotografico del Conte Carlo Guicciardini. Comuni di Vaiano, Cantagallo e Vernio; Comunità Montana Val di Bizencio, 2003. 47 p.

MARQUIEGUI, D. N. "Las cadenas migratorias españolas a la Argentina. El caso de los Sorianos de Luján". *Studi Emigrazione*, 105, p. 69-101, 1992.

MARTELLI, S. "Dal vecchio mondo al sogno americano. Realtà e immaginario dell'emigrazione nella letteratura italiana". In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 433-487.

MARTÍNEZ, E. E. G. "O Brasil como País de Destino para Migrantes Espanhóis". In: FAUSTO, B. (Org.) *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 239-272.

MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 157 p.

MARUCCO, D. "Le statistiche dell'emigrazione italiana". In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 61-75.

MASSULLO, G. "Contadini. La piccola proprietà coltivatrice nell'Italia contemporanea". In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). *Storia dell'Agricoltura Italiana in Età Contemporanea*. Venezia: Marsiglio Editori, 1990. p. 5-43.

MATTOS, H. “Abolição da escravidão”. VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 16-18.

_____.; SANTOS, C. R. A. dos. “Abolicionismo”. In: VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 19-21.

MAUAD A. M. Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, Niterói, UFF, ICHF, tese de doutorado, dez. 1990, mimeog

_____. “Através da imagem: possibilidades teórico-metodológicas para a análise de fotografias como fonte histórica”. In: SEMINÁRIO PEDAGOGIA DA IMAGEM, IMAGEM DA PEDAGOGIA. Anais ... Niterói, 1995a. p. 21-31.

_____. “Resgate de Memórias”. In: CASTRO, H. M. & SCHNOOR, E. (Org.) Resgate: Uma Janela para o Oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995b, p. 100-135.

_____. A. M. “Através da Imagem: fotografia e história - interfaces”. In: Tempo, vol. 1, nº 2, Rio de Janeiro, 1996, p. 73-98.

_____. “Imagem e Auto-Imagem do Segundo Reinado”. In: ALENCASTRO, L. F. de (Org.). História da Vida Privada do Brasil 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 183-231.

_____.; CARDOSO, C. F. “História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema”. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 410-418.

_____. “Fragmentos de Memória: oralidade e visualidade na construção de trajetórias familiares”. In: Proj. História, São Paulo, 22, p. 157-169, jun. 2001.

MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas”. In: Sociologia e antropologia. São Paulo: Edusp, 1974;

MELLO, E. C. O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MRAZ, John. Familias y fotografía. Puebla, ICSH.

MENESES, U.T.B. de. “A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais.” In: Rev. Inst. Est. Bras., São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

_____. “Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares”. Rev. Bras. Hist., v.23, n. 45, p.11-36, jul. 2003.

_____. A fotografia como documento - Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. Tempo, Rio de Janeiro, n. 14, p. 73-98, 2003.

MERRICK, T. W; GRAHAM, D. H. População e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 442 p.

MIGUEZ, E. "Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas". In: BJERG, M.; OTERO, H. (Comp.). *Inmigracion y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil: CEMLA - IEHS, p. 23-33, 1995.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI / COMMISSARIATO DELL'EMIGRAZIONE (a cura di). *Emigrazione e Colonie. Raccolta di rapporti dei RR. Agenti Diplomatici e Consolare*. Roma: Cooperativa Tipografica Manuzio, 1908. v. III.

MOLINARI, A. "José Scarrone: un vetraio altarese a Rio de Janeiro". In: *La vie delle Americhe. L'emigrazione tra evento e racconto*. Genova: SAGEP EDITRICE, 1989. p. 69-73.

_____. "Porti, trasporti, compagnie". In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 237-255.

MOTT, L. *Rosa Egipcíaca: uma santa negra no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992;

NICCOLAI, R.; BENEFORTI, B. *E tutti va in Francia, in Francia per lavorare. La storia di una famiglia pistoiese emigrata in Francia*. Firenze: Metropoli, 1998. p. 143.

NOLA, a. M. di. "Dal mondo magico al museo contadino". In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). *Storia dell'Agricoltura Italiana in Età Contemporanea*. Venezia: Marsiglio Editori, 1990. p. 911-936.

NORA, P. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". In: *Proj. História, São Paulo*, n. 10, p. 7-28, 1993.

NOTARI, D. "Da contadina a serva: l'emigrazione femminile dall'alto Appennino reggiano fra '800 e '900". *Il Risorgimento*, n. 3, 1997. p. 257-298.

_____. *Donne da bosco e da riviera. Un secolo di emigrazione femminile dall'alto Appennino reggiano (1860-1960)*. [s.l.], [s.n.], 1998.

OLIVEIRA, R. C. de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

ORLANDO, F. (a cura di). *Catalogo-guida alla mostra Abiti da sposa e corredi nuziali*. Migliana: Comune di Vaiano, Vernio e Catagallo / Centro di documentazione Storico Etnografica della Val di Bizencio, 1997. 58 p.

_____. (a cura di). *Catalogo-guida alla mostra L'abito dell'occasione. Le diverse forme del vestiario festivo, cerimoniale e da lutto*. Migliana: Comune di Vaiano, Vernio e Catagallo / Centro di documentazione Storico Etnografica della Val di Bizencio, 1998. 80 p.

ORLANDO, J. W. *La famiglia senza frontiere. Cento anni 1904-2003. Toscani negli Stati Uniti da Cavarzano di Vernio/ The Family Has No Borders. 100 yers 1904-2003. Tuscans who emigrated to the United States from Cavarzano di Vernio in the Province of Prato*. Bologna: Editografica, Rastignano, 2003. p. 164.

ORTOLEVA, P. "Una fonte difficile. La fotografia e la storia dell'emigrazione". *Altreitalie*, n. 5, a. III, p. 121-157, aprile 1991.

OSTUNI, M. R. "Dalla Valle del Serchio all'America: 'perche andiedi'". In: OSTUNI, M. R. et. al. (a cura di) "Il perche andiedi in America..." *Immagini dell'emigrazione lucchese. La Valle del Serchio. Archivio Paolo Cresci per la storia dell'emigrazione italiana*. Lucca: Maria Pacini Fazzi Editore, 2001. 141 p.

_____; STELLA, G. A. *Sogni e Fagotti: immagini, parole e canti degli emigranti italiani*. Milano: Rizzoli, 2005. 160 p.

_____. *Storia/storie dell'emigrazione toscana nel mondo*. Lucca: Tipografia Tommasi, 2006. p. 171.

PAGGI, L. (a cura di). *Storia e memoria di un massacro ordinario*. Roma: Manifestolibri, 1996. 163 p.

PALOMBARINI, A. *Cara Consorte. L'epistolário di uma famiglia marchigiana dalla grande emigrazione alla grande guerra*. Ancona: Il lavoro Editoriale, 1998. 75p.

PASSERINI, L. "Storia delle donne, storia di genere: contributi di método e problemi aperti". *"Annali Cervi"*, 12, p. 9-22, 1990.

PELLEGRINI, F. M. *Borgo a Mozzano e Pescaglia nella storia e nell'arte*. Lucca: Maria Pacini Fazzi Editore, 1987. p. 302.

PERCO, D. "L'uso delle fonti orali per una storia dell'emigrazione italiana in Brasile: un primo bilancio". In: GRANDI, C. (a cura di). *Emigrazione. Memorie e realtà*. Provincia Autonoma di Trento, 1990. p. 407-413.

PEREIRA, S. M. "Caixinha de Lembranças": o cotidiano de imigrantes italianos construído através da memória de seus descendentes - Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre 1891 e 1946. 1999. Monografia (Especialização) - ICHF, UFF, Niterói. 55 p.

_____. *Mulheres imigrantes italianas e suas "caixinhas de lembranças": memória e identidade delimitando a fronteira étnica e construindo identidades (1889-1948)*. 2003. Dissertação (Mestrado) - ICHS, UFRRJ, Niterói. 110 p.

PERROT, M. "Práticas da Memória Feminina". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v.9, n. 18, ago./set. 1989, p. 9-18.

_____. "Sair". In: FRAISSE, G.; PERROT, M. *A história das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Trad. De M. H da C. Coelho, I. M. Vaquinhas, L. Ventura, G. Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994, p. 503-539.

PETRI, F. F. *Risorse e popolazione. Settant'anni di emigrazione dalla Garfagnana e Media Valle del Serchio: 1921-1991*. Lucca: [s.n.], 1995.

PETRONE, M. T. S. “Imigração”. In: FAUSTO, B. (direção). O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 95-133. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 2).

PIERUCCI, A. F. Ciladas da diferença. São Paulo: Editora 34, 1999. 222 p.

PINNA, D. “Aspetti del fenômeno migratório in un comune del Terramano”. Studi Emigrazione, 74. p. 241-251, 1984.

PIRANDELLO, L. “L’altro figlio”. In: Novelle per un anno, 1923. Disponível em: http://www.pirandelloweb.com/novelle/1923_in_silenzio/in_silenzio_02_1_altro_figlio.htm. Acesso em: 20 out. 2007

PISELLI, F. Parentela e Emigrazione. Mutamenti e continuità in una comunità calabrese. Torino: Giulio Einaudi Editore. 1981. 391 p.

_____. “Sensali e caporali dell’Italia meridionale”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). Storia dell’Agricoltura Italiana in Età Contemporanea. Venezia: Marsiglio Editori, 1990. p. 823-856.

PIZZORUSSO, G. “I movimenti migratori un Italia in Antico Regime”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). Storia dell’emigrazione italiana: partenze. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 3-16.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMIAN, K. “Coleção”. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Casa da Moeda, 1984.

PORTELLI, A. “A Filosofia e os fatos”. Tempo, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

_____. “O que faz a história oral diferente”. Proj. História, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

_____. “O massacre de Cicitela Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944). In: AMADO”, J.; FERREIRA, M. M. (Coord.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

_____. “História oral como gênero”. Proj. História, São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001a.

_____. “L’uccisione di Luigi Trastulli”. In: BERMANI, C. Introduzione alla storia orale: Esperienze di ricerca. Roma: ODRADEK, 2001b. v. 2. p. 61-94.

_____. “Alcune riflessioni”. In: ANDREINI, A.; CLEMENTE, P. I custodi delle voce: archivi orale in Toscana: primo censimento. Firenze: Regione Toscana, 2007. p. 263-265.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora UNESP, 1998. 250 p.

PRICE, C. Southern Europeans in Austrália. Melbourne-Sydney, 1963.

PROUST, M. Em busca do tempo perdido. Trad. Mário Quintana. São Paulo: Globo, 1995. v. 1.

RAMELLA, F. "Movilidad geográfica y movilidad social. Notas sobre la emigración rural de la Itália del Noroeste (1880-1914)". *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 6, 17, p. 107-118, 1991.

_____. "Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratórios". In: BJERG, M.; OTERO, H. (Comp.). *Inmigracion y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil: CEMLA - IEHS, 1995. p. 9-21.

_____. "Reti sociali, famiglie e strategie migratorie". In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 143-160.

_____. "Gli studi sull'emigrazione tra vecchi paradigmi e nuove prospettive". In: SAIJA, M. (a cura di) *L'emigrazione italiana transoceanica tra Otto e Novecento e la storia delle comunità derivate*. Atti del Covegno Internazionale di Studi. Salina 1-6 giugno 1999. v. I-II. Messina: Edizione TRISFORM, 2003. p. 25-34.

REIS, A. C. F. A vida econômica da Província do Rio de Janeiro. *Revista de história de América*, nº. 48, dez. 1959.

_____. "A província do Rio de Janeiro e o município neutro". In: HOLANDA, S. B. de; CAMPOS, P. M. (Direção) *O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 315-352. (*História Geral da Civilização Brasileira*; t. 2, v. 2).

REIS, J. J. "Presença Negra: conflitos e encontros". In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

REPETTI, E. "Borgo a Mozzano". *DIZIONARIO Geografico Fisico Storico della Toscana*. Firenze: A. Tofani, 1833. 1 v.

REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVELLI, N. *L'anello forte. La donna: storie di vita contadina*. Torino: Einaudi, 1998. 523 p.

RIBEIRO, C. M. P. "A imigração italiana no Rio Grande do Sul: construção de uma identidade". In: CASTIGLIONI, A. H. (Org.). *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1998. p. 279-286.

RIOS, A. L.; MATTOS, H. M. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 301 p.

ROMANO, R. "Il lungo cammino dell'emigrazione italiana". *Altreitalie*, Torino, n. 7, gennaio-giugno 1992.

ROSENTAL, Paul-André. "Construir o 'macro' pelo 'micro': Fredrik Barth e a 'microstoria'". In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas,

ROSOLI, G. "Las imágenes de América em la emigración italiana de masas". *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 6, 17. p. 3-21, 1991.

ROVAI, D. "Profilo dell'emigrazione lucchese". *Storia dell'emigrazione toscana*. Quaderni 1, Firenze, p. 3-12, 1993.

SACCON, R.; GUERRAZZI, A. O.; PINTO, B. V. *Dal Secchia al Paraíba: l'emigrazione modenese in Brasile*. Verona: Cierre edizioni, 2002. 303 p.

SCHAPOCHNIK, N. "Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade". In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 3, p. 423-512.

SALVATICI, S. "Relatando a memória: identidades individuais e coletivas na Kosovo de pós-guerra: os arquivos da memória". *Proj. História*, São Paulo, 27, p. 9-47, jun. 2001.

SANFILIPPO, M. "Tipologie dell'emigrazione di massa". In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 77-94.

_____.; PIZZORUSSO, G. "Rassegna storiografica sui fenomeni migratori a lungo raggio in Italia dal Basso Medioevo al secondo dopoguerra". *Bollettino di Demografia Storia*, n. 13, 1990. 181 p.

SANTOS, J. R. S. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. 252 p.

SCHAPOCHNIK, N. "Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade". In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil*, 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 423-512.

SCOTT, J. "História das mulheres". In: BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-95.

_____. "Gênero: uma categoria útil para a análise histórica". In: *SOS Corpo: gênero e cidadania*. Tradução: Cristine Rulfinio Dabat, Maria Betânia Ávila. 3ª edição. Recife, p. 1-15fev. 1995.

SECCHI, E. *Un sogno: la Merica! I miei 56 anni di Brasile*. Finale Emilia: Editore Baraldini, 1998. 141 p.

SEGALA, L. "Itinerância Fotográfica e o Brasil Pitoresco". In: *Fotografia, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN, n. 27, p. 62-85, 1998.

SEVERINI, P. S. “Il mezzadro pluriattivo dell’Italia centrale”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). *Storia dell’Agricoltura Italiana in Età Contemporanea*. Venezia: Marsiglio Editori, 1990. p. 785-822.

SEYFERTH, G. “Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS - CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS, 2000, Brasília. Anais... Brasília, 2000. p. 1-16.

SIGNORELLI, A. “Il pragmatismo delle donne. La condizione femminile nella trasformazione delle campagne”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). *Storia dell’Agricoltura Italiana in Età Contemporanea*. Venezia: Marsiglio Editori, 1990. p. 625-660.

SILVA, E. D. *Obá II D’África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, T. T. da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000, p.73-102.

SIMÃO, I. *História de uma Colonização: Iconha e Piúma*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Frangraf., 1991.

SIMMEL, G. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, O. G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1887. p. 11-25.

SONNINO, E.; BIRINDELLI, A. M.; ASCOLANI, A. “Popolamenti e spopolamenti dall’Unitá ai giorni nostri”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). *Storia dell’Agricoltura Italiana in Età Contemporanea*. Venezia: Marsiglio Editori, 1990. p. 661-734.

SONTAG, S. *Ensaio sobre a fotografia*. São Paulo, Editora Arbor, 1977.

SORLIN, P. “Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 7, n. 13, p. 81-95, 1994.

STELLA, G. A.; OSTUNI, M. R. *Sogni e Fagotti: immagini, parole e canti degli emigranti italiani*. Milano: Rizzoli, 2005. 160 p.

STILLE, A. “La deformazione della storia orale conducono alla verità”. In: BERMANI, C. *Introduzione alla storia orale: Esperienze di ricerca*. Roma: ODRADEK, 2001. v. 2. p. 177-182.

STURINO, F. “Emigración italiana: reconsideracion de los eslabones de la cadena migratória.” *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 3, 8, p. 5-25, 1988.

TETI, V. “Emigrazione, alimentazione, culture popolari”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 575-597.

THOMPSON, E. P. Senhores e caçadores: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Società Patrizia, cultura plebea. Ottosaggi di antropologia storica sull’Inghilterra del Settecento. Torino: Einaudi Paperbacks Microstorie, 1981.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. “Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração”. Rev. Bras. Hist. [online]. 2002, vol.22, no.44 [citado 19 Julho 2005], p.341-364. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 maio 2005.

TIRABASSI, M. “Un mondo alla rovescia: le emigrate italiane negli Stati Uniti, da contadine a cittadine”. Annali Cervi, p. 307-326, 1990.

TOGNETTI, A. “Um secolo di emigrazione dal Comune di Pescaglia”. Documenti e Studi: semestrale dell’Istituto Storico della Resistenza e dell’Età Contemporanea in Provincia di Lucca, Lucca, n. 14-15, p.221-256, 1994.

TONISSI, E. Le grande correnti migratorie del’900. Torino: Paravia scriptorium, 1999. p. 30-40.

TRENTO, A. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989. 574 p.

TRUZZI, O. M. S. “Sírios e Libaneses e seus Descendentes na Sociedade Paulista”. In: FAUSTO, B. (Org.) Fazer a América. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 315-354.

TUNNER, V. W. O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Editora Vozes, 1974. 245 p.

VAINFAS, R. Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

_____. Os Protagonistas Anônimos da História. Micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002a. 163 p.

_____. “Império”. In: _____. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002b. p. 356-359).

VALERI, V. “Rito”. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Casa da Moeda, 1984. p. 325-359.

VANGELISTA, C. “Genere, etnia e lavoro: l’immigrazione italiana a São Paulo”. “Annali Cervi”, 12, p. 353-371, 1990.

VASQUEZ, P. “Olha o ‘passarinho’! - Uma pequena história do retrato”. In: FREYRE, G.; PONCE DE LEON, F.; VASQUEZ, P. O retrato brasileiro: fotografias da Coleção Francisco

Rodrigues, 1840-1920. Rio de Janeiro: FUNARTE/Núcleo de Fotografia, Fundação Joaquim Nabuco/Departamento, 1983.

VENTURELLI, G. Leggende e racconti popolari della toscana. Storie inedite, novelle e magie nella voce scanzonata e ironica del folklore di una terra di millenarie tradizioni. Roma: Newton Compton editori, 2006. 3208 p.

VELHO. G. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 137 p.

VOLDMAN, D. “Definições e usos”. FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 33-41.

WOODWARD, K. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, T. T. da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZUCCAGNI-ORLANDINI, A. Ricerche Statistiche sul Granducato di Toscana. Firenze: Ministero delle Finanze, 1848.

Sites consultados

<http://www.agencial.com.br/pmbm/site/page/index.asp#>

http://www.am4.com.br/extranet/pmbm_geo/pdf/mapas/PM_001_1104A.pdf.

http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_f_glicerio.htm

<http://www.charutos.com.br/charutos/brasileiros/dannemann.htm>

<http://www.comuni-italiani.it/>

<http://www.giroscopio.comimmaginiitalia-map.gif>

<http://www.ibge.gov.br>.

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

<http://www.istat.it>

<http://www.mundosites.net/geografia/uniao-europeia.htm>>

http://www.pirandelloweb.com/novelle/1923_in_silenzio/in_silenzio_02_1_altro_figli.htm.

<http://www.provincia.lucca.it/index.asp>

<http://www.scielo.br/>

<https://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/viwTodos/4ed91893cbdd0e10032569fa0074213f?OpenDocument&Highlight=1,&AutoFramed>